



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O Impacto da Crise Económica nas Desigualdades de Género nas Atitudes e Participação Política na Europa do Sul: Uma Análise Longitudinal (1985-2014)

Estanislau Stéfán Franco

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Espírito-Santo, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2018

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**O Impacto da Crise Económica nas Desigualdades de Género nas Atitudes e
Participação Política na Europa do Sul: Uma Análise Longitudinal (1985-2014)**

Estanislau Stéfan Franco

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Ciência Política

Presidente do Júri:

Doutora Helena Carreiras, Professora Associada, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Vogais:

Doutor Manuel A. Meirinho Martins, Professor Catedrático, ISCSP, Universidade de Lisboa

Doutora Ana Lúcia A. Teixeira, Investigadora Auxiliar, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Doutora Maria H. Santos, Investigadora Integrada, CIS – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Tiago Luís Roma Fernandes, Professor Auxiliar, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Orientadora:

Doutora Ana Espírito-Santo, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2018

Dedicatória

À Stephanie e à Francisca

(profundo infinito)

À minha Avó, Joaquina

Muassuamina

(a mãe que tanto procurei)

Agradecimentos

Antes de mais, gostaria de agradecer aos pilares desta obra que acaba de se materializar: ao Governo Provincial da Lunda Norte e ao meu “pai”, Francisco Muaco Tiago. Agradeço-vos pela crença, pela determinação e pela aposta. Nada seria possível sem o vosso financiamento a tempo inteiro.

À minha orientadora, Ana Espírito-Santo, pelo discernimento e sapiência, pelo carinho, amizade e irmandade com que pôde guiar-me neste universo, até então, desconhecido para mim, principalmente, nos momentos mais fatídicos, angustiantes e academicamente solitários. *Na sakulila mama* [muito obrigado, mãe]!

À Miriam Albuquerque, pela paciência e companheirismo.

À Stephanie e à Francisca, minhas almas, minhas luzes e minhas fontes de inspiração.

Aos meus amigos (propositadamente, não mencionarei nomes de modo a não me esquecer de ninguém), que mesmo sendo pessoas diferentes têm a mesma proporção de importância para mim.

Seria (um pouco) injusto se não vos mencionasse, obrigado à Laura e à Allia, por me permitirem que, por momentos, pudesse partilhar a (n)vossa mãe. Aos meus familiares, desculpem-me.

Para terminar, não deixaria de agradecer ao ISCTE pelo acolhimento, aos meus professores do mestrado e doutoramento, especialmente à professora Ana Belchior (obrigado pelas conversas) e ao professor André Freire (grato pelo encorajamento). Aos meus colegas, foi um imenso prazer partilhar esses anos todos convosco. Sabem que hei de carregar-vos até à eternidade.

Resumo

Os estudos de género e política têm explorado pouco os países do sul da Europa. Por conseguinte, persistem algumas lacunas tanto ao nível comparativo como ao nível diacrónico. Por outro lado, os estudos emergentes da crise económica (2008-2012) nas novas democracias europeias, sobre ativismo político e atitudes políticas, não levaram em consideração o possível impacto desta nas desigualdades de género. Consequentemente, a presente investigação tem três objetivos principais: num primeiro momento, pretende-se fazer uma análise longitudinal (1985 até 2014) para perceber a diferença entre os níveis de participação e envolvimento político de mulheres e homens, comparando os países da Europa do sul entre si.

Num segundo momento, procurar-se-á analisar o impacto da crise económica nas desigualdades de género nos países mais afetados (países da Europa do sul) em comparação com os países menos afetados, tais como, os países nórdicos, os países da Europa central e ocidental e os países da Europa do leste.

Por último, realizar-se-á um estudo exploratório sobre a socialização política dos estudantes universitários portugueses procurando averiguar se as experiências de vida na infância terão transitado para a vida adulta. A intenção é fazer um estudo exploratório sobre a influência dos agentes de socialização (familiares, escola, comunidade e igreja) na relação dos jovens com a política.

A metodologia utilizada é triangular, consistindo no uso combinado de metodologia quantitativa e qualitativa. A metodologia quantitativa servirá para analisar o efeito do tempo e o efeito da crise económica nos países da Europa do sul e noutros grupos de países em análise. Especificamente, recorreu-se à análise de dados secundários disponíveis em bancos de dados internacionais, designadamente: Four Nations Study, 1985; ESS, 2002-2014; CSES, 2001-2006; WVS, 2004; EVS, 1981-2008; EES, 1999-2014. A metodologia qualitativa servirá para analisar informação relativa à socialização política dos jovens estudantes em Portugal. As entrevistas foram realizadas pelo autor em vários estabelecimentos de ensino superior da cidade de Lisboa, em 2018.

Palavras-chave: género; crise económica; participação política; atitudes políticas; socialização política; países do sul da Europa.

Abstract

Studies on gender and politics rarely explore such matters in Southern Europe. As a result, shortcomings remain visible both at a comparative level and diachronically. Furthermore, the research emerging from the economic crisis (2008-2012) in the new European democracies, on political activism and attitudes, have not considered its possible impact on gender inequality.

Consequently, the present research has three principles objectives. Firstly, a longitudinal analysis (1985 to 2014) seeks to understand the difference between levels of participation and political engagement of women and men by comparing Southern European countries with each other.

Secondly, an analysis will be made of the impact of the economic crisis on gender inequalities in the most affected countries (Southern European countries) compared to those least affected, the Nordic and the Central, Western and Eastern European countries.

Finally, an exploratory study will be conducted on the political socialization of Portuguese university students, seeking to ascertain if life experiences in childhood will have passed into adult life. The aim is to explore the influence of socialization agents (i.e. family, school, community and church) on the relations of young people with politics.

A triangular methodology is used, combining quantitative and qualitative techniques. The quantitative methodology will be used to analyse the effect of time and the economic crisis on Southern European countries and other groups of countries. This will draw on secondary data available in international databases, namely: Four Nations Study, 1985; ESS, 2002-2014; CSES, 2001-2006; WVS, 2004; EVS, 1981-2008; EES, 1999-2014. The qualitative methodology will be used to analyse information on the political socialization of young students in Portugal, based on interviews conducted by the author in several higher education establishments in the city of Lisbon in 2018.

Keywords: gender; economic crisis; political participation; political attitudes; political socialization; countries of Southern Europe.

Índice Geral

| | |
|--|------|
| Índice de Figuras | vi |
| Índice de Gráficos | vii |
| Índice de Quadros..... | viii |
| Glossário de siglas..... | x |
| Capítulo I - Introdução | 1 |
| 1.1 A precariedade democrática | 1 |
| 1.2 Delimitação e objetivos da pesquisa..... | 3 |
| Capítulo II – Revisão da Literatura | 7 |
| 2.1 Género e estudos de género num contexto global | 7 |
| 2.2 Género: Participação política e atitudes políticas..... | 10 |
| 2.3 Influência da crise na desigualdade de género nas atitudes e participação política | 13 |
| 2.4 Estudos da socialização política | 16 |
| 2.4.1 Voltando à base..... | 16 |
| Capítulo III – Hipóteses e Fundamentação de Hipóteses | 19 |
| 3.1 Hipóteses | 19 |
| 3.2 Participação política e atitudes políticas ao longo do tempo (1985-2014)..... | 19 |
| 3.3 Crise económica: origens e consequências..... | 28 |
| 3.4 Possível impacto da crise económica | 34 |
| Capítulo IV - Metodologia, Dados e Operacionalização de Conceitos | 40 |
| 4.1 Tipo e Natureza Metodológica | 40 |
| 4.2 Metodologia quantitativa..... | 41 |
| 4.3 Dados utilizados | 42 |
| 4.4 Operacionalização de conceitos..... | 47 |
| 4.4.1 Participação política..... | 47 |
| 4.4.2 Atitudes políticas | 49 |
| 4.4.3 Tratamento e análise de variáveis | 52 |
| 4.5 Metodologia qualitativa..... | 55 |
| 4.5.1 A entrevista | 55 |
| 4.5.2 Da Entrevista à Análise de Conteúdo | 57 |
| 4.5.3 Socialização política | 58 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo V - Participação política, atitudes políticas e socialização política: conceptualização | 61 |
| 5.1 Definição da participação política | 61 |
| 5.1.2 Formas e tipos de participação política..... | 62 |
| 5.1.3 Modalidades da participação política..... | 63 |
| 5.1.4 Tipologias da participação política: novos enfoques | 73 |
| 5.1.5 Distinção das formas da participação política | 76 |
| 5.1.6 Participação convencional vs não convencional..... | 78 |
| 5.2 Definição das atitudes políticas | 80 |
| 5.2.1 Das atitudes às atitudes políticas..... | 80 |
| 5.2.2 Cultura política como fator primordial das atitudes políticas | 83 |
| 5.2.3 Cultura política e a pós-modernidade | 85 |
| 5.3 Denifição da socialização política | 86 |
| 5.3.1 Agentes de socialização política | 88 |
| Capítulo VI - Análise e Discussão dos Resultados: participação política, atitudes políticas e socialização política | 93 |
| 6.1 Análise da participação política..... | 93 |
| 6.1.1 Evolução das desigualdades de género na participação eleitoral..... | 93 |
| 6.1.2 Evolução das desigualdades de género na participação convencional | 105 |
| 6.1.3 Desigualdades de género na participação política não convencional | 116 |
| 6.1.4 Evolução das desigualdades de género na participação comunitária..... | 128 |
| 6.1.5 Conclusão..... | 139 |
| 6.2 Evolução das desigualdades de género nas atitudes políticas | 141 |
| 6.2.1 Desigualdade de género no envolvimento político | 141 |
| 6.2.2 Desigualdades de género na confiança em instituições políticas..... | 154 |
| 6.2.3 Conclusão..... | 165 |
| 6.3 Análise da socialização política..... | 166 |
| 6.3.1 A influência dos agentes de socialização nas atitudes e comportamentos políticos durante a infância e adolescência dos estudantes | 166 |
| 6.4 Influência da socialização nas atitudes e comportamentos políticos dos jovens estudantes..... | 169 |
| 6.5 Conclusão e Discussão | 170 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo VII – Conclusões Gerais | 173 |
| 7.1 Objetivos da pesquisa | 173 |
| 7.2 Os resultados da pesquisa | 174 |
| 7.2.1 Participação política..... | 174 |
| 7.2.2 Atitudes políticas | 176 |
| 7.2.3 Socialização política | 177 |
| 7.2.4 Notas finais | 178 |
| Bibliografia | 179 |
| Fontes | 200 |
| Anexos | I |
| Anexo A – Análise qualitativa (entrevistas)..... | I |
| Anexo B – Análise e descrição de variáveis quantitativas | VII |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura nº 1.1 - Modelo de Análise | 4 |
| Figura nº 3.1 - Fatores estruturais da origem da crise na Zona Euro | 29 |
| Figura nº 5.1 - Níveis de participação política | 64 |
| Figura nº 5.2 - Evolução da participação política | 70 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico nº 3.1 - Mudanças na confiança no governo e na UE entre 2007-2011 | 39 |
| Gráfico nº 6.1 - Probabilidades da participação eleitoral na Europa do sul, 1985-2014..... | 100 |
| Gráfico nº 6.2 - Probabilidades da participação eleitoral nos países menos e mais afetados, 2006-2014..... | 104 |
| Gráfico nº 6.3 - Probabilidades da participação convencional na Europa do sul, 1985-2014 | 111 |
| Gráfico nº 6.4 - Probabilidades da participação convencional nos países menos e mais afetados, 2006-2014 | 115 |
| Gráfico nº 6.5 - Probabilidades da participação não convencional na Europa do sul, 1985-2014..... | 123 |
| Gráfico nº 6.6 - Probabilidades da participação não convencional nos países menos e mais afetados, 2006-2014 | 127 |
| Gráfico nº 6.7 - Probabilidades da participação comunitária na Europa do sul, 1985-2014.. | 134 |
| Gráfico nº 6.8 - Probabilidades da participação comunitária nos países menos e mais afetados, 2006-2014..... | 138 |
| Gráfico nº 6.10 - Previsão do envolvimento político nos países menos e mais afetados, 2006-2014..... | 153 |
| Gráfico nº 6.11 - Previsão da confiança política nos países da Europa do sul (1999-2014).. | 160 |
| Gráfico nº 6.12 - Previsão da confiança política nos países menos e mais afetados, 2006-2014 | 164 |

Índice de Quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro nº 3.1 - Contexto eleitoral durante a crise económica na Europa do sul, 2010-2011.. | 31 |
| Quadro nº 4.1 - Vantagens e limitações dos dados secundários | 43 |
| Quadro nº 4.2 - Inquéritos utilizados: European Elections Studies, 1999-2014 | 44 |
| Quadro nº 4.3 - Inquéritos utilizados: Four Nations Study, 1985 | 45 |
| Quadro nº 4.4 - Inquéritos utilizados: European Social Survey, 2002-2012 | 46 |
| Quadro nº 4.5 - Inquéritos utilizados: European Values Survey, 1981-2008 | 46 |
| Quadro nº 4.6 - Inquéritos utilizados: World Values Survey, 2004..... | 47 |
| Quadro nº 4.7 - Operacionalização de conceitos: formas e tipos de participação política..... | 49 |
| Quadro nº 4.8 - Operacionalização de conceitos: Dimensão e modalidades das atitudes políticas | 52 |
| Quadro nº 4.9 - Tipo e característica da entrevista | 55 |
| Quadro nº 4.10 - Modelo de socialização política durante o ciclo de vida | 59 |
| Quadro nº 4.11 - Operacionalização de conceitos da socialização política | 60 |
| Quadro nº 5.1 - Formas e participação política | 63 |
| Quadro nº 5.2 - Tipos e formas de participação política | 65 |
| Quadro nº 5.3 - Tipologia da Ação do Repertório Político | 67 |
| Quadro nº 5.4 - Formas e características das atividades políticas..... | 69 |
| Quadro nº 5.5 - Formas de participação política | 71 |
| Quadro nº 5.6 - Estrutura da participação política | 72 |
| Quadro nº 5.7 - Tipologia da participação política, segundo Sabucedo e Arce | 74 |
| Quadro nº 5.8 - Nova tipologia dos modos de participação política | 75 |
| Quadro nº 5.9 - Tipos de cultura política | 84 |
| Quadro nº 6.1 - Evolução da modalidade da participação política eleitoral (voto) (%)..... | 94 |
| Quadro nº 6.2 - Desigualdades de género na participação política na Europa do sul, (<i>regressão logística binária</i>), 1985-2014..... | 98 |
| Quadro nº 6.3 - Desigualdades de género na participação eleitoral nos países menos afetados, (<i>regressão logística binária</i>), 2006-2014..... | 101 |
| Quadro nº 6.4 - Evolução das modalidades da participação política convencional (%) | 105 |
| Quadro nº 6.5 - Desigualdades de género na participação convencional, (<i>regressão logística binária</i>), 1985-2014 | 109 |
| Quadro nº 6.6 - Desigualdades de género na participação convencional nos países menos afetados (<i>regressão logística binária</i>), 2006-2014 | 112 |

| | |
|---|-----|
| Quadro nº 6.7 - Evolução das modalidades da participação não convencional, 1985-2014, (%) | 117 |
| Quadro nº 6.8 - Desigualdades de género na participação não convencional na Europa do sul, (<i>regressão logística binária</i>), 1985-2014..... | 121 |
| Quadro nº 6.9 - Desigualdades de género na participação não convencional dos menos afetados (<i>regressão logística binária</i>), 2006-2014 | 124 |
| Quadro nº 6.10 - Modalidade da participação comunitária (ajudar a resolver problemas comunitários), 1985-2014 (%) | 128 |
| Quadro nº 6.11 - Desigualdades de género na participação comunitária, (<i>regressão logística binária</i>), 1985-2014 | 132 |
| Quadro nº 6.12 - Desigualdades de género na participação comunitária nos países menos afetados (<i>regressão logística binária</i>), 2006-2014 | 135 |
| Quadro nº 6.13 - Evolução das modalidades do envolvimento político (%), 2002-2014 | 143 |
| Quadro nº 6.14 - Desigualdades de género no envolvimento político na Europa do sul (<i>regressão linear</i> , coeficientes não estandardizados), 2002-2014 | 147 |
| Quadro nº 6.15 - Desigualdades de género no envolvimento político em países menos afetados (<i>regressão linear</i> , coeficientes não estandardizados), 2006-2014..... | 150 |
| Quadro nº 6.16 - Evolução das modalidades da confiança política, 1990-2014, (média)..... | 155 |
| Quadro nº 6.17 - Desigualdades de género na confiança política na Europa do sul (<i>regressão linear múltipla</i> , coeficientes não estandardizados), 1999-2014 | 158 |
| Quadro nº 6.18 - Desigualdades de género na confiança política em países menos afetados (<i>regressão linear</i> , coeficientes não estandardizados), 2006-2014 | 161 |

Glossário de siglas

AP-PP – Alianza Popular-Partido Popular

BCE – Banco Central Europeu

C – Casado

CNME – Conselho Nacional das Mulheres Espanholas

CNMG – Conselho Nacional das Mulheres Gregas

CNMI – Conselho Nacional das Mulheres Italianas

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

DP – Desvio-padrão

EES – European Elections Studies

ESS – European Social Survey

EUA – Estados Unidos da América

EVS – European Values Studies

E.P – Erro-padrão

H – Homem

IEA – The International Association for the Evaluation of Educational Achievement

ICW – International Council of Women

M – Mulher

ONG – Organização(ões) não governamental(ais)

ONU – Organização das Nações Unidas

PPD-PSD – Partido Popular Democrático-Partido Social-Democrata

S – Superior

SPSS – Stastiscal Package for Social Science

TV – Televisão

UE – União Europeia

VD – Variáveis Dependentes

VI – Variáveis Independentes

WVS – World Values Survey

Capítulo I - Introdução

1.1 A precariedade democrática

A questão da participação política está intrinsecamente ligada à democracia (Parry et al., 1992: 3). Um dos princípios fundamentais da democracia, participativa e representativa em especial, é o princípio da equidade social (Verba e Nie, 1972; Lijphart, 1997). E são as atitudes e comportamentos que permitem que o cidadão tenha alguma orientação para a vida política (Dalton, 2000). A democracia é um processo que exige esforços e investimentos permanentes a médio e a longo prazo. A sustentabilidade democrática depende de vários fatores, desde os níveis culturais ao desenvolvimento socioeconómico. Mas, os ensinamentos que o indivíduo obtém, desde muito cedo, são fundamentais para a subsistência do próprio regime, como observou Orit Ichilov, *“democracy’s vitality and continuity greatly depend upon transmitting to each young generation the visions of the democratic life and the commitment to it”* (1990: 1 citado por Perloff, 2014: 96).

As *mudanças e continuidades* dos comportamentos e atitudes políticas tendem a ser as principais inquietações dos académicos da área da socialização política, pelo que analisar estas três componentes temáticas – atitudes políticas, participação política e socialização política – revela-se um passo importante para o aprofundamento e conhecimento do processo democrático.

Nas últimas décadas, a igualdade de género¹ tem ganho grande relevância nos centros de decisão política, exigindo-se a inclusão de mulheres no(s) processo(s) de eleição e/ou nomeação para órgãos superiores da política (Viegas e Faria, 2001: 1; Norris, 2006: 197). Os constantes apelos de várias organizações nacionais e internacionais, designadamente, ONU, ONG e partidos políticos, no sentido de se promover a igualdade da participação de ambos os sexos em todas as áreas da esfera política e da esfera pública, a crescente presença desse tema no debate político dos países industriais avançados e não avançados, as medidas regulamentares internas dos partidos e a frequente adoção de disposições legais que impõem a representação mínima de cada sexo são exemplos claros da importância e da forte

¹ Decidiu-se usar os termos “género” e “sexo” como palavras intercambiáveis, já que é conhecida a aceção de ambos os conceitos. Isto é, “género” refere-se a uma variável contínua que caracteriza o grau masculino e feminino e “sexo” é uma variável dicotómica que distingue a categoria mulher e homem (Espírito-Santo, 2011).

consciencialização relativamente a esta questão (Viegas e Faria, 2001: 1; Santos e Amâncio, 2010-2012; Sawyer, 2011).

No campo das atitudes e comportamentos políticos as desigualdades de género são menos visíveis, embora existam. Mulheres e homens tendem a intervir de igual modo na participação eleitoral (Topf, 1995a) e na participação política não convencional (Verba et al., 1995), embora as mulheres se envolvam menos do que os homens em atividades políticas ditas convencionais (Coffé e Bolzendahl, 2010) e sejam mais ativas do que os homens nas atividades comunitárias (Lowndes, 2000). Quando analisadas as atitudes políticas, as diferenças de género são mais expressivas. As mulheres revelam níveis de sentimento de eficácia política, de conhecimento e informação política e de envolvimento político mais baixos do que os homens, mas apresentam níveis de confiança política semelhantes (ver cap. III).

Os momentos que sucederam à terceira vaga de democratização, que teve início na Europa do Sul no final dos anos 70, traduziram-se em fortes transformações não só no que diz respeito ao regime político, mas também no que concerne à modernização, desenvolvimento socioeconómico e cultural. No entanto, o processo de modernização tem sido desigual, parcial e incompleto quando se trata das diferenças entre mulheres e homens, o que resulta num dos obstáculos à qualidade da democracia no Sul do velho continente (ver Ferreira, 2000 e 2013).

É sabido que as desigualdades de género nas atividades políticas podem variar de época para época, de sociedade para sociedade e de eleições para eleições, como resultado da dinâmica dos acontecimentos políticos e sociais.

A crise financeira que teve origem nos EUA em 2007 e que atingiu as costas europeias, de 2008 até sensivelmente ao ano de 2012, deixou algumas sequelas irreparáveis pelo menos a médio prazo. Como afirma o sociólogo António Barreto, o estado-providência começou a ter problemas de solidez, o sul passou a estar cada vez mais pobre, falido e endividado: com pouca indústria, um sistema bancário deficitário, uma população envelhecida, um enorme caudal de emigração (de mulheres e jovens, principalmente)² e uma profunda desigualdade social (Barreto, 2015).

Embora tenha passado, a crise económica tem estado no centro da política europeia e tem representado um dos focos de interesse de investigadores das mais variadas áreas das ciências sociais, incluindo, cientistas políticos. A intervenção de vários economistas de renome do

² Ver por exemplo, Wall et al, 2015; Múrias, 2015.

mundo académico [da esquerda (Thomas Piketty e Joseph Stiglitz)³ à direita (Paul Krugman, 2012)], os vários protestos que se verificaram nos países do sul da Europa apelando ao fim das políticas de austeridade ou o aumento do interesse, nos últimos anos, pela revista académica centrada no sul da Europa *South European Society and Politics* não só demonstram a atualidade deste tema, mas também a importância do mesmo. Freire et al. (2015) e Viegas et al. (2015: 195) salientam que qualquer análise que se relacione com o comportamento e atitudes políticas nas democracias europeias nos dias de hoje, deve distinguir as tendências de mudança estrutural dos aspetos conjunturais associados à crise económica e financeira que o continente enfrentou.

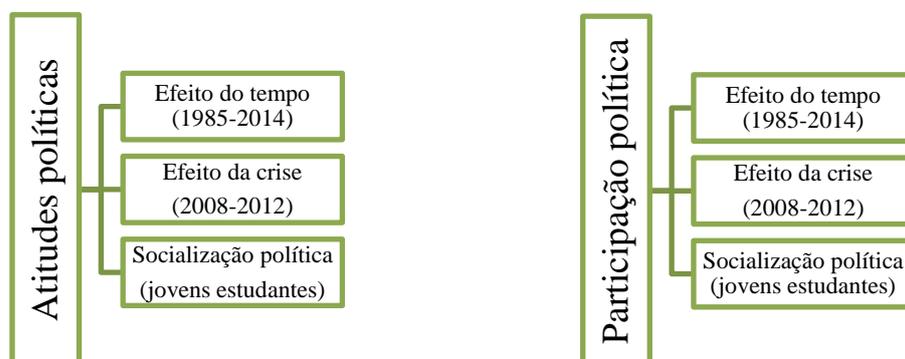
1.2 Delimitação e objetivos da pesquisa

Por um lado, os estudos sobre desigualdade de género nos países da Europa do sul ainda carecem de análises detalhadas no que se refere às atitudes e à participação política, principalmente uma análise diacrónico-comparativa entre os países. Por outro lado, os estudos emergentes da crise económica (2008-2012) nas novas democracias europeias, sobre ativismo político e atitudes políticas, não levaram em consideração o possível impacto desta nas desigualdades de género. A presente pesquisa, que visa investigar as diferenças entre mulheres e homens quanto às *atitudes políticas* e quanto à *participação política* – que funcionarão como as variáveis dependentes (VD) do estudo –, procura colmatar estas duas lacunas. Relativamente a cada um desses conceitos (*atitudes políticas* e *participação política*) far-se-ão três tipos de análise: em primeiro lugar, realiza-se uma análise longitudinal que compreende o período de 1985 até 2014; em segundo lugar, investiga-se o efeito da crise económica através do estudo dos seus momentos mais marcantes, isto é, de 2008 a 2012; e, por último, faz-se um estudo exploratório sobre a socialização política de jovens estudantes universitários. A figura n.º 1.1 apresenta o modelo de análise desenvolvido.

Consequentemente, a presente investigação tem três objetivos principais: num primeiro momento, procurar-se-á fazer uma análise longitudinal (1985 até 2014) para perceber a diferença entre os níveis de participação e envolvimento político de mulheres e homens, comparando os países da Europa do sul entre si.

³ Disponível em: <http://observador.pt/2015/06/06/economistas-escrevem-carta-contr-a-continuacao-da-austeridade-na-grecia/>. Acedido a 23 de fevereiro de 2016.

Figura nº 1.1 - Modelo de Análise



Fonte: elaborado pelo autor.

Num segundo momento, procurar-se-á analisar o impacto da crise económica nas desigualdades de género nos países mais afetados (países da Europa do sul) em comparação com os países menos afetados, tais como, os países nórdicos, os países da Europa central e ocidental e os países da Europa do leste.

Por último, num terceiro momento, realizar-se-á um estudo exploratório sobre a socialização política dos estudantes universitários portugueses, procurando averiguar se as experiências de vida na infância terão transitado para a vida adulta (Sears e Levy, 2003). A intenção é perceber até que ponto o legado dos agentes de socialização (familiares, escola, comunidade e igreja) tem influência na perceção política entre as e os jovens portugueses durante o seu ciclo de vida (Rapoport, 1985; Verba et al, 2003; Hooghe e Wilkenfeld, 2008).

Antes de mais, importa realçar que o período em análise, de 1985 até 2014, é fundamental porque permite identificar e compreender a evolução da inclinação das mulheres para serem politicamente ativas ao longo dos últimos anos (Vassalo, 2006: 412; Baum e Espírito-Santo, 2007: 112 e 113). Em segundo lugar, permite perceber se, com o surgimento da crise económica, as desigualdades de género se acentuaram ou não. Finalmente, a pesquisa começa em 1985 porque é o momento em que Portugal e Grécia começam a ser incluídos em estudos internacionais (ver Freire, 2006; Baum e Espírito-Santo, 2007), logo, só a partir deste ano há dados de opinião pública disponíveis.

Como foi dito, os estudos sobre desigualdade de género e política têm sido pouco frequentes nos países do sul da Europa, deixando, de certo, algumas lacunas tanto ao nível comparativo, como ao nível de uma análise diacrónica e quanto a uma análise que reflita o

impacto da crise económica no ativismo político de mulheres e homens. Por isto, esta investigação propõe-se examinar os seguintes objetivos específicos:

- 1 - Analisar a participação política e as atitudes políticas de mulheres e homens dos países da Europa do sul ao longo dos tempos;
- 2 - Verificar se a crise económica protagonizou um possível efeito nas diferenças de género no período pré e pós crise económica nas atitudes políticas e na participação política;
- 3 - Comparar o impacto da crise económica nos países da Europa do sul com os países europeus menos afetados (países nórdicos, países europeus do centro e ocidente e do leste), no período compreendido entre 2008 e 2012, tendo em conta as atitudes políticas e a participação política de mulheres e homens;
- 4 – Fazer um estudo exploratório sobre a forma como são socializados para a política as jovens e os jovens estudantes;
- 5 – Averiguar, ainda que superficialmente, a relação entre o tipo de socialização política e o grau de participação política das jovens e dos jovens estudantes.

Para o alcance dos objetivos do estudo, utilizar-se-á a metodologia triangular que consiste no uso combinado de metodologia quantitativa e qualitativa. A metodologia quantitativa servirá para analisar o efeito tempo e o efeito crise económica (nos países da Europa do sul e noutros grupos de países em análise). Os dados provêm de vários bancos de dados internacionais, designadamente, European Social Survey, European Values Studies, European Electoral Studies, World Values Survey, Four Nations Studies (para mais detalhes ver cap. IV). A seleção das bases de dados foi feita, sobretudo, tendo em conta a disponibilidade de indicadores adequados para aferir atitudes políticas e participação política no horizonte temporal pretendido (1985-2014). Foi dada particular atenção ao facto da formulação de questões em cada uma das bases de dados ter sido feita de forma idêntica (ver anexo B.3, pp. X-XIV).

A metodologia qualitativa servirá para analisar dados relativos à socialização política dos jovens estudantes em Portugal. Os dados foram recolhidos por nós em vários estabelecimentos do ensino superior na cidade de Lisboa, nomeadamente, Faculdade de Direito, Escola Superior de Enfermagem, Faculdade de Letras, Faculdade de Medicina Dentária, Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa e no ISCTE, num total de 27 entrevistas.

Para terminar, atente-se que este trabalho está estruturado em sete secções lógicas. A primeira é a presente introdução que faz uma breve apresentação do que se pretende analisar; a segunda consiste numa revisão da literatura que engloba os estudos de género nas atitudes políticas, na participação política e na socialização política; a terceira secção apresenta as hipóteses e a sua fundamentação; a quarta desenha o quadro metodológico orientador da pesquisa; a quinta secção apresenta o quadro concetual da participação política, atitudes políticas e socialização política; a sexta secção consiste numa exposição dos resultados, onde se procura fazer a sua análise e discussão; por último, apresentam-se as conclusões e considerações finais da pesquisa.

Capítulo II – Revisão da Literatura

2.1 Género e estudos de género num contexto global

Desde sempre que as mulheres têm sido excluídas do processo político, quer por autoexclusão, quer por serem discriminadas pelo sexo oposto, ao achar-se que a política é uma atividade meramente masculina (Paxton e Kunovich, 2003: 91; Tremblay, 2007: 533).

O estudo sobre o género não se limita apenas ao campo da ciência política, sendo analisada também em outras ciências como economia, psicologia, sociologia, antropologia, história, etc. (Burns, 2002; Norris, 2007; Bourdieu, 2013; entre outros). O surgimento do conceito de género, a nível internacional e nas mais diversas ciências sociais, deve-se em grande parte aos movimentos feministas que questionavam o essencialismo das categorias homem e mulher na segunda vaga do feminismo. A segunda vaga do feminismo, que se demarcou na década de 1960 e 1970 no mundo ocidental, fez com que as mulheres exigissem a sua emancipação em todas as áreas sociais da atividade humana, incluindo uma grande representação na esfera política (Viegas e Faria, 2001: 1; Matland, 2005: 100; Sawer, 2011: 202).

No ramo da ciência política, a (des)igualdade de género não é um tema recente, mas nos últimos tempos emergiram vários estudos dedicados a esta questão (Burns, 2002; Norris, 2007; Shapiro e Jacobs, 2011: cap. 29). O sociólogo e politólogo Maurice Duverger foi um dos primeiros estudiosos desta matéria no âmbito da ciência política. Num estudo publicado em 1955, intitulado *The Political Role of Women*, o autor pretendia perceber quais os motivos que influenciavam a fraca participação de mulheres nos processos políticos.

Posteriormente, surgiram vários estudos para explicar a fraca proporção de mulheres em cargos elegíveis/nomeação para os órgãos superiores de decisão política. Estes estudos distinguiram, essencialmente, três fatores: *fatores estruturais ou socioeconómicos* que incluem níveis de desenvolvimento socioeconómico e a proporção de mulheres em ocupações profissionais e de gerência empresarial; fatores políticos como os sistemas eleitorais (sistema de representação proporcional e sistema maioritário); e *fatores culturais*, tais como os comportamentos culturais, os valores da sociedade que se relacionam com as questões do género (Kenworthy e Malami, 1999; Matland e Montgomery, 2003; Norris e Inglehart, 2001; Norris, 2009; Paxton e Kunovich, 2003; Tremblay, 2008; Roza et al., 2011; entre outros).

Alguns estudos analisam o papel dos partidos políticos na promoção ou despromoção de mulheres em órgãos superiores dos ditos partidos (Lovenduski e Norris, 1993; Caul, 1999; Kittilson, 2011). Outros estudam a forma como as mulheres são recrutadas para as elites

políticas, ou seja, avaliam a lei da oferta e da procura (Rule, 1987; Norris e Lovenduski, 1995; Matland, 2005). Uma outra linha de investigação avalia as quotas como forma de discriminação positiva nos órgãos superiores da política (Caul, 2001; Dahlerup e Freidenvall, 2005; Ballington, 2004; Bauer, 2008).

Nancy Burns (2002) e Pippa Norris (2007) abordam o “estado da arte” nos estudos do género, também fazem a sua conceptualização e sublinham as dificuldades patentes na conceptualização do mesmo.

Sainsbury (1999), Orloff (1996), O’Connor (1996) e Skocpol (1992), González et al. (2000) estudam a relação que existe entre *Estado, mercado e família*. Isto é, estudam a relação entre o Estado e o mercado no sistema de distribuição dos direitos sociais. Neste contexto, são reconhecidas todas as famílias e mulheres que não trabalham e não são pagas como uma variação no sistema de pagamento social. Miki Caul Kittilson (2008) examina a relação que existe entre a proporção de mulheres nos parlamentos e um conjunto de políticas que se destinam às mulheres e às famílias, tais como a provisão de políticas de maternidade e de cuidados infantis. Estas medidas permitem maior acessibilidade a cargos elegíveis, segundo a autora.

Gray et al. (2006) estudam a globalização como agente da mudança e promotor da ascensão das mulheres na esfera económica, política e social. Ou seja, a globalização permite que as mulheres entrem no mercado de trabalho e, por sua vez, estas ganham uma autonomia económico-financeiro e social.

Lim e Petrone (2010) estudam o género na política de massas em regimes ditatoriais. Por um lado, os autores analisam a forma como homens e mulheres são mobilizados para participar e apoiar voluntariamente os atos de massas nestes regimes. Por outro, os autores analisam o modo como os impérios colonialistas (tanto os regimes não democráticos como os regimes democráticos) utilizavam o género, para mobilizar e apoiar os seus ideais, junto dos seus colonizados e dos cidadãos das suas grandes metrópoles. Harvey (1998) analisa a forma como partidos políticos/candidatos mobilizam as mulheres para votarem em eleições, durante o período de 1920 a 1970, nos Estados Unidos da América.

Outros autores analisam a ambição política nas desigualdades de género, cujo foco é a motivação pessoal dos homens e das mulheres para ascenderem ao mais alto nível da atividade política. Nesta linha de investigação, alega-se que as desigualdades de género na política devem-se ao facto de as mulheres se acharem menos qualificadas para competir com homens no campo político (Merritt, 1982; Costantini, 1990; Palmer e Simon, 2003; Lawless, 2004; Fox e Lawless, 2005; 2010; 2011; Lawless e Fox, 2012; Greenlee, 2014).

Existe uma linha de investigação que estuda as desigualdades de género no comportamento eleitoral, avaliando a variância de voto e a ideologia política (*esquerda vs direita*) entre homens e mulheres (Inglehart e Norris, 2000 e 2003; Baum e Espírito-Santo, 2007; Corbetta e Cavazza, 2007).

Conway et al. (1997), Baum e Espírito-Santo (2004; 2007), Morales (1999) analisam o efeito das mudanças culturais nos papéis das mulheres e o impacto da perceção do papel do género nas atitudes, comportamento e participação política.

Outros analisam a socialização política. Estes estudos centram-se na educação que os indivíduos obtêm desde a infância. Ou seja, a fraca participação política das mulheres está relacionada com a diferença na educação política que mulheres e homens recebem desde tenra idade. O facto de os homens serem mais incentivados para a vida fora de casa, para exporem as suas opiniões e para o conflito fá-los mais aptos para a vida política (Hyman, 1959; Greenstein, 1965; Hess e Torney, 1967; Andersen, 1975; Welch, 1977: 713-14; Rapoport, 1981; 1985; Togeby, 1994: 216; Pateman, 1994; Putman, 1995 e 2000).

Stocker e Jennings (1995) procuram perceber se as pessoas casadas se influenciam umas às outras no processo político. Estes analisam as mudanças de comportamento entre casais quanto à participação política tendo em conta os momentos que antecedem e sucedem o casamento. Caprioli e Boyer (2001) analisam a relação que existe entre países que têm melhores políticas igualitárias de género e o papel que estes desempenham no processo de resolução de conflitos na arena internacional. Estes concluem que países com melhores políticas são menos propensos ao uso da força nos conflitos entre os Estados do que aqueles que têm políticas menos igualitárias.

Nos EUA, por exemplo, têm-se feito estudos de género e política ligados a questões inter-raciais (ver por exemplo, Walton Jr., 1994a: parte 5; Wilcox, 1997; Gurin, 1985). Os temas estão relacionados com fatores implícitos à promoção/despromoção de mulheres em órgãos de decisão política, o seu envolvimento político nas estruturas partidárias, comportamento de voto das mulheres, a participação de mulheres em campanhas políticas. Uns procuram perceber a participação política feminina e os fatores que influenciam essa participação, enquanto outros examinam a influência que algumas candidatas negras exerceram na comunidade afroamericana (mulheres e homens) a entrar massivamente na política (Harmon-Martin, 1994; Ardey, 1994; Walton Jr. e Campbell Jr., 1994; Walton Jr., 1994b). Walton Jr. (1994b) estuda o papel das organizações feministas negras e a influência que exerceram no apoio de candidatas negras à presidência e vice-presidência nos EUA.

Estuda-se, também, o papel das organizações feministas no processo de emancipação de mulheres na esfera pública, em geral, e na esfera política, em particular (Wilcox, 1997; Conover, 1988; Gurin, 1985; Kollman, 1998: 108; Harmon-Martin, 1994; Ardey, 1994; Walton Jr. e Campbell Jr., 1994; Harvey, 1988; Walton Jr., 1994b; González et al, 2000, Cova, 2008; 2010 e 2013; Levine, 2007; Offen, 1988; 2000; Harvey, 1998; Lovenduski (2005); Sawyer, 2011; entre outros). Outros estudam a importância dos movimentos feministas no processo de emancipação feminina através da mudança de consciência na sociedade (Gurin, 1985; Kollman, 1998).

Harvey (1998) estuda a forma como os partidos políticos e os candidatos mobilizavam as mulheres, enquanto grupo social, em seu benefício, durante o processo eleitoral. Outros autores estudam os fatores estruturais baseados nos recursos. Nesta teoria, analisam-se as dificuldades que as mulheres enfrentam como consequência dos seus níveis baixos de desenvolvimento social e económico, incluindo tempo e dinheiro para as ocupações em atividades políticas, tais como, ocupações profissionais e de chefia, e para se apresentarem como candidatas políticas, etc. (Togoby, 1994; Burns et al, 2001; Scholzman et al, 1994 e 1995; Burns et al, 2001 e 2002).

2.2 Género: Participação política e atitudes políticas

Numa perspetiva global, importa salientar a existência de um manancial de publicações (em livros, artigos, capítulos de livro, etc) que centram a sua análise na temática do *gender gap*. Como por exemplo, o livro editado por González et al. (2000), *Gender Inequalities in Southern Europe: Women, Work and Welfare in the 1990s*, que aborda as mudanças e continuidades nos sistemas de provisão social, as configurações de famílias e de lares, a divisão de trabalho de género, os padrões de emprego e a participação política feminina nos quatro países da Europa do Sul. Guadagnini (2005) e Valiente (2005) analisam a influência que as organizações feministas tiveram no processo de empoderamento da participação de mulheres em órgãos de decisão política em Espanha e Itália. Destaca-se, também, o papel das organizações feministas no processo da emancipação de mulheres em toda esfera social nos países da Europa do Sul (Offen, 2000; Cova, 2008-2013; Frangoudaki e Keyder, 2007; entre outros). Jiménez (2009) analisa a participação das mulheres nos partidos conservadores em Portugal e Espanha, designadamente, no Partido Popular Democrático-Partido Social-Democrata (PPD-PSD, Portugal) e na Alianza Popular-Partido Popular (AP-PP,

Espanha), explorando os fatores que podem explicar o aumento da sua participação nestes partidos e as suas consequências.

Os estudos sobre as desigualdades de género nas atitudes e comportamentos políticos na Europa do Sul tendem a ser poucos explorados (Vassalo, 2006; Giger, 2009). Não obstante, verificam-se algumas pesquisas realizadas no âmbito de estudo de caso (Bull, 1997; Morales, 1999; Baum e Espírito-Santo, 2004; Corbetta e Cavazza, 2008; entre outros). Outros, apesar de estudos de caso, centram a sua análise numa perspetiva comparativa europeia (Baum e Espírito-Santo, 2007; Viegas e Faria, 2001). Nalguns casos, as novas democracias do sul são analisadas ao nível comparativo regional europeu (Topf, 1995a e 1995b; Coffé e Bolzendahl; 2010; Marien et al, 2010), ou, são examinadas ao nível global (Karp e Banducci, 2008; Espírito-Santo, 2011; Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012).

Porém, assinala-se o estudo comparativo de Tània Verge (2013) que procura analisar o impacto do sistema de adoção de quotas no processo de seleção de mulheres em cargos políticos elegíveis, nomeadamente, em Portugal, Grécia e Espanha. Além das investigações apontadas no ponto anterior e da investigação qualitativa de Tània Verge, não foi possível encontrar outro estudo que centre a sua atenção exclusivamente na Europa do sul. Coincidentemente, são poucos os autores que procuram explorar a ação política de mulheres e homens na Europa do sul ao longo dos tempos (Topf, 1995a e 1995b; Baum e Espírito-Santo, 2007). Neste sentido, os dados precisam de ser atualizados.

É nesta perspetiva que se procura analisar as desigualdades de género nas atitudes políticas e na participação política, comparando os países entre si, numa perspetiva longitudinal, e, pontualmente, comparando-os com os países da Europa do norte, central e ocidental e Europa do leste.

No que toca à participação política, Laura Morales (1999) analisou várias formas de participação política (convencionais e não convencionais). Em termos gerais, Morales concluiu que a desigualdade de género na participação política é bastante significativa em Espanha. A autora percebeu que a desigualdade de género é maior nas organizações políticas tradicionais e nos partidos políticos, onde a participação de homens é três vezes superior à de mulheres. No que respeita à participação não convencional, são poucas as diferenças em atividades como assinar uma petição e participar em demonstrações ou protestos. E, verifica o desaparecimento total das desigualdades de género na participação eleitoral.

Com base em metodologia comparativa, no seu estudo longitudinal, Topf (1995a) e Baum e Espírito-Santo (2007) comprovaram também o desaparecimento significativo das desigualdades de género na participação eleitoral em Portugal (em especial) e em toda Europa

do sul. Quando procuraram analisar as desigualdades de género além do voto (*ser membro de um partido, convencer alguém a votar, colaborar com um partido, contactar um político*), Baum e Espírito-Santo (2007) notaram que até 1988 a desigualdade de género era significativa, sendo os homens mais participativos, tendência que em 2002 entrou em declínio. No que toca à participação não convencional (*aderir a greves, ocupar edifícios ou fábricas, participar em manifestações legais, assinar petições*), observa-se que, a partir de 1999, as desigualdades de género tornaram-se menos significativas e nos casos onde haja diferenças significativas, estas são ligeiras. Antes, em 2004, Baum e Espírito-Santo tinham aferido desigualdades de género ligeiras ao nível da participação eleitoral, opções partidárias e outras formas de participação política convencional em Portugal. Mas, quando se transpusesse para as atividades não convencionais, as desigualdades de género eram bastante significativas.

No seu estudo ao nível regional da UE, Francesca Vassalo (2006) demonstra que Portugal, Espanha e Itália apresentam, consistentemente, fracos níveis de ativismo nas atividades eleitorais e atividades não convencionais da participação política. Por sua vez, Marien et al. (2010) e Coffé e Bolzendahl (2010) não detetaram diferenças entre mulheres e homens nas atividades políticas eleitorais em Portugal e Espanha, mas verificaram diferenças significativas e ligeiras na participação política convencional e não convencional nestes países em análise.

No que tange aos estudos intrínsecos às atitudes políticas, procurando analisar a relação histórica entre nações fortemente influenciadas pelo Catolicismo ou Protestantismo em oito democracias europeias, Margareth Inglehart deteta que em países predominantemente católicos, incluindo Itália, as mulheres tendem a discutir e a interessar-se pela política significativamente menos do que os homens – sendo essas diferenças consistentes (Inglehart, 1988). Recentemente, em estudos semelhantes, Laura Morales e Michael Baum e Ana Espírito-Santo, observaram resultados idênticos em Portugal e em Espanha, respetivamente, pese embora estes indivíduos (portuguesas e portugueses e espanholas e espanhóis) apresentem níveis de interesse e discussão política fracos (Morales, 1999; Baum e Espírito-Santo, 2007: 126-7). Quando comparado com o resto da Europa, mesmo assim, a média das portuguesas e portugueses parecia mais baixa (Baum e Espírito-Santo, 2007: 126-7).

No que diz respeito ao consumo de informação política através dos *media*, Baum e Espírito-Santo encontraram um fosso maior entre mulheres e homens, em Portugal, cuja tendência era alargar-se à medida que o tempo ia avançando (Baum e Espírito-Santo, 2007: 129-30). Estudos prévios em Espanha e em Portugal, já tinham revelado diferenças de género

significativas, mas ligeiras (Morales, 1999; Baum e Espírito-Santo, 2004). Baum e Espírito-Santo (2004: 284-6) assinalaram diferenças significativas e consistentes do género ao nível de sentimento de eficácia política, mas, curiosamente, não encontraram nenhuma diferença ao nível da confiança nas instituições políticas.

Dado o objetivo desta pesquisa, que é averiguar até que ponto a crise económica teve um impacto na participação política e atitudes políticas nas diferenças de género nos países da Europa do Sul, é interessante ver como é que a literatura tem tratado o fenómeno da crise económica. Assim, no ponto a seguir, pretende-se fazer uma revisão de literatura no campo da Ciência Política sobre o impacto da crise económica nas atitudes e comportamento político.

Como se pode observar, constatou-se que não existem muitas pesquisas sobre a desigualdade de género na participação política e atitudes políticas em perspetiva comparada e longitudinal nos quatro países do Sul da Europa, podendo ser este o primeiro.

De realçar, também, que, apesar de só recentemente ser enquadrado na ciência política, o estudo de género é uma área de pesquisa que tem sido, frequentemente, analisada nos quatro cantos do mundo (desde África até a Ásia) e com uma longa tradição nos Estados Unidos da América.

2.3 Influência da crise na desigualdade de género nas atitudes e participação política

Ainda não existem evidências claras que afirmem que a crise tende a estimular ou não o maior ou menor grau de envolvimento na ação política (Häusermann et al. 2013; Kern et al., 2015: 465). Neste sentido, essa afirmação parece ambivalente. Por um lado, os autores afirmam que em tempo de crise as pessoas sentem-se mais motivadas a expressar as suas necessidades e desejos nas urnas devido à sua indignação face ao estado da economia – *efeito de mobilização* (Scholzman e Verba, 1979: 12-19). Por outro lado, Rosenstone (1982) afirma que, em tempo de crise, as pessoas não se sentem motivadas para votar, porque a falta de recursos financeiros deixa-as desinteressadas pelo processo eleitoral – *efeito de rejeição*. Esta última afirmação parece verdadeira, à luz do atual momento que os países do Sul da Europa enfrentam. Por exemplo, nas eleições realizadas durante o período de (2010-2011), estes países registaram uma elevada taxa de abstenção eleitoral (Espanha, 74% a 69%, Itália, 81% a 75% e Grécia mais de 71% a 63%, respetivamente) (Glais e Blais, 2014: 1).

Como referido, a crise económica que se tem vivido na Europa, com enfoque aos países do sul do continente, despoletou um conjunto de estudos em várias áreas das ciências sociais. A crise económica não só alterou toda a conjuntura social e económica, como também o discurso e a prática da elite política e, em especial, alterou o processo da participação política dos países mais afetados, nomeadamente, Portugal, Grécia, Espanha e Itália (Bosco e Verney, 2012; Freire et al, 2014 e 2015; Magalhães, 2014; entre outros⁴). Essas mudanças devem-se ao facto de as questões económicas (emprego, segurança social, impostos, cortes salariais, etc.) fazerem parte do programa político (Scholzman e Verba, 1979:1; Viegas et al, 2015: 198).

Atualmente, a atenção concernentemente à participação política está muito virada para os efeitos (mudanças económicas, sociais e culturais que se começaram a manifestar nas últimas décadas do século XX até ao século XXI)⁵ da crise económica nestes comportamentos (Viegas et al, 2015: 195). Alguns autores têm destacado o envolvimento em manifestação nas faixas etárias mais elevadas e mais jovens, maior número de cidadãos das classes médias envolvidas, entidades organizadoras das manifestações públicas, aparições de grupos espontâneos da sociedade civil a par de outras manifestações dinamizadas por organizações reivindicativas tradicionais (Hooghe, 2012; Baumgarten, 2013; Fernades, 2015).

Estudos locais e internacionais relacionados com o efeito da crise económica na participação política têm enfatizado que, em tempos austeros da economia, as pessoas participam menos na vida política, responsabilizando os líderes políticos e os autores têm chamado à atenção para o declínio de participação nas formas eleitorais, convencionais e comunitárias e um aumento considerável da participação nas formas não convencionais da atividade política (Bartels, 2012; Lewis-Beck e Nadeau, 2012; Lobo e Lewis-Beck, 2012; entre outros).

Outros estudos recentes identificaram um aumento de todas as formas de participação política. No que toca à participação institucional política, “contactar com um político” revelou valores significativos na ordem dos 5% a 9%. O valor para a “colaboração com organização social ou cívica” é expressivo (19%), embora não seja considerado efeito da crise, uma vez que estudos anteriores já dispunham dos mesmos resultados. No âmbito da participação política não institucional, também se verificaram acréscimos significativos dessas modalidades, que foram visíveis nas petições (de 21% para 31%), nas manifestações públicas

⁴ Para uma revisão alargada sobre o impacto da crise económica no processo político pode ver os livros organizados/editados por Freire et al, 2015 e 2015b; Magalhães, 2015; Voicu et al, 2016.

⁵ Sobre este assunto, ver Inglehart, 1977; Norris, 1999.

(12% para 24%) ou nas greves legais (de 11% para 25%) (Viegas et al., 2015; ver também Chryssochou et al, 2013 e Freire et al., 2015: cap. 9).

No que diz respeito aos estudos de género, destaca-se o livro editado por Karamessini e Rubery (2013) que analisa o impacto da crise económica nas desigualdades de género, relativamente às políticas de austeridade e de consolidação fiscal. Estas incluíram, no curto prazo, medidas de restrição e, a longo prazo, reformas estruturais e institucionais e no âmbito das políticas de emprego, rendimento e políticas sociais. Nesta obra, os autores concluíram que a crise económica baixou a taxa de emprego em ambos sexos e aumentou a taxa de desemprego. E, com a implementação das políticas de austeridade em todos países em análise, procurou-se reduzir o emprego ou mudar as condições de trabalho no setor público, como resultado das políticas de específicas de diminuição de postos de trabalho, como por exemplo, o regime de reformas antecipadas (para as mães na Grécia), congelamento de carreiras (nos quatro países da Europa do sul), redução da proteção legal, incluindo estabelecimento de entrada inferiores ao mínimo para jovens no setor privado (na Grécia e Itália).

Há, no entanto, outros estudos que, embora não sendo especificamente sobre género, analisaram brevemente as consequências da crise económica na participação entre mulheres e homens nas atividades políticas. Um estudo feito em 26 países membros da UE, incluindo Portugal, Grécia e Espanha, sobre a crise económica atual demonstrou que os homens são mais participativos nas formas convencionais da participação política do que as mulheres. Enquanto as mulheres envolvem-se mais do que os homens nas formas não convencionais de participação política (Kern et al, 2013). Noutro estudo sobre a participação eleitoral em 22 países membros da UE, incluindo Portugal, Grécia e Espanha, que avalia também o impacto da crise económica nestes países, verificou-se um aumento significativo e forte na probabilidade de voto das mulheres em comparação com os homens (1.30 rácio de probabilidade), ou seja, os resultados sugerem, portanto, que a crise económica inverteu a vontade tradicional de os homens votarem maioritariamente do que as mulheres (Häusermann et al, 2013). Viegas et al. avaliaram o impacto da crise económica na participação política em Portugal e não verificaram diferenças significativas na variância entre mulheres e homens nas suas formas convencionais e não convencionais, durante esse período de austeridade financeira (Viegas et al, 2015).

Relativamente às atitudes políticas, observou-se que a crise económica que assolou a Europa levou a uma quebra de confiança nas instituições políticas destes países, sobretudo nos países mais afetados: Portugal, Grécia, Espanha e Itália, só para mencionar alguns (Armingeon e Ceka, 2013; Belucci, 2014; Braun e Tausendpfund, 2014). Quanto à questão de

gênero, a crise não revelou efeito significativo na confiança em instituições políticas entre homens e mulheres (Armingeon e Ceka, 2013; Braun e Tausendpfund, 2014). Siemieńska identificou que, em tempo de crise econômica, as mulheres demonstram pouco interesse, passando a envolver-se menos na política do que os homens (Siemieńska, 1985: 339-40).

2.4 Estudos da socialização política

A socialização política, enquanto área de investigação⁶, é marcada por dois grandes momentos: o primeiro momento é a literatura emergente na década de 1950 a 1960, enquanto o segundo consiste na literatura pós década de 1960.

2.4.1 Voltando à base

O reconhecimento da socialização política como área de investigação foi lento e faseado. É, precisamente, em 1954 que o termo *socialização política* ganha notoriedade através do capítulo “The Psychology of Voting”, do politólogo Seymour M. Lipset, publicado no livro *The Handbook of Social Psychology*. Lipset centrou a sua análise na participação eleitoral. A análise sugeria que o estudo dos processos de desenvolvimento onde o indivíduo adquire identidade, crença, valores, atitudes e padrões políticos poderiam ser aplicados em várias etapas da vida política⁷ (Greenstein, 1965: 7; Wasburn e Covert, 2017: 3).

Em 1959, Herbert Hyman lança, nos EUA, a obra *Political Socialization: A Study in Psychology of Political Behavior*. O estudo avalia a importância da família no processo de aprendizagem política de crianças, raparigas e rapazes. Segundo o autor, este estudo não analisa diretamente o processo de socialização ou de aprendizagem, mas procura perceber se as experiências vividas na infância deixam a sua marca e se, em parte, poderão ser responsáveis pelos padrões políticos na vida adulta (Hyman, 1959: 29). Hyman categorizou a socialização política em cinco dimensões: família, *media*, comunidade, escola e grupos de

⁶ Nos EUA, a socialização política foi traçada, dentro da própria ciência política, como uma disciplina académica (Greenstein, 1965: 6; Sapiro, 2004).

⁷ “While the chapter in which it was used focused on voting, discussion clearly suggested that the study of the developmental processes by which individuals acquire political identities, beliefs, values, attitudes, and patterns of behavior could be applied to many other features of political life” (ver Wasburn e Covert, 2017: 3).

pares. Na mesma linha de pesquisa, também se pode salientar a obra clássica de Fred I. Greenstein, *Children and Politics*, (1965).

A partir da década de 1960, as pesquisas sobre socialização política caracterizaram-se por alguns momentos mais ou menos produtivos ao nível de publicações em artigos e livros, isto é, houve momentos de estagnação e outros de progresso (Wasburn e Covert, 2017: 3). É, principalmente, em 1968 que o tema da socialização política ganha maior notoriedade, tendo sido registada como especialidade de mais de setecentos investigadores nos EUA e Canadá (Greenstein, 1970: 969). De acordo com alguns autores, com a crescente literatura, as pesquisas relacionadas com a socialização política tornaram-se mais complexas (Greenstein, 1965: 10; Gimpel et al, 2003: 7).

Em 1968, no seu artigo “*The Major Problems of Political Socialization Research*”, Jack Dennis aponta os dez maiores problemas que a recente literatura enfrenta⁸: a relevância do sistema de socialização política; variedades de conteúdo de socialização política; socialização política ao longo do ciclo de vida; socialização política entre gerações; aspetos interculturais da socialização política; variação de subgrupos e subculturas; o processo de aprendizagem política; os agentes e agências de socialização política; a extensão e efeitos relativos da socialização política em diferentes indivíduos; e a socialização política especializada (sobretudo, as elites).

Ultimamente, têm surgido inúmeros estudos ligados à socialização política, muito inspirados nos estudos iniciais, sobretudo de Hyman (1959) e Greenstein (1965). Basicamente, a literatura emergente procura focar-se em matérias, tais como, cidadania e educação democrática, identificação partidária, mudanças e continuidades no percurso de vida geracional, género e/ou questões étnicas na socialização política, entre outros tópicos (ver Sapiro, 2004: 4).

Nestas linhas de pesquisa, pode-se destacar os estudos ao nível macro e micro, conduzidos por Torney-Purta e seus colaboradores (1999 e 2001). Estes procuravam perceber o papel dos agentes de socialização política, especialmente a escola, na transformação dos jovens em agentes cívicos e membros proativos da sociedade. Outros investigadores avaliam o processo de socialização política dos indivíduos ao longo da vida (Sears e Levy, 2003; Wasburn e Covert; 2017), analisam adolescentes, raparigas e rapazes, no sentido de averiguar que valores são transmitidos pela mãe e pelo pai (Schmid, 2012) e pesquisam a influência dos familiares

⁸ *They are the basic problems around which much recent research has tended to become organized, even though the literature fails to provide any coherent, explicit, elaborate and precise statement of them* (Dennis, 1968: 88).

nas atividades políticas (participação política, conhecimento e envolvimento político) das suas filhas (Gidengil et al, 2010). Numa perspectiva comparada, Mayer e Schmidt (2004) analisam o efeito da família como agentes de socialização das atitudes e comportamentos políticos de raparigas e rapazes. Cross e Young (2008) investigam os fatores que influenciam os jovens a fazer parte ou não de um partido político. Hooghe e Wilkenfeld (2008) procuram examinar as atitudes e comportamentos políticos de adolescentes em 20 países europeus. Alguns autores dissecam o papel da família no processo de ensino/aprendizagem da política de adolescentes, jovens, mulheres e homens (Beck e Jennings, 1991; Verba *et al.*, 2003).

Capítulo III – Hipóteses e Fundamentação de Hipóteses

3.1 Hipóteses

Relativamente às hipóteses do estudo, estas centrar-se-ão em dois grandes momentos: o primeiro focar-se-á na evolução das atitudes políticas e participação política do género ao longo do tempo (análise longitudinal); o segundo, focar-se-á no impacto da crise económica nas desigualdades de género nas atitudes políticas e na participação política. A parte que analisa a socialização política não inclui hipóteses por se tratar de um estudo exploratório.

3.2 Participação política e atitudes políticas ao longo do tempo (1985-2014)

Os países da Europa do sul partilham traços comuns no que diz respeito ao papel de género e à rápida transformação do papel da mulher na sociedade, que se notabilizou, principalmente, nas últimas duas ou três décadas (González et al, 2000: 4 e 11). O fim dos regimes autoritários nos países da Europa do sul trouxe consigo benefícios sociopolíticos aos cidadãos desta região, uma vez que foram melhorados os modelos de Estado providência que eram praticamente inexistentes nos antigos regimes, dando às/aos cidadãs/ãos novos direitos sociais para além dos direitos civis e políticos (Freire e Kivistik, 2015: 6). As consequências do processo de liberalização democrática foram particularmente marcantes para as mulheres que adquiriram o direito ao voto, entraram massivamente no mercado de trabalho assalariado, passaram a obter mais oportunidades ao nível formativo, etc. Segundo Inglehart e Norris (2000: 446), estas grandes mudanças na vida das mulheres poderão ter influenciado o comportamento político de mulheres e homens nas sociedades pós-industriais. Alguns estudos demonstram uma correlação significativa entre participação eleitoral feminina e a entrada de mulheres no mercado de trabalho assalariado (Togeby, 1994).

Há várias razões avançadas para explicar a igual participação de mulheres e homens nas atividades de voto. As mulheres acompanham com muita atenção os programas eleitorais dos candidatos que apresentam propostas de aperfeiçoamento do

Estado-providência. A organização do próprio sistema eleitoral também pode permitir uma grande afluência de mulheres às urnas (Topf, 1995a: 31 e 46; Inglehart e Norris, 2003: 109; Campbell, 2004-2012), ou seja, sistemas eleitorais mais inclusivos e com normas representativas (quotas, por exemplo) como o sistema proporcional tendem a atrair mais mulheres às urnas do que outros sistemas (Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012: 73-4).

Alguns estudos diacrónicos têm apontado o declínio significativo das diferenças de género na participação eleitoral a partir dos finais do século XX (Inglehart e Norris, 2003:107-10). Outros, numa perspetiva local (Portugal) e internacional (Europa, incluindo-se os quatro países do sul)⁹ têm assinalado a não existência de diferenças significativas de género ao nível da participação eleitoral, sobretudo a partir da década de 1980 (Topf, 1995a: 47; Baum e Espírito-Santo, 2007), sendo que, por vezes, as mulheres chegam a participar mais do que os homens (Topf, 1995a: 47). Daqui, advém a primeira hipótese deste estudo:

H.A1 - É exetável que, desde a obtenção do direito pleno de voto, as mulheres do sul da Europa tenham participado com a mesma intensidade que os homens nas formas de participação eleitoral. Ou seja, não se espera encontrar diferenças de género em nenhum momento em análise;

Se por um lado, as mulheres passaram a beneficiar de todos os direitos fundamentais, tal como os homens, por outro, essas conquistas não garantiram a igualdade plena. Por exemplo, no âmbito económico, as mulheres detêm salários relativamente mais baixos do que os homens, estando, sobretudo, concentradas no “setor agrícola (mal pago)” e noutros igualmente precários e informais. Para além disso, são elas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, o que se traduz numa dupla jornada laboral quando comparadas com os homens (González et al, 2000: 22; Karamessini e Rubery, 2013). No âmbito político, apesar de, recentemente, os países da Europa do sul terem começado a adotar sistemas de quotas como forma de garantir a presença de mulheres na esfera política, as mulheres nestes países continuam sub-representadas ao nível dos

⁹ Esta pesquisa procura fazer a sua análise a partir da década de 1960 até ao princípio da década de 1990. Em Portugal, Espanha e Grécia a análise é feita a partir dos meados da década de 1980, enquanto em Itália a análise é feita desde 1960.

órgãos superiores da política (Viegas e Faria, 2001: 2; Baum e Espírito-Santo, 2012; Verge, 2013).

Um dos elementos que ressalta do habitual exercício da caracterização panorâmica das sociedades mediterrâneas é a profunda e paradoxal transformação pela qual tem passado a condição feminina, que se destaca por grandes progressos numa área e défices consideráveis noutras (Ferreira, 2000; Viegas e Faria, 2001: 16; Karmessini e Rubery, 2013). Ilustrando-se a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho e a sua ambiguidade em termos do seu posicionamento ao nível do topo ministerial ou das empresas. Em média, desde os finais da década de 1990 até ao presente, elas apresentam níveis de escolaridade mais elevados do que os homens¹⁰, em contraste, continuam a apresentar taxas de desemprego relativamente mais altas do que a dos homens¹¹. Tal como noutras sociedades europeias pós-industriais, as jovens mulheres da Península Ibérica constituem atualmente a maioria entre a população com educação superior¹².

No entanto, toda a transformação cultural que acompanhou e, em parte, apoiou a mudança da situação das mulheres nestas sociedades, não desvalorizou a função da maternidade, passando a ser compatível – acumulável – com o trabalho fora de casa. Assinalando três consequências importantes: a primeira é a conquista de uma garantia de autonomia e segurança pessoal, que deriva do facto de a mulher auferir um salário e um conjunto de outros direitos conexos, ultrapassando, de algum modo, a sua condição de dependência em relação ao homem, até aí quase sempre o “ganha pão” de casa; a segunda consequência ultrapassa a fronteira da domesticidade já que, a mulher, ao ter acesso ao espaço público e ao que nele é disponibilizado – educação e emprego, nomeadamente –, para além de ver o seu campo de liberdade alargado, consegue não só que a sua dignidade adquira maior dimensão, mas também que esta dignificação tenha tradução cívica evidente (Viegas e Faria, 2001: 17).

De modo geral, a estrutura familiar, o modo como são (ou não) divididos os trabalhos domésticos, a estrutura de classes sociais, o estatuto cívico das mulheres e dos homens e as suas respetivas concretizações, os traços culturais, a estrutura económica, o

¹⁰ Disponível em Pordata: <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (acedido a 26.04.2017).

¹¹ Disponível em Eurostat: http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Unemployment_statistics. (acedido a 10.01.2018).

¹² Disponível em Pordata: <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. (acedido a 26.04.2017).

modelo do mercado de trabalho, as políticas de apoio à família e à maternidade, etc. são determinantes que, entre outros, podem (ou não) condicionar também o modo e as hipóteses de passagem para o exercício da atividade política (Viegas e Faria, 2001: 16).

Verifica-se que nas sociedades pós-industriais, os estudos têm apontado para o declínio das desigualdades de género no que concerne à participação convencional (Scholzman et al, 1995; Burns et al, 2001: 61-99; Norris et al., 2004; entre outros). Na Europa do sul, os resultados observados tendem a variar consoante a época e o local, isto é, em Espanha, por exemplo, o estudo de Laura Morales (1999: 232) verificou diferenças significativas na participação política convencional nos anos 90, onde as mulheres revelaram-se menos participativas do que os homens. Resultados que também foram alcançados em pesquisas internacionais mais recentes, sobretudo, nos países do sul da Europa (Gallego, 2007; Coffé e Bolzendahl, 2010), enquanto Baum e Espírito-Santo (2007: 137-8), no seu estudo longitudinal, deram conta de uma tendência para o declínio das diferenças significativas de género a partir da década de 1980 até ao final da década de 1990 e de um total desaparecimento das mesmas a partir do início do novo milénio.

Tem sido dito que o conhecimento político influencia a participação das/dos cidadãs/ãos de várias formas. Por um lado, promove a participação e o envolvimento na política, ou seja, o conhecimento político é a chave central para compreender as atitudes e comportamentos políticos. Por outro lado, o conhecimento político habilita as/os cidadãs/ãos a compreender o mundo da política (Delli Carpini e Keeter, 2000: 23), mas as mulheres apresentam níveis mais baixos de conhecimento e informação política do que os homens (Delli Carpini e Keeter, 1992-2000; Dolan, 2011). Assim, apesar de Baum e Espírito-Santo terem verificado o desaparecimento das desigualdades de género, pela razão acima mencionada, espera-se que:

H.A2 – Apesar dos efeitos da modernidade, é exetável que diferenças significativas de género na participação convencional persistam ao longo do tempo nos países da periferia europeia;

O alcance dos direitos e garantias fundamentais das mulheres nas sociedades industriais avançadas não foram obtidos sem alguma reivindicação social. Este espaço foi conquistado através dos movimentos feministas que foram surgindo a partir da “Primeira Vaga do Feminismo” no mundo ocidental, onde se enquadram Portugal,

Espanha, Grécia e Itália. A maioria dos movimentos feministas Europeus emergiu nos finais do século XIX e inícios do século XX e atingiu o pico no auge da Primeira Guerra Mundial, um período considerado a “*belle époque*” do feminismo (Cova, 2010: 596). Porém, as associações de mulheres no sul da Europa constituem uma fonte privilegiada para tornar visíveis as preocupações das mulheres num período em que não tinham direito a quase nada (Cova, 2008: 583).

Nos quatro países da Europa do sul, durante os regimes autoritários, foram várias as organizações feministas que se debateram sobre a forma desprezível como as mulheres eram tratadas na sociedade e que procuravam alcançar para as mulheres os mesmos direitos e liberdades que os homens. Estes conselhos de mulheres nasceram sob o impulso de uma organização internacional americana, *International Council of Women* (ICW), em 1888, com o objetivo de «*stimulate the sentiment of internationalism among women throughout the World*», a fim de tentar construir uma identidade coletiva das mulheres (Cova, 2008: 583). No sul da Europa, foram quatro os Conselhos que tiveram maior visibilidade social e política em cada um dos seus países: Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP, fundado em 1914), Conselho Nacional das Mulheres Italianas (CNMI, fundado em 1903), Conselho Nacional das Mulheres Espanholas (CNME, fundado em 1918) e Conselho Nacional das Mulheres Gregas (CNMG, fundado em 1896). Os programas dos conselhos nacionais eram muito abrangentes, de modo a suscitar o máximo de adesões possível. Assim, o CNMP queria incluir federações que “se ocupam da mulher e da criança”; CNMI pretendia “elevar as mulheres ao nível intelectual, moral e material, de modo a capacitá-las a contribuir mais efetivamente para o progresso harmonioso da família e da sociedade em geral; o CNMG procurava alistar o maior número possível de organizações femininas do país; enquanto em Espanha, durante o período franquista subsistiram apenas associações de mulheres franquistas e católicas (Offen, 2000; Cova, 2008: 599; 2010; Frangoudaki e Keyder, 2007: 162). Isto não significa que em Espanha não existissem organizações femininas antirregime durante essa época. Destacam-se o próprio CNME, Cruzada de Mulheres Espanholas e Liga Internacional de Mulheres Ibéricas e Hispano-americanas (Offen, 2000: 321).

Com os efeitos da modernização, as mulheres têm tentado envolver-se cada vez mais nas organizações públicas (por exemplo, nos partidos políticos, movimentos de reivindicação, etc.) de modo a alcançar direitos mais igualitários. As mulheres e os homens têm-se engajado em conjunto nas ações coletivas para alcançarem mais e

melhores serviços de assistência sociais para os membros familiares (González, 2000: 30).

Cada vez mais, os protestos revelam-se canais alternativos de manifestação pública dos cidadãos (Dalton, 2009), uma vez que os protestos evidenciam um profundo sentimento de frustração, fúria e alienação, não apenas com os governantes políticos ou com determinadas questões sociopolíticas, mas também com o sistema político (Norris, 1999; Pharr e Putnam, 2000). Nalguns casos, estas atividades são violentas, pois caracterizam-se pela destruição ou danificação de edifícios e marchas ilegais (Norris et al., 2006: 304).

Os estudos têm declarado o desaparecimento das desigualdades de género devido aos efeitos da modernidade, isto é, através da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e através do surgimento de novas questões ligadas ao papel do género, tornando as mulheres mais vocacionadas a participar neste tipo de atividades. Por exemplo, as mulheres tendem a participar em protestos realizados por organizações sem fins lucrativos, em setores que normalmente empregam muitas mulheres (enfermagem, assistente de enfermagem e assistente de geriatria), em marchas que visam atacar as falhas do sistema judicial em solidariedade para com os pais cujos filhos foram assassinados (Aelst e Walgrave, 2001: 474-6; ver também Espírito-Santo, 2011: 97).

As pesquisas empíricas têm apresentado vários resultados. Por exemplo, nos EUA e na Bélgica, Burns et al. (2001: 64-5) e Aelst e Walgrave (2001: 474-6) não verificaram diferenças significativas de género. Norris et al. (2004: 26) ao analisar três atividades não convencionais no Reino Unido obtiveram resultados mistos. Observaram diferenças significativas entre mulheres e homens (com as mulheres a participarem mais) no que respeita a “assinar uma petição”; não encontraram diferenças significativas em relação a “boicotar certos produtos”; e obtiveram diferenças significativas (com os homens a participar mais) quando se tratava de “demonstração ou marcha”. Já nos territórios Ibéricos, em síntese, os autores observaram diferenças significativas de género nas várias formas de participação não convencional (Morales, 1999: 232; Baum e Espírito-Santo, 2004: 273 e 277). Três anos depois, fazendo uma análise longitudinal, Baum e Espírito-Santo (2007: 142-3) verificaram que as desigualdades de género nas formas não convencionais passaram a ser cada vez menos significativas a partir dos finais da década de 1990 e, nos casos em que se encontravam diferenças significativas, estas eram muito ligeiras. Visto desta forma, é expetável que as diferenças de género nestas formas de participação tenham continuado a diminuir, pelo que:

H.A3 - Espera-se que a partir do início do novo milénio, apesar das desigualdades de género na participação não convencional persistirem, estas sejam ligeiras nos países da Europa do sul;

As atividades comunitárias, como toda a atividade política, tendem a ser exigentes do ponto de vista do tempo, do dinheiro e das competências cívicas¹³ que requerem (Burns et al, 2001: 249; Verba et al, 1995). Em geral, a proteção social nos países da Europa do sul tende a ser débil em serviços tais como cuidados relacionados com as crianças e assistência aos idosos, se comparada com os países nórdicos. A assistência, normalmente, é dirigida aos trabalhadores (estáveis) do setor formal (maioritariamente homens) (González et al, 2000: 26 e 27). As falhas do Estado mencionadas fazem com que haja pouca disponibilidade de tempo e dinheiro para as mulheres participarem nas atividades comunitárias.

Segundo Putnam (2000: 194), trabalhar fora de casa tem dois efeitos opostos no envolvimento dos indivíduos na comunidade. Por um lado, *aumenta* a sua rede de contacto, o que lhe permite conhecer novas pessoas. Por outro, *reduz* o tempo para aproveitar estas oportunidades. Neste contexto, as mulheres tendem a participar menos, sobretudo as mães solteiras (Putnam, 2000: 195). Quando comparadas entre si, algumas formas de envolvimento comunitário tendem a registar um aumento da participação de mulheres que entram/estão no mundo laboral e um declínio no grupo das mães solteiras (Putnam, 2000: 195-6).

Todavia, estudos realizados nos EUA têm constatado que há diferenças significativas de género e que as mulheres se mostram menos propensas a participar nas atividades comunitárias do que os homens (Scholzman et al, 1995; Conway, 2000: 36; Burns et al, 2001: 65). Por isso:

H.A4 - Espera-se encontrar diferenças significativas de género na participação comunitária na Europa do sul, onde as mulheres são menos ativas do que os homens da, ao longo dos tempos;

Tem sido referido que quanto maior for o número de mulheres ao nível parlamentar, maior é o interesse de as mulheres em se envolverem na esfera política (Kittilson e

¹³ Capacidades comunicativas e organizativas que permitem aos indivíduos usar, efetivamente, tempo e dinheiro na esfera política (Verba et al, 1995: 305).

Schwindt-Bayer, 2012: 58). Paradoxalmente, numa fase em que as questões relativas à legitimidade democrática nas sociedades industriais avançadas, atingiu o auge no que diz respeito à estabilidade e à qualidade das democracias estabelecidas, cresceu também o descontentamento político, o declínio das atividades cívicas e do ativismo político. Isto, (sobretudo, mas não exclusivamente) entre os cidadãos americanos e europeus, pelo menos a partir da década de 1970 (Inglehart e Catterberg, 2002:301-2; Putnam e Goss, 2002: 4; Belchior, 2015: 12), considerando-se os jovens e as mulheres aqueles que revelam maior “apatia” política (Norris, 2002: 8; van Deth, 2003: 256; Baum e Espírito-Santo, 2007).

Tem sido referenciado que o envolvimento político promove a ligação das/dos cidadãs/ãos ao processo democrático. Entre as/os cidadãs/ãos, os envolvidos moldam o debate em torno de questões relevantes e lideram a opinião pública (Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012: 26). Os envolvidos são também aqueles que mais propensos estão para participar nas atividades políticas (Viegas et al., 2015). Portanto, é no envolvimento político que se continuam a verificar fortes diferenças de género (Morales, 1999; Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012; entre outros). O envolvimento político de mulheres na Europa ocidental pode refletir as atitudes históricas perante as mulheres em cada nação. Países cujas histórias se cruzam com um passado de instituições autoritárias, de natureza clerical ou militarista, como nos países do sul da Europa, as mulheres tendem a interessar-se e a discutir menos assuntos relacionados com a política (Inglehart, 1981). Pois, o clero e as ditaduras tendem a retardar a igualdade política com uma concentração de poder no topo e uma severa obediência por parte das massas (Inglehart, 1981). Década e meia depois, Verba e os seus colaboradores (1997: 1053) afirmaram que as mulheres se envolvem pouco na vida política possivelmente devido a uma «preferência construída», isto é, não se trata de uma escolha livre, mas de um reflexo do facto da política, tradicionalmente, ter sido e continuar a ser dominada por homens.

Relativamente às atitudes políticas, culturalmente, as mulheres do sul da Europa tendem a ser consideradas menos interessadas na política, apresentando graus de envolvimento político e de sentimento de eficácia política baixos quando comparados com os dos homens (Morales, 1999, Baum e Espírito-Santo: 2004-2007), embora apresentem níveis de confiança política iguais aos dos homens (Baum e Espírito-Santo: 2004).

Latus sensus, como tem sido apontado pela maioria dos estudos ocidentais, as desigualdades de gênero que têm sido detetadas ao longo dos tempos, no que concerne ao nível do envolvimento político, persistem até hoje (Inglehart, 1981; van Deth, 2000; Atkeson e Rapoport, 2003; entre outros). Por isso:

H.A5 - É expetável que as desigualdades entre mulheres e homens no envolvimento político prevaleçam até hoje nos países do sul da Europa;

A confiança política pertence à esfera público-política (e, a confiança social pertence à esfera privada), onde há mais desconhecidos, maiores riscos e menor previsibilidade. Por estas razões, a confiança política é de menor grau que a confiança social e pode ser mais reduzida sob as influências e pressões da vida política moderna (Newton, 1999: 179)¹⁴. É comum, em estudos políticos, incluírem-se questões sobre a confiança que os indivíduos sentem em relação às instituições políticas, aos líderes políticos e aos outros indivíduos (Belchior, 2015: 17). Porém, as instituições são baseadas em sistemas, normas e procedimentos formais que operam independentemente das relações de confiança das pessoas (Newton, 2007: 344). Sendo a confiança um princípio fundamental das democracias liberais, os cidadãos com melhores níveis de literacia têm sido considerados aqueles que exigem mais e melhor democracia (Belchior, 2015: 13).

De acordo com a literatura, os autores têm defendido posições diferentes. Para os estudiosos da comunicação política, a influência dos *media* tem levado a um aumento de confiança dos indivíduos nas instituições e entidades políticas (ver Shapiro e Jacobs, 2013: 223). Enquanto os modernistas assumem que a melhoria do Estado providência, o acesso à educação e a influência dos *media* têm promovido maior contestação por parte dos indivíduos quanto ao funcionamento das instituições políticas, provocando o declínio da confiança nas mesmas (Norris, 1999; 2011).

De acordo com Dolan (2011: 97), o “conhecimento político” é considerado o conceito chave para se compreender as atitudes e o comportamento político na

¹⁴ “*Personal trust belongs to the private sphere; political trust belongs to the public political sphere, where there are more unknowns, greater risks, and less predictability. For these reasons, political trust is usually of a thinner kind than social trust, and it may be getting thinner under the influences and pressures of modern political life*” (Newton, 1999:179).

América¹⁵. Segundo Delli Carpini e Keeter (1992: 25), o significado das desigualdades de género no conhecimento político depende, em parte, do pressuposto de que cidadãos informados, independentemente do sexo, são melhores e mais efetivos. Conforme sublinha Norris, não deverão existir diferenças significativas de género na confiança política (Norris et al, 2004: 43).

Estudos sobre género e política, previamente realizados nos EUA e em Portugal, detetaram a não existência de desigualdades de género em termos de confiança nas instituições entre mulheres e homens (Conway, 2000: 37; Baum e Espírito-Santo, 2004: 285-6). Logo:

H.A6 - É expetável que não haja diferenças significativas entre mulheres e homens, ao longo do tempo, na periferia europeia e nos países menos afetados, no que diz respeito à confiança nas instituições políticas.

3.3 Crise económica: origens e consequências

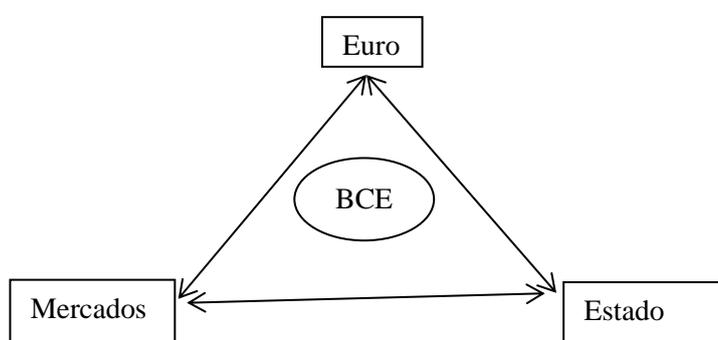
Com origem nos EUA, em 2007, a crise financeira assolou as costas europeias entre 2008 até 2012, empurrando a economia para a recessão. A dívida financeira de instituições do setor privado, tornou-se dívida pública soberana por duas razões óbvias: em primeiro lugar, destaca-se o resgate financeiro e a recapitalização da banca privada (em alguns casos); em segundo, a crise económica relaciona-se com os incentivos que os bancos enfrentaram aquando da introdução do euro¹⁶ como se resume na figura nº 3.1. Diagnosticada a crise por Bruxelas, o problema da Europa cingia-se a uma crise da despesa estatal. Por isso, sacrificar os orçamentos dos Estados da periferia do sul foi a forma politicamente correta (Blyth, 2013: 85-8; Freire et al, 2015: 223).

¹⁵ “*Political knowledge is considered to be a central concept for understanding the political attitudes and behaviors of Americans*” (Dolan, 2011: 97)

¹⁶ A adesão à moeda única na Europa não teve em conta os pressupostos económicos de cada país, beneficiando os mais fortes e prejudicando os menos poderosos. Como observa Blyth, os países pobres foram dotados da notação de crédito alemão na perspetiva de que o Banco central Europeu (BCE) apoiaria toda a dívida extraordinária emitida pelos países membros desde que fizessem parte da nova divisa europeia. Por sua vez, a Grécia, por exemplo, conseguia obter empréstimos com mais facilidade, pôde financiar-se ao nível do consumo e do investimento; a sua competitividade caiu, alargando o seu défice da balança de transações correntes, importando mais do que exportava (Blyth, 2013: 102 e 119-20).

Enquanto uns recuperavam (Alemanha) e outros resgatavam (Inglaterra), silenciosamente, a crise estava a fermentar nos países periféricos, onde mais tarde viriam a soar os alarmes (Blyth, 2013: 101). A crise de 2008-2012 só pode ser comparada com a *Grande Depressão* de 1930 nos EUA ou com a *Década Perdida* do Japão de 1990 (Reis, 2013; Blyth, 2013). Mais do que uma crise económica e financeira, a austeridade passou a ser uma crise político ideológica, onde o neoliberalismo tinha de ser confrontado com o keynesianismo (Blyth, 2013: cap. 3).

Figura nº 3.1 - Fatores estruturais da origem da crise na Zona Euro



Fonte: elaborado a partir de Blyth, 2013: cap. 3.

Apesar de similar, a crise económica nos países da Europa do sul teve origens distintas em cada um destes países: a crise na Grécia e em Portugal resultou da excessiva despesa pública, fraca capacidade de competitividade e de produtividade e falta de respostas e de coordenação ao nível de políticas nacionais e europeias (combinando-as, para a confiança dos mercados), aumentando os títulos do governo e a incapacidade de cumprir com as obrigações da dívida sem o resgate financeiro; a crise em Espanha e Itália deriva de uma crise bancária e imobiliária. O estado de insolvência atingiu o setor público com custos de serviço da dívida, forçando a uma ação mais sensível da UE, incluindo os empréstimos para resgatar os seus bancos e, o recurso ao BCE como credor de última instância nos mercados das obrigações soberanas (Blyth, 2013: 101-114; Magalhães, 2014: 126-7).

A *Grande Recessão* que ocorreu recentemente, entre 2008-2012, manifestou-se de forma particularmente preocupante no continente europeu. Se comparada com as

recessões anteriores (1974, 1976 e 1979-1982), parece que só a inflação teve efeitos menos problemáticos. Em 2008, a economia de quase todos os Estados europeus estagnou e, no ano seguinte, o PIB contraiu-se (Magalhães, 2014: 126).

Durante este período, o desemprego aumentou cerca de três vezes mais em toda a zona Euro (de 7,4% em 2007 para 11,3% em 2012). A Grécia (8,3% em 2007 para 24,3% em 2012) e a Espanha (8,3% em 2007 para 24,8% em 2012) foram os países sul europeus mais visados (EUROSTAT, 2016; PORDATA, 2016), com maior incidência nas camadas jovens cujo desemprego, por exemplo em Espanha, chegou a atingir os 52% (Blyth, 2013: 108). Constatou-se que, em toda a zona Euro, a economia contraiu-se de -0,6% em 2007 para -3,6% em 2012. À exceção da Itália, a economia dos demais países do sul (Portugal, Grécia e Espanha) cresceu muito menos do que a média da zona Euro (EUROSTAT, 2016; PORDATA, 2016).

Só no final de 2011 é que a média do PIB *per capita* nos 27 países retomou aos níveis da época pré-crise (Magalhães, 2014: 125). O crescimento real do PIB revelou sinais de melhorias (apesar dos saldos negativos), tanto na zona Euro como nos países mais afetados. Tudo o resto manteve-se inalterado, piorando no ano de 2013 (EUROSTAT, 2016; PORDATA, 2016).

Enquanto os efeitos da crise económica na zona Euro e a economia mundial apresentavam valores inquestionáveis, as consequências políticas são imediatamente menos compreensíveis (Magalhães, 2014: 126).

Como consequência da insolvência dos Estados da Península Ibérica, todos eles tiveram de recorrer às instituições financeiras internacionais para acudir aos seus respetivos problemas internos. Com os juros a subirem para níveis insustentáveis, os países do sul tiveram de receber um resgate da UE, BCE e FMI (a chamada Troika), e de aceitar empréstimos bilaterais, com a condição de implementarem um conjunto de medidas de austeridade para corrigirem os seus planos orçamentais (Blyth, 2013: 114-5). Cortar nas despesas e aumentar os impostos – mas cortar mais na despesa do que aumentar os impostos – era o mais acertado (Blyth, 2013: 115).

Com a implementação do programa de assistência financeira, governar na Europa do sul tornou-se, eleitoral e civicamente, muito oneroso às elites políticas. A crise económica teve consequências profundamente desestabilizadoras para os sistemas políticos nacionais (Bosco e Verney, 2012: 129). Portugal assistiu à sua maior onda de manifestação desde a instalação do regime democrático (Accornero e Pinto, 2015). No geral, verificou-se o surgimento de vários movimentos de contestação social,

particularmente nos países da Europa do sul, que organizavam marchas (que, por vezes, atingiam números quase históricos, com cerca de um milhão de participantes, outras vezes eram mesmo violentas ou acompanhadas de uma onda de solidariedade internacional, por exemplo, os movimentos M12M, Que se lixe a Troika, Geração à Rasca (em Portugal), M5 Estrelas (em Itália), os Indignados, Democracia, Real Ya (em Espanha), só para mencionar alguns. Estes grupos tinham como base exigir o fim das políticas de austeridade (Hooghe, 2012; Baumgarten, 2013; Accornero e Pinto, 2015). Segundo Pippa Norris, os indivíduos procuram envolver-se em manifestações políticas como um recurso estratégico para se expressarem civicamente, se confrontados com questões ligadas ao emprego ou Estado do bem-estar (Norris, 2002: cap. 10).

Milhões de jovens e mulheres, especialmente na Europa do sul, não tinham outra opção senão permanecer dependente dos seus parentes. A transição para a fase adulta da vida e a sua conseqüente independência foi adiada por mais alguns anos para estes grupos de indivíduos. Tendo em conta o desespero da condição económica destes jovens e destas mulheres, não havia muitas escolhas, senão emigrar. De facto, assistiu-se à emigração de indivíduos com maior qualificação, em Espanha, Grécia e Itália, em busca de melhores oportunidades no estrangeiro (Hooghe, 2012: 32; Kantola e Lombardo, 2017: cap. 9).

Quadro nº 3.1 - Contexto eleitoral durante a crise económica na Europa do sul, 2010-2011.

| Data | País | Nível |
|-------------------------|-----------------------------------|------------------------|
| 28-29 de março de 2010 | Itália | Regional |
| 7 e 14 de novembro 2010 | Grécia | Regional e Municipal |
| 28 de novembro de 2010 | Espanha (Catalunha) | Regional |
| 23 de janeiro de 2011 | Portugal | Presidencial |
| 15 e 16 de maio de 2011 | Itália | Municipal e Provincial |
| 22 de maio de 2011 | Espanha | Regional e Municipal |
| 5 de junho de 2011 | Portugal | Legislativas |
| 12-13 de junho de 2011 | Itália | Referendo nacional |
| 20 de novembro de 2011 | Espanha | Legislativas |
| 06 de maio de 2012 | Grécia | legislativas |
| 25 de fevereiro de 2013 | Itália | Legislativas |
| 25 de maio de 2014 | UE, incluindo-se PT, ESP, GRE, IT | Parlamento Europeu |

Fonte: Bosco e Verney, 2012: 141; Freire et al, 2014; Belucci, 2014.

Em contexto de crise económica, novembro de 2011 é marcado por um momento excecional na política europeia. Uma série de acontecimentos, em simultâneo, derruba

os governos grego, italiano e espanhol em apenas 18 dias. Antes, em junho do mesmo ano, o governo socialista de José Sócrates já tinha caído (ver a quadro acima nº 3.1). Durante este período de austeridade financeira, as eleições foram sempre marcadas pela performance do(s) governo(s), apesar de existir pouca polarização partidária, os discursos políticos foram marcados por questões económicas e do Estado providência (Magalhães, 2014: 129; Freire e Santana-Pereira, 2012; Lobo e Lewis-Beck, 2012).

Após o período de crise económica, o trauma da austeridade económica persiste nas sociedades periféricas europeias. Em 2012, aquando das eleições legislativas na Grécia e Presidenciais em França, reagindo aos resultados, o Partido Socialista português (PS) afirmou que os resultados que vinham de Atenas e de Paris eram “a derrota das políticas de austeridade excessiva”. Na Grécia perderam eleições “aqueles que foram obrigados a executar» essas medidas, e na França aqueles que traçaram esta política demolidora, concluiu o PS (TVI24, 2012)¹⁷.

Relativamente às questões de género, a austeridade económica que se verificou durante o período de 2008-2012, na Europa, especialmente nos países do sul, representa o maior desafio à igualdade de género desde a Segunda Guerra Mundial (Karamessini e Rubery, 2013: 4). A crise económica deve ser encarada como uma ameaça aos progressos feitos no processo de emancipação das mulheres em todo o continente, pois, as suas medidas afetaram a possibilidade de as mulheres participarem no mercado de trabalho e na vida pública, em geral (Burri et al, 2012: 3).

A crise económica teve consequências gravíssimas, incluindo a perda de milhões de postos de trabalho e, conseqüente, aumento da taxa de desemprego, cortes nas despesas sociais, com implicações diferentes para os cidadãos, particularmente para os jovens e pessoas do sexo feminino (Karamessini e Rubery, 2013: 3; Kern et al, 2015: 465). Entre 2009 e 2010, o risco de pobreza aumentou consideravelmente num número de países. Por exemplo, em Espanha, Irlanda, Islândia, Malta, etc. os níveis de pobreza chegaram a atingir 2% nas mulheres e nos homens, resultando numa partilha igual (Bettio e Verashchagina, 2013: 64). Mas outros autores partilham pontos de vista diferentes. Ou seja, afirma-se que, inicialmente, a crise afetou mais os homens do que as mulheres, em Espanha (Gago e Kirzner, 2013: 245) e em Itália (Verashchagina e Capparucci, 2013: 265).

¹⁷ Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/politica/joao-ribeiro/eleicoes-na-grecia-derrota-da-austeridade-excessiva>. Acedido a 28 de outubro de 2016.

Segundo Rubery (2013: 18 e 20), as diferenças de género quanto à vulnerabilidade perante a recessão e a austeridade económica derivam das diversas posições que mulheres e homens ocupam na estrutura do trabalho, na família e no modelo de Estado providência.

Durante estes momentos, marcados pela austeridade e pela contração da despesa pública na proteção social e no auxílio ao crescimento económico, caracterizado também pela desregulação do mercado do trabalho, extremamente exigente e assente numa lógica do *presentismo*¹⁸ (Múrias, 2015: 105), tornava-se difícil evitar o conflito entre as partes por causa da inacessibilidade à justiça em matéria de defesa contra a discriminação laboral (Ferreira e Monteiro, 2013: 198). Múrias (2015: 105-6) advoga que, no contexto da crise atual, os homens reúnem melhores condições para responderem a situações profissionais do que as mulheres. Estas sentem mais dificuldades em ter tempo para tratar de assuntos pessoais ou familiares.

Entre 2008 e 2009, provavelmente, as tarefas domésticas e o trabalho não remunerado das mulheres terão aumentado na UE, em geral. Em Itália, a diferença entre o número de horas despendidas pelas mulheres (relativamente aos homens) com o trabalho não remunerado na década de 1990 e início dos anos de 2000 foi inferior ao período entre 2002/3 e 2008/9, o que pode refletir o facto do trabalho não remunerado ter aumentado mais para as mulheres, sobretudo com a crise económica (Bettio e Verashchagina, 2013: 64). Espanha, que apresentava resultados satisfatórios na redistribuição do trabalho não pago, poderá ter adiado o seu avanço na tal redistribuição durante o período da crise económica (Bettio e Verashchagina, 2013: 64).

¹⁸ Situação em que a pessoa comparece no emprego, mas sente-se incapaz de desempenhar eficazmente as suas funções (Múrias, 2015: 105).

3.4 Possível impacto da crise económica

Habitualmente, a participação política é baixa nos países do sul europeu em comparação com os países do norte e centro da Europa, e superior, em alguns casos, à participação dos países do leste (González et al, 2000: 28; Viegas et al., 2015: 201-2). Ao compararmos alguns países do sul da Europa, Portugal revela níveis de participação política relativamente mais baixos do que Espanha (Viegas et al., 2015. 204-5 e 214). Pese embora, Fernandes (2015: 1091) conclua que o nível de predisposição para aderir à sociedade civil é mais alta em Portugal do que em Espanha.

Relativamente ao efeito da(s) crise(s) económica(s) nas democracias estabilizadas, tem-se verificado um aumento da participação política convencional e não convencional (Simon, 2012; Viegas et al, 2015; Freire et al, 2015). Por outro lado, assiste-se ao decréscimo dos níveis de participação nas atividades comunitárias (Humphries, 2001) e nas atividades eleitorais (voto) e nos níveis de envolvimento político e de confiança política (Armigeon e Ceka, 2015; Belchior, 2015). Este aparente paradoxo – *rise in fall* – acontece porque a participação originada pela crise económica resulta da combinação de altos níveis de descontentamento social, alinhamento eleitoral instável e maior destaque das questões socioeconómicas (Simon, 2012: 11).

Em contrapartida, os académicos dos estudos sobre escolha racional, que analisaram a atual crise económica, têm concluído que, em tempos de crise, os eleitores tendem a aderir em massa às eleições, a apoiar programas políticos que apresentam propostas de recuperação e estabilização socioeconómica e a responsabilizar nas urnas os líderes governantes quando a economia apresenta maus resultados, colocando de parte os seus interesses ideológicos (Belucci et al, 2012; Lobo e Lewis-Beck, 2012; Magalhães, 2014; Torcal, 2014; entre outros). Portanto, o estudo recente sobre o impacto da crise económica europeia, em 22 países, que inclui Portugal, Espanha e Grécia, verificou que as mulheres participaram mais do que os homens nas atividades eleitorais (Häusermann et al, 2013). Apesar do estudo de Häusermann e seus coautores ter observado que as mulheres participaram mais do que os homens no tempo de austeridade política, existe um grande consenso em torno do desaparecimento de diferenças entre mulheres e homens no que diz respeito ao voto e, por isso, não se espera que a crise económica tenha provocado alterações na participação eleitoral. Assim,

H.B1 - É expetável que, durante o período de austeridade, as diferenças entre mulheres e homens quanto à participação eleitoral se mantenha inexistente, nos países da Europa do sul;

Tem sido defendido que as condições socioeconómicas estão relacionadas com a participação política feminina, levando ao aumento ou ao decréscimo da participação. O *gender gap* na participação política tende a persistir significativamente em países em vias de desenvolvimento e a desaparecer em países com melhores indicadores económicos (países pós-industriais avançados) (Inglehart e Norris, 2003; Norris, 2007a: 728 e 729). Nos países da África subsariana, por exemplo, as desigualdades de género nas atitudes e comportamentos políticos tendem a ser muito elevadas devido a um fraco (ou inexistente) modelo de Estado providência (Gough e Wood, 2008), ou, devido à falta de recursos. Ou seja, indivíduos que possuem tempo, dinheiro e competências cívicas tendem a ser politicamente mais ativos do que aqueles que não possuem (Verba et al, 1995; Burns et al, 2001). Tendo em conta que as mulheres foram mais afetadas pela crise, é de prever que isso tenha afetado a sua propensão para participar na política. Testando o género como variável de controlo em 26 países da UE, com destaque para Portugal, Espanha e Grécia, observou-se que nessa fase de austeridade, as mulheres foram significativamente menos propensas a participar em atividades convencionais do que os homens (Kern et al, 2015). Assim, quanto à participação política convencional:

H.B2 - É expectável que, durante a crise económica, as diferenças de género na participação convencional tenham aumentado nos países do sul da Europa;

Em relação às atividades de protesto, estudos realizados em 26 e 24 países, respetivamente, durante o período de recessão económica na Europa (incluindo-se Portugal, Espanha e Grécia), conclui que as mulheres se mostraram mais propensas a realizar atividades não convencionais do que os homens (Kern et al, 2015; Vassalo e Ding, 2016: 116-7). Aos autores, parece-lhes que o aumento ao nível do desemprego, pode ser associado a uma onda de protesto e a outras formas de participação como resultado dessas reclamações impostas repentinamente (Kern et al, 2015: 482)¹⁹. Noutra

¹⁹ “A rapid growth in unemployment level, therefore, seems to be associated with a wave of protest behaviour and other forms of participation as a result these suddenly imposed grievance” (Kern et al, 2015: 482).

análise feita por uma das autoras acima mencionada, em 24 países incluindo os do sul, observou-se que durante o período da recessão económica, as mulheres revelaram-se menos participativas nas atividades não convencionais em relação aos homens (Vassalo, 2016: 11). Outros estudos que também se focam nas atividades não convencionais, e que prestam alguma atenção ao género, têm destacado que ser mulher ou homem não influencia a participação neste tipo de atividades. Isto é, tanto as mulheres quanto os homens procuram protestar com a mesma intensidade em períodos económicos menos bons (Viegas et al., 2015: 212).

Como as mulheres viram as suas condições de vida piorar, participam menos. No entanto, a participação não convencional tem uma característica diferente da participação convencional, como por exemplo votar, porque as pessoas protestam contra algo que não está bem. Como as mulheres foram mais afetadas pela crise, têm mais razões para protestar. E, assim, uma coisa anula a outra (por um lado, têm piores condições de vida e, por isso, menos propensão para participar, por outro lado, têm mais razões para protestar), logo, no que se refere à participação não convencional, gera-se a seguinte hipótese:

H.B3 - É expetável que, apesar da *Grande Recessão*, as mulheres e os homens participem da mesma forma nas atividades não convencionais nos países da Europa do sul;

Na sua famosa obra, *Bowling Alone*, Robert Putnam (2000: 319-25) afirma que a prosperidade económica de uma nação permite ao indivíduo estabelecer maior contacto com a comunidade envolvente, porque este consegue frequentar locais diferentes, o que lhe possibilita conhecer outras pessoas. Putnam explica que, por exemplo, na cidade de Los Angeles, dois terços das mulheres (brancas e negras) que tinham procurado um emprego nos últimos cinco anos, tendo progredido na carreira, conseguiram-no através da ajuda de colegas novos. Curiosamente, a maioria destes colegas não eram dos seus bairros. Consequentemente, as mulheres tendem a participar menos nas atividades comunitárias do que os homens devido aos escassos recursos que elas obtêm, centrando as suas atividades na família e/ou no lar (Scholzman et al, 1995; Burns et al, 2001: 65). Por outro lado, como foi abordado, em tempo de crise económica, os níveis das atividades comunitárias tendem a decrescer (Humphries, 2001), porque os indivíduos têm de percorrer longas distâncias, à procura de emprego, por exemplo, diminuindo os níveis da atividade política e os moradores que trabalham tendem a interagir pouco com

os outros membros da comunidade (ver Humphries, 2001: 682). Logo, no que concerne à participação comunitária:

H.B4 - Espera-se que, com a crise económica, as diferenças de género aumentem nos países fortemente afetados;

A tese de “*videomalaise*” assume que a TV provoca alienação ou apatia aos telespetadores, influenciando modesta e consistentemente as suas atitudes e comportamentos políticos²⁰ (Norris, 2000b: 238, 240 e 249). O desempenho dos *media* no que diz respeito ao acompanhamento da agenda política da Troika, bem como as ações de protesto que se verificaram nos países fortemente afetados pela crise económica, poderão ter enfraquecido o interesse pela política e aprofundado as desigualdades de género no envolvimento político entre mulheres e homens (ver Norris, 2000b: 240-2).

Outros autores sublinham as consequências da austeridade sob o indivíduo afetado pelos cortes nas despesas, que pode operar na mesma direção como adversidade económica (*vs* desenvolvimento económico), isto é, um possível declínio no envolvimento político devido a redução nos recursos avaliados. Por isso, é esperado que as medidas de austeridade, tais como a redução de salários, o corte nas pensões e outros benefícios sociais, reduzam os níveis de envolvimento político entre as pessoas que sofreram as consequências de tais decisões políticas. Isto porque, as/os cidadãs/ãos afetados procuram resolver os seus problemas económicos e não aumentar o seu nível de envolvimento político (Muñoz et al, 2014: 21). Como tem sido destacado, visto que as mulheres terão sido as mais afetadas pelas políticas de austeridade, quanto ao envolvimento político, avançamos o seguinte:

H.B5 - Espera-se que as diferenças significativas entre mulheres e homens envolvidos na política aumentem nos países fortemente afetados;

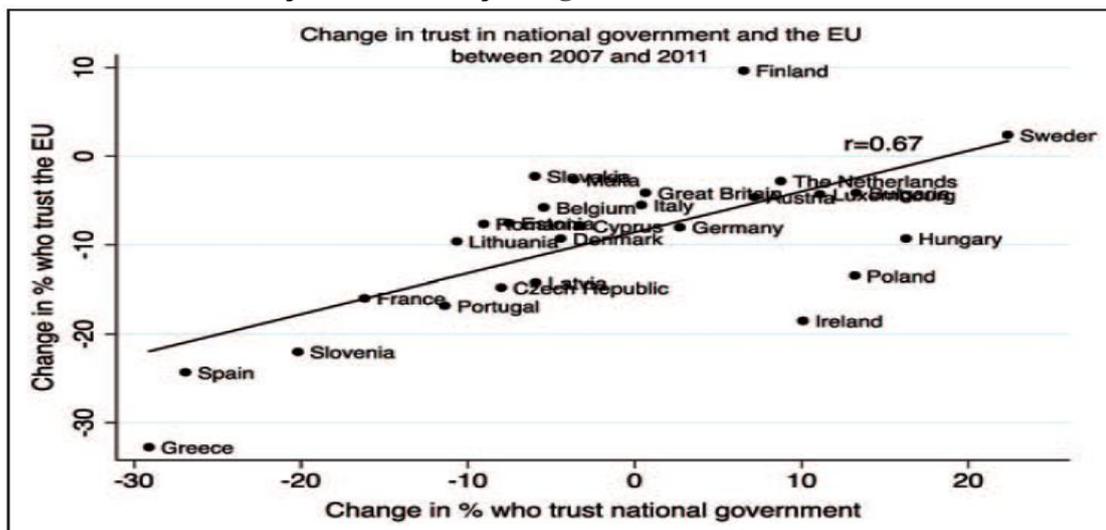
As políticas de austeridade podem ter operado em diferentes maneiras, no que diz respeito às atitudes políticas. Também podem ter afetado as crenças políticas, a própria

²⁰ A evidência estatística não explica se esse padrão é o efeito ou a causa de ver TV (Norris, 2000b: 249).

perceção na competência de interação com o governo, apoio e confiança política e expectativas sobre a capacidade de resposta do sistema político (Munõz et al, 2014: 23).

As políticas da UE foram parcialmente responsáveis pelo agudo declínio da confiança dos cidadãos na UE, em particular, e nas instituições políticas em geral (Belchior, 2015). Os resultados têm demonstrado que a má ou boa perceção das condições sociais e económicas do país permitem aos seus concidadãos confiar menos ou mais nas instituições políticas nacionais e internacionais (Armigeon e Ceka, 2013; Kroknes et al, 2015). Neste caso, nos países sob alçada da Troika, os cidadãos encontravam-se permanentemente críticos dos seus governos e das instituições políticas em geral. Conforme pode ser constatado no gráfico abaixo nº 3.1 existe uma clara e forte correlação entre confiar nos governos nacionais e confiar na UE (com o coeficiente da correlação $r = 0,67$ e significativa $p < 0,01$). Ou seja, um decréscimo na confiança no governo nacional é fortemente associado pelo decréscimo na confiança na UE (Armigeon e Ceka, 2013: 13). Neste estudo, o género parecia não explicar a confiança nas instituições (Armigeon e Ceka, 2013: 115-16). Estes resultados assemelham-se a estudos anteriores à crise económica, quando se tratava de avaliar instituições internacionais (Norris et al, 2004: 44).

Gráfico n° 3.1 - Mudanças na confiança no governo e na UE entre 2007-2011



Fonte: Armigeon e Ceka, 2013: 14.

Norris et al. ao analisarem a confiança nas instituições nacionais, verificaram a existência de desigualdades de género, sendo que as mulheres apresentam menos confiança nas instituições do que os homens. Porém, a recente crise económica que se viveu, particularmente, na Europa do sul é fortemente conotada com as instituições europeias; com base no facto de as mulheres terem sofrido mais as consequências da crise económica, elas (mais do que eles) revelam uma diminuição da confiança nas instituições, logo, registou-se um aumento da diferença entre mulheres e homens. Neste sentido:

H.B6 - Espera-se verificar na Europa do sul, durante o período das políticas de austeridade, o aparecimento significativo das desigualdades de género na confiança nas instituições políticas.

Capítulo IV - Metodologia, Dados e Operacionalização de Conceitos

4.1 Tipo e Natureza Metodológica

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008: 156-57), em investigação social, é necessário delimitar o campo das análises empíricas no espaço geográfico e social e no tempo, a fim de se identificarem quais os dados pertinentes a serem recolhidos.

Nos últimos tempos, tem sido frequente o recurso à metodologia combinada, interligando diferentes metodologias num mesmo estudo (Tarrow, 2004:172; Della Porta, 2014: cap. 4; entre outros). A *triangulação* reflete o uso de vários métodos de investigação de forma a que um(uns) método(s) sirva(m) para compensar ou reforçar a(s) fragilidade(s) do(s) outro(s), tendo em conta a circunstância e o contexto da(s) pesquisa(s) (Della Porta e Keating, 2008: 34; Creswell, 2014: 14).

“É comum considerar-se a pesquisa quantitativa preponderantemente fiável e a pesquisa qualitativa preponderantemente válida” (Belchior, 2010: 38). Essa premissa é especialmente relevante quando se trata de estudos ligados às atitudes e comportamentos políticos (Belchior, 2010: 38). Reconhece-se a insuficiência do inquérito enquanto instrumento para estudar a existência e a significância das atitudes e comportamentos políticos (ver Lichbach e Zuckerman, 1997: 56). Em compensação, a metodologia qualitativa revela-se um rico e poderoso instrumento de análise em estudos de caso na temática sobre as atitudes e comportamentos políticos (Norris, 2002: xiii).

A metodologia quantitativa centra a sua análise nos números e nos procedimentos estatísticos. Procura basear-se em medidas numéricas específicas para relatar aspetos de certos fenómenos, obtendo-se conclusões gerais (King, Keohane e Verba, 1994: 3). O recurso a vários casos torna o método quantitativo apto para a comparação, particularmente se os dados recolhidos forem agregados em diferentes etapas. Graças ao uso de técnicas estatísticas, a sua vantagem consiste na possibilidade de estender a análise a vários países através do tempo e espaço e permitir fazer inferências que asseguram mais de um caso (Landman, 2008: 27).

Em contraste, o método qualitativo procura identificar e compreender os atributos, características e traços dos objetos a serem analisados (Ragin, 1987; Berg-Schlosser, 2012). Os dados qualitativos são ideais para análises exploratórias. As pesquisas em ciências sociais normalmente começam a partir da análise qualitativa e (algumas vezes)

prosseguem para a análise quantitativa. Isto é, os dados “qualitativos” podem ser convertidos em “quantitativos”, mas não o inverso (Gerring, 2017: 20).

A metodologia qualitativa não se baseia em medidas numéricas. Essa metodologia visa focar-se num único fenómeno ou num pequeno número de casos que são explorados em detalhe por meio de entrevistas intensas ou de análises profundas de conteúdos históricos (King, Keohane e Verba, 1994: 4). Os investigadores tendem a incorporar um vasto leque de pistas traçadas de diferentes fontes, abordando diversos aspetos do mesmo problema. A natureza dos seus dados torna a metodologia qualitativa, praticamente, não comparável (Gerring, 2017: 19).

Na presente pesquisa selecionou-se a metodologia triangular *emergente*, isto é, aquela que é implementada no decurso da pesquisa, quando se percebe que um método, por si só, não é suficientemente explicativo (Creswell e Clark, 2011: 54). A triangulação metodológica utilizada neste estudo remeter-nos-á para a metodologia quantitativa e qualitativa. O remanescente deste capítulo está organizado de acordo com estas duas metodologias, sendo a secção seguinte dedicada à metodologia quantitativa e a secção posterior à qualitativa.

4.2 Metodologia quantitativa

A metodologia quantitativa é, neste projeto, utilizada para analisar o efeito do tempo e o efeito da crise económica (nos países da Europa do sul e noutros grupos de países em análise) nas desigualdades de género na participação e atitudes políticas. É seguido o método comparativo, cujo objetivo é descrever certos fenómenos e eventos de um determinado país ou grupo de países com o intuito de explicar fenómenos políticos individuais, estruturais e culturais (Landman, 2008: 5 e 284).

A atual pesquisa remete-nos para a análise de muitos casos (>50) e a sua estratégia consiste em analisar, sobretudo, «sistemas mais semelhantes». Analisar/comparar os países da Europa do Sul é interessante pelo facto de estes apresentarem várias semelhanças ao nível histórico-político e sociogeográfico que os caracteriza (Gunther et al, 1995; Bosco e Verney, 2012; Freire et al, 2014). Embora também se possa aplicar a

«sistemas mais diferentes», numa abordagem longitudinal²¹. Analisar muitos casos comporta algumas desvantagens, incluindo a indisponibilidade de dados e a validade de medição. Agregar dados publicados apenas em anos e países distintos, torna a comparação difícil (Landman, 2008: 63). Na prática, todos os métodos relacionados com pesquisas nas atividades políticas apresentam fragilidades e limitações (Parry et al., 1992: 31; Norris, 2002: xii; Scholzman et al, 2012: 299). Não sendo este estudo uma exceção.

4.3 Dados utilizados

A parte quantitativa deste estudo é baseada em dados secundários, como se pode observar no quadro abaixo nº 4.1. Os dados secundários apresentam vantagens quanto à racionalização de tempo e de dinheiro (Gauthier e Turgeon, 2003; Quivy e Campenhoudt, 2008: 203; Bryman, 2012: cap. 14; entre outros), da mesma forma que permitem ao investigador beneficiar do trabalho realizado por outros investigadores e instituições altamente qualificados (Gauthier e Turgeon, 2003: 429; Bryman, 2012: 313).

No entanto, reconhecem-se as suas limitações, como o facto de os dados provirem de várias fontes de informação, o que pode, de certa forma, levar a uma homogeneização das estratégias de investigação, medidas e procedimentos, provocando, enviesamentos não deliberados. Reconhecem-se também a existência de potenciais problemas ao nível da adequação dos dados às exigências de cada investigação (Gauthier e Turgeon, 2003: 422).

A presente pesquisa usa dados secundários provenientes de diversas bases de dados, nomeadamente, European Social Survey, European Elections Studies, Four Nations Study, World Values Survey, European Values Study. Cada uma destas bases de dados consiste numa amostra aleatória probabilística, cuja realização foi efetuada por vários investigadores e com objetivos distintos. Em algumas bases de dados (ESS, FNS), os indivíduos entrevistados tinham 15 ou mais anos. Mas para o presente estudo

²¹ Na verdade, trata-se de uma análise sequencial (Hardy e Bryman, 2004: 387) sendo também considerada como análise quase longitudinal ou mesmo análise longitudinal (Babbie, 1996: 129-35).

selecionaram-se apenas indivíduos com 18 ou mais anos por estes compreenderem a população com idade permitida, por lei, ao exercício do voto (ver Freire, 2006), o que implicou uma pequena perda no número de casos.

Quadro nº 4.1 - Vantagens e limitações dos dados secundários

| Vantagens | Limitações |
|---|---|
| Familiarização com a área do conhecimento | Inibir a criatividade |
| Precisar certas características para as próximas investigações | Criar hegemonia ideológica |
| | Aumento da investigação ateórica |
| Verificação da validade e credibilidade dos dados | |
| Economia de tempo | Invisibilidade dos erros e dificuldade em identificar a sua fonte precisa |
| Economia de recursos financeiros | Demoras na familiarização com os dados |
| Eliminação de problemas operacionais relacionados com a recolha de dados | Indisponibilidade de alguns tipos de dados |
| Dados manuseáveis em várias estratégias de investigação (longitudinal, transversal, etc.) | Dificuldades na compatibilidade entre os estudos e as medidas |
| Análise longitudinal | |
| Elevada qualidade dos dados | |
| Maior robustez das análises | |
| Precisar problemas de investigação | |
| Precisar opções de investigação | Problemas na qualidade dos dados |
| Normalização das disciplinas | Dados desatualizados |
| Análise de pequenos grupos | Análise de pequenos grupos |

Fontes: elaborado pelo autor a partir de Kiecolt e Turgeon, 1985; Gauthier e Turgeon, 2003; Bryman, 2012, cap. 14.

A seleção destas bases de dados é interessante porque remete-nos a três realidades políticas distintas das jovens democracias do sul da Europa: primeira, coloca-nos uma visão generalizada em que as mais importantes transformações políticas e sociais, em consequência do processo de democratização, estavam no início. Segunda, a consolidação democrática é estabilizada, especialmente, pelos mais novos que não têm memória das ditaduras nem dos períodos que marcam as revoluções (ver Baum e

Espírito-Santo, 2007: 112). A terceira tem a ver com o facto de tanto as gerações mais velhas como as gerações mais jovens partilharem experiências que caracterizam as sociedades pós-modernas. Mais, fundamentalmente, o critério de seleção incidu no facto de as perguntas de cada base de dados ter sido feita de forma idêntica e ter, possivelmente, os quatro países presentes. Outro critério importante é a comparabilidade dos dados. Começando nos meados da década de 1985, muitos destes estudos foram sistematicamente recolhidos como parte de investigações internacionais, o que permite colocar as atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos do sul da Europa em perspetiva comparada (ver Baum e Espírito-Santo, 2007: 113). Passamos agora à apresentação de todas as bases de dados usadas nesta tese.

O primeiro elemento de informação resulta de dados recolhidos e agregados no European Elections Studies (EES). Referem-se a estudos pós-eleitorais dirigidos pelo Parlamento Europeu, relacionados com o comportamento eleitoral e atitudes políticas dos cidadãos da comunidade europeia. Os dados são recolhidos periodicamente (de 5 em 5 anos) em todos os países membros incluindo os países do sul da Europa. Os livros de códigos, questionários e etc. podem ser obtidos através de <http://eeshomepage.net/ees-2014-study/>. No quadro abaixo nº 4.2, pode ser observado o número de inqueridos na base de dados do EES durante o período de 1999 a 2014.

Quadro nº 4.2 - Inquéritos utilizados: European Elections Studies, 1999-2014

| País | Abreviaturas | Dimensão da amostra |
|-----------------|---------------------|------------------------------|
| Portugal | POR | cerca de 1.000/ano |
| Espanha | ESP | + 1.000 a cerca de 5.000/ano |
| Grécia | GRE | + 500 a cerca de 4000/ano |
| Itália | IT | + 800 a cerca de 4000/ano |

Nota: Portugal inclui apenas o continente.

Fonte: elaborado pelo autor com base no livro de códigos.

O conjunto de dados do Four Nations Study contém informação acerca das atitudes e crenças dos cidadãos dos quatro países da Europa do sul. Os dados foram recolhidos em

1985. Para obter os livros de códigos, questionários e etc. ver Freire et al, 2005. O quadro abaixo nº 4.3 contém a informação relativa a dimensão da amostra.

Quadro nº 4.3 - Inquéritos utilizados: Four Nations Study, 1985

| País | Abreviaturas | Dimensão da amostra |
|-----------------|---------------------|----------------------------|
| Portugal | POR | 2.000 |
| Espanha | ESP | 2.498 |
| Grécia | GRE | 1.998 |
| Itália | IT | 2.074 |

Fonte: elaborado pelo autor com base no livro de códigos.

Nota: Portugal inclui apenas o continente.

O European Social Survey (ESS) (base principal), 2002-2012, contém dados recolhidos de forma bienal e visa analisar, essencialmente, as atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos. Estes dados são fornecidos pelos países membros deste programa, onde se incluem os quatro países da Europa do Sul. Não há dados para Itália durante os períodos de 2006 a 2010, faltando também os dados para a Grécia de 2006 a 2012. Os livros de códigos, questionários e etc. podem ser obtidos através de www.europeansocialsurvey.org. Em média, foram entrevistados 800 a 1,500 indivíduos em cada país (ver quadro nº 4.4).

Quadro nº 4.4 - Inquéritos utilizados: European Social Survey, 2002-2012

| País | Abreviaturas | Dimensão da amostra |
|----------|--------------|--|
| Portugal | POR | A média é de 800 a 1.500 Por cada país |
| Espanha | ESP | |
| Grécia | GRE | |
| Itália | IT | |

Fonte: elaborado pelo autor com base no livro de códigos.

Nota: Portugal inclui apenas o continente. Estes valores da dimensão da amostra também se aplicam na segunda parte do estudo aos quais se acrescentam os de outros grupos de países tais como nórdicos, da Europa Central e ocidental e do leste (ver página 54 e 97).

European Values Study, 1981-2008, consistem em estudos multi-etapas (de 9 em 9 anos), realizados em mais de 40 países. Procuram avaliar a perceção e preferência dos cidadãos acerca do regime político da comunidade e a avaliação da performance da UE, entre vários outros temas. São sempre entrevistados 1.500 indivíduos em cada país. Os dados, os livros de códigos e os questionários podem ser obtidos através do ICSPR e acedidos em www.gesis.org/em/sevices/data-analysis/survey-data/european-values-study/longitudinal-data-file-1981-2008/. No quadro nº 4.5 pode-se observar a dimensão da amostra e os anos em que os dados foram recolhidos por país durante o período de 1981 a 2008 da referida base de dados.

Quadro nº 4.5 - Inquéritos utilizados: European Values Survey, 1981-2008

| País | Abreviaturas | Dimensão da amostra e ano da colheita (entre parênteses) |
|----------|--------------|--|
| Portugal | POR | 1.500 (1990-2008) |
| Espanha | ESP | 1.500 (1981-2008) |
| Grécia | GRE | 1.500 (1999-20008) |
| Itália | IT | 1.500 (1981-2008) |

Nota: Portugal inclui apenas o continente.

Fonte: elaborado pelo autor com base no livro de códigos.

World Values Survey (WVS), trata-se de estudos globais em ciências sociais que se encarregam da análise das mudanças de valores e do seu impacto na esfera social e política. Recorreu-se ao WVS para compensar o facto de a Itália estar ausente na base do European Social Survey, previamente referida. Foram entrevistados cerca de mil indivíduos. Os dados, os livros de códigos e os questionários podem ser acedidos em <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>. Referem-se aos dados coletados no ano de 2004 com base à amostra representativa de 1.012 cidadãos (ver quadro nº 4.6).

Quadro nº 4.6 - Inquéritos utilizados: World Values Survey, 2004

| País | Abreviaturas | Dimensão da amostra |
|---------------|---------------------|----------------------------|
| Itália | IT | 1.012 |

Fonte: elaborado pelo autor com base no livro de códigos.

4.4 Operacionalização de conceitos

4.4.1 Participação política

A crise económica alterou, de certo modo, a forma de participação política nos países mais afetados. Nota-se que os partidos políticos têm organizado marchas e protestos, alguns deles violentos. Os líderes partidários e os próprios partidos têm sensibilizado a população e os militantes, em particular, para assinarem petições, obrigando os partidos governantes ou organizações internacionais a mudarem e/ou aceitarem certas políticas²².

As formas de participação política podem ser de vários tipos aglutinados em *voto*, *atividades de campanha*, *contactar políticos ou instituições políticas ou não políticas* e *protesto* (Verba e Nie, 1972: 73 e 1978: 55; Marsh e Kaase, 1979: 59-60 Teorell et al, 2007a: 340-43; Viegas e Faria, 2007: 62-4). Nos estudos da participação política, tem-se demonstrado algumas inquietações ligadas aos critérios que determinam a sua tipologia.

²² Destacam-se os partidos de esquerda como o Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda (português) e o Siryza (grego). Nota-se ainda a marcha organizada pelo Siryza enquanto partido governante para pressionar o seu próprio governo a acautelar as medidas de austeridade impostas por Bruxelas.

Ou seja, as tipologias da participação política variam de acordo com as posições dos autores e de acordo com critérios que advêm dos estudos empíricos (Martins, 2004: 256; Teorell et al, 2007a: 343).

Scholzman apresenta uma solução que tem em conta as discussões sobre como se deve conceptualizar a participação política. Segundo o autor, não interessa o quão sofisticada é a conceptualização do conceito, mas o que mais importa é a forma como é operacionalizado no estudo em questão (Scholzman, 2002: 436).

A sua mensuração basear-se-á na diferença de predisposição entre mulheres e homens para participarem nas modalidades da participação política, agrupadas nas seguintes dimensões: 1) participação eleitoral; 2) participação convencional; 3) não convencional e 4) participação comunitária (ver quadro nº 4.7). A respetiva mensuração é inspirada em pesquisas previamente realizadas por outros autores (Burns et al, 2001; Norris et al, 2004; Baum e Espírito-Santo, 2004-2007; Coffé e Bolzendahl, 2010; entre outros).

A participação eleitoral e a comunitária constituíram-se através da modalidade “votar” e “ajudar a resolver problemas comunitários”, respetivamente – variáveis dicotómicas que foram codificadas com 0 (*Não* – não participou nesta atividade política) e 1 (*Sim* – participou nesta atividade política). No que diz respeito à participação política convencional e não convencional, ambas as variáveis resultaram da junção de quatro modalidades cada. O *índice de participação convencional* resulta da soma de quatro modalidades, nomeadamente, contactar um político ou funcionário do governo; pertencer a uma organização política; trabalhar numa organização política; e trabalhar noutra organização. O *índice de participação não convencional* também resulta da soma de quatro modalidades, designadamente, usar material de campanha, boicotar certos produtos, assinar uma petição ou abaixo assinado e participar numa greve legalizada (ver quadro abaixo nº 4.7 e/ou anexo B.2.1). Cada um dos índices foi, posteriormente, recodificado como variável dicotómica – 0 (*Não* - não participou em nenhuma das atividades políticas) e 1 (*Sim* - participou em pelo menos uma das atividades políticas) – para serem comparáveis com as outras duas variáveis já enunciadas, nomeadamente participação eleitoral e comunitária, também elas dicotómicas (no anexo B.1.1 pode ser consultado o guião de entrevistas e a (re)codificação das variáveis da participação política).

Quadro nº 4.7 - Operacionalização de conceitos: formas e tipos de participação política

| Participação política | Dimensões | Modalidades |
|-----------------------|---------------------------------|--|
| | Eleitoral | Voto em eleições |
| | Convencional | Contactar um político ou um funcionário do Governo |
| | | Pertencer a uma associação ou organização política |
| | | Trabalhar numa associação ou organização política |
| | | Trabalhar noutra associação |
| | Não convencional | Usar material de campanha eleitoral |
| | | Boicotar certos produtos |
| | | Assinar petição ou abaixo assinado |
| | | Participar numa greve legal |
| Comunitária | Resolver problemas comunitários | |

Fonte: elaborado pelo autor com base na revisão da literatura.

Ainda em referência aos índices de participação convencional e não convencional foram medidas as suas consistências internas para cada ano em análise. Para o efeito usou-se o coeficiente do *Alfa de Cronbach*. Os seus respetivos valores são considerados aceitáveis, variando entre 0,534 e 0,446 (participação convencional) e entre 0,571 e 0,569 (participação não convencional).

4.4.2 Atitudes políticas

É mais complexo medir cultura política atualmente, do que inicialmente parecia ser o caso de acordo com Almond e Verba [1963] (Robinson et al, 1999: 1; Dalton e Welzel, 2014: 10). Esta complexidade poder-se-á dever ao facto de, nas últimas cinco décadas, terem surgido vários conceitos da cultura política (Dalton e Welzel, 2014: cap. I).

A cultura política tem sido frequentemente analisada através de traços comuns articulados pelas orientações e atitudes cognitivas, afetivas, avaliativas e de disposições

de comportamentos face ao sistema político e às suas componentes, caracterizadas e partilhadas por membros de um grupo, conforme sublinhado inicialmente por Almond e Verba [1963] (Belchior, 2010: 69).

Neste caso, duas componentes são essenciais na cultura política (Newton e van Deth, 2010: 172; Dalton e Welzel, 2014: 10-11; Welzel e Dalton, 2014: Cap. 12): as atitudes dos cidadãos perante o sistema político e a forma como os cidadãos se sentem capazes de influenciar o processo da tomada de decisão.

Tendo em conta a matriz clássica de Almond e Verba ([1963] 1989), a presente pesquisa pretende avaliar a conceção que os cidadãos fazem do sistema democrático. Essa avaliação é destinada às estruturas formais do Estado, tais como, Governo, partidos políticos, estruturas de poder e de influência política, partilhas de normas, comunicação e etc.

Na presente pesquisa consideram-se duas dimensões das atitudes políticas, nomeadamente, envolvimento político e confiança política.

Envolvimento político²³ refere-se ao grau de interesse do cidadão pela política e à sua perceção da importância da política na sua vida (Martín e van Deth, 2007: 303-4 e 311).

O conceito de interesse será usado no sentido restrito da palavra. Ou seja, interesse político deve ser entendido como o grau de curiosidade que a política desperta no indivíduo (van Deth, 1990: 278). Para que se interesse pela política, o indivíduo deve ter “consciência política”, isto é, deve prestar atenção à política e entender a matéria. O princípio da consciência política é a absorção da comunicação política (Zaller, 1992: 21), uma vez que notícias sobre política têm uma grande implicação no impacto que o discurso da elite política tem na opinião pública (Zaller, 1992: 18).

Consensualmente, a confiança política significa, em termos das consequências, uma maior disponibilidade para a cooperação. Se a massa eleitoral confiar no governo, acata resignadamente políticas pouco populares, o que se traduz numa mais-valia para os políticos e governos. Desconfiança política, por oposição, surge associada a problemas governativos que podem degenerar na instabilidade do próprio sistema político (Belchior, 2015: 31-2).

²³ Têm sido distinguidas várias definições e operacionalizações para o envolvimento político, nomeadamente, *interesse na política*, *envolvimento político psicológico*, *engajamento político*, *apatia política* ou *desafeição política* (Martín e van Deth, 2007: 303).

Por sua vez, confiança nas instituições políticas refere-se à avaliação que os cidadãos fazem das instituições políticas. Isto implica uma avaliação dos atributos mais relevantes de cada instituição política, tais como, credibilidade, imparcialidade, competência e transparência nas suas políticas ou atividades (Newton, 2007: 344; Zmerli et al, 2007: 41; Denters et al, 2007: 67).

Segundo Belchior (2015: 32), os indivíduos que tendem a confiar mais nas instituições políticas (parlamento, governo, sistema jurídico, polícia, políticos, etc.) fazem também, sistematicamente, avaliações mais satisfatórias sobre o funcionamento da democracia no país, sobre o desempenho do governo e sobre o estado da economia nacional e internacional.

Inspirando-se nas pesquisas de Morales (1999), de Norris et al. (2004) e de Baum e Espírito-Santo (2007), esta parte da presente investigação centra-se na análise das diferenças de género nas atitudes políticas. A sua mensuração basear-se-á na frequência de atitudes políticas de mulheres e homens, agrupadas nas seguintes dimensões: 1) envolvimento político; e 2) confiança nas instituições políticas (ver quadro abaixo nº 4.8). O guião de entrevista pode ser observado no anexo nº B.2.2.

A construção das dimensões das atitudes políticas resulta na soma das modalidades do envolvimento político e da confiança política. O *índice de envolvimento político* resulta da soma de duas modalidades, designadamente, ver notícias/programas sobre política na TV (escala de 1 a 4) e grau interesse pela política (escala de 1 a 4) (ver quadro nº 4.8 ou anexo 2.2). As variáveis originais eram compostas por uma escala que variava de 1 a 4, mas esta foi posteriormente recodificada para uma escala de 0 a 3, porque começar uma escala do zero é mais intuitivo. Depois de recodificadas, a soma das escalas compreendeu um ponto de 0 a 6, em que 0 significa *nenhum* (nenhum envolvimento) e 6 significa *muito* (muito envolvimento). A sua consistência interna varia de 0,650 a 0,750.

Quadro nº 4.8 - Operacionalização de conceitos: Dimensão e modalidades das atitudes políticas

| Atitudes políticas | Dimensões | Modalidades |
|--------------------------------------|------------------------|---|
| | Envolvimento político | Interesse político |
| | | Ver notícias/programas sobre política na TV |
| Confiança nas instituições políticas | Nos tribunais | |
| | No parlamento | |
| | Na polícia | |
| | No governo | |
| | Na União Europeia (UE) | |

Fonte: elaborado pelo autor com base na revisão da literatura.

O *índice da confiança política* resultou na soma de cinco variáveis, nomeadamente, confiança nos tribunais, parlamento, polícia, UE e governo. A escala original de cada uma destas variáveis variava entre 1 e 4, tendo sido recodificadas para uma escala de 0 a 3. Após a soma, as escalas das variáveis recodificadas passaram a ser medidas num ponto de 0 a 15 em que 0 é *nenhuma* confiança e 15 significa *muita* confiança. A sua consistência interna varia entre 0,590 a 0,686. De realçar que tudo o que foi apresentado, aqui, nesta secção consiste nas VD da parte quantitativa do trabalho.

4.4.3 Tratamento e análise de variáveis

O tratamento e análise de dados respeitantes à metodologia comparativa foi efetuado através do programa informático Statistical Package for Social Science (SPSS) versão 24. As análises corresponderão a dois momentos distintos e sequenciais. Primeiro, análise bivariada e depois análise multivariada²⁴. A realização da análise bivariada corresponderá aos indicadores das atitudes e comportamentos políticos. Isto é, para a participação política o teste do *qui-quadrado* para duas amostras independentes e para as atitudes políticas realizar-se-ão o *teste t* para duas amostras independentes. Utilizar-se-á o teste de *qui-quadrado* para analisar variáveis binárias, enquanto o teste *t* é usado porque analisam-se variáveis métricas.

²⁴ Em ambos casos, os dados foram ponderados.

O objetivo da análise de regressão neste caso não é o de obter um modelo fortemente capaz de estimar a variável dependente, mas o de testar a significância do gênero na previsão das atitudes e comportamentos políticos, conforme sublinhado por Morales (1999: 236). Assim, em todos os modelos de regressão, a variável *género* surge como a variável independente principal. Esta refere-se à construção social que distingue uma mulher de um homem, sendo uma variável dicotômica (0 = masculino; 1 = feminino).

De modo a isolar melhor o impacto da variável independente principal, foram adicionadas três variáveis de controlo²⁵ aos modelos. Estas variáveis foram inspiradas no *modelo de recurso*, visto que mulheres e homens constituem dois grupos muito heterogêneos entre si – diferenciados por idade, raça ou etnicidade, classe social e outros atributos (Burns et al, 2001: 50). O modelo de recurso avalia as posições sociais dos indivíduos como o nível de educação, rendimento e emprego formal, estado civil, nível de escolaridade, idade, profissão, etc. (Verba et al, 1995: 270; Atkeson e Rapoport, 2003: 499). Tem sido apontado que desenvolver atividades políticas, como por exemplo, trabalho de campanhas, ofertas informais para resolver problemas comunitários e votar, requerem tempo e dinheiro e competências (*skills* – saber fazer) (ver, por exemplo, Verba et al, 1995; Verba et al, 2003; Burns et al, 2001). Isto é, quanto maior for o nível de instrução, o estatuto social e o rendimento, etc. mais o cidadão participa na política.

As três variáveis de controlo são as seguintes: *estado civil* – indivíduos que vivem (legalmente ou em união de facto) ou não com o seu cônjuge –, variável dicotômica (0 = solteiro; 1= casado); *educação* – indica o nível de escolaridade que o indivíduo detém, sendo não superior (indivíduos que não adquiriram níveis de escolaridade universitária) e superior (indivíduos que tenham obtido pelo menos a licenciatura ou um grau equivalente) – variável dicotômica (0 = educação não superior; 1 = educação superior); *idade* – indivíduos com idade compreendida entre 18 e mais anos (65+) –, variável contínua.

Dois modelos de regressão²⁶ estão patentes na presente pesquisa: regressão linear e regressão logística. O modelo de regressão logística (binária) será utilizada na análise da

²⁵ Teve de ser feita uma opção entre analisar mais países e anos, ou fazer uma análise mais profunda. Optou-se pela primeira, daí os nossos modelos terem menos controlos do que outras pesquisas, mas têm certamente um N maior.

²⁶ Foram realizadas as medidas mais importantes para a adequabilidade do modelo de regressão logística e linear. Concluiu-se que esses cumprem com os pressupostos para a sua realização.

participação política porque pretende avaliar variáveis qualitativas. A análise da participação política corresponderá ao modelo de regressão logística (binária) com *erros robustos estandardizados*²⁷.

Enquanto o modelo de regressão linear (múltipla) corresponderá à análise das atitudes políticas visto as variáveis dependentes serem quantitativas ou tratadas como tal. De sublinhar que nos modelos de regressão os dados relativamente aos países são agregados - *pooled model*. O objetivo de *pooled model* é testar as especificidades de cada país ou grupos de países, onde cada especificidade cultural permanece intacta (Pennings et al, 2006: 174; Landman, 2008: 32 e 79).

As análises de regressão serão apresentadas tendo em conta o nosso modelo de análise (ver cap. I). Isto é, primeiro, analisar-se-á os modelos de regressão logística e linear ao nível diacrónico (1985 até 2014); segundo, investigar-se-á o efeito da crise económica através do estudo dos seus momentos mais marcantes, isto é, de 2008 a 2012. Neste momento, a análise compreende quatro grupos de países: 1) Europa do sul, que inclui Portugal, Espanha, Grécia e Itália; 2) Europa do norte, que inclui Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca; 3) Europa central e ocidental, que inclui Reino Unido, Bélgica, Holanda, Alemanha, França e Suíça; 4) Europa do leste, que inclui República Checa, Polónia, Bulgária, Hungria e Eslovénia.

Os resultados da regressão logística não são fáceis de serem analisados por um simples olhar. Logo, é necessário complementar a análise com “probabilidades previstas”. Estas serão reportadas em gráficos.

Os resultados de regressão linear múltipla serão apresentados através dos *coeficientes de regressão não estandardizados*, porque permitirem avaliar como é que o efeito do género vai mudando ao longo dos tempos (ver Atkeson e Rapoport, 2003: 503). Os modelos de regressão linear permitem estimar os valores médios ou esperados e realizar previsões pontuais de novos valores das VD para um dado conjunto de observações das VI (Laureano, 2013: 171; Marôco, 2014: 742-47). Ou seja, “no caso, da previsão, falamos de novos valores da variável dependente que não fazem parte da amostra inicial onde foi deduzido o modelo de regressão” (Marôco, 2014: 743). No

²⁷ O erro robusto estandardizado é tolerável na medida em que o seu procedimento não afeta os coeficientes, mas estima mais a sua consistência quando é violado alguns pressupostos da variância. Neste contexto, pode se assumir que os casos são independentes entre os países, mas não entre si (Karp e Banducci, 2008: 112).

entanto, de forma a ler melhor os resultados, na presente investigação realizar-se-á as previsões dos valores das VD.

4.5 Metodologia qualitativa

A metodologia qualitativa é, na presente pesquisa, utilizada para analisar dados relativos à socialização política dos jovens estudantes em Portugal.

4.5.1 – A entrevista

A metodologia qualitativa foi desenvolvida através da técnica de entrevista, que consiste numa das técnicas mais eficazes, dentro da metodologia qualitativa (ver, por exemplo, Evers, 2011). Sendo também uma ferramenta fundamental para a compreensão dos fenómenos políticos (Mosley, 2013).

Quadro nº 4.9 - Tipo e característica da entrevista

| Investigação | Não Diretiva | Semidiretiva | Diretiva |
|----------------|--------------|--------------|----------|
| Controlo | | | • |
| Verificação | | • | • |
| Aprofundamento | • | • | |
| Exploração | • | | |

Fonte: Ghiglione e Matalon, 2005: 86.

A presente pesquisa recorreu ao tipo de entrevistas semidiretiva, porque esta permite aprofundar um determinado tema, ou verificar a evolução de um tema conhecido, conforme pode constatar-se no quadro acima nº 4.9.

A educação tem sido considerada como uma condição necessária dos cidadãos em sociedades democráticas (Nie et al, 1996: 1). Entender profundamente como é que a educação influencia o que os cidadãos sabem, quanta atenção prestam à política, e quão politicamente ativos e tolerantes eles são, tem fortes implicações nas teorias

democráticas e políticas educativas (Nie et al, 1996: 1). Como tal, a educação apresenta três características: aumenta as habilidades cognitivas que facilitam a aprendizagem acerca da política; pessoas bem-educadas tendem a obter maior gratificação em termos de participação política; a escola concede experiência com uma variedade de relações político administrativas (Wolfinger e Rosenstone, 1980: 35-6). Mais importante, as mudanças que se verificaram no mundo desde 1971, em primeiro lugar, trouxeram questões ligadas à forma como os estudantes veem e definem a sua identidade de cidadania e, em segundo, como as suas opiniões são influenciadas pelo contexto político, educacional e social nos países em transição democrática ou em democracias estabilizadas (Torney-Purta et al, 1999: 13). As sociedades estão a atravessar as rápidas transformações sociais e políticas, existindo tentativas de capacitar os jovens a adaptarem-se à nova ordem mundial política e económica. Dentro dessas sociedades, a educação cívica difere de muitos outros assuntos na extensão do desacordo sobre a base do conhecimento e a atitude apropriada dos jovens (Torney-Purta et al, 1999: 15).

É pelas razões assinaladas no parágrafo anterior que as entrevistas foram dirigidas a jovens estudantes universitários. Geralmente, os estudantes são indivíduos mais bem informados do que o resto da população (Zaller, 1992). O seu interesse e conhecimento político fá-los mais aptos ao nível de considerações políticas, particularmente, se os estudantes universitários se relacionam com conteúdos políticos (Belchior et al, 2016: 7).

As entrevistas foram feitas em universidades públicas sitas na cidade de Lisboa²⁸. Elas foram realizadas de 24 a 26 de outubro de 2017, nas faculdades de Direito, de Letras, de Medicina Dentária, de Farmácia, Escola Superior de Enfermagem e Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa e no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Exceto dois estudantes que afirmaram estar a frequentar o mestrado, os(as) restantes entrevistados frequentam cursos de licenciatura (ver anexo A.2, pp. IV-VI).

Primeiro, perguntou-se ao entrevistado se poderia fazer parte do nosso estudo. Após este contacto fez-se a apresentação da natureza da pesquisa, procedimentos planeados, garantias de confidencialidade e a voluntariedade da participação destes, bem como a

²⁸ Em Portugal, as universidades públicas são frequentadas por pessoas de todos extratos sociais (ver Estanque, 2011). A cidade de Lisboa pela sua diversidade e oferta educativa (e não só), consegue albergar estudantes oriundos dos vários pontos do país (ver anexo nº A2). Por esses motivos achou-se essencial selecionar a cidade de Lisboa e estes tipos de instituições de ensino.

utilização de aparelho de gravação e a duração da entrevista de aproximadamente 30 minutos (ver anexo A.1, pp. I-III).

No que toca à dimensão da amostra, a literatura não estipula um número exato de pessoas para serem entrevistadas, ou, como afirma Danielle Ruquoy:

Nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objetivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida (Ruquoy, 2011: 103).

No total foram realizadas 27 entrevistas, a 13 raparigas e a 14 rapazes. A idade média de idade das(os) entrevistadas(os) é de 20 anos. Sendo a máxima de 24 e a mínima de 17.

4.5.2 Da Entrevista à Análise de Conteúdo

Quando se trata de entrevista, a parte relevante consiste em registar e transcrever o que foi dito (Flick, 2005: 169), sendo a transcrição um passo primordial para a sua interpretação (Flick, 2005: 174). Depois da realização das entrevistas fez-se a transcrição dos dados no formato *word* do computador. Posteriormente, começou-se o processo de interpretação de dados recolhidos e transcritos.

Sendo um trabalho de carácter qualitativo, optámos pela análise de conteúdo, definida por Bardin (2013: 33, 40 e 44) como “um *conjunto de técnicas de análises das comunicações*” que abrange todas as comunicações, isto é, “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (Moscovici citado por Bardin, 2013: 34). A análise de conteúdo utilizada é do tipo descritivo analítico (Bardin, 2013: 37).

A constituição das categorias foi elaborada a partir de um sistema de categorias mutuamente exclusivas (Vala, 2005: 113; Bardin, 2013: 147). A construção de um sistema de categorias pode ser feita “*a priori*” ou “*a posteriori*” (Vala, 2005: 111-113; Bardin, 2013). Onde a unidade de análise é a frase (Bardin, 2013: 130).

Para nos assegurarmos da fidelidade do sistema de categorias, classificaram-se os dados das categorias calculando o índice de fidelidade inter-juízes das categorias e

subcategorias. Para a sua classificação, pediu-se a um segundo investigador que analisasse duas entrevistas. Seguidamente, fez-se o acordo inter-juizes através do coeficiente do Kappa de Cohen. Este, cálculo de k , mede-se a partir da concordância entre codificadores que varia de 0 (desacordo) a 1 (acordo pleno). Neste caso, o presente estudo obteve um valor de Kappa de Cohen de ,65 que revela um valor de concordância bom (Fonseca et al, 2007). O cálculo do acordo inter-juizes foi realizado no SPSS versão 24.

A descrição e análise dos dados foi possível com recurso ao programa informático Maxqda versão 18.0.5.

4.5.3 Socialização política

A relevância da socialização política reside no seu determinado contexto social. O contexto social estrutura a quantidade e o fluxo de informação que influencia as atitudes e comportamentos políticos das crianças (Gimpel et al, 2003: 7; Mayer e Schmidt, 2004: 395).

A crescente literatura sobre socialização política permitiu o surgimento de vários modelos de análise, tendencialmente complexos (Gimpel et al, 2003: 7). A principal dificuldade parece ser a de estabelecer ligações entre experiências vividas na infância e o comportamento atual, como adulto, em estudos não longitudinais (Burns et al, 2001: 138). Conforme foi sublinhado antes, a presente pesquisa pretende examinar a importância do estímulo da família, escola, comunidade e religião na maior ou menor propensão para as meninas e meninos se tornarem politicamente ativos na vida adulta, tendo em conta o contexto social em que estes estavam inseridos. Onde se considera o(s) próprio(s) indivíduo(s) como unidade de análise (McDevitt e Chaffee, 2002: 285).

De forma mais sintetizada, o quadro nº 4.10 (pág. 60) mostra o processo de maturação, isto é, o desenvolvimento cognitivo e sofisticação política do indivíduo durante o ciclo de vida. Geralmente, as experiências adquiridas pelo indivíduo mudam com o tempo. Em cada etapa da vida, o indivíduo aparenta obter novas experiências de maturação. A maturação política do indivíduo é adquirida através da interação com os agentes de socialização política.

Excluindo os meios de comunicação, a presente investigação operacionaliza a socialização política através de quatro agentes: *família, escola, comunidade e religião*.

Conforme enfatizado por Hyman (1959), procura-se perceber as experiências adquiridas na infância que são mais determinantes para os padrões políticos do indivíduo na vida adulta, isto é, que poderão estar relacionadas com as suas atitudes e comportamentos políticos atuais. Como por exemplo, votar e/ou praticar outra atividade política além do voto, discutir política, interessar-se pela política, ser membro de uma organização juvenil, participar em atividades comunitárias, etc.

Sendo assim, aos respondentes foi dirigido um conjunto de questões que se referiam à sua infância, por exemplo, se quando crianças se lembram de ter visto os seus parentes a realizar diversas atividades cruciais para o processo de socialização política, bem como lhes foi questionado se praticam alguma atividade política atualmente (ver guião de entrevista no anexo nº A1, pp. I-III).

Quadro nº 4.10 - Modelo de socialização política durante o ciclo de vida

| Infância | Adolescência | Jovem Adulto | Adulto | Anos depois |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Orientação da família | Orientação da família | Orientação da família | Orientação da família | |
| Escola | Escola | Procriação da família | Procriação da família | Procriação da família |
| Igreja | Igreja | Igreja | Igreja | Igreja |
| | | Lugar de trabalho | Lugar de trabalho | |
| | | Associações voluntárias | Associações voluntárias | |
| Associações voluntárias | Associações voluntárias | | | Associações voluntárias |
| Meios de comunicação |

Fonte: Wasburn e Covert, 2017: 17.

Quadro nº 4.11 - Operacionalização de conceitos da socialização política

| Conceito | Dimensão | Sub-Dimensão | Indicadores |
|-----------------------|------------|------------------------------------|---|
| Socialização política | Família | Relação com os parentes | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conversas com os pais ▪ Atividades com os pais ▪ Leitura/histórias contadas ▪ Acompanhar os <i>media</i> com os pais |
| | | Atitudes Políticas dos parentes | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação partidária ▪ Militância política ▪ Discutir política c/ amigos/família |
| | | Participação Política dos parentes | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Votar ▪ Atividades além do voto ▪ Ter um familiar na política ▪ Pessoas próximas noutras organizações |
| | Escola | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo dos professores para a política ▪ Salas/locais propícios ▪ Votar em associações académicas |
| | Comunidade | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalho na comunidade ▪ Participar nas assembleias |
| | Religião | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter frequentado uma igreja, quando criança, com os pais |

Fonte: elaborado pelo autor com base na revisão de literatura.

Capítulo V - Participação política, atitudes políticas e socialização política: conceptualização

5.1 Definição da participação política

Etimologicamente, participação (do latim, *participatio*) significa “fazer parte de”, “tomar parte de qualquer coisa”. De acordo com a concepção de participação política, pode-se associar a ideia de alguém “fazer parte da atividade política” (Martins, 2004: 39). Devido à dificuldade em delimitar a sua natureza, modos, formas, determinantes e graus, não existe um consenso quanto a sua conceptualização operacional (Weiner, 1971:159-64; Martins, 2004: 39; Teorell, 2006). Como frisam Parry et al. (1992: 20), qualquer definição da participação política deve ser, obrigatoriamente, tendencial e discutível. Normalmente, a definição varia de estudo para estudo e em função dos objetivos que neles são traçados.

A participação política é um fenómeno existente desde a Grécia Antiga que começa a ser estudada em 1972 por Verba e Nie (Pasquino, 2005: 76; Teorell et al, 2007: 335). Apesar das inúmeras investigações na área de estudos da ação política, o conceito de participação política tende a não se afastar muito do conceito definido por Verba e Nie (Teorell et al, 2007: 337). Por outro lado, a existência de vários conceitos remete, de antemão, para a complexidade intrínseca à abordagem de um fenómeno que pode referir-se a comportamentos ativos ou passivos dos cidadãos; a atitudes e motivações face à vida política e pública; a ações individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão político; a atividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais; a comportamentos consentidos e não consentidos; ou a intervenções na esfera política (Martins, 2004: cap. I).

Verba e Nie (1972: 2) definiram a participação política como atividades individuais dos cidadãos que estão destinadas a influenciar, diretamente, a(s) escolha(s) do(s) governo(s) e/ou a moldar a(s) ação(ões) que ele(s) toma(m).

Essa definição de Verba e Nie parece limitada uma vez que os autores excluem outras atividades da participação política, ou seja, nesta definição, os autores não incluem as formas não convencionais da participação política dos cidadãos (Teorell et al, 2007: 335-7).

Normalmente, as pessoas esperam que através da sua participação política as suas necessidades e problemas sejam resolvidos pelos seus governos, seja comparecendo

perante as urnas, protestando politicamente ou através da ação revolucionária com vista a determinar o futuro do governo ou o governo futuro (Brady, 1999: 737; Scholzman, 2002: 433).

Uma definição semelhante à de Verba e Nie (1972) é desenvolvida por Kaase e Marsh (1979: 42). Para estes dois autores, a participação política refere-se a todas as atividades voluntárias dos cidadãos que procuram influenciar, direta ou indiretamente, a sua escolha política em vários níveis do sistema político. Isto inclui as formas convencionais desenvolvidas por Verba e Nie (1972) e as formas não convencionais desenvolvidas por Kaase e Marsh (1979).

É nesta última definição que o presente trabalho se vai inserir, uma vez que este conceito é extensivo e abrangente. Conforme sublinham alguns autores, o termo “participação política” implica todas as ações que tentam influenciar, direta ou indiretamente, aquilo que os agentes e/ou as instituições políticas e não políticas fazem (Conway et al, 1997:78; Viegas et al., 2010: 21).

5.1.2 Formas e tipos de participação política

Em sentido lato, as formas de participação política consistem num conjunto de ferramentas que permitem pôr em prática a ação política dos cidadãos. Estando associadas aos direitos legais que permitem aos indivíduos a possibilidade de intervenção no processo político, como por exemplo, direitos de voto, de associação, de reunião e manifestação, de candidatura a cargos eletivos, de iniciativa legislativa (Martins, 2004: 255).

As formas de participação podem ser vistas, também, como meios através dos quais os cidadãos tendem a influenciar as decisões políticas, admitindo-se o recurso a ações não consentidas ou a ações que, sendo consentidas, rompem com os requisitos estabelecidos na lei, como por exemplo, os protestos, os boicotes, as manifestações, os bloqueios de vias públicas e as greves. Ou podem ser consideradas como meios de contacto entre o representante e o representado político, através dos quais os representantes procuram apoios necessários ao exercício das suas funções e os

representados manifestam exigências no sentido em que esperam ver atendidas as suas pretensões²⁹ (Martins, 2004: 255).

5.1.3 Modalidades da participação política

Reconhecem-se os contributos pioneiros de Lester Milbrath. Os seus contributos deram origem aos estudos empíricos de Verba e Nie (1972). Os estudos de Milbrath centravam-se no indivíduo enquanto membro de uma comunidade política. Isto é, a forma como estes encaram e se envolvem na política. Para o autor, a participação é um ato individual (perspetiva unidimensional) (Milbrath, 1960). Ainda que os estudos empíricos evidenciassem uma correlação fraca entre as variáveis (voto, persuadir outros a votar, ter preferência política, participar em reuniões políticas, doar dinheiro a partidos ou organizações políticas e trabalhar num partido político) sobretudo, o voto em comparação com outras modalidades (Brady, 1999: 745). Para Milbrath (1960), a sociedade estava dividida em três grupos, seguindo uma ordem hierárquica: gladiadores, apáticos e espetadores (Milbrath, 1960; Milbrath e Goel, [1965] 1977: 11), conforme nos mostra o Quadro abaixo.

Quadro nº 5.1 - Formas e participação política

| Tipo de participação política | Grau de utilização das formas |
|-------------------------------|-------------------------------|
| Gladiadores | Ativo |
| Espetadores | Médio |
| Apáticos | Nulo |

Fontes: adaptado de Milbrath, 1960; Milbrath e Goel, [1965] 1977.

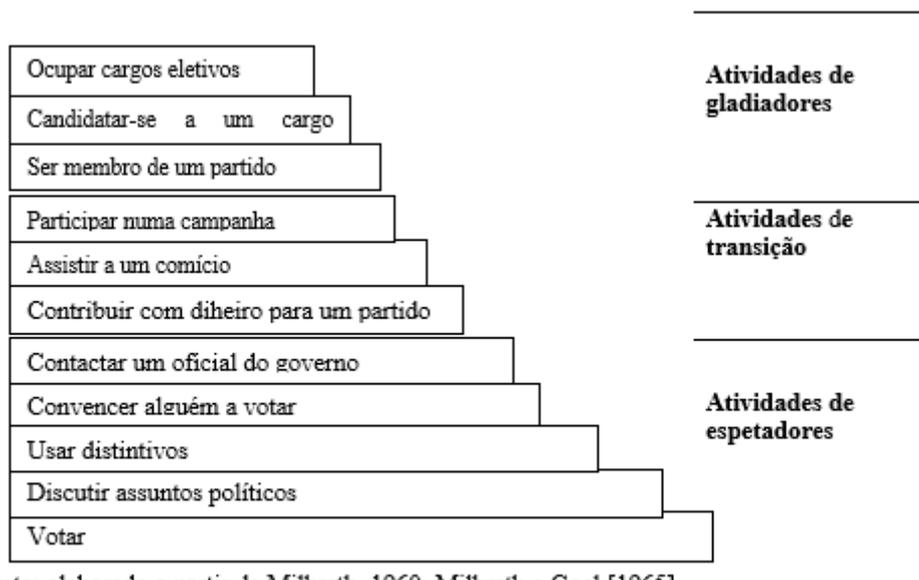
Os gladiadores são aqueles indivíduos que vivem intensamente os assuntos políticos, chegando a concorrer a cargos eletivos e de nomeação. Em seguida, encontram-se os espetadores. Estes não participam, simplesmente, observam. Ao mesmo tempo que

²⁹ Esta visão é assumida por Almond e Powell ([1966] 1978: 143-45) que afirmam a comunicação como um elemento central entre os governantes e governados. Segundo eles, a comunicação é feita através da interação entre colegas de trabalho ou universitários e o meio que os envolve, onde a política é o epicentro das suas discussões.

consideram a política uma atividade destinada aos políticos. Por último, há os apáticos, que não participam nem se preocupam com a política (Milbrath, 1960; Milbrath e Goel, [1965] 1977). Como se pode observar na figura abaixo nº 5.1, quanto mais os indivíduos se aproximam do topo da hierarquia, mais ativos se tornam.

A obra *Participation in America*, de Verba e Nie, marca o princípio dos estudos empíricos nas sociedades industriais avançadas (Verba e Nie, 1972: 46). Esta obra vem contrariar a perspetiva unidimensional da participação política³⁰. Segundo eles, não se pode considerar que as pessoas são mais ou menos participativas, visto que existem outras atividades em que os cidadãos se envolvem por motivos e consequências diferentes. Ou seja, os cidadãos exigem do governo coisas diferentes e de formas diferentes (Verba e Nie, 1972: 45).

Figura nº 5.1 - Níveis de participação política



Fonte: elaborado a partir de Milbrath, 1960; Milbrath e Goel [1965] 1977.

Nos seus estudos, Verba e Nie (1972) e Verba et al. (1978) propõem quatro formas da participação política: *voto*, *atividade de campanha*, *contactar um membro do governo* e *atividade comunitária*. Estas dimensões representam um conjunto significativo das atividades que completam as várias formas de alternativas através das

³⁰ Na segunda edição da sua obra *Political participation*, o próprio Milbrath reconhece a perspetiva multidimensional da participação política.

quais os cidadãos procuram pressionar o governo para ver os seus problemas resolvidos, como se constata no quadro abaixo. Estas atividades diferem umas das outras, na medida em que cada indivíduo escolhe qual delas é a sua prioridade (Verba e Nie, 1972: 51).

Quadro nº 5.2 - Tipos e formas de participação política

| Tipo de atividade | Formas de atividade | Tipo de influência | Resultado esperado | Nível de conflito | Iniciativa requerida | Cooperação com os outros |
|----------------------------------|-----------------------------|--|--------------------|---------------------------|----------------------|--------------------------|
| Atividades eleitorais | Voto | Muita Pressão/Pouca a informação | Coletivo | Conflituosa | Pouca | Pouca |
| | Atividade de campanha | Muita pressão/pouca a muita informação | Coletivo | Conflituosa | Alguma | Alguma ou muita |
| Atividades não eleitorais | Atividade comunitária | Pouca a muita pressão/muita informação | Coletivo | Mais ou menos conflituosa | Alguma ou muita | Alguma ou muita |
| | Contactar membro de governo | Pouca pressão/muita informação | Particular | Não conflituoso | Muita | Pouca |

Fontes: Verba e Nie, 1972: 54; Verba et al, 1978: 55.

Os estudos de Verba e os seus co-autores foram alvos de várias críticas, posteriormente. Os críticos argumentam que tal abordagem é muito limitada, se comparada com as atividades que os indivíduos praticam hoje em dia (Kaase e Max, 1979; Parry et al., 1992; Inglehart, 1997; Brady, 1999; Norris, 2007b; Norris, 2004; Teorell et al, 2007 entre outros). Como realça Norris (2007b: 639; 2004: 15), o voto e a pertença a um partido continuam a ser os principais elementos de participação numa democracia, mas hoje, estas atividades são demasiadas limitadas já que excluem algumas atividades comuns do engajamento cívico.

Entre as principais críticas, destaca-se a obra clássica de Barnes et al. (1979), *Political Action. Mass Participation in Five Western Democracies*. Segundo Marsh e Kaase (1979: 57), para além das formas convencionais, designadamente, voto, apoio

partidário e participar em campanhas, era preciso ter em conta o surgimento de novas formas de participação política que estavam a ser desenvolvidas nas táticas de protesto. Os governantes foram surpreendidos com demonstrações públicas, protestos, ocupação de estradas, etc. Por exemplo, aquando da guerra dos EUA no Vietname. Desde então, alguns destes atos apareceram em contexto de desordem pública – ao mesmo tempo que, na academia, ganharam o nome de participação não convencional – e vieram revolucionar a ordem política das democracias ocidentais, estando também ao alcance das áreas de desobediência civil e violência política (Kaase, 1999: 14; Norris, 2007b, 639).

Esta obra de Barnes e seus co-autores (1979) não só continha novidades sobre a participação não convencional, como também apresentava novidades ao nível metodológico, ao articular a dimensão das atitudes e comportamento na criação de uma escala de participação não convencional (Borba, 2012: 272).

A obra de Barnes et al. (1979) também sofreu algumas críticas relacionadas com a sua mensuração (Brady, 1999: 754). Sublinham-se as críticas apontadas por van Deth (2001), Dalton et al. (2010) e Inglehart e Welzel (2005: 116-7) que afirmam que, se no início destes estudos, tais abordagens vaziam sentido, tendo em conta os acontecimentos políticos e sociais daquela altura, atualmente, não. Visto que as formas não convencionais passaram a ser consideradas como participação convencional³¹, uma vez que assinar petições e participar em protestos públicos começam a ser tão frequentes como as atividades eleitorais ou contactar políticos. Os estudos longitudinais têm demonstrado que os níveis de protesto têm aumentado à medida em que os Estados se desenvolvem económica e politicamente (ver também Inglehart, 1977; 1997).

Numa altura em que os estudos empíricos do ativismo político desenvolviam-se em época de tranquilidade política e de estabilização económica nas velhas democracias, a participação política estava associada a mobilização eleitoral (Verba e Nie, 1972; Verba et al, 1978). Mas, a publicação da obra de Barnes et al. (1979) motivou a revisão do conceito de participação política, dando-lhe um novo alargamento (Viegas e Faria, 2007: 62; Baum e Espírito-Santo, 2007: 273-4; Borba, 2012; Viegas et al., 2015: 199). As modalidades de participação política passaram a ser não só modalidades convencionais, mas também não convencionais, distinguindo-se por ações de “boicote a certos produtos, ocupação de edifícios ou danos provocados em bens de entidades

³¹ Sobre a distinção de forma convencional e não convencional ver página 76.

privadas” que se forem inseridas em forma de protesto, a ação direciona-se a empresas ou organizações da sociedade civil e não diretamente aos governantes e o uso de internet para expressar opiniões políticas (Marsh e Kaase, 1979: 59-60; Kaase e Marsh, 1979).

A tipologia de Marsh e Kaase (1979: 137) foi designada por “reportório político” – obtenção de conhecimentos essenciais que permitem às pessoas responderem à procura e às necessidades políticas para o alcance dos seus objetivos sociais – que resulta da composição das modalidades convencionais e não convencionais. Nesta obra, a participação volta a ser tratada como um fenómeno unidimensional³², em que as suas modalidades fazem parte de um reportório, que são mobilizados por indivíduos num *continuum* que envolve custos e complexidade crescentes (Borba, 2012: 271). A “tipologia do reportório da ação política” classifica os indivíduos em “inativos”, “conformistas”, “reformistas”, “ativistas” e “protestadores”. Seguindo a lógica de Verba e seus co-autores, no que respeita à participação convencional, Marsh e Kaase (1979) acrescentam ao “repertório” mais duas modalidades, a mencionar: “ler sobre política nos jornais” e “discutir política com os amigos”. Como se pode verificar no quadro abaixo (Quadro nº 5.3).

Quadro nº 5.3 - Tipologia da Ação do Reportório Político

| Potencial escala de protesto (formas não convencionais) | Escala de Participação Política Convencional | | | | | | | | | | |
|---|--|--------------------------|--------------------|-------------------|---------------------------------------|---|---------------------------|---|---|---|--|
| | NA | Ler política nos jornais | Discussão Política | Discutir política | Trabalhar com os outros na comunidade | Doar tempo e dinheiro para partidos ou candidatos | Convenecer amigos a votar | Participar em reuniões /manifestações políticas | A | C | |
| NA | Inativos | | | | | | | | | | |
| Assinar petições | | | Conformistas | | | | | | | | |
| Participar em | | | | | | | | | | | |

³² A perspetiva unidimensional está relacionada com a forma como o cidadão se comporta na esfera política. O seu comportamento é avaliado a partir do grau de intensidade com que o indivíduo se envolve na política (Milbrath e Goel, [1965] 1977: 11). Em contraste com a perspetiva unidimensional, está a perspetiva multidimensional. Esta última perspetiva considera que as formas de participação se distinguem quanto ao seu grau de dificuldade, mas também quanto às diferentes modalidades através das quais os cidadãos procuram influenciar as decisões políticas (Martins, 2004: 261).

| | | |
|------------------------------|---------------|-------------|
| demonstrações pacíficas | | Reformistas |
| Participar em boicotes | | |
| Não pagar impostos | Protestadores | Ativistas |
| Ocupar edifícios | | |
| Bloquear vias públicas | | |
| Participar em greves ilegais | | |

Fonte: tirado de Marsh e Kaase, 1979: 154.

Legenda: NA – Nenhuma Atividade; AC – Atividade de Contacto.

Voice and Equality, Civic Voluntarism in American Politics, de Verba et al., (1995), foi o maior contributo empírico que surgiu depois de *Political Action* (Borba, 2012: 272-3). Na sequência dos estudos anteriores, Verba et al. (1995) analisam a participação política voluntária dos indivíduos em organizações políticas e não políticas – aquilo que eles denominam por voluntarismo cívico. Segundo eles, a participação é motivada por dinheiro, tempo e competências do indivíduo (dinheiro para contribuir na organização, tempo para participar nas atividades da organização e habilidades que o permitam saber fazer para ajudar os problemas da organização).

Este trabalho incorpora a participação não convencional como forma de participação, mas inclui também modalidades não endereçadas ao governo, por exemplo, as formas sociais de participação, como o voluntariado (Borba, 2012: 272). Segundo van Deth (2001: 6), o desaparecimento da divisão entre a esfera política e não política das sociedades modernas tem permitido o renascimento das teorias comunitárias e toquevillianas, o que levou a participação política para outra dimensão, com atividades “civis” como o voluntariado e o engajamento social. Em termos de classificação das modalidades de participação, o estudo reafirma a multidimensionalidade do fenómeno (Borba, 2012: 723). Classificada sob as seguintes modalidades: votar, trabalhar em campanhas políticas, contribuir para campanhas, contactar dirigentes, protestar, trabalhar informalmente na comunidade, tornar-se membro de um conselho local, filiar-se numa organização política e contribuir para uma causa política (ver quadro abaixo nº 5.4). Neste modelo, o protesto tem uma função mais diminuta do que aquela que tem

sido sublinhado na literatura (Barnes et al, 1979). O protesto não passa de uma simples modalidade da participação política, para Verba e seus co-autores (1995). Segundo Verba et al. (1995: 47), aquilo que se designa como atividade não convencional varia de acordo com o tempo e o lugar.

Quadro nº 5.4 - Formas e características das atividades políticas

| Atividade | Capacidade de informar | Variação no volume | Requisitos |
|--|------------------------|--------------------|--------------------------------|
| Votar | Baixo | Baixo | Tempo |
| Trabalhar numa campanha | Misto | Elevado | Tempo e competências |
| Contribuir para campanhas | Misto | Elevadíssimo | Dinheiro |
| Contactar dirigentes políticos | Elevado | Médio | Tempo e competências |
| Protestar | Elevado | Médio | Tempo |
| Realizar trabalho comunitário informal | Elevado | Elevado | Tempo e competências |
| Ser membro da junta comunitária | Elevado | Elevado | Tempo e competências |
| Filiar-se num partido | Misto | Elevado | Tempo, competências e dinheiro |
| Contribuir para uma causa política | Misto | Elevadíssimo | Dinheiro |

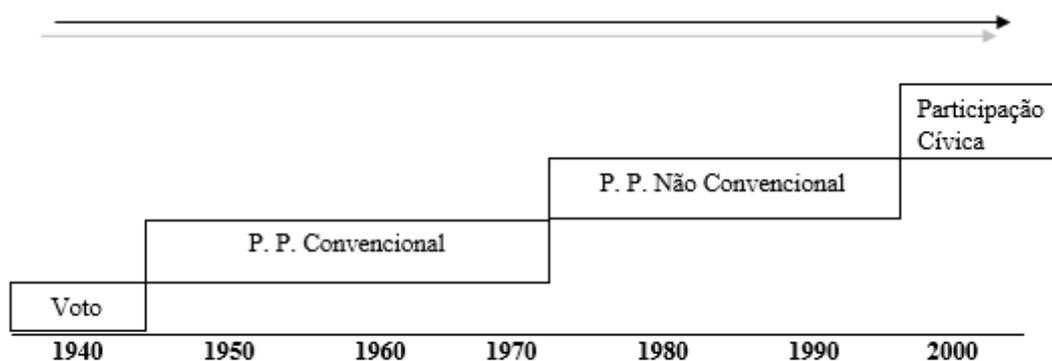
Fonte: Verba et al. (1995: 48).

Tal como as outras investigações, esta também não ficou imune às críticas. As críticas estavam relacionadas com o surgimento de novos elementos (modalidades) que foram classificadas como “políticas” nos estudos de participação política – que ocorreu de forma contínua nos últimos anos. A sua ampliação conceitual parece problemática, pois coloca o risco de se perder a referência sobre as linhas demarcatórias (Borba, 2012: 723). Neste caso, os riscos estariam associados à sua ampliação em direção a uma teoria que alberga quase tudo (van Deth, 2001).

Como se pode observar na figura nº 5.2, o início do novo milénio foi marcado por uma mudança radical nos estudos da participação política. Segundo Norris (2004: 15), para o mundo contemporâneo, a participação política não deve estar confinada apenas a atividades convencionais e não convencionais. É preciso ter em conta a definição moderna que incorpora atividades informais, como por exemplo, os movimentos sociais

crecentes, atividades voluntárias em grupos de pressão, associações cívicas, de caridade e outras associações. É nesta perspetiva que van Deth (2001: 6) afirma que as abordagens da participação política do século XXI expandem-se até à esfera da atividade “civil”, tais como, voluntariado e engajamento social.

Figura nº 5.2 - Evolução da participação política



Fonte: adaptado de van Deth (2001: 14) e Newton e van Deth (2010: 186).

Ronald Inglehart aponta que estes acontecimentos derivam das sociedades com valores pós-materialistas – caracterizada por um elevado índice de desenvolvimento socioeconómico, tais como, elevados níveis de educação, inovação tecnológica, divulgação massiva dos *mass media*, distintas vivências sociais entre os mais velhos e os mais jovens (Inglehart, 1977 e 1997). Para Inglehart e outros (2005; 2002), as sociedades ocidentais estavam a atravessar momentos económicos e sociais gloriosos nos quais as pessoas não se preocupavam mais com as necessidades primárias e vitais do homem, mas sim procuravam investir a sua força física e psicológica noutras coisas – *valores materialistas vs pós-materialistas* (ver também Inglehart 1977; 1990: 359-63; 1997). Assim, para Inglehart (2005; 2002), nas sociedades pós-materialistas as formas convencionais tendem a diminuir em detrimento das não convencionais – *elite-challenging* e *elite-directed*.

“Elite-challenging” – atividades de massa desencadeadas através de petições, demonstrações, boicotes, etc. Para os autores, estas formas, apesar de se parecerem com as não convencionais, são formas de ação que caracterizam os cidadãos das sociedades

pós-industriais. Uma vez que os cidadãos destas sociedades são mais críticos do sistema e se tornam cada vez menos membros das organizações políticas. “Elite-directed” – atividades tais como ação de voto, ser membro de partidos, sindicatos, igreja e etc. Para estes autores, estas formas estão em declínio político em detrimento de “elite-challenging”.

A crítica que se coloca a estes autores é: esta visão é muito restrita e enviesada do real conceito da participação política. Nota-se que nestas abordagens, os cidadãos são tratados como indivíduos que estão desafeiçoados do sistema e que tentam exigir mudanças através de posições radicais (protestos, por exemplo), tendo como alvo a elite política. Aqui, os cidadãos consideram-se como agentes passivos da política que apenas se envolvem quando necessário ou exigido (Inglehart e Welzel, 2005: 115-18; Inglehart e Catterberg, 2002). Para Kaase (1990: 28), a mudança de valores referida por Inglehart e os seus co-autores, é resultado da emergência de novas questões prioritárias em apenas um pequeno subgrupo da população.

Pippa Norris (2002) defende que está na altura de se rever e atualizar a forma como a participação política tem sido debatida desde 1960 e 1970, de modo a facilitar as abordagens do engajamento cívico que se tem discutido nos últimos anos. Norris (2004; 2007b) distingue quatro formas de participação política: voto, *campaign-oriented* que mais tarde virá a apelar-se de *citizen-oriented*, *cause-oriented* e *civic-oriented*, sumariados no quadro abaixo nº 5.5.

Quadro nº 5.5 - Formas de participação política

| Dimensão | Modalidades |
|---|---|
| Voto | |
| Campaign-oriented/Citizen-oriented | Contactar um político; doar dinheiro a um partido; trabalhar para um partido; ser membro de um partido; usar material de campanha. |
| Cause-oriented | Assinar uma petição; comprar material por motivos políticos; boicotar produtos; demonstração legal; protestar ilegalmente. |
| Civic-oriented | Ser membro de: uma igreja; de um grupo ambiental; grupo humanitário; grupo educacional; união aduaneira; grupo de hobby; clube social; grupo de consumo; grupo de profissionais; clube desportivo. |

Fontes: adaptado de Norris, 2004; 2007b: 638-41.

Neste caso, os cidadãos são os elementos chave na construção do processo democrático. São pró-ativos e detêm o conhecimento total do sistema político em que estão inseridos, como consideram Almond e Verba ([1963] 1989: 18), são cidadãos com uma cultura política participativa, que vai de uma simples filiação num clube desportivo até à forma mais elementar da participação política (voto).

Há outros autores que defendem uma mudança na divisão entre formas da participação política convencional e não convencional. Nesta linha de pensamento encontram-se Pattie e outros (2004). Para estes autores, a distinção entre participação convencional e não convencional é inapropriada para as democracias ocidentais contemporâneas (Pattie et al, 2004: 84). Porque, por exemplo, assinar uma petição continua a ser a principal atividade na Grã-Bretanha, portanto, o termo “não convencional” é inapropriado para a sua descrição. Pattie et al. distinguem três formas de participação: individual, contacto e coletivo. O quadro nº 5.6 demonstra as respetivas modalidades de cada dimensão.

Na primeira dimensão, os indivíduos podem participar sem a cooperação dos outros; na segunda dimensão, os indivíduos realizam as suas tarefas através dos representantes eleitos ou dirigentes públicos; e a terceira dimensão só é atingível através de ações coletivas que podem ser formais ou informais (Pattie et al, 2004: 134-5).

Quadro nº 5.6 - Estrutura da participação política

| Dimensão | Modalidades |
|-------------------|---|
| Individual | Comprar material político; boicotar produtos; doar dinheiro a uma organização; assinar petição; usar distintivo de campanha; votar. |
| Contacto | Contactar um dirigente ou político; contactar uma organização; contactar os <i>media</i> , contactar os serviços judiciais. |
| Coletivo | Fazer parte de uma demonstração pública; participar numa reunião ou comício político; participar em protesto ilegal; formar um grupo. |

Fonte: adaptado de Pattie et al. (2004: 134).

5.1.4 Tipologias da participação política: novos enfoques

No sentido de se compreender melhor o argumento de validar e/ou invalidar as classificações que existem sobre a participação política, bem como compreender se a participação é um fenómeno multidimensional, surgiram várias perspetivas metodológicas com o objetivo de se proceder a uma melhor compreensão das modalidades da participação (Borba, 2012: 275).

Neste contexto, notam-se os primeiros esforços de Sabucedo e Arce (1991). Os autores sentem a necessidade de desenvolver novas categorizações que permitam descrever pequenas diferenças entre os tipos de participação política. Estes questionam-se se uma análise mais específica das dimensões da participação política não permitiria desenvolver novas classificações da participação política (Sabucedo e Arce, 1991: 94-5). A análise foi feita em 77 estudantes da Universidade de Compostela, Espanha³³. Os autores verificaram que as variáveis que caracterizam a participação política, aparecem em dois grupos de *clusters* que originaram dois subgrupos. Por um lado, verificavam-se os *clusters* das atividades legais, por outro, o das atividades ilegais. Nas atividades legais encontravam-se dois subgrupos distintos que representam os tipos da participação política. O primeiro respeita às ações de influência e de persuasão que ocorrem durante as campanhas eleitorais e são afetados pela filiação partidária (participar em reuniões políticas e tentar convencer os outros a votar). O segundo demonstra a capacidade de as pessoas estarem envolvidas no processo político de várias formas (votar, escrever para a imprensa, participar em demonstrações públicas legais e em greves legais). No segundo *cluster* sobre as atividades ilegais, também emergiram dois subgrupos distintos. O primeiro *cluster* caracteriza-se pelas ações consideradas violentas (destruir propriedades privadas e violência armada). O segundo *cluster* caracteriza-se por ações de protesto que, por sua vez, não são consideradas violentas

³³ Como estímulo, os autores utilizaram 30 modalidades da participação política. Tendo sido construídos 78 pares de estímulos. Os indivíduos foram convidados a usar um ponto de escala (0-9) para encontrarem a dissimilaridade entre os pares de estímulo. A ordenação de pares de estímulos foi feita através do método de rotação estandardizado. Adicionalmente, os estudantes foram questionados numa escala de julgamento de estímulos de 29 pontos. Finalmente, os estudantes foram questionados sobre as suas posições ideológicas numa escala de 1 a 7 (Sabucedo e Arce, 1991: 95).

(boicotes, greves não autorizadas, demonstrações não autorizadas, ocupar edifícios e interrupção do tráfego) (Sabucedo e Arce, 1991: 99-100).

Quadro nº 5.7 - Tipologia da participação política, segundo Sabucedo e Arce

| Formas | |
|---------------------------|---|
| Persuasão eleitoral | Participar em reuniões políticas; tentar convencer alguém a votar |
| Participação convencional | Votar; escrever para a imprensa; participar em demonstrações públicas legais; participar em greves legais |
| Participação violenta | Destruir propriedades privadas; violência armada |
| Participação não violenta | Boicotes; greves legalizadas; demonstrações não autorizadas; ocupar edifícios; interrupção do tráfego |

Fonte: adaptado de Sabucedo e Arce, 1991

O estudo permitiu aos autores criarem novas classificações que passaram a ser distinguidas por “persuasão eleitoral”, “participação convencional”, “participação violenta” e “participação direta não violenta”. Segundo estes, o estudo permitiria sair do ciclo arbitrário que tem caracterizado os estudos da ação política e possibilitaria uma distinção precisa das diferentes formas de participação violenta e não violenta. Acreditando também terem identificado distinções dentro da categoria que normalmente tem sido vista como “não convencional” ou “ilegal” (Sabucedo e Arce. 100-1).

Borba (2012: 276) acredita que o trabalho de Sabucedo e Arce (1991) deu-se, sobretudo, no sentido de chamar à atenção para distinções analíticas que se relacionam com as modalidades da participação política, cuja inovação está patente no plano metodológico, ao utilizar análise que foi incorporada noutros estudos. A limitação deste trabalho está relacionada, particularmente, com a população amostral (universitários), que é um grupo muito restrito e homogéneo, em geral, com atitudes e padrões vinculados à dimensão geracional, o que impossibilita qualquer tipo de generalização de tal classificação (Borba, 2012: 276).

O trabalho de Teorell e os seus colaboradores (2007b) tem sido apontado como um dos mais recentes e dos mais inovadores nesta área (Borba, 2012: 276; Viegas e Faria,

2007). A pesquisa faz parte do projeto *Citizen, Involvement, Democracy* (CID) que envolve 12 países europeus. Os autores abordam assuntos relacionados com as formas e tipos de participação que se caracterizam pela ação do voto, partidos, protestos e o uso de internet para questões políticas³⁴.

Na sua tipologia, os autores admitem que determinadas atividades são agrupáveis e formam uma dimensão distinta da participação política (Teorell et al, 2007b: 340). Teorell e seus colaboradores distinguem duas dimensões da participação política: primeiro, o canal de expressão; segundo, o mecanismo de influência. O canal de expressão é utilizado através das formas de representação (voto e atividade partidária) ou extra representação (protesto e participação do consumidor). Enquanto, o mecanismo de influência é caracterizado pela estratégia de *voz* (voto, atividade partidária, participação do consumidor) e/ou *saída* (atividade partidária; protesto, contacto).

Quadro nº 5.8 - Nova tipologia dos modos de participação política

| | | Canal de Expressão | |
|-------------------------|-------|-------------------------------------|----------------------------|
| | | Representação | Extra representação |
| Mecanismo de influência | Saída | Voto | Participação do consumidor |
| | Voz | Atividade partidária (Non-targeted) | Protesto (non-targeted) |
| | | Contacto (Targeted) | |

Fonte: adaptado de Teorell et al., 2007b: 341.

Os autores concluíram que os padrões dimensionais são idênticos em quase todos os países, com exceção de Portugal: a mobilização partidária em Portugal tende a obstruir a presença das distintas dimensões de protesto e da participação do consumidor (Teorell

³⁴ O uso da internet para expressar opiniões políticas difere, significativamente, da participação institucional quanto às modalidades de protesto. Estas novas formas caracterizam-se pela sua manifestação individual, pela sua atuação esporádica ou pontual (direcionada para um objetivo e momento específicos) e não estão intrínsecos a fidelização de determinados grupos com formas organizativas permanentes. Estas caracterizam-se, também, pelo facto de não serem dirigidas aos órgãos do poder político, podendo ser direcionadas a empresas ou outras instituições da sociedade civil, que detêm um grande poder de intervenção (Viegas e Faria, 2007: 63; Viegas et al, 2015: 199).

et al, 2007b: 355). Porém, o facto de essas dimensões serem idênticas nas mais variadas áreas da sociedade (económica, política e cultural) é um forte argumento para a equivalência da medição dos quatro modos das atividades em análise. Este resultado reforça a ideia de que a multidimensionalidade da participação política está encaixada na distintiva natureza de cada modo da participação política e não responde a configurações institucionais de cada país (Teorell et al, 2007b: 348).

A classificação de Teorell et al. (2007b) é das mais sofisticadas construções metodológicas da participação política, quer pela complexidade do conjunto de questões incluídas no projeto, quer por incorporar novas modalidades, como por exemplo, “participação do consumidor”. Também avança na compreensão do carácter multidimensional, ao separar as modalidades conforme os seus canais de expressão e os mecanismos de influência, cuja diferença interna se relaciona com os custos envolvidos. A principal limitação do trabalho está no facto de se centrar, empiricamente, nos países democráticos europeus (Borba, 2012: 278).

5.1.5 Distinção das formas da participação política

A distinção das formas da participação política tem sido muito controversa na literatura. Como realçam Kaase e Marsh (1979: 30 e 37), as discussões contemporâneas acerca das formas próprias da participação política relembram um *puzzle* que são confrontadas nos primeiros estudos dos comportamentos políticos. As mesmas formas, por vezes, são tratadas como convencionais e não convencionais, legais e ilegais, institucionais e não institucionais, velhas e novas formas (Marsh e Kaase, 1979; Sani, 1980: 310-13; van Deth, 1986: 263; Sabucedo e Arce, 1991: 94)³⁵.

A distinção destas formas nasce Kaase e Marsh, 1979 (van Deth, 1986: 263). Para Kaase e Marsh (1979: 39 e 42), as formas institucionais estão interligadas às atividades políticas “tradicionais” que envolvem o voto, as instituições políticas, etc. Quer dizer, um simples ato de participação é selecionado como um meio preciso destinado aos atores políticos para atingir certos objetivos com um custo mínimo, objetivos que não seriam alcançados de outra forma devido à falta de responsabilidade das autoridades

³⁵ Essas nomenclaturas são distinguidas como o *status quo* da política. Muitas destas formas têm um significado pejorativo da política tradicional (Sabucedo e Arce, 1991:94; van Deth, 1986: 263).

políticas e das instituições. Já as formas não institucionais, na maior parte das vezes, são consideradas violentas já que os cidadãos apresentam comportamentos conflituosos que originam a mudança de sistema. As atitudes que os cidadãos apresentavam poderiam ser legais ou ilegais.

Giacomo Sani (1980: 310-13) propõe novos critérios na distinção da participação política. Este adota as “novas” e “velhas” formas de participação, em vez das convencionais e não convencionais. Para o autor, novas formas de participação emergiram e expandiram-se através do “reportório tradicional do comportamento político” – voto, filiação partidária, atividades associativas e de campanha (com menor visibilidade pública e menor espontaneidade) – e incluem as novas formas, que estiveram no centro dos debates na década de 1970, caracterizadas por demonstrações públicas, greves ilegais, ocupação de fábricas, escritórios e de edifícios públicos, bloqueios de vias públicas, pinturas murais e inscrição de *slogans* em edifícios públicos, etc. (com maior visibilidade social e maior espontaneidade). Segundo o autor, nenhuma destas atividades é nova. A novidade está na elevada frequência com que ocorrem estes comportamentos, que no passado eram raros e isolados. A surpresa verifica-se no aumento da violência política, fenómeno que deve ser considerado patológico, entre os quais se destacam atos como atentados bombistas, assaltos, sequestros, destruição de viaturas e confrontos físicos entre os manifestantes. No entanto, verificaram-se ligeiras diferenças entre as velhas e as novas formas da participação política, destacando-se: as novas formas são mais visíveis socialmente, visto que ocorrem na esfera pública e necessitam deste espaço para maior expressão e envolvimento, sendo também mais espontâneas e menos controladas pelas organizações e pelas instituições políticas. As novas formas de participação tomam posições violentas entre os grupos opostos. Normalmente, os participantes ocupam fábricas, bloqueiam o tráfego e incitam ao não pagamento de impostos como formas de ação direta para chamar a atenção das autoridades governamentais, exigindo-lhes a tomada de novas decisões ou de implementação de novas políticas (Sani, 1980: 310-13).

Contudo, apesar de existirem várias distinções entre as formas da participação política, as formas convencionais e não convencionais têm sido as mais utilizadas nas pesquisas contemporâneas em ciência política (Pattie et al, 2004: 84; Norris, 2007b: 639, Dalton e Klingemann, 2007: 13). É esta nomenclatura que se vai utilizar na presente investigação.

5.1.6 Participação convencional vs não convencional

Nas abordagens das formas de participação política tem-se apontado a dicotomia existente entre as formas convencionais e não convencionais, não se registrando consensos na sua delimitação (Martins, 2004: 273). Como apontam Parry et al. (1992: 18) e van Deth (1986: 264), os termos convencionais e não convencionais são controversos porque não existem parâmetros que distinguem o que é tolerável ou intolerável numa sociedade democrática, pois, um cidadão mediano não consegue distinguir o que é um comportamento político convencional ou não convencional. Também se nota que a participação convencional e não convencional varia de localidade para localidade, refletindo as normas e valores de cada comunidade sobre aquilo que se considera uma conduta legítima ou ilegítima e acerca da intensidade com que esta deve ser praticada, isto é, certas atividades ilegais podem ser consideradas atividades convencionais e algumas atividades ilegais podem ser consideradas violentas ou não violentas (Parry et al., 1992: 18; Sabucedo e Arce, 1991: 94).

A relação entre a participação convencional e não convencional é reprovada por teóricos como Schumpeter ([1943] 1992: 294-5). Schumpeter não concorda que os cidadãos devam pressionar os governantes de maneira a que se respeitasse o *modus operandi* do método democrático. Ou seja, os cidadãos devem envolver-se menos, sendo submissos voluntariamente, visto que com pressão não é possível os governantes realizarem as políticas ou exigências feitas pelos eleitores o que, de certa forma, mina os princípios basilares democráticos. Porém, os cidadãos devem respeitar as atividades do governo e participar de acordo as normas consentidas democraticamente. Porque o político foi eleito para gerir os negócios do cidadão e não dele próprio.

Admitem-se juízos de valor acerca do funcionamento da democracia, particularmente, em relação ao modo como os cidadãos devem relacionar-se com os dirigentes políticos, mas a tendência é para admitir a existência de um vasto conjunto de instrumentos que podem ser utilizados pelos cidadãos para intervir no processo político e que esses instrumentos se podem segmentar, por exemplo, entre modos pacíficos e modos violentos; entre modos consentidos e modos não consentidos; entre modos tradicionais e modos não tradicionais (Martins, 2004: 273-4).

É nesta perspetiva que estudos empíricos consideram a forma convencional e não convencional indissociáveis uma da outra. Como afirmam Kaase e Marsh (1979: 137), as formas convencionais e não convencionais da participação política não são mutuamente exclusivas, mas operam em conjunto e constituem um “reportório da ação política”. De facto, o critério da separação parece ser o do grau de contestação ligado aos atos de participação, facto que é admitido por outros autores que consideram que as formas convencionais dependem do quadro institucionalizado da competição eleitoral e que as formas não convencionais se associam ao crescimento dos movimentos de protesto social que protagonizam formas de ação direta, contestatária e autónoma, que se distinguem das formas tradicionais institucionalizadas. Neste contexto, as formas não convencionais, ao alargarem o âmbito da intervenção política dos cidadãos, alteram o modo do seu funcionamento (Martins, 2004: 274).

A década de 1990 (até sensivelmente 2002) foi marcada por uma enorme proliferação de estudos sobre a participação em redes sociais e em associações voluntárias (Putman, 1993; 1995; 2000; 2002; Parry et al., 1992; Verba et al, 1995; Pharr e Putman, 2000)³⁶. Mas é com Almond e Verba (1979) que se marcam os seus primeiros passos, seguidos por Verba e os seus companheiros (1972; 1978) (ver Teorell, 2003:49). Um dos seus defensores afirma que os cidadãos em comunidades cívicas são caracterizados, antes de tudo, por participação ativa em questões públicas e são movidos por interesses próprios através dos valores ligados em redes sociais (capital social)³⁷ (Putman, 1993: 87-8; 2000: 19). Essa participação manifesta-se de formas distintas, baseando-se, fundamentalmente, na comunidade, igreja e trabalho. Uma das suas principais características é desenvolver atividades em grupos de pessoas que acabam por se conhecer nesse local (Putman, 1993: 99; 2000: 49 e 51). Tais redes conectam os

³⁶Existem também outras formas que analisa(m) o(s) indivíduo(s), resultando direta ou indiretamente da participação em certos tipos de redes sociais e, ao mesmo tempo, significam a mesma coisa. Por exemplo, mobilização política, associações cívicas e voluntárias (Stolle, 2007: 659; Putman e Goss, 2002: 7).

³⁷ Refere-se à conexão entre os indivíduos. Redes sociais, as normas de reciprocidade e a confiança que fomentam entre eles (Putman, 2000: 19). De acordo com Coleman (1990: 302), o capital social é uma variedade de entidades que apresentam duas características comuns: todas elas consistem em alguns aspetos da estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão entre a estrutura. A sua relação é destinada à estrutura da relação entre as pessoas e sobre as pessoas, diferentemente de outras formas de capital, como por exemplo, o capital humano que se preocupa apenas com o indivíduo.

indivíduos a um vasto contexto e, conseqüentemente, aumentam a probabilidade de estes estarem expostos a atividades políticas (Verba et al, 1995: 304; Teorell, 2003: 52).

Apesar das teorias das atividades comunitárias estarem intrinsecamente ligadas à teoria do capital social, elas são mutuamente exclusivas (Teorell, 2003). Neste caso, a atenção deste estudo recai na participação política comunitária. A principal ideia é a de que um membro de família, amigos e associados constituem um ativo importante, onde qualquer um pode ser chamado em situação de crise para o seu próprio bem e obter ganhos materiais. As tais comunidades são ricas em solidariedade com fortes posições para combater a pobreza e a vulnerabilidade, resolvem conflitos e tiram vantagens das novas oportunidades. A comunidade como um todo beneficiará da cooperação de todas as partes, enquanto o indivíduo encontrará na sua associação as vantagens de ajudar, a simpatia e o carinho dos vizinhos (Putman e Goss, 2002: 4 e 6; Verba e Nie, 1972: 47). Atenta-se que a participação nestas atividades requer tempo, dinheiro, capacidades físicas e competências cívicas (Verba et al, 1972: 45;1995: parte III; Putman e Goss, 2002: 18).

A classificação da atividade comunitária é ambígua, visto que existem várias formas e o seu ato é difícil, bem como pode reduzir o efeito das instituições. O que é pouco claro, é que a extensão das atividades comunitárias requiere canais institucionais e a extensão com que parece ser o sujeito direto da mobilização institucional. Alguns atos são levados a cabo por atividades comunitárias formais e outras por informais (Verba et al, 1972: 47; 1978: 74; ver também Putman, 1993; 2000). De realçar que as atividades que estes tomam são voluntárias e sem compensação financeira (Verba et al, 1995: 38-9).

5.2 Definição das atitudes políticas

5.2.1 Das atitudes às atitudes políticas

A história da jovem paquistanesa Malala Yousafzai, Prémio Nobel da Paz em 2014, pode ser considerada como um dos acontecimentos mais chocantes e emocionantes dos dias de hoje. Segundo Cooper et al. (2016:1), a sua atitude em relação à educação poderá ter-lhe causado “trauma” e “triumfo”. O trauma aconteceu a 9 de outubro de

2012 ao ser atacada por homens armados do grupo terrorista talibãs, quando Malala ía para escola, tendo sido atingida por uma bala na cabeça. Malala sobreviveu e, após uma recuperação difícil, foi recebida com uma triunfante ovação de pé na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sem medo nem ressentimento contra os seus malfeitores, movida pela crença e esperança num mundo melhor, Malala rematou no auditório:

Queridos irmãos e irmãs, precisamos de escolas para o futuro brilhante de todas as crianças... não devemos esquecer que milhares de crianças estão a sofrer de pobreza, injustiça e ignorância. Devemos lembrar-nos que milhares de crianças estão fora do sistema de ensino. Portanto, vamos lutar contra a iliteracia, pobreza e terrorismo, e deixem-nos pegar nas nossas canetas e livros. Elas são as nossas armas mais poderosas. Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo. A Educação é a única solução. A Educação primeiro que tudo o resto³⁸.

(*NY Times*, 12 de julho de 2013).

Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Martin Luther King Jr., só para mencionar alguns, são os mais notáveis exemplos de como as atitudes e crenças podem tornar o mundo num local melhor. As atitudes deles deixaram nas sociedades uma nova visão sobre a liberdade e dignidade humanas (Cooper et al, 2016: 1-2). Basicamente, a forma como se avalia o mundo é profundamente determinada pelas atitudes. Desde as questões políticas relevantes até à mais simples forma de perceber o mundo, remetem-nos a uma profunda reflexão entre gostar e não gostar, as nossas preferências e as nossas avaliações (Cooper et al, 2016: 2). Ou seja, o mundo é movido pelas atitudes do ser humano.

Importada do francês, o uso da palavra “atitude” foi registada pela primeira vez na linguagem inglesa no séc. XVII, significando “postura do corpo”. A sua primeira ligação com a psicologia ocorreu em 1725, referindo-se a uma postura do corpo que reflete o estado mental do indivíduo (Cooper et al, 2016: 2).

Os primeiros estudos científicos sobre atitudes datam do início do século XX, com a publicação da obra clássica *The Polish Peasant in Europe and America* do sociólogo americano William I. Thomas e do académico polaco Florian Znaniecki, em 1918. Primordialmente, os estudos das atitudes estavam ligados à psicologia social. Como afirma Gordon Allport (1959: 43), o conceito de atitudes é, provavelmente, o mais

³⁸ Tradução do autor. Disponível em: https://thelede.blogs.nytimes.com/2013/07/12/video-of-malala-yousafzai-at-u-n-calling-on-world-leaders-to-provide-education-to-every-child/?_r=0. Acedido a 08.03.2017.

distintivo e indispensável na psicologia social contemporânea³⁹. Antes, Thomas e Znaniecki já tinham afirmado que as “atitudes” deveriam ser consideradas como a essência da psicologia social porque, segundo eles, qualquer manifestação das nossas vidas, simples ou complexa, particular ou geral, pode ser tratada como uma atitude (Thomas e Znaniecki, 1918: 27). Noutros termos, as atitudes podem ser consideradas como uma predisposição comportamental que pode influenciar a ação positiva ou negativa do indivíduo (Voicu et al, 2016: 9).

A definição de atitudes é pouco consensual entre os estudiosos (ver Cooper et al, 2016: 5-6). Conforme salientam Pratkanis et al. ([1989] 2014: 5):

Geralmente, os investigadores sobre atitudes têm tratado virtualmente qualquer entidade nomeável ou descritível como um objeto de atitude. Os estudos sobre atitudes podem estar relacionados com (a) qualidades sensoriais (cores, odores, texturas), (b) objetos concretos (animais, pessoas, lugares, comida), (c) conceitos abstratos (traços de personalidade, objetos de estudos académicos), (d) declarações verbais (crenças, opiniões), (e) sistemas de pensamentos (ideologias, estilos estéticos), (f) ação (beber álcool, comportamento sexual), e (g) atitudes (e.g. uma atitude para prejudicar).

Nesta tese, interessa centrarmo-nos no conceito mais específico de atitudes políticas. Relativamente a atitudes políticas, poucos têm sido os autores que se preocupam em conceptualizá-las, mas há algumas exceções como se pode constatar pelos parágrafos que se seguem.

Lancelot define as atitudes políticas como “atitudes sociais formadas em relação a situações políticas que, por sua vez, são situações sociais consideradas a partir do ângulo do poder, isto é, do governo ou da sobrevivência da sociedade”⁴⁰ (Lancelot, 1974: 10).

Conway (2000: 48) entende que as atitudes políticas podem focar-se num ou mais objetos, incluindo em pessoas ou situações, sendo estas importantes para influenciar a ação política dos indivíduos. Por exemplo, os cidadãos avaliam frequentemente os candidatos presidenciais (que neste caso são objetos) quanto ao modo como eles se

³⁹ Segundo Cooper et al. (2016), esta afirmação ainda faz sentido em pleno século XXI, uma vez que se se pesquisar o termo “atitudes” em pesquisas científicas, este aparece em mais de 65 mil artigos, capítulos de livros, livros e dissertações.

⁴⁰ “*Les attitudes politiques sont attitudes sociales formées par rapport à des situation politiques qui sont des situations sociales considérées sous l’angle du pouvoir, c’est-à-dire du gouvernement ou de la survie de la société*” (Lancelot, 1974: 10).

apresentam face a diferentes situações (quais são as suas prioridades orçamentais, como lidam com matérias de política externa ou como lidam com uma crise internacional). Estas avaliações podem ser instrumentais e determinantes na decisão dos cidadãos em como vão votar.

5.2.2 Cultura política como fator primordial das atitudes políticas

O fim da Segunda Guerra Mundial levou ao surgimento de questões ligadas ao futuro do regime democrático a nível mundial. O recente surgimento de regimes autoritários e totalitários na Europa (por exemplo, o fascismo de Mussolini ou o nazismo de Hitler) levantou a suspeita de que ter instituições democráticas não chegava para garantir a continuidade das democracias. Pelo contrário, alguns autores começaram a defender a ideia de que as atitudes das pessoas face ao sistema político seria um fator indispensável a ter em conta (Almond e Verba, [1963] 1989:).

No seu estudo seminal *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Almond e Verba ([1963] 1989) desenvolveram o conceito de *cultura política*. Para estes cientistas, o termo “cultura política” refere-se às orientações políticas, isto é, às atitudes dos cidadãos perante o sistema político e seus objetos mais específicos, incluindo a forma como o cidadão se vê como parte do sistema político. Segundo os mesmos autores, a cultura política é composta por três tipos de orientações, *afetivas*, *avaliativas* e *cognitivas*; respetivamente, o sentimento, a avaliação e o conhecimento que os cidadãos têm sobre o sistema político, sobre os objetos e sobre si como parte do sistema (Almond e Verba, [1963] 1989: 11-16; Almond, 1968: 58; Almond e Verba, 1980: 26 e 28). Os autores avançam com três tipos de cultura política ideais-tipo: cultura política paroquial; de sujeito e participativa⁴¹.

A cultura política paroquial implica a quase total ausência de orientações políticas. Os cidadãos não têm grandes conhecimentos políticos, pelo que também não têm sentimentos, nem avaliam o sistema político. Este tipo de cultura política é frequente em sistemas tradicionais onde a especialização política é mínima como, por exemplo, em algumas tribos africanas (Almond e Verba, [1963] 1989:17).

⁴¹ *Parochial political culture; the subject political culture; the participant political culture.*

A cultura política de sujeito refere-se à existência de orientações políticas, mas apenas em relação aos objetos de “output”⁴² do sistema político. As orientações perante os objetos de “input”⁴³ do sistema e perante si mesmo como um participante ativo deste sistema não se destacam (Almond e Verba, [1963] 1989:17-18).

Por último, a cultura política participativa, que é aquela em que os cidadãos têm orientações sobre o sistema político, quer como um todo, quer em relação aos seus objetos de “input” e de “output” e, ainda, se veem como parte ativa desse mesmo sistema. Cada cidadão pode ter orientações mais ou menos favoráveis em relação ao sistema político, mas em termos de atitudes são ativos no processo político (Almond e Verba, [1963] 1989: 18).

O quadro nº 5.1 apresenta de forma sistemática a existência (vs. ausência) de orientações individuais em relação ao sistema político, numa simples matriz. Em linha encontram-se os tipos de cultura e em coluna os quatro possíveis objetos relacionados com o sistema político.

Quadro nº 5.9 - Tipos de cultura política

| | Sistema como um todo | Objetos de <i>input</i> | Objetos de <i>output</i> | Cidadão como participante ativo |
|---------------|-------------------------|----------------------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Paroquial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sujeito | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Participativo | 1 | 1 | 1 | 1 |

Fonte: Almond e Verba, [1963] 1989: 17.

⁴² Objetos de “*output*” são os agentes que aplicam e fazem cumprir os princípios impostos pelas autoridades governamentais como, por exemplo, os serviços públicos administrativos e os tribunais (Almond e Verba, [1963] 1989:14-15). [«“*output*” process refers to that process by which authoritative policies are applied or enforced. Structures predominantly involved in this process would include bureaucracies and courts» (Almond e Verba, [1963] 1989: 14)].

⁴³ Objetos de “*input*” referem-se ao fluxo de exigências por parte da sociedade em relação ao sistema político e à conversão dessas exigências em políticas efetivas. Entre estes objetos incluem-se os partidos políticos, grupos de interesses e os *meios de comunicação* (Almond e Verba, [1963] 1989: 14). [«“*input*” process refers to the flow of demands from the society into the polity and conversion of these demands into authoritative policies. Some structures... involved in the input process are political parties, interest groups, and the media of communication» (Almond e Verba, [1963] 1989: 14)].

Em democracia, espera-se que o indivíduo seja um elemento ativo e envolvido na política, supondo-se que as suas atitudes são racionais e não emocionais. Para tal, o indivíduo deve estar bem informado, pois só assim poderá tomar decisões – de como deve votar – com base nos interesses e princípios que gostaria de ver resolvidos. Designa-se este modelo por modelo do “ativista racional” da cultura política (Almond e Verba, [1963] 1989: 29). Logo, à partida o tipo de cultura política que melhor se coadunaria com o regime democrático é o tipo participativo.

No entanto, os autores salientam que o tipo de cultura política que observam no seu estudo, mesmo em democracias muito consolidadas como é o caso do Reino Unido, está longe de se enquadrar totalmente no tipo de cultura política participativa. Embora encontrem entre os cidadãos britânicos muitos elementos desse tipo de cultura política, encontram também elementos típicos de uma cultura de sujeito ou até paroquial. A esta cultura política mista, que é sobretudo do tipo participativa, mas que também contém características dos outros dois tipos ideais de cultura política, os autores denominam por cultura cívica e concluem que é aquela que, na prática, melhor se adequa a um regime democrático (Almond e Verba, [1963] 1989).

Apesar da obra, *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, ter sido alvo de várias críticas (por exemplo de Pateman, 1980), a sua relevância é indiscutível até aos dias de hoje.

5.2.3 Cultura política e a pós-modernidade

Com a expansão científica e tecnológica e, principalmente, da globalização⁴⁴, a modernidade começou a perder vigor, dando entrada à *pos-modernidade* (Giddens, 1997; Belchior, 2010: 46). O *pós-modernismo* inspirou uma das melhores pesquisas empíricas sobre a mudança de valores, a obra *A revolução silenciosa*, de Inglehart, publicada no final dos anos 70 (Gabriel e van Deth, 1995: 390-1). Segundo Ronald Inglehart nos países ocidentais estaria a ocorrer uma mudança de valores, no sentido em

⁴⁴ A globalização passa a ser encarada como um fenómeno de proximidade, ligado diretamente às circunstâncias da vida local, cuja ideia implica uma “aldeia global”, onde os acontecimentos locais passaram a ser universais, e os universais passaram a locais (Giddens, 1997:67-75).

que os valores materialistas deixavam de ocupar uma posição primordial e os valores pós-materialistas passariam a assumir uma enorme importância (Inglehart, 1979). Esta revolução estaria a acontecer porque as populações desses países viam pela primeira vez as suas necessidades mais básicas satisfeitas, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista da segurança física, o que lhes daria a possibilidade de se preocuparem com questões que, noutros tempos, seriam consideradas secundárias. Temas como o ambiente, a qualidade de vida ou os direitos das minorias passam a ocupar um lugar importante entre as preocupações das pessoas.

A dinâmica da cultura política e respetivas consequências sociais e políticas das sociedades pós-modernas têm constituído tema recorrente na literatura da ciência política nos últimos tempos (Belchior, 2010: 28). Tendencialmente, destacam-se os elevados níveis de apatia política (Magalhães, 2004), de falta de confiança política (Pharr e Putman, 2000) e de desafeição política dos cidadãos (Torcall e Montero, 2006; Norris 1999 e 2011), o declínio da participação convencional e o aumento das formas de protesto (Barnes et al, 1979; Inglehart, 1997: 311-15 e 327), baixa afluência às urnas (Franklin, 2004) e o declínio da identificação partidária (Dalton e Wattenberg, 2000). Verifica-se um nível considerável de declínio do interesse político destes cidadãos que, sob as palavras de Pippa Norris (2002: 7) começa a tornar-se “pandémico”.

5.3 Definição da socialização política

Em termos globais, a *socialização* é a forma como os indivíduos são integrados num ou mais grupos sociais, onde os integrantes mais antigos esperam resultados satisfatórios dos recém-admitidos (Grusec e Hastings, 2015: xi). O principal objetivo do grupo é ensinar os seus valores, atitudes e outros comportamentos que irão acompanhar o processo de formação dos novos integrantes ao longo de toda a vida. Aqui, destacam-se o papel dos agentes de socialização que desempenham estas funções, designadamente, a família, a escola, os professores, a comunidade, os meios de comunicação social, as igrejas, etc. (Hess e Torney, 1967: 6; Torney-Purta et al, 1999). O sucesso ou fracasso do indivíduo dependerá, essencialmente, da sua perceção, cognição e ação adquiridas através das sugestões, conhecimentos, valores e expectativas dos agentes de socialização que se destacam como seus modelos (Zuckerman, 2005: xv).

A manifestação política que um adulto revela tem origem nas atitudes, valores e orientações básicas adquiridas na infância (Hess e Torney, 1967: 6). Esta aquisição de conteúdos políticos é desencadeada pelas informações que recebem desde muito cedo (Gimpel et al, 2003: 7). A informação varia de acordo com o tempo e o espaço, bem como a comunidade e a sua parte constituinte e o fluxo da relevância da mensagem política. Por exemplo, as coortes geracionais adquirem as mensagens de socialização de diferentes maneiras, com maior impacto umas do que noutras, independentemente dos atributos dos próprios indivíduos e as características dos lugares em que habitam (Gimpel et al, 2003: 7).

Em *The Politics of the Developing Areas*, compreende-se que a socialização política é o processo que procura explicar a cultura política. O seu produto final é um conjunto de atitudes – cognição, valores, padrões e sentimentos – perante o sistema político e os seus vários papéis desempenhados (Almond e Coleman, 1960: 27-8). O que inclui também conhecimentos, valores afetivos e sentimentos perante os objetos de *inputs* e *outputs* (Almond e Coleman, 1960: 27-8; Almond e Verba, 1988 [1965]).

Easton e Dennis entendem que a socialização política é a maneira como uma sociedade transmite as orientações políticas – conhecimento, atitudes ou normas e valores – de geração a geração (Easton e Dennis, 1973: 59). Enquanto Hyman define a socialização política como um processo de aprendizagem dos padrões sociais do indivíduo que correspondem à sua posição social. Esses padrões são mediados por vários agentes sociais⁴⁵ (Hyman, 1959: 25).

Sapiro compreende a socialização política como um campo de pesquisa em que existe inter-relação de fenómenos ao nível macro e micro: ao nível macro, a socialização política procura formular questões relativas ao modo como os políticos e outras sociedades políticas⁴⁶ e sistemas incutem normas e práticas nos cidadãos, residentes e membros; ao nível micro, procura-se perceber os padrões e processos pelos quais os indivíduos se relacionam com questões políticas e aprendem e constroem relações particulares no contexto político em que se encontram (Sapiro, 2004: 2-3). É nesta última definição que a presente pesquisa procurará inserir-se.

⁴⁵ “...learning of social patterns corresponding to his societal positions as mediated through various agencies of society” (Hyman, 1959: 25).

⁴⁶ “... other political societies...” (Sapiro, 2004).

5.3.1 Agentes de socialização política

5.3.1.1 A família

A família é o principal agente de socialização política, no sentido em que os pais transmitem – direta ou indiretamente – aos filhos conhecimentos, experiências, interesses, normas, valores e ideologias (Beck e Jennings, 1991; Sears e Levy, 2003: 62; Schmid, 2012; entre outros). Crianças cujas famílias são politicamente ativas, tendem a ser, também, politicamente ativas (Sani e Quarantana, 2015; Gidengil et al, 2016).

Russell Dalton verificou que os parentes influenciam significativamente o sentimento de eficácia política, a tolerância política e o conhecimento político dos seus filhos (Dalton, 1982: 152). Mas também a identificação partidária de um indivíduo é fortemente influenciada pela família (Niemi e Jennings, 1991; Zuckerman, et al, 2005: 91). E, quanto maior for o nível de politização na família, maior o envolvimento político dos filhos (Stoker e Bass, 2011: 454; McDevitt, 2006: 81) e maior a concordância em questões políticas entre pais e filhos (Beck e Jennings, 1991: 751). Com isso, o desaparecimento das diferenças de género na discussão política de raparigas e rapazes em casa ou com amigos (Scholzman, 2012: 196; Mayer e Schmidt, 2004; Verba et al, 2003).

Tradicionalmente, raparigas e rapazes são encorajados, na família, a desenvolver atividades de acordo com a estereotipação de género (Mayer e Schmidt, 2004: 393; Cunningham, 2001). A formatação política que as crianças recebem nos primeiros anos de vida tendem a determinar as atitudes e comportamentos políticos de mulheres e homens na vida adulta (Chodorow, 1978; Verba et al, 1995: 434 e 436). O facto de os homens serem mais incentivados para a vida fora de casa, para exporem as suas opiniões e para o conflito fá-los mais aptos para a vida política (Pateman, 1994; Putman, 2000).

Aparentemente, a figura materna é a força motriz no processo de formação política das crianças. Os níveis de opinião política das filhas são mais fortemente afetados pelas mães do que pelos pais e o impacto é maior quando as mães revelam baixos níveis de opinião (Rapoport, 1985: 207). Quanto mais as mães respondem “não sei” [*don't know*] as filhas tendem também a responder “não sei”. Recentemente, observou-se que a participação política das mães é mais importante para a participação das filhas e filhos do que a dos pais (Sani e Quarantana, 2015; Gidengil et al, 2010 e 2016).

A aprendizagem política que as crianças e os jovens recebem desde muito cedo dos seus parentes tende a mudar ligeiramente ao longo do tempo e do espaço (Hyman, 1959: 25; Verba et al, 2003). Após o casamento, a socialização de cada elemento do cônjuge molda-se e produz novas oportunidades de persuasão e aprendizagem. Também cria uma relação de interdependência no casal e aumenta a probabilidade de as decisões políticas serem feitas em conjunto, o que pode aumentar ou diminuir a participação, dependendo dos níveis de envolvimento político do novo parceiro (Stoker e Jennings, 1995 e 2005).

5.3.1.2. A escola

Entende-se por processo de socialização política levado a cabo pela escola a influência dos programas curriculares, bem como as características contextuais, tais como a capacidade de a escola encorajar a discussão ou participação na política (Eckstein et al, 2012: 486). Nela é suposto que as/os estudantes sejam preparadas(os) para a vida no mundo “real”, particularmente, na esfera política (Gimpel et al, 2003: 145).

Com a estabilização democrática, na maioria dos países europeus, têm sido implementadas várias iniciativas políticas para fortalecer a educação cívica nas escolas. Por exemplo, o Conselho da Europa proclamou o ano de 2005 como o “Ano Europeu dos Cidadãos através da Educação”⁴⁷, cujo objetivo é harmonizar as ofertas educativas dos Estados membros (Hooghe e Claes, 2009: 219).

Num estudo seminal, publicado em 1968, Robert Hess e Judith Torney afirmaram que a escola parecia ser o instrumento mais eficaz de socialização política nos EUA (Hess e Torney, 1968: 120). Pessoas que participam em atividades escolares estão mais capacitadas a envolverem-se em atividades políticas na fase adulta (Beck e Jennings, 1982). Nessas atividades, as pessoas poderão ter desenvolvido competências e orientações que serão transferidos para a esfera política (Beck e Jennings, 1982: 105). Torney-Purta verificou, em 28 países, que as(os) jovens estudantes são encorajadas(os), na escola, a participar em atividades de voto e noutras atividades além do voto, inclusive a participar em atividades comunitárias (Torney-Purta et al, 2001: 118). Nos EUA, observou-se que a participação em cursos cívicos está associada a um aumento

⁴⁷ “*European Year of Citizenship through Education*”.

significativo do nível de discussão política, do nível de conhecimento político e de eficácia política interna dos alunos (Gimpel et al, 2003: 149).

Estudos mostram que as raparigas com mais escolaridade têm maior probabilidade de adotar uma ideologia (McDevitt, 2006: 78). Mulheres universitárias são mais propensas a votar, a filiar-se num partido e a participar noutras atividades políticas para além das formas tradicionais. Têm também maior interesse na política e estão mais informadas (Gidengil et al, 2010; Sherkat e Blocker, 1994: 838).

Mais do que os rapazes, as raparigas admitem que as salas de aulas promovem discussão sobre questões políticas (Torney-Purta et al, 2001: 140).

Embora as previsões da participação das(os) jovens alunos seja determinante para a participação real (Torney-Purta et al, 2001), aparentemente, a escola não é um elemento que contribua para as diferenças de género que se observam na participação política na idade adulta, como constatado recentemente (Burns et al, 2001; McDevitt, 2006; Gidengil et al, 2016).

5.3.1.3 A comunidade

As associações são o garante e a estabilidade da democracia. O progresso de todas as outras instituições depende do seu progresso (Tocqueville, [1835] 2008: 494). Uns encaram-nas como um poderoso meio de ação coletiva, enquanto outros consideram-nas o único meio de agir dos indivíduos (Tocqueville, [1835] 2008: 492). As associações tendem a nascer de um sentimento ou ideia pré-concebida com o objetivo de a dar a conhecer ao mundo e, posteriormente, os indivíduos procuram-se uns aos outros, encontram-se e unem-se. A partir desse momento, deixam de ser pessoas isoladas, pelo contrário, passam a ter um poder que se vê de longe, cujas ações servem de exemplo: um poder que fala e que é ouvido (Tocqueville, [1835] 2008: 493-4).

A comunidade consiste em locais onde as pessoas vivem e interagem com bastante frequência, incluindo familiares, vizinhos, colegas de escola e de trabalho, membros da igreja ou de um clube social, etc. (Gimpel, 2003: 44). A comunidade, enquanto espaço político, representa os membros da sociedade como um grupo de pessoas homogêneas que procuram resolver problemas comuns, através da partilha de estruturas políticas (Easton e Hess, 1962: 233). Os indivíduos que procuram estar inseridos em associações voluntárias ou ajudar a comunidade a resolver os seus problemas, mostram-se mais

propensos a votar e a praticar atividades além do voto do que os outros (Knack et al, 1998: 595; Knack, 1992: 151). Verba observou que a participação do indivíduo na ação comunitária tem maior efeito na participação política do que trabalhar ou frequentar a igreja (Verba et al, 1995: 451-2).

As organizações juvenis podem desempenhar um papel importante nos serviços sociais das suas comunidades. Dentro dessas organizações, destacam-se organizações acadêmicas, conselhos acadêmicos, clubes acadêmicos e grupos religiosos, cujas principais atividades consistem em discursos públicos, debates cívicos, encontro com os representantes locais, etc. (Becker, 2001). Os jovens percebem que a sua participação nas organizações juvenis lhes dá poder na tomada de decisão da comunidade, permitindo-lhes atuar no presente para poderem desenvolver atividades políticas no futuro (Flanagan, 2003: 260; Settle et al, 2011: 246). Conforme reforçado por McFarland e Thomas, a participação de jovens nas associações juvenis, apesar de modesta, tem efeitos positivos no ativismo político na fase adulta (2006: 418). No entanto, são os jovens rapazes que mais tendem a revelar esse tipo de comportamento (McFarland e Thomas, 2006: 413).

No geral, os jovens europeus participam pouco nas atividades ou organizações comunitárias. Sendo os sul europeus menos participativos se comparados com outros grupos de países da Europa (Norris, 2004). Resultados semelhantes foram encontrados em estudos de socialização. Os rapazes mostraram-se mais ativos do que as raparigas nas organizações desportivas e as raparigas revelaram-se mais ativas do que os rapazes nas organizações acadêmicas (Burns et al, 2001: 148). Noutro estudo, concluiu-se que os rapazes têm mais possibilidades de se envolver em atividades cívicas do que as raparigas (Torney-Purta et al, 2001: 151).

5.3.1.4 A religião

Indivíduos que frequentam locais religiosos obtêm várias vantagens, especialmente, os mais novos. Jovens que frequentam regularmente atividades religiosas tendem a mostrar comportamentos menos desviantes (como drogas, álcool, promiscuidade sexual, envolvimento em atividades criminosas, etc.) do que aqueles que não frequentam (Smith e Denton, 2005: 221-3).

As igrejas são fontes privilegiadas de perspectivas teológicas e atitudes morais. Elas transmitem, ao grupo de participantes, normas e habilidades cívicas (Pearson-Merkowitz e Gimpel, 2009). Enquanto agente de socialização, as igrejas revelam-se locais privilegiados para a mobilização política dos indivíduos (Solt, 2008; Warren e Wicks, 2011: 167).

A relativa igualdade de oportunidades entre as(os) cidadãs(os) brancas(os), negras(os) e latinas(os) que lhes permite desenvolver as competências e os estímulos políticos relevantes, que são fornecidos pela igreja, é um aspeto importante para compreender a política norte-americana (Verba et al, 1995: 384; Brenner, 2011: 36). Tem-se defendido que a identidade religiosa fornece as estruturas cognitivas que fomentam a participação política individual ou coletiva do indivíduo (Wilcox et al, 2008: 878). Os dados indicam que o estímulo para a participação política – incluindo votar num candidato, frequentar outras atividades políticas e/ou debater questões sociais e políticas – tem emergido das instituições religiosas (Verba et al, 1995: 372-3; Becker, 2001: 326). Alguns estudos notaram que a composição religiosa das comunidades tem um impacto direto no conhecimento, na discussão e nos níveis de eficácia política. Principalmente, se o indivíduo reside numa comunidade muçulmana ou católica (Gimpel et al, 2003: 127).

Relativamente ao género, as mulheres tendem a ser mais ativas do que os homens em instituições religiosas e são mais propensas a considerar a religião importante nas suas vidas (Burns et al, 2001; Djupe et al, 2007; Einolf, 2011). A sua participação neste tipo de instituições permite-lhes expandirem a sua rede de contactos na comunidade (Einolf, 2011: 1109). Contudo, no caso das mulheres, a frequência de instituições religiosas não tem efeito na propensão para votar (Gidengil et al, 2010: 343-5).

Capítulo VI - Análise e Discussão dos Resultados: participação política, atitudes políticas e socialização política

6.1 Análise da participação política

6.1.1 Evolução das desigualdades de género na participação eleitoral

A literatura clássica sobre a participação eleitoral demonstrou que nas velhas democracias, durante as décadas de 1960 e 1970, as mulheres eram menos propensas a participar em atividades eleitorais do que os homens (ver, por exemplo, Lipset, 1960: 182-4). Estudos posteriores têm revelado o desaparecimento das desigualdades de género nas atividades eleitorais nos países industriais avançados (Inglehart e Norris, 2003: 105). É a partir dos finais da década de 1990 que se verifica o desaparecimento total das desigualdades de género nos EUA e na Europa ocidental (Inglehart e Norris, 2003: 107-8). Mas, recentemente, ao usar dados de Comparative Study of Electoral Systems, modulo 4 – 2011-13, Miki Caul, ao analisar resultados de 16 países descobriu que em 11 países, incluindo a Grécia, os homens revelaram-se mais participativos na participação eleitoral do que as mulheres (Kittilson, 2016).

Conforme se pode observar no presente estudo, quadro nº 6.1, os testes estatísticos, *do qui-quadrado*, não revelam a existência de desigualdades de género em nenhum dos quatro países da Europa do sul durante o período em análise, salvo raras exceções em Espanha (1985, 1990, 2008 e 2014), Grécia (1985) e Itália (2002, 2012 e 2014), tendo as mulheres votado ligeiramente menos do que os homens. Apesar dos níveis de participação eleitoral, em geral, estarem acima dos 60%, em média, Portugal parece ser o país da Europa do sul onde a participação eleitoral tende a ser mais baixa e a Grécia parece ter níveis de participação mais elevados⁴⁸.

⁴⁸ Esta é a percentagem que os resultados dos questionários apresentam, sendo mais altas do que as percentagens da participação eleitoral real. Os resultados eleitorais reais, normalmente, são baixos em toda a Europa, aumentando a taxa de abstenção eleitoral que começou a notar-se a partir dos anos 70. Essa taxa é, especialmente, elevada em 17 países das novas democracias – incluindo Portugal, Espanha e Grécia – cujos valores médios atingem os 40 a 45%, tendo em conta os métodos de operacionalização utilizados, enquanto noutro grupo de países (16 países incluindo Itália), o aumento da abstenção tende a conter-se, principalmente, quando se considera a taxa média de todos os países (Delwit, 2013: 46-8).

Se num modelo multivariado que inclui as variáveis de controlo, acima descritas, que costumam explicar a participação política eleitoral, não se mantiverem as diferenças de género, então, pode ser assumido com alguma certeza que essas diferenças, de facto, não existem. Como se pode constatar no quadro nº 6.2, os resultados indicam que, ao longo das últimas três décadas, o género não tem sido um fator diferenciador no que à participação eleitoral diz respeito nos países da Europa do sul. Mas, constata-se que entre 1985 e 1990, o género revelou-se uma variável determinante na propensão para mulheres e homens votarem. Tendo as mulheres votado significativamente menos do que os homens.

Quadro nº 6.1 - Evolução da modalidade da participação política eleitoral (voto)
(%)

| | Mulheres | Homens |
|-----------------|-------------|----------------|
| PORTUGAL | | |
| 1985 | 86,3 | 84,6 |
| 1990 | 49,5 | 50,9 |
| 1999 | 57,1 | 58,0 |
| 2002 | 72,0 | 77,0 |
| 2004 | 69,9 | 73,8 |
| 2006 | 75,7 | 76,3 |
| 2008 | 71,3 | 75,3 |
| 2010 | 74,6 | 77,1 |
| 2012 | 68,4 | 70,2 |
| 2014 | 71,1 | 72,3 |
| ESPAÑA | | |
| 1985 | 76,0 | 71,0* |
| 1990 | 65,6 | 74,5*** |
| 1999 | 81,0 | 80,6 |
| 2002 | 78,2 | 80,1 |
| 2004 | 81,5 | 84,0 |
| 2006 | 80,0 | 79,2 |

| | | |
|-----------------------------------|-------------|----------------|
| 2008 | 79,4 | 83,4** |
| 2010 | 83,6 | 83,0 |
| 2012 | 76,8 | 77,6 |
| 2014 | 79,0 | 82,6** |
| GRÉCIA | | |
| 1985 | 95,2 | 92,1** |
| 1990 | 86,9 | 89,6 |
| 1999 | 88,0 | 90,3 |
| 2002 | 89,9 | 91,5 |
| 2004 | 90,2 | 91,1 |
| 2008 | 86,6 | 88,6 |
| 2010 | 79,2 | 79,0 |
| 2014 | 79,8 | 79,4 |
| ITÁLIA | | |
| 1985 | 88,1 | 88,9 |
| 1990 | 82,9 | 81,7 |
| 1999 | 87,4 | 89,8 |
| 2002 | 88,3 | 91,8*** |
| 2004 | 88,8 | 89,6 |
| 2012 | 79,7 | 83,4** |
| 2014 | 67,0 | 72,9* |
| PAÍSES NÓRDICOS | | |
| 2006 | 88,4 | 87,2 |
| 2008 | 88,9 | 88,2 |
| 2010 | 88,6 | 87,3 |
| 2012 | 89,2 | 88,9 |
| 2014 | 89,6 | 88,1 |
| EUROPA CENTRAL E OCIDENTAL | | |
| 2006 | 77,7 | 80,8*** |
| 2008 | 78,5 | 80,5** |
| 2010 | 78,6 | 77,7 |
| 2012 | 78,2 | 81,0 |
| 2014 | 76,2 | 78,9** |
| EUROPA DO LESTE | | |

| | | |
|------|------|------|
| 2006 | 73,5 | 72,2 |
| 2008 | 71,4 | 70,4 |
| 2010 | 72,7 | 71,5 |
| 2012 | 71,3 | 71,9 |
| 2014 | 66,2 | 68,5 |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; EES, 1990-2014; ESS, 2002-2014.

Nota: Os dados do Four Nations Study referem-se às eleições legislativas de 1981 (Grécia) 1982 (Espanha) e 1983 (Portugal e Itália). Na base de dados do EES foi retirada informação relativa a alguns países, nomeadamente, Itália (dados referentes aos anos de 2004, 2008 e 2014) e Grécia (dados referentes ao ano de 2014). Na verdade, os resultados que compõem o quadro nos anos de 1990 e 2008 referem-se aos anos de 1994 e 2009 na base de dados do ESS.

Os dados do gráfico nº 6.1 não sugerem diferenças significativas na probabilidade de mulheres e homens participarem em eleições nos quatro países da Europa do sul. Nalguns casos, as mulheres chegaram a participar mais do que os homens, pese embora, os resultados não sejam significativos. Nos anos de 1985 e 1990, em que os resultados do género se mostraram significativos, as diferenças eram ligeiras, com exceção de Portugal, no ano de 1990, onde as diferenças eram elevadas. Logo, os resultados confirmam a hipótese proposta inicialmente (H.A1), em que se previa a ausência de diferenças de género ao longo dos tempos.

Pesquisas anteriores, locais e/ou internacionais, encontraram resultados semelhantes, tendo admitido o desaparecimento das desigualdades de género na atividade eleitoral nos países da Europa do sul (Topf, 1995a: 47; Morales, 1999: 232-2; Baum e Espírito-Santo, 2007: 134). Mas, recentemente, um estudo internacional observou desigualdades de género significativas em Portugal e Itália – onde mais homens do que mulheres admitiam votar – e em Espanha – com as mulheres a votarem mais do que os homens (Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012: 61-2). No entanto, estas diferenças eram ligeiras.

Centremo-nos agora no segundo objetivo que visa aferir se a crise económica terá influenciado ou não as desigualdades de género na participação política dos países mais

afetados (países da Europa do sul) em comparação com os países menos afetados⁴⁹, tais como os países nórdicos, países da Europa central e ocidental e países da Europa do leste, durante os momentos mais marcantes (2008-2012) da crise económica. Como indica o quadro abaixo nº 6.1, em geral, não há indícios estatísticos sobre um “possível” impacto da crise económica nas desigualdades de género durante os momentos mais assinaláveis (2008-2012), tanto nos países da Europa do sul como nos menos afetados. Quer dizer, os dados não clarificam que, durante o período de austeridade económica, tenham surgido ou desaparecido as desigualdades de género nos quatro grupos de países em análise.

Conforme revela o gráfico nº 6.2, os dados não sugerem diferenças significativas na probabilidade de mulheres e homens participarem nas eleições nos países da Europa do sul e nos grupos de países menos afetados pela crise económica, salvo alguns casos na Europa central e ocidental em que se verificaram desigualdades significativas (ver quadro nº 6.3), mas ligeiras (gráfico nº 6.2). Estudos anteriores sobre o impacto da crise económica nas atividades eleitorais em 22 países da UE, incluindo Portugal, Espanha Grécia, e com dados do ESS de 2010, analisando brevemente o género, tinham observado resultados diferentes dos desta pesquisa. Häusermann e seus colaboradores, admitiram, primeiramente, que as restrições governamentais têm como consequências para os cidadãos uma enorme vontade de participar nas eleições, pelo que se esperava maior participação de todos os indivíduos, independentemente do *status quo*. Estes argumentaram que a crise económica inverteu a predisposição dos homens para votar, ou seja, as mulheres mostraram que tinham mais probabilidades de votar do que os homens (1,30 odds ratio) (Häusermann et al, 2013).

Os resultados dão suporte à expectativa teórica (hipótese H.B1) que afirmava que, apesar de o estudo de Häusermann ter assinalado desigualdades de género no momento da crise económica, o mais provável era a crise não ser suscetível de provocar alterações na participação eleitoral, devido ao consenso que existe relativamente ao desaparecimento das diferenças entre mulheres e homens.

⁴⁹ A análise compreende quatro grupos de países: 1) Europa do sul, inclui Portugal, Espanha, Grécia e Itália; 2) Europa do norte, inclui Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca; 3) Europa central e ocidental, inclui Reino Unido, Bélgica, Holanda, Alemanha, França e Suíça; 4) Europa do leste, inclui República Checa, Polónia, Bulgária Hungria e Eslovénia.

Quadro nº 6.2 - Desigualdades de género na participação política na Europa do sul, (regressão logística binária), 1985-2014

| | 1985 | | 1990 | | 1999 | | 2002 | | 2004 | |
|-----------------------|-------------------|-------|---------------------|------|-------|------|---------------------|------|---------------------|-------|
| | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | 0,226** | 0,067 | -0,300** | ,101 | - | - | -0,085 | ,096 | -0,061 | 0,093 |
| Est. civil (c) | 0,128 | 0,075 | 0,446** | ,131 | - | - | 0,444*** | ,102 | 0,526*** | ,101 |
| Educação (s) | -0,036 | 0,078 | 0,354*** | ,113 | - | - | 0,509*** | ,115 | 0,372*** | ,101 |
| Idade | 0,014*** | 0,002 | -0,030*** | ,004 | - | - | 0,037*** | ,004 | 0,030*** | ,004 |
| Portugal | -0,275** | 0,102 | -1,912*** | ,147 | - | - | -1,235*** | ,161 | -0,960*** | ,143 |
| Espanha | -0,988*** | 0,089 | -0,860*** | ,152 | - | - | -1,233*** | ,151 | -0,301* | ,143 |
| Grécia | 0,686*** | 0,120 | 1,015*** | ,213 | - | - | -0,376* | ,151 | 0,250 | ,147 |
| Constante | 1,225 | 0,151 | 0,204 | ,231 | - | - | 0,658*** | ,188 | 0,385* | ,193 |
| X ² | (7)=411,655*** | | (7)=593,883*** | | - | - | (7)=296,016*** | | (7)=306,344*** | |
| Pseudo R ² | CS=,054 N=,094 | | CS=0,117 N=0,277 | | - | - | CS=0,077 N=0,134 | | CS=0,076 N=0,131 | |
| N | 7460 | | 3058 | | - | - | 3676 | | 3861 | |
| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
| Género (F) | 0,199 | ,113 | -0,129 | ,088 | 0,093 | ,114 | -0,078 | ,124 | -,157 | ,087 |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|
| Est. civil (c) | 0,446*** | ,125 | 0,422*** | ,094 | -0,239 | ,288 | -0,111 | ,168 | 0,401*** | ,098 |
| Educação (s) | 0,717*** | ,126 | 0,387*** | ,095 | 0,511*** | ,121 | 0,890*** | ,144 | 0,503*** | ,095 |
| Idade | 0,024*** | ,005 | 0,031*** | ,004 | 0,023*** | ,004 | 0,021*** | ,005 | 0,008** | ,003 |
| Portugal | -0,190 | ,115 | -0,840*** | ,110 | -0,218 | ,140 | -1,024*** | ,176 | 0,113 | ,144 |
| Espanha | | | -0,108*** | ,105 | 0,330* | ,139 | -0,796*** | ,175 | 0,419** | ,134 |
| Grécia | | | | | | | | | 0,484*** | ,105 |
| Constante | -0,224 | ,193 | 0,277 | ,155 | -0,111 | ,174 | 0,663** | ,222 | 0,157 | ,167 |
| X ² | (6)=114,576*** | | (6)=216,344*** | | (6)=72,806*** | | (6)=102,462*** | | (7)=83,241*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,060 N=0,090 | | CS=0,056 N=0,091 | | CS=0,043 N=0,062 | | CS=0,071 N=0,101 | | CS=0,028 N=0,041 | |
| N | 1852 | | 3781 | | 1664 | | 1399 | | 2939 | |

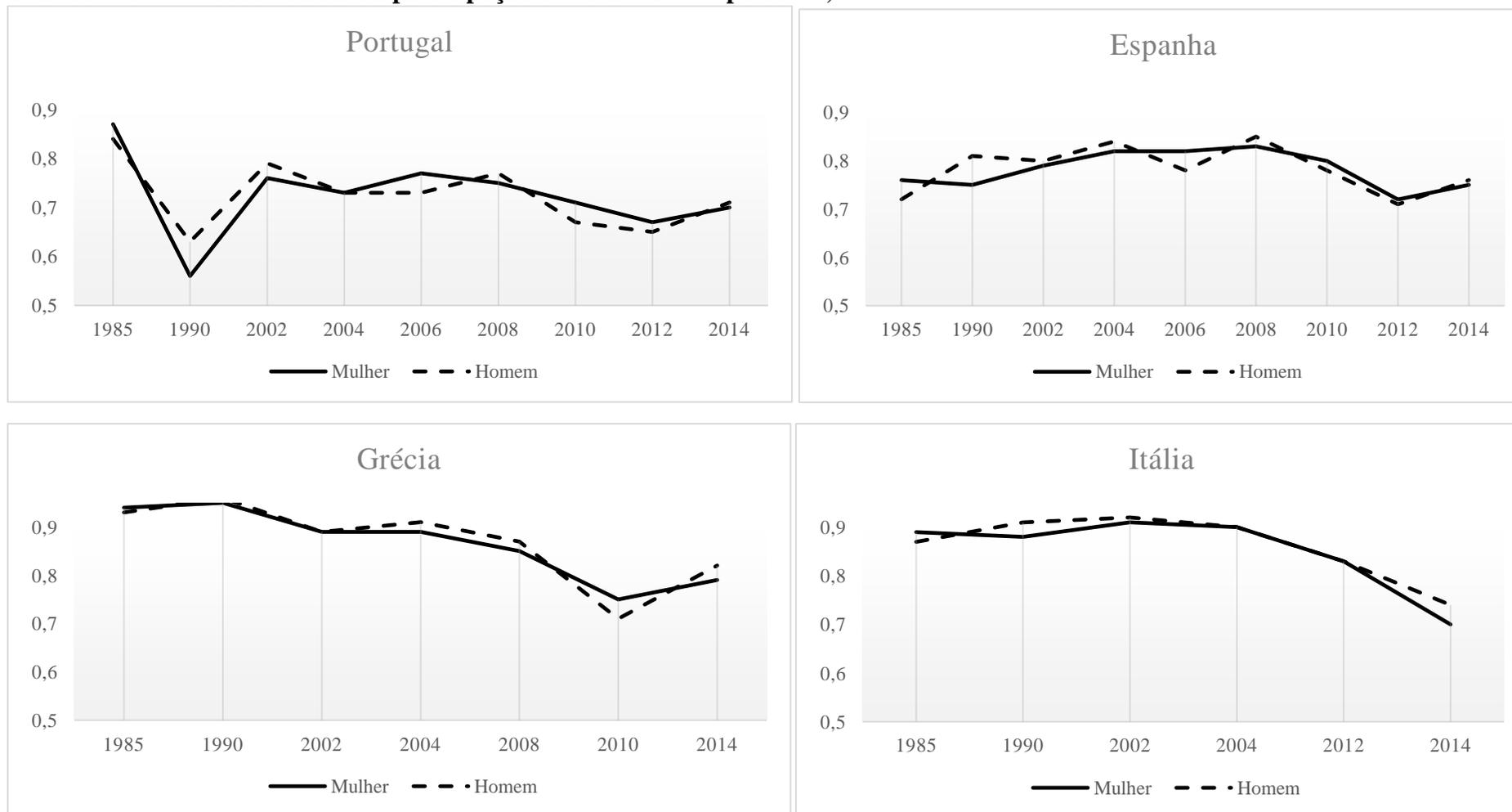
*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; EES, 1990-2014; ESS, 2002-2014.

Legenda: F – feminino; C – casado; S – superior; E.P – Erro-padrão.

Nota: Os Pseudo R² baseiam-se na comparação do modelo ajustado com o modelo nulo, não sendo propriamente uma medida da variabilidade explicada pelo modelo (Marôco, 2014).

Gráfico nº 6.1 - Probabilidades da participação eleitoral na Europa do sul, 1985-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base nos resultados estatísticos.

Quadro nº 6.3 - Desigualdades de género na participação eleitoral nos países menos afetados, (regressão logística binária), 2006-2014

| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
|-----------------------|-------------------|------|-------------------|------|---------------------|------|-------------------|------|--------------------|------|
| Euro norte | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | 0,029 | ,085 | -0,019 | ,088 | 0,057 | ,143 | -0,201 | ,111 | 0,268* | ,114 |
| Est. civil (c) | 0,674*** | ,094 | 0,485*** | ,094 | -0,566 | ,297 | 0,022 | ,151 | -0,045 | ,141 |
| Educação (s) | 0,684*** | ,094 | 0,953*** | ,100 | 0,731 | ,157 | 1,214*** | ,127 | 0,887*** | ,121 |
| Idade | 0,026*** | ,003 | 0,032*** | ,003 | 0,030*** | ,005 | 0,028 | ,004 | 0,019*** | ,004 |
| Noruega | 0,093 | ,108 | 0,158 | ,108 | -0,921*** | ,176 | 0,158 | ,140 | 0,707*** | ,146 |
| Dinamarca | 0,902*** | ,137 | 1,343*** | ,143 | -0,535** | ,193 | 1,169*** | ,177 | 1,035*** | ,164 |
| Suécia | 0,670*** | ,116 | 1,007*** | ,122 | | | 0,637*** | ,145 | 1,199*** | ,155 |
| Constante | -0,025 | ,116 | -0,418** | ,154 | 0,984*** | ,219 | -0,139 | ,172 | -0,124 | ,181 |
| X ² | (7)=346,580*** | | (7)=430,655*** | | (7)=109,238*** | | (7)=242,104*** | | (7)=174,445*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,058; N=0,112 | | CS=0,071; N=0,143 | | CS=0,0456; N=0,0105 | | CS=0,081; N=0,142 | | CS=0,060; N=0,0107 | |
| N | 5852 | | 5807 | | 1887 | | 2858 | | 2836 | |

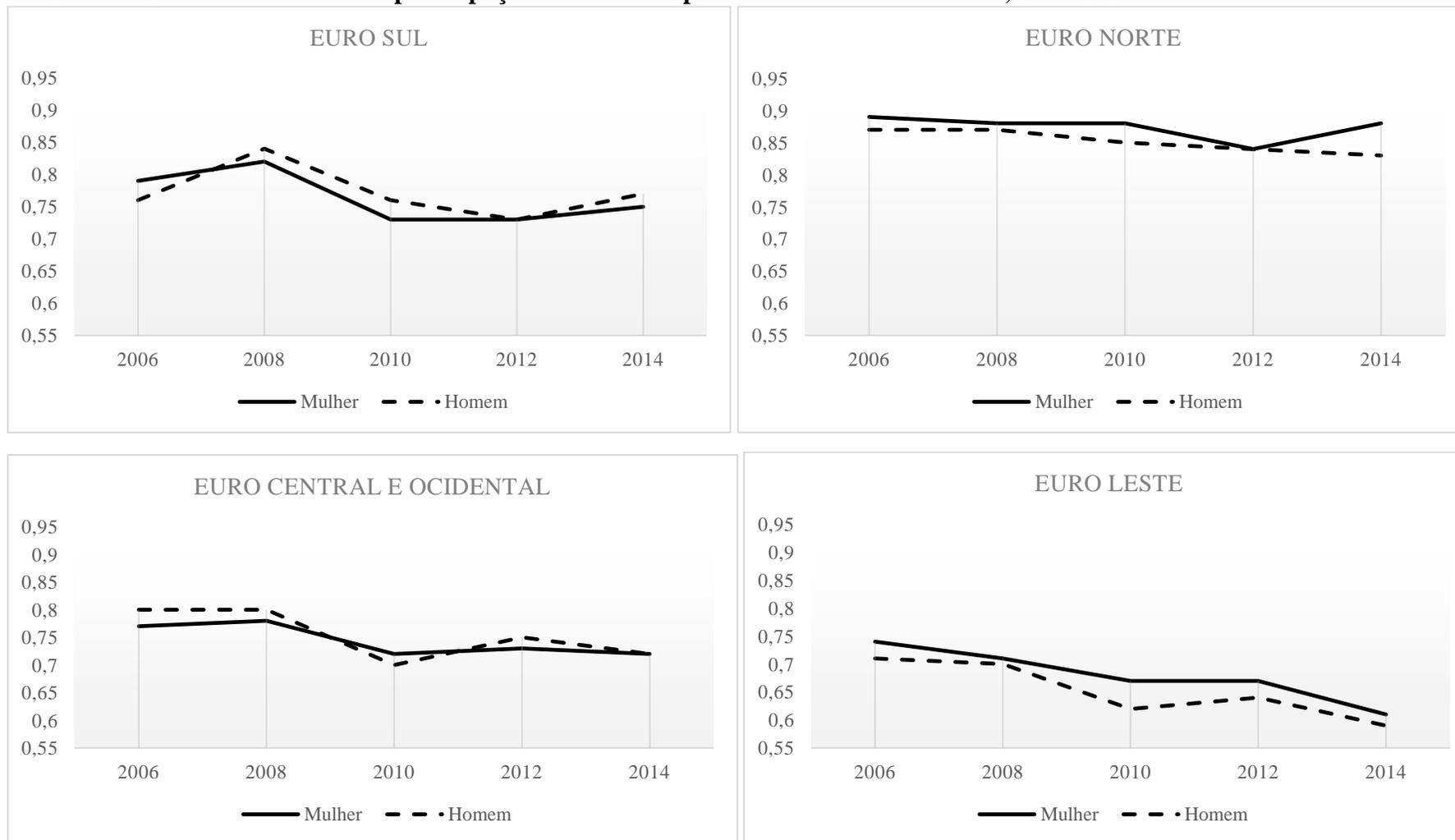
| | | | | | | | | | | |
|--------------------------|---------------------|------|-------------------|-------|-------------------|------|--------------------|------|--------------------|------|
| Euro central e ocidental | | | | | | | | | | |
| Género (F) | -0,170** | ,053 | -0,089* | ,054 | -0,004 | ,071 | -0,180* | ,074 | -0,089 | ,068 |
| Est. civil (c) | 0,580*** | ,054 | 0,579*** | ,0556 | -0,004 | ,139 | -0,180* | ,086 | -0,230** | ,080 |
| Educação (s) | 0,775*** | ,059 | 0,851*** | ,059 | 0,920*** | ,078 | 0,944*** | ,078 | 0,760*** | ,071 |
| Idade | 0,025*** | ,002 | 0,028*** | ,002 | 0,023*** | ,002 | 0,028*** | ,002 | 0,027*** | ,002 |
| R. Unido | 0,317*** | ,085 | 0,159 | ,085 | 0,519*** | ,123 | 0,220 | ,121 | 0,024 | ,126 |
| Bélgica | 2,081*** | ,126 | 2,061*** | ,124 | 1,868*** | ,152 | 2,057*** | ,167 | 1,953*** | ,169 |
| Holanda | 1,232*** | ,096 | 1,343*** | ,098 | 1,260*** | ,135 | 1,200*** | ,133 | 0,591*** | ,130 |
| Alemanha | 0,803*** | ,079 | 0,904*** | ,081 | 1,261*** | ,123 | 0,885*** | ,119 | 0,892*** | ,124 |
| França | 0,705*** | ,091 | 0,690*** | ,088 | 0,485*** | ,131 | 0,697*** | ,119 | -0,155 | ,127 |
| Constante | -0,015*** | ,108 | -1,190*** | ,086 | -1,233*** | ,095 | -1,087*** | ,134 | 0,859*** | |
| X ² | (9)=1000,624** | | (9)=117,906*** | | (4)=514,280*** | | (9)=599,158*** | | (9)=548,381*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,097; N=0,01512 | | CS=0,113; N=0,178 | | CS=0,107; N=0,155 | | CS=0,121; N=0,1079 | | CS=0,0161; N=0,161 | |
| N | 9846 | | 9836 | | 4549 | | 4651 | | 4678 | |

| Euro leste | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|-------|
| Género (F) | 0,072 | ,065 | 0,008 | ,052 | 0,012 | ,071 | 0,006 | ,071 | -0,050 | 0,084 |
| Est. civil (c) | 0,533*** | ,066 | 0,514*** | ,052 | 0,079 | ,180 | 0,080 | ,080 | -0,001 | ,098 |
| Educação (s) | 0,806*** | ,089 | 0,795*** | ,073 | 0,676*** | ,087 | 0,723*** | ,086 | 0,769*** | ,098 |
| Idade | 0,020*** | ,002 | 0,016*** | ,002 | 0,018*** | ,002 | 0,016*** | ,002 | 0,014*** | ,002 |
| Polónia | -0,542*** | ,091 | -0,035 | ,092 | 0,245 | ,132 | -0,253* | ,117 | -0,034 | ,132 |
| Bulgária | -0,676*** | ,097 | -0,245** | ,086 | 0,232* | ,117 | -0,162 | ,109 | | |
| Hungria | -0,026 | ,099 | -0,685*** | ,083 | -0,346** | ,110 | -0,584*** | ,115 | -0,393** | ,116 |
| Eslovénia | -0,079 | ,118 | 0,364*** | ,099 | -0,287* | ,123 | -0,134 | ,109 | 0,267* | ,121 |
| Constante | -0,400*** | ,100 | -0,125*** | ,101 | -0,381** | ,121 | -0,056 | ,123 | -0,303** | ,138 |
| X ² | (7)=376,973*** | | (8)=579,589*** | | (8)=223,965*** | | (8)=162,245*** | | (7)=129,909*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,069; N=0,100 | | CS=0,072; N=0,103 | | CS=0,055; N=0,076 | | CS=0,040; N=0,055 | | CS=0,048; N=0,065 | |
| N | 5293 | | 7726 | | 3967 | | 3985 | | 2661 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: ESS, 2006-2014.

Gráfico nº 6.2 - Probabilidades da participação eleitoral nos países menos e mais afetados, 2006-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base em resultados estatísticos.

6.1.2 Evolução das desigualdades de género na participação convencional

As diferenças de género tendem a não ser significativas no que diz respeito à participação eleitoral, conforme foi observado na presente pesquisa. Contudo, quando as atividades políticas das/os cidadãs/os se estendem além do voto, as desigualdades de género, apesar de ligeiras na maioria dos casos, persistem significativamente em todas as sociedades, com as mulheres a participarem relativamente menos do que seus pares masculinos (Inglehart e Norris, 2003: 124-6; Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012: 67).

Como se constata no quadro nº 6.4, os dados descritivos indicam a persistência significativa de desigualdades de género na participação política convencional na zona sul da Europa. Grosso modo, os homens tendem a participar mais em atividades convencionais do que as mulheres nos quatro países da Europa do sul.

Quadro nº 6.4 - Evolução das modalidades da participação política convencional (%)

| | Contactar um político | | Pertencer a uma organização política | | Trabalhar numa organização política | | Trabalhar noutra organização | | Índice das modalidades de participação convencional (%) | |
|-----------------|-----------------------|---------------|--------------------------------------|---------------|-------------------------------------|----------------|------------------------------|---------------|---|----------------|
| | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H |
| PORTUGAL | | | | | | | | | | |
| 1985 | - | - | 2,1 | 5,1*** | 9,5 | 18,4*** | - | - | 9,8 | 20,2*** |
| 1990 | - | - | 2,6 | 7,1*** | - | - | 0,8 | 4,3*** | 3,4 | 10,1*** |
| 1999 | - | - | 0,6 | 1,1 | - | - | 2,1 | 4,4* | 2,7 | 5,1* |
| 2002 | 8,6 | 16,0** | 2,6 | 6,2* | 1,7 | 7,4*** | 3,5 | 8,1** | 11,3 | 21,5*** |
| 2004 | 4,2 | 7,6* | 1,7 | 5,6** | 0,8 | 3,2** | 1,5 | 4,4* | 6,6 | 12,4** |
| 2006 | 5,4 | 13,2** | 2,6 | 4,8 | 1,3 | 2,4 | 3,0 | 4,8 | 9,2 | 17,6*** |
| 2008 | 4,5 | 9,6** | 2,1 | 3,5 | 0,9 | 2,1 | 1,7 | 5,1** | 7,4 | 14,1** |
| 2010 | 4,0 | 6,8 | 1,3 | 3,4* | 0,9 | 2,8* | 2,6 | 6,0* | 6,4 | 11,4** |
| 2012 | 4,7 | 7,2 | - | - | 0,6 | 1,4 | 3,2 | 5,5 | 6,7 | 10,4* |
| 2014 | 13,3 | 18,0 | - | - | 4,9 | 4,9 | 10,8 | 13,1 | 21,1 | 24,2 |

| ESPAÑA | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|-------------|----------------|------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|
| 1985 | - | - | 1,2 | 4,1*** | 4,9 | 11,4*** | - | - | 5,6 | 12,5* |
| 1990 | - | - | 0,8 | 2,0* | - | - | 4,3 | 2,8* | 5,1 | 4,6 |
| 1999 | - | - | 1,0 | 3,1** | - | - | 3,4 | 3,9 | 4,2 | 6,7 |
| 2002 | 9,1 | 14,8*** | 1,1 | 5,2*** | 3,5 | 8,4*** | 10,2 | 19,3*** | 17,0 | 29,3*** |
| 2004 | 9,0 | 17,0*** | 3,4 | 4,9* | 4,9 | 10,4*** | 16,3 | 20,2** | 23,8 | 31,2*** |
| 2006 | 9,9 | 14,7*** | 1,9 | 3,2* | 3,9 | 6,7*** | 13,6 | 15,6 | 19,4 | 25,3*** |
| 2008 | 8,1 | 12,8*** | 1,1 | 1,6 | 2,9 | 3,4 | 9,5 | 11,1 | 14,3 | 20,1*** |
| 2010 | 10,9 | 16,6*** | 2,4 | 2,2 | 4,9 | 9,4*** | 16,1 | 19,3* | 22,5 | 28,7*** |
| 2012 | 19,9 | 16,1*** | - | - | 6,6 | 9,3** | 21,9 | 22,7 | 27,7 | 31,9** |
| 2014 | 15,0 | 18,4*** | - | - | 6,8 | 9,8** | 20,7 | 23,6* | 29,4 | 32,5* |
| GRÉCIA | | | | | | | | | | |
| 1985 | - | - | 7,0 | 25,2*** | 66,2 | 69,4 | - | - | 67,8 | 74,9* |
| 1999 | - | - | 5,7 | 10,9** | - | - | 6,0 | 7,2 | 11,3 | 17,7** |
| 2002 | 12,7 | 17,0 | 2,9 | 7,2** | 4,0 | 6,3 | 3,7 | 8,2** | 15,9 | 23,8** |
| 2004 | 11,9 | 16,1 | 5,2 | 10,4** | 4,4 | 7,7*** | 4,4 | 5,9 | 16,3 | 23,4** |
| 2008 | 9,0 | 11,6 | 5,7 | 10,0* | 2,9 | 5,0 | 3,1 | 4,8 | 13,1 | 19,8** |
| 2010 | 7,3 | 10,7 | 2,8 | 5,9* | 2,4 | 3,4 | 3,6 | 6,4* | 10,6 | 17,2** |
| ITÁLIA | | | | | | | | | | |
| 1985 | - | - | 2,8 | 8,4*** | 10,0 | 18,6*** | - | - | 11,4 | 20,6*** |
| 1990 | - | - | 2,6 | 8,2*** | - | - | 1,9 | 2,3 | 4,1 | 10,3*** |
| 1999 | - | - | 2,4 | 5,8*** | - | - | 2,0 | 3,1 | 4,2 | 8,8*** |
| 2002 | 88,3 | 91,8*** | 2,5 | 6,2*** | 2,6 | 4,2** | 6,7 | 9,8*** | 14,0 | 24,1*** |
| 2004 | - | - | 7,6 | 13,2** | - | - | 6,5 | 18,0*** | 10,1 | 27,7*** |
| 2008 | - | - | 1,9 | 5,6*** | - | - | 4,3 | 5,9 | 5,7 | 11,3*** |
| 2012 | 10,5 | 21,7*** | - | - | 2,6 | 7,9** | 8 | 18,1*** | 15,8 | 30,6*** |
| PAÍSES NÓRDICOS | | | | | | | | | | |
| 2006 | 16,1 | 21,5*** | 6,7 | 8,7** | 4,2 | 6,1*** | 25,3 | 32,4*** | 37,0 | 44,8*** |
| 2008 | 17,9 | 21,0** | 6,8 | 8,4* | 4,2 | 5,3* | 27,0 | 31,5*** | 38,3 | 44,2*** |
| 2010 | 16,9 | 22,5*** | 6,4 | 8,0* | 3,5 | 4,9** | 27,4 | 34,5*** | 28,8 | 47,1*** |
| 2012 | 15,7 | 21,4*** | - | - | 4,1 | 5,5* | 31,7 | 34,3* | 39,1 | 43,2*** |
| 2014 | 19,4 | 21,9* | - | - | 5,0 | 6,0 | 33,6 | 36,4* | 42,9 | 45,7* |
| EUROPA CENTRAL E OCIDENTAL | | | | | | | | | | |
| 2006 | 12,9 | 17,9*** | 3,7 | 5,9*** | 3,2 | 5,4*** | 15,6 | 20,5*** | 25,8 | 33,4*** |

| | | | | | | | | | | |
|------------------------|------|---------|-----|--------|-----|--------|------|---------|------|---------|
| 2008 | 13,2 | 18,2*** | 3,1 | 4,9*** | 2,8 | 4,8*** | 14,7 | 21,7*** | 25,0 | 33,8*** |
| 2010 | 12,9 | 17,7*** | 3,0 | 5,6*** | 2,4 | 5,1*** | 15,0 | 21,0*** | 24,6 | 32,9*** |
| 2012 | 13,0 | 17,4*** | - | - | 3,0 | 5,2*** | 16,6 | 23,4*** | 25,5 | 33,3*** |
| 2014 | 14,6 | 20,6*** | - | - | 3,2 | 5,7*** | 19,3 | 24,7*** | 28,6 | 36,1*** |
| EUROPA DO LESTE | | | | | | | | | | |
| 2006 | 7,6 | 12,5*** | 2,5 | 4,8*** | 2,1 | 3,8*** | 1,5 | 3,3*** | 10,6 | 17,6*** |
| 2008 | 8,5 | 11,1*** | 2,5 | 4,7*** | 1,9 | 3,5*** | 3,8 | 6,2*** | 12,2 | 17,3*** |
| 2010 | 8,3 | 12,3*** | 2,0 | 4,1*** | 1,7 | 3,7*** | 3,8 | 6,2*** | 11,8 | 17,4*** |
| 2012 | 5,8 | 9,2*** | - | - | 1,5 | 3,0*** | 3,2 | 5,0*** | 8,2 | 12,8*** |
| 2014 | 9,0 | 12,1*** | - | - | 1,2 | 3,3*** | 3,6 | 5,1** | 10,8 | 14,9*** |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; EVS, 1990-2008; ESS, 2002-2014.

Legenda: M – Mulher; H – Homem.

Nota: Os resultados referem-se ao ano de 2009. Apenas Itália contempla os resultados de 2008 da base do EVS.

Passando agora à análise multivariada, verifica-se que, apesar da inclusão das variáveis de controlo (estado civil, educação e idade), o género mantém-se como fator explicativo da participação convencional ao longo dos tempos nos países da Europa do sul, exceto em 2014 (ver quadro nº 6.5).

No cômputo geral, como indica o gráfico nº 6.3, apesar de as desigualdades de género se revelarem significativas ao longo dos tempos, as diferenças na probabilidade de participação em atividades convencionais entre mulheres e homens sul europeus são ligeiras. Em meados da década de 1980 as probabilidades para mulheres e homens participarem nas atividades convencionais pareciam elevadas, tendo reduzido significativamente a partir da década de 1990 até 2012. Estes resultados confirmam a hipótese colocada inicialmente (H.A2), na qual se previa encontrar a persistência das desigualdades de género ao longo das últimas décadas. Os resultados obtidos na presente pesquisa são semelhantes aos obtidos noutras pesquisas feitas a nível nacional e internacional que abrangem alguns dos países da Europa do sul (Morales, 1999: 232; Marien et al, 2010; Coffé e Bolzendahl, 2010; Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012). Em contraste, estudos realizados em Portugal, basicamente, não verificaram desigualdades de género na ação convencional, observando-se que das quatro modalidades em análise apenas a modalidade “teve qualquer contacto com um deputado” se revelou significativa (Baum e Espírito-Santo, 2004: 273 e 276-7).

De acordo com a literatura especializada, as desigualdades entre mulheres e homens nas atividades políticas, em geral, tendem a persistir até aqui devido aos escassos recursos que as mulheres têm, pois, em geral, as formas de participação convencional (para além do voto) exigem bastante tempo, esforço e competências cívicas (ver Verba et al, 1995; Kittilson, 2016). As mulheres, simplesmente, possuem poucos recursos, por comparação com os homens, e os recursos são fundamentais para o nível de participação política (Kittilson, 2016).

Educação é, praticamente, a única variável de controlo que tem efeito na participação convencional. Homens com níveis de educação superior tendem a ser mais participativos nas formas convencionais do que os menos formados e as mulheres. A idade e o estado civil, basicamente, não têm um efeito significativo.

Relativamente à crise económica, apesar de as diferenças permanecerem significativas nos períodos pré, durante e pós austeridade económica, os dados não indicam um aumento das diferenças de género na participação convencional política durante os anos de crise económica, tanto na Europa do sul quanto nos países menos afetados pela crise.

Agora, observando-se o gráfico nº 6.4 - com exceção dos países nórdicos em que se nota o desaparecimento significativo das desigualdades de género no período pós-Troika -, houve uma tendência para as desigualdades entre mulheres e homens se manterem inalteradas ao longo de todo o período em análise (2006-2014). No entanto, apesar de as mulheres terem menos probabilidade de participar em atividades convencionais do que os seus pares masculinos, as diferenças verificadas também eram ligeiras. Sendo assim, os resultados infirmam a hipótese H.B2, acima proposta, que previa um aumento das diferenças nos países mais afetados (Europa do sul) durante o período de crise.

Estes resultados assemelham-se aos dados de outras pesquisas sobre a crise económica que, ao analisarem de forma resumida o género, observaram que as mulheres tiveram menos possibilidades de participar nas atividades políticas eleitorais do que os homens durante a crise económica (Kern et al, 2015). Numa altura em que, em particular, as democracias sul europeias atravessavam períodos políticos e económicos difíceis e com níveis de desconfiança nas instituições políticas muito elevadas (Belchior, 2015), de acordo com estudos que analisaram os comportamentos políticos dos indivíduos, em momentos sociopolíticos de grande perturbação há uma tendência para que os «cidadãos» se tornem «críticos» e demonstrem níveis de participação convencional relativamente baixo, e, como esperado, as mulheres participam ligeiramente menos do que os seus companheiros masculinos (Norris, 1999: 261).

Quadro nº 6.5 - Desigualdades de género na participação convencional, (regressão logística binária), 1985-2014

| | 1985 | | 1990 | | 1999 | | 2002 | | 2004 | |
|-----------------------|-----------------------------|------|---------------------------|------|----------------------------|------|----------------------------|------|----------------------------|------|
| | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | -0,648*** | ,071 | -0,536*** | ,117 | -0,570*** | ,108 | -0,429*** | ,077 | -0,312*** | ,085 |
| Est. civil (c) | 0,134 | ,079 | -0,094 | ,127 | 0,226 | ,121 | 0,147 | ,083 | 0,150 | ,093 |
| Educação (s) | 0,523*** | ,081 | 0,580*** | ,133 | 0,695*** | ,137 | 0,686*** | ,085 | 0,541*** | ,087 |
| Idade | -0,006** | ,002 | 0,011** | ,004 | 0,010** | ,004 | 0,000 | ,003 | 0,005 | ,003 |
| Portugal | 0,050 | ,094 | 0,083 | ,160 | -0,204 | ,177 | -0,086 | ,133 | -0,211 | ,194 |
| Espanha | -0,554*** | ,097 | -0,283* | ,129 | -0,229 | ,158 | 0,265* | ,112 | 1,017*** | ,175 |
| Grécia | 2,646*** | ,100 | - | ,240 | 0,831*** | ,134 | -0,074 | ,105 | 0,372* | ,173 |
| Constante | -1,513*** | ,154 | -3,125*** | | -3,409*** | ,238 | -0,1288*** | ,142 | -2,027*** | ,217 |
| X ² | ₍₇₎ =1553,280*** | | ₍₆₎ =54,314*** | | ₍₇₎ =145,906*** | | ₍₇₎ =125,332*** | | ₍₇₎ =197,436*** | |
| Pseudo R ² | CS=197 N=0,312 | | CS=0,010 N=0,027 | | CS=0,027 N=0,066 | | CS=0,032 N=0,048 | | CS=0,057 N=0,086 | |
| N | 7066 | | 5610 | | 5277 | | 3881 | | 3380 | |
| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
| Género (F) | -0,336** | ,109 | -0,479*** | ,076 | -0,327** | ,123 | -0,375** | ,132 | -0,199 | ,122 |
| Est. civil (c) | 0,020 | ,119 | 0,098 | ,081 | 0,132 | ,291 | 0,041 | ,182 | -0,142 | ,152 |

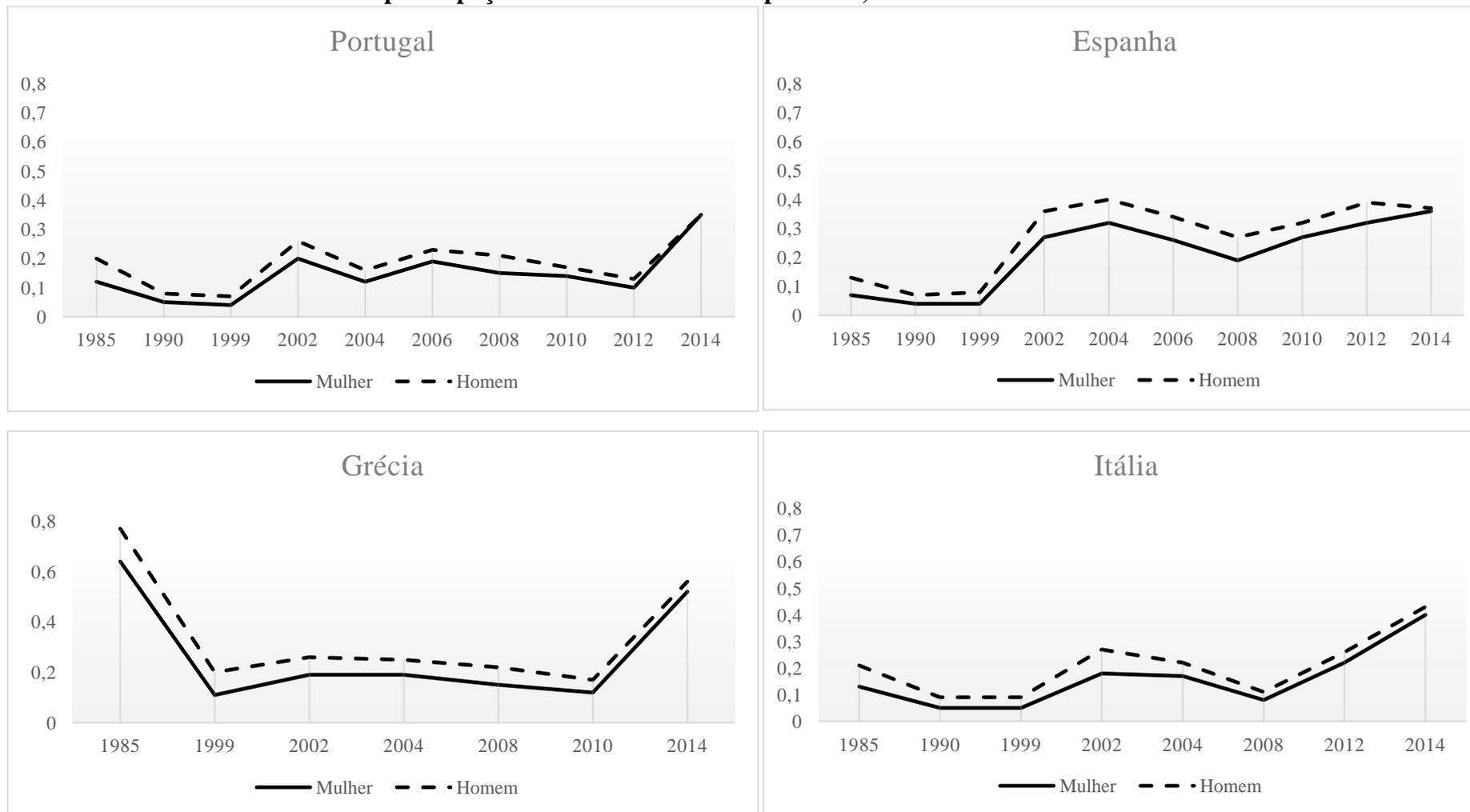
| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|
| Educação (s) | 0,784*** | ,110 | 0,655*** | ,077 | 0,730*** | ,124 | 0,845*** | ,134 | 0,623*** | ,123 |
| Idade | 0,008 | ,004 | 0,008** | ,003 | 0,008 | ,004 | 0,004 | ,005 | 0,016*** | ,004 |
| Portugal | -0,369** | ,115 | 0,958*** | ,133 | 0,161 | ,175 | -0,766*** | ,195 | -0,0400 | ,235 |
| Espanha | - | - | 1,259*** | ,117 | 0,877*** | ,137 | 0,554** | ,162 | -0,252 | ,226 |
| Grécia | - | - | 0,997 | ,120 | - | - | - | - | 0,401 | ,268 |
| Constante | -1,503*** | ,180 | -2,989*** | ,166 | -2,321*** | ,193 | -1,593*** | ,227 | -1,107 | ,207 |
| X ² | (5)=86,541*** | | (7)=219,487*** | | (6)=93,675*** | | (6)=140,326*** | | (7)=62,970*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,043 N=0,065 | | CS=0,039 N=0,067 | | CS=0,048 N=0,078 | | CS=0,088 N=0,135 | | CS=0,049 N=0,067 | |
| N | 1956 | | 5498 | | 1919 | | 1530 | | 1261 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; EVS, 1990-2008; ESS, 2002-2014.

Legenda: F – feminino; C – casado; S – superior; E.P – Erro-padrão.

Gráfico nº 6.3 - Probabilidades da participação convencional na Europa do sul, 1985-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base nos resultados estatísticos.

Quadro nº 6.6 - Desigualdades de género na participação convencional nos países menos afetados (regressão logística binária), 2006-2014

| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
|--------------------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|
| Euro norte | B | E.P |
| Género (F) | -0,352*** | ,053 | -0,276*** | ,052 | -0,399*** | ,094 | -0,152* | ,076 | -0,125 | ,075 |
| Est. civil (c) | 0,238*** | ,056 | 0,228*** | ,055 | 0,492* | ,211 | 0,134 | ,094 | 0,240** | ,089 |
| Educação (s) | 0,674*** | ,055 | 0,562*** | ,054 | 0,404*** | ,094 | 0,682*** | ,076 | 0,528*** | ,075 |
| Idade | 0,006*** | ,002 | 0,007*** | ,002 | ,004 | ,003 | 0,009*** | ,002 | ,006* | ,002 |
| Noruega | -0,264*** | ,074 | -0,307*** | ,073 | -0,021 | ,110 | -0,043 | ,102 | -0,438*** | ,104 |
| Dinamarca | -0,372*** | ,078 | -0,425*** | ,073 | -0,132 | ,116 | -0,485*** | ,111 | -0,234* | ,107 |
| Suécia | -0,297*** | ,075 | -0,384*** | ,072 | | | -0,086 | ,099 | -0,170 | ,098 |
| Constante | 0,622*** | ,097 | -0,580*** | ,092 | -0,615*** | ,139 | -0,989*** | ,120 | -0,640*** | ,119 |
| X ² | (7)=2472,425*** | | (7)=228,043*** | | (7)=44,099*** | | (7)=147,309*** | | (7)=99,185*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,044; N=0,059 | | CS=0,036; N=0,048 | | CS=0,021; N=0,029 | | CS=0,045; N=0,062 | | CS=0,031; N=0,042 | |
| N | 6097 | | 6256 | | 2048 | | 3175 | | 3107 | |
| Euro central e ocidental | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|--------------------|------|
| Género (F) | -0,322*** | ,043 | -0,314*** | ,043 | -0,348*** | ,065 | -0,264*** | ,064 | -0,234*** | ,063 |
| Est. civil (c) | 0,218*** | ,044 | 0,189*** | ,045 | 0,349** | ,122 | 0,034 | ,074 | -0,043 | ,072 |
| Educação (s) | 0,774*** | ,043 | 0,706*** | ,044 | 0,736*** | ,066 | 0,608*** | ,064 | 0,637*** | ,063 |
| Idade | 0,004*** | ,001 | ,008*** | ,001 | 0,003* | ,002 | 0,004* | ,002 | 0,007*** | ,002 |
| R. Unido | -0,084 | ,080 | -0,206* | ,083 | -0,249 | ,128 | -0,346** | ,126 | 142 | ,126 |
| Bélgica | 0,705*** | ,079 | 0,383*** | ,081 | 0,141 | ,130 | 0,067 | ,123 | 0,207 | ,127 |
| Holanda | 0,430*** | ,078 | 0,483*** | ,081 | 0,534*** | ,124 | 0,209 | ,120 | 0,870*** | ,119 |
| Alemanha | 0,049 | ,072 | 0,343*** | ,072 | 0,359** | ,116 | 0,364** | ,110 | 0,542*** | ,113 |
| França | 0,089 | ,081 | 0,145 | ,081 | 0,170 | ,129 | -0,131 | ,124 | 0,010 | ,127 |
| Constante | -1,485*** | ,093 | -1,635** | ,092 | -1,392*** | ,090 | -1,340*** | ,123 | -1,594*** | ,024 |
| X ² | (9)=559,569*** | | (9)=480,403*** | | (9)=214,619*** | | (9)=168,672*** | | (9)=253,783*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,0351; N=0,072 | | CS=0,044; N=0,063 | | CS=0,042; N=0,061 | | CS=0,032; N=0,047 | | CS=0,0248; N=0,068 | |
| N | 10660 | | 10581 | | 4982 | | 5111 | | 5182 | |
| Euro leste | | | | | | | | | | |
| Género (F) | -0,591*** | ,081 | -0,415*** | ,064 | -0,400*** | ,096 | -0,476*** | ,105 | -0,280* | ,118 |
| Est. civil (c) | 0,273** | ,085 | 0,293*** | ,067 | 0,372 | ,219 | 0,222 | ,115 | 0,349* | ,137 |
| Educação (s) | 0,751*** | ,088 | 0,871*** | ,073 | 0,776*** | ,101 | 0,751*** | ,110 | 0,879*** | ,120 |

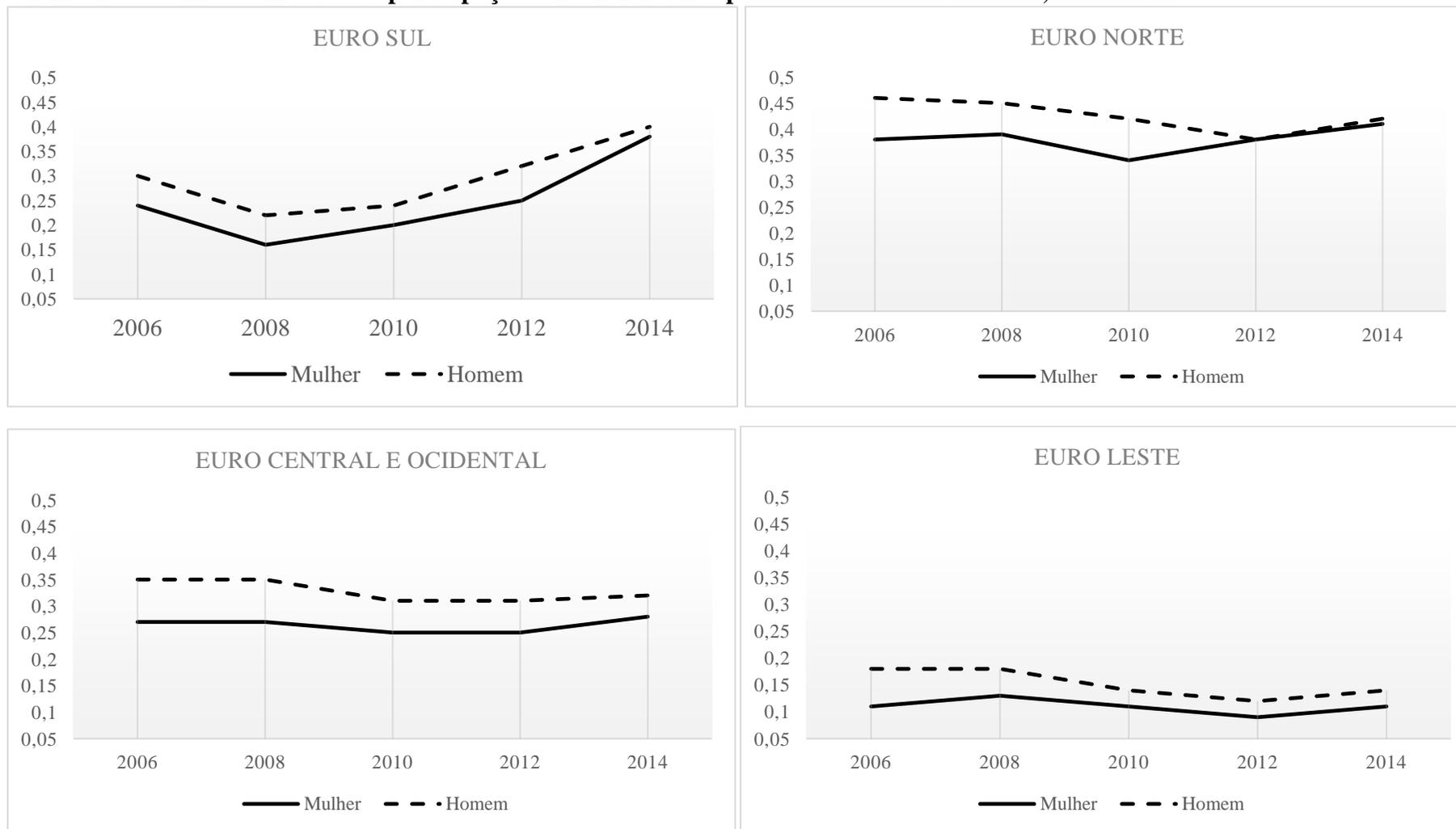
| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|
| Idade | 0,001 | ,002 | 0,007*** | ,002 | 0,008** | ,002 | 0,014*** | ,003 | 0,002 | ,003 |
| Polónia | -0,815*** | ,108 | -0,362** | ,114 | 0,175 | ,192 | -0,046 | ,161 | -0,206 | ,172 |
| Bulgária | -0,917*** | ,120 | -0,445*** | ,108 | -0,034 | ,180 | -0,964*** | ,173 | | |
| Hungria | -0,489*** | ,106 | 0,550*** | ,099 | 0,667*** | ,164 | -0,034 | ,151 | -0,348* | ,160 |
| R. Checa | | | -0,332** | ,116 | 0,524** | ,178 | -0,757*** | ,166 | -0,595** | ,175 |
| Constante | -1,394*** | ,143 | -2,211*** | ,131 | -2,626*** | ,182 | -2,518*** | ,182 | -1,990*** | ,162 |
| X ² | (7)=212,644*** | | (4)=041,439*** | | (8)=114,277*** | | (8)=143,788*** | | (7)=75,937*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,039; N=0,070 | | CS=0,022; N=0,072 | | CS=0,027; N=0,050 | | CS=0,033; N=0,069 | | CS=0,026; N=0,050 | |
| N | 5387 | | 7969 | | 4226 | | 4247 | | 2882 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: ESS, 2006-2014.

Legenda: F – feminino; C – casado; S – superior; E.P – Erro-padrão.

Gráfico nº 6.4 - Probabilidades da participação convencional nos países menos e mais afetados, 2006-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base nos resultados estatísticos.

6.1.3 Desigualdades de género na participação política não convencional

Geralmente, os protestos têm sido entendidos como uma expressão de desafeição política, vistos como desafios sérios às autoridades governamentais (Norris et al, 2005). No início da década de 1970, o mundo ocidental viu-se confrontado com uma onda de protestos em forma de demonstrações públicas, boicotes e petições. A popularidade destas manifestações é visível em demonstrações massivas de protestos organizados por vários movimentos sociais, exemplificadas por Mãe Milionária de Março, movimento anti-imposto no Reino Unido, Bloqueio Europeu de óleo, manifestações anti globalização ou anti Organização Mundial do Comércio, etc. (ver Barnes e Kaase et al, 1979; Norris et al, 2005). Recentemente, a Europa, especialmente, a do sul, assistiu a uma onda de manifestações jamais vistas em qualquer outro momento (Baumgarten, 2013), com destaque para Portugal que atingiu números históricos de participantes (cerca de um milhão em todo o país numa só manifestação) (ver Fernandes, 2015).

Como se pode observar no quadro nº 6.7, apesar de, tendencialmente, os homens serem politicamente mais ativos do que as mulheres em atividades não convencionais, os testes de *qui-quadrado* não revelam diferenças significativas, salvo algumas exceções. No entanto, verifica-se que antes da chegada do novo milénio, existiam diferenças de género consistentes em três dos quatro países, exceto na Grécia. Desaparecendo significativamente a partir do início do novo século.

Quadro nº 6.7 - Evolução das modalidades da participação não convencional, 1985-2014, (%)

| | Assinar uma petição ou um abaixo assinado | | Boicotar certos produtos | | Colocar cartazes e distribuir folhetos | | Participar numa greve legal | | Índice das modalidades de participação não convencional (%) | |
|-----------------|---|----------------|--------------------------|----------------|--|---------------|-----------------------------|----------------|---|----------------|
| | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H |
| PORTUGAL | | | | | | | | | | |
| 1990 | 43,9 | 64,5*** | 29,5 | 42,6*** | - | - | 40,3 | 58,0*** | 50,3 | 70,1*** |
| 1999 | 31,2 | 44,3** | 31,2 | 44,9*** | - | - | 19,9 | 29,9** | 28,6 | 47,4*** |
| 2002 | 6,0 | 8,3 | 3,0 | 3,7 | 5,6 | 7,1 | 3,2 | 5,5 | 11,7 | 13,9 |
| 2004 | 3,7 | 5,3 | 1,7 | 2,6 | 1,5 | 3,5 | 2,9 | 4,1 | 6,4 | 11,2* |
| 2006 | 4,3 | 6,0 | 2,6 | 3,0 | 5,1 | 4,5 | 3,0 | 4,2 | 9,6 | 11,7 |
| 2008 | 4,5 | 6,3 | 3,0 | 3,3 | 2,4 | 3,0 | 3,2 | 3,9 | 8,8 | 10,5 |
| 2010 | 4,9 | 7,1 | 1,9 | 2,8 | 1,5 | 2,8 | 2,3 | 4,0 | 7,4 | 11,1 |
| 2012 | 6,0 | 9,5* | 3,2 | 3,7 | 0,7 | 1,7 | 5,0 | 11,0** | 10,3 | 18,2** |
| 2014 | 14,2 | 17,7 | 6,3 | 7,2 | 5,1 | 4,2 | 5,9 | 8,5 | 22,5 | 24,3 |
| ESPAÑA | | | | | | | | | | |
| 1985 | 16,2 | 31,3*** | 4,4 | 13,4*** | - | - | 17,6 | 30,2**1 | 25,6 | 43,4*** |
| 1990 | 29,3 | 44,2*** | 21,9 | 38,1*** | - | - | 27,5 | 45,8*** | 25,7 | 47,1*** |
| 1999 | 41,8 | 52,9** | 22,7 | 38,8*** | - | - | 32,8 | 49,4*** | 41,3 | 56,9** |
| 2002 | 21,3 | 22,4 | 7,1 | 7,8 | 7,1 | 9,3* | 13,1 | 18,2*** | 27,1 | 29,3 |
| 2004 | 23,4 | 26,3 | 14,4 | 13,7 | 11,5 | 11,6 | 35,4 | 32,3 | 46,2 | 47,1 |
| 2006 | 22,2 | 24,0 | 9,9 | 10,8 | 8,0 | 7,4 | 17,7 | 18,7 | 32,1 | 33,9 |
| 2008 | 18,6 | 16,9 | 8,1 | 8,1 | 4,9 | 4,4 | 16,4 | 15,0 | 27,8 | 27,1 |
| 2010 | 26,6 | 26,4 | 10,9 | 12,3 | 9,8 | 10,2 | 17,9 | 18,8 | 38,9 | 38,0 |
| 2012 | 36,9 | 30,4*** | 18,5 | 16,4 | 12,4 | 8,7*** | 16,2 | 25,0 | 51,3 | 47,0** |
| 2014 | 34,3 | 31,6 | 17,8 | 17,1 | 12,5 | 10,3* | 21,8 | 24,6* | 46,2 | 45,2 |
| GRÉCIA | | | | | | | | | | |
| 1999 | 81,6 | 79,9 | 25,3 | 26,4 | - | - | 74,7 | 80,2 | 84,4 | 85,9 |
| 2002 | 4,2 | 5,5 | 9,3 | 7,7 | 1,9 | 3,6 | 3,5 | 5,2 | 13,5 | 15,0 |
| 2004 | 2,9 | 3,2 | 4,2 | 5,7 | 2,5 | 2,7 | 4,4 | 5,2 | 9,0 | 11,7 |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|
| 2008 | 4,3 | 5,2 | 16,0 | 14,9 | 2,3 | 4,3 | 4,9 | 6,7 | 19,0 | 20,7 |
| 2010 | 4,5 | 6,1 | 11,9 | 12,2 | 3,0 | 3,4 | 8,8 | 12,4 | 17,3 | 20,3 |
| 2014 | - | - | - | - | - | - | 48,3 | 54,1 | - | - |
| ITALIA | | | | | | | | | | |
| 1985 | 36,6 | 45,5** | 3,7 | 7,9** | - | - | 13,8 | 23,9*** | 41,5 | 57,2*** |
| 1990 | 65,8 | 76,2*** | 50,3 | 59,7*** | - | - | 40,3 | 67,9*** | 64,8 | 83,0*** |
| 1999 | 75,0 | 82,1** | 51,1 | 57,0* | - | - | 45,3 | 70,3*** | 73,5 | 85,5*** |
| 2002 | 18,2 | 18,8 | 9,8 | 5,7 | 7,7 | 8,0 | 8,5 | 13,3*** | 24,3 | 26,5 |
| 2004 | 52,6 | 55,4 | 38,2 | 40,8 | - | - | - | - | 58,8 | 61,7 |
| 2008 | 74,4 | 76,3 | 46,8 | 52,1* | - | - | 52,9 | 64,2*** | 58,4 | 62,5 |
| 2012 | 20,9 | 24,7** | 11,3 | 13,1* | 8,3 | 13,8*** | 12,3 | 20,7*** | 32,2 | 40,6*** |
| 2014 | - | - | - | - | - | - | 49,8 | 41,5 | - | - |
| PAÍSES NÓRDICOS | | | | | | | | | | |
| 2006 | 40,4 | 34,9*** | 29,2 | 26,5* | 18,4 | 13,7*** | 2,7 | 5,2 | 57,4 | 52,2*** |
| 2008 | 42,7 | 32,9*** | 31,2 | 26,3*** | 21,7 | 12,1*** | 6,8 | 4,9** | 59,9 | 50,1*** |
| 2010 | 36,2 | 28,8*** | 30,5 | 25,4*** | 21,4 | 13,7*** | 5,9 | 5,0 | 57,5 | 48,2*** |
| 2012 | 35,7 | 28,3*** | 35,9 | 30,2*** | 22,0 | 14,2*** | 5,6 | 5,1 | 58,6 | 50,4*** |
| 2014 | 39,4 | 32,0*** | 39,0 | 32,5*** | 23,1 | 15,4*** | 7,0 | 6,5 | 62,5 | 53,3*** |
| EUROPA CENTRAL E OCIDENTAL | | | | | | | | | | |
| 2006 | 32,8 | 30,8* | 22,6 | 19,5*** | 7,3 | 7,2 | 6,4 | 8,5*** | 44,6 | 42,3* |
| 2008 | 34,1 | 31,0*** | 23,4 | 22,4 | 6,6 | 6,6 | 6,6 | 8,4*** | 45,2 | 43,9 |
| 2010 | 29,6 | 27,4** | 22,9 | 21,5 | 5,7 | 6,2 | 5,6 | 7,8 | 41,7 | 40,8 |
| 2012 | 30,2 | 29,2 | 25,4 | 23,4* | 5,9 | 5,7 | 5,5 | 6,9** | 43,6 | 43,0 |
| 2014 | 34,9 | 34,3 | 27,9 | 26,4 | 7,1 | 7,9 | 6,8 | 8,7*** | 48,7 | 49,1 |
| EUROPA DO LESTE | | | | | | | | | | |
| 2006 | 7,6 | 7,5 | 3,4 | 4,7* | 2,4 | 2,9 | 2,5 | 3,0 | 11,1 | 12,7 |
| 2008 | 8,9 | 9,6 | 5,1 | 5,6 | 2,7 | 3,2 | 2,5 | 3,5* | 13,3 | 14,8 |
| 2010 | 9,2 | 10,4 | 5,9 | 6,9 | 2,6 | 4,1*** | 2,3 | 4,0*** | 14,4 | 16,1* |
| 2012 | 9,0 | 10,8** | 5,8 | 6,9* | 2,7 | 4,5*** | 3,3 | 6,1*** | 13,5 | 17,2*** |
| 2014 | 11,9 | 12,6 | 6,0 | 7,0 | 3,3 | 4,5* | 2,9 | 4,7*** | 16,3 | 18,7* |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; WVS, 2004; EVS, 1985-2008; ESS, 2002-2014.

Legenda: H – Homem; M – Mulher.

Nota: Apenas Itália contempla os dados do WVS, cujos dados foram recolhidos em 2005. Os dados de EVS-1985 foram recolhidos no ano de 1981.

Pippa Norris, usando dados de 1995-1997 do *World Values Study* para analisar a associação entre potências protestos e o índice da confiança institucional, concluiu que a confiança nas instituições é significativamente explicada pelos protestos, mas a sua associação é muito fraca. O género, enquanto variável de controlo, tende a ser significativa (Norris, 1999: 262-3), sendo sobretudo os homens aqueles que se identificam com este tipo de atividades (quadro nº 3.3).

Como é possível perceber pela quadro nº 6.8, numa visão global, o género tende a não explicar as desigualdades entre mulheres e homens quanto à participação não convencional, ao longo dos tempos na Europa do sul. Como se pode observar na análise descritiva (quadro 6.7), mesmo com a inserção das variáveis de controlo, antes da década de 2000, o género explicava as desigualdades entre mulheres e homens no que refere à participação em atividades de protesto.

Analisando o gráfico nº 6.5, no geral, não há diferenças significativas na probabilidade de mulheres e homens participarem em atividades de protesto, sobretudo, a partir de 2002, altura em que essas diferenças deixam de ser observadas. Os resultados confirmam a hipótese H.A3 que avançava com a expectativa de que as desigualdades significativas de género desaparecessem a partir dos finais do séc. XX e inícios do séc. XXI. Também se nota que, com a chegada do novo milénio, a predisposição dos cidadãos, de ambos os sexos, para participarem nestas atividades começou a entrar em declínio.

O fim das desigualdades de género em atividades de protesto político encontrado na presente pesquisa tem sido, previamente, assinalado em estudos internacionais (Verba et al, 1995: 255-6; Conway et al, 1997: 81; Burns et al, 2001: 65). Esse resultado remete-nos para a ideia de que quanto mais moderna for uma sociedade, mais as mulheres tendem a juntar-se aos homens e a reivindicar os seus direitos, conforme salienta a literatura: a modernização das sociedades não só aumenta a propensão geral para o envolvimento político em ações de protesto (que caracterizam as sociedades pós-materialistas), mas também capacita as mulheres a serem mais pró-ativas nesta forma de participação política (Inglehart e Norris, 2003: 102 e 118).

Noutras pesquisas, realizadas a nível local e internacional, observou-se a persistência, embora ligeira, das desigualdades de género (Morales, 1999; Baum e Espírito-Santo, 2004: 277 e 2007: 142; Marien et al, 2010). O estudo de Coffé e

Bolzendahl (2010: 323), usando dados de 18 democracias industrializadas – incluindo Portugal e Espanha – verificou diferenças significativas de género na participação não convencional, mas eram as mulheres quem mais recorria a estas atividades políticas.

Educação e idade são as variáveis de controlo que tendencialmente estimulam a participação não convencional nesses países. Ou seja, nos países da Península Ibérica, são os jovens com classificação académica superior que mais predisposição revelam para as atividades políticas não convencionais.

No que concerne à fase de austeridade económica e financeira que se intensificou entre 2008 e 2012, grosso modo, como indica o quadro acima nº 6.7, não se assinalam desigualdades de género significativas na participação não convencional nos países da Europa do sul – à exceção do ano de 2012, em que as mulheres revelaram ter participado significativamente menos do que os homens.

Tendo em conta a análise multivariada, como indicam os quadros nº 6.8 e 6.9, no cômputo geral, as políticas económicas da Troika não provocaram alterações nos padrões da participação não convencional, tanto nos países mais afetados do sul da Europa, como nos países europeus menos afetados.

Ao contrário do que se observa nos países da Europa do sul (ver gráfico nº 6.6), na Europa do norte há uma tendência para as desigualdades de género na participação em atividades não convencionais persistirem, significativa e consistentemente, ao longo de todo o período em análise (2006-2014), pese embora se verifique um ligeiro aumento de participação não convencional durante o período da crise económica, 2008-2012. No entanto, essa diferença favorece as mulheres, visto que são elas que participam mais do que os homens.

Como foi dito anteriormente, as pessoas envolvem-se em manifestações políticas como um recurso estratégico para se expressarem civicamente se confrontadas com questões ligadas, principalmente, ao emprego ou Estado de bem-estar (Norris, 2002: cap. 10). E, numa fase em que as políticas económicas europeias tendiam a prejudicar mais as mulheres, os resultados, como esperado, confirmam a hipótese de estudo anteriormente assinalada (H.B3), que antevia uma participação igualitária entre o género nos países da periferia europeia.

Quadro nº 6.8 - Desigualdades de género na participação não convencional na Europa do sul, (regressão logística binária), 1985-2014

| | 1985 | | 1990 | | 1999 | | 2002 | | 2004 | |
|-----------------------|----------------------------|------|----------------------------|------|----------------------------|------|----------------------------|------|----------------------------|------|
| | B | E.P |
| Género (F) | -0,650*** | ,080 | -0,602*** | ,065 | -0,709*** | ,112 | 0,081 | ,074 | -0,100 | ,083 |
| Est. civil (c) | -0,105 | ,088 | 0,087 | ,073 | 0,040 | ,115 | -0,059 | ,079 | 0,133 | ,090 |
| Educação (s) | 0,823*** | 0,89 | 1,041*** | ,073 | 1,456*** | ,131 | 0,648*** | ,083 | 0,740*** | ,084 |
| Idade | -0,014*** | ,003 | -0,008*** | ,002 | -0,023*** | ,004 | -0,008** | ,003 | -0,006 | ,003 |
| Portugal | - | - | -0,460*** | ,090 | -1,534*** | ,144 | -0,658*** | ,127 | -2,042*** | ,144 |
| Espanha | -0,773*** | ,083 | -0,929*** | ,073 | -1,759*** | ,143 | 0,180 | ,102 | 0,015 | ,122 |
| Grécia | - | - | - | - | -0,450* | ,179 | -0,684*** | ,100 | -2,106*** | ,127 |
| Constante | 0,736*** | ,141 | 0,245 | ,134 | 2,344*** | ,246 | -0,584*** | ,133 | 0,226 | ,179 |
| X ² | ⁽⁵⁾ =361,486*** | | ⁽⁶⁾ =620,869*** | | ⁽⁷⁾ =719,372*** | | ⁽⁷⁾ =191,317*** | | ⁽⁷⁾ =901,273*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,116 N=',156 | | CS=0,130 N=0,174 | | CS=0,279 N=0,385 | | CS=0,048 N=0,070 | | CS=0,223 N=0,312 | |
| N | 2940 | | 4476 | | 2202 | | 3876 | | 3578 | |
| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
| Género (F) | 0,042 | ,101 | 0,007 | ,062 | 0,003 | ,106 | -0,094 | ,115 | 0,102 | ,133 |
| Est. civil (c) | -0,077 | ,111 | 0,059 | ,067 | 0,249 | ,264 | -0,141 | ,162 | 0,242 | ,175 |
| Educação (s) | 0,606*** | ,103 | 0,716*** | ,063 | 0,811*** | ,107 | 0,910*** | ,123 | 1,078*** | ,140 |

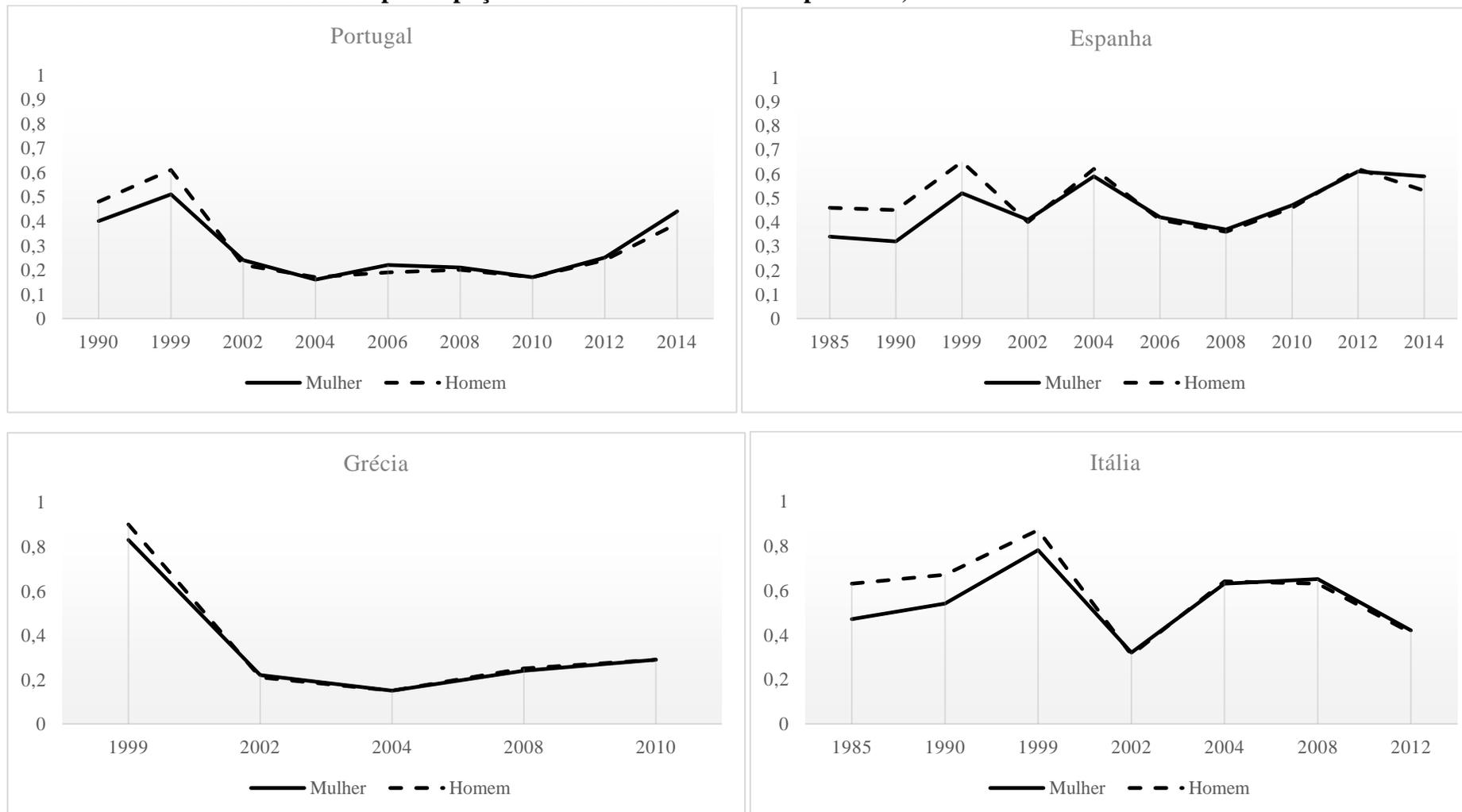
| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|
| Idade | 0,000 | ,004 | -0,002 | ,002 | -0,006 | ,004 | -0,013** | ,004 | -0,010* | ,005 |
| Portugal | -1,004*** | ,110 | -1,887*** | ,104 | -0,626*** | ,159 | -,748*** | ,155 | -0,688*** | ,140 |
| Espanha | - | - | -1,020*** | ,081 | 0,806*** | ,114 | 0,799*** | ,143 | | |
| Grécia | - | - | -1,579*** | ,086 | - | - | - | - | - | - |
| Constante | -0,659*** | ,167 | 0,156 | ,125 | -1,153*** | ,161 | -0,223 | ,192 | 0,015 | ,184 |
| X ² | (5)=145,055*** | | (7)=782,515*** | | (6)=177,399*** | | (6)=244,286*** | | (5)=90,109*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,071 N=0,100 | | CS=0,134 N=0,185 | | CS=0,088 N=0,125 | | CS=0,148 N=0,200 | | CS=0,084 N=0,113 | |
| N | 1959 | | 5421 | | 1921 | | 1523 | | 1021 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; WVS, 2004; EVS, 1985-2008; ESS, 2002-2014.

Legenda: F – feminino; C – casado; S – superior; E.P – erro-padrão.

Gráfico nº 6.5 - Probabilidades da participação não convencional na Europa do sul, 1985-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base nos resultados estatísticos.

Quadro nº 6.9 - Desigualdades de género na participação não convencional dos menos afetados (regressão logística binária), 2006-2014

| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
|--------------------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|
| Euro norte | B | E.P |
| Género (F) | 0,264*** | ,054 | 0,457*** | ,053 | 0,677*** | ,094 | 0,431*** | ,075 | 0,363*** | ,076 |
| Est. civil (c) | 0,063 | ,057 | 0,097 | ,056 | 0,091 | ,271 | 0,162 | ,095 | 0,206* | ,092 |
| Educação (s) | 0,561*** | ,056 | 0,494*** | ,055 | 0,413*** | ,095 | 0,524*** | ,077 | 0,425*** | ,077 |
| Idade | -0,021*** | ,002 | -0,019*** | ,002 | -0,017*** | ,003 | -0,010*** | ,002 | -0,015*** | ,002 |
| Noruega | -0,003 | ,075 | -0,017 | ,073 | -0,138 | ,111 | 0,088 | ,101 | -0,214* | ,104 |
| Dinamarca | -0,107 | ,078 | -0,172* | ,073 | -0,416*** | ,115 | -0,448*** | ,105 | -0,351** | ,107 |
| Suécia | 0,384*** | ,076 | -0,508*** | ,074 | | | 0,417*** | ,100 | 0,264* | 102 |
| Constante | 0,834*** | ,096 | 0,657*** | ,091 | 0,659*** | ,138 | 0,200 | ,116 | 0,693*** | ,120 |
| X ² | (7)=350,755*** | | (7)=384,291*** | | (6)=120,548*** | | (7)=160,289*** | | (7)=132,241*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,056; N=0,075 | | CS=0,060; N=0,080 | | CS=0,057; N=0,077 | | CS=0,049; N=0,067 | | CS=0,042; N=0,057 | |
| N | 6074 | | 6227 | | 2040 | | 3158 | | 3093 | |
| Euro central e ocidental | | | | | | | | | | |
| Género (F) | 0,097 | ,058 | 0,144*** | ,040 | 0,108 | ,060 | -0,020 | ,059 | 0,097 | ,058 |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|-------------|-------------------|------|
| Est. civil (c) | 0,070 | ,067 | 0,036 | ,042 | 0,039 | ,118 | 0,094 | ,069 | 0,070 | ,067 |
| Educação (s) | 0,712*** | ,059 | 0,753*** | ,042 | 0,749*** | ,062 | 0,815*** | ,060 | 0,712*** | ,059 |
| Idade | -0,003 | ,002 | -0,005*** | ,001 | -0,005** | ,002 | -0,002 | ,003 | -0,002 | ,002 |
| R. Unido | -0,035 | ,106 | -0,208** | ,072 | -0,276* | ,108 | -0,220* | ,109 | -0,035 | ,106 |
| Bélgica | -0,734*** | ,114 | -0,687*** | ,075 | -0,724*** | ,118 | -0,717*** | ,114 | -0,734 | ,114 |
| Holanda | -0,429*** | ,108 | -0,919*** | ,075 | -0,508*** | ,114 | -0,495*** | ,111 | -0,429*** | ,108 |
| Alemanha | 0,171 | ,100 | -0,203** | ,065 | 0,006 | ,102 | 0,303** | ,101 | 0,171 | ,100 |
| França | 0,283** | ,109 | -0,006 | ,072 | 0,378** | ,113 | 0,376** | ,109 | 0,283** | ,109 |
| Constante | -0,134 | ,106 | 0,0925 | ,082 | -0,264* | ,112 | -0,360** | ,109 | -0,134 | ,106 |
| X ² | (9)=287,682*** | | (9)=636,204*** | (9)= | (9)=272,132*** | | (9)=356,992*** | | (9)=287,682*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,054; N=0,072 | | CS=0,058; N=0,078 | | CS=0,053; N=0,072 | | CS=0,068; N=0,091 | | CS=0,054; N=0,072 | |
| N | 5172 | | 10563 | | 4964 | | 5094 | | 5172 | |
| Euro leste | | | | | | | | | | |
| Género (F) | -0,183* | ,087 | -0,122 | ,065 | -0,072 | ,090 | -0,176* | ,089 | -0,006 | ,104 |
| Est. civil (c) | -0,070 | ,091 | 0,089 | ,068 | -0,222 | ,266 | 0,172 | ,103 | 0,112 | ,130 |
| Educação (s) | 0,993*** | ,092 | 1,015*** | ,072 | 0,876*** | ,093 | 0,886*** | ,093 | 0,926*** | ,106 |
| Idade | -0,019 | ,003 | -0,011*** | ,002 | -0,009*** | ,002 | -0,012*** | ,002 | -0,014*** | ,003 |

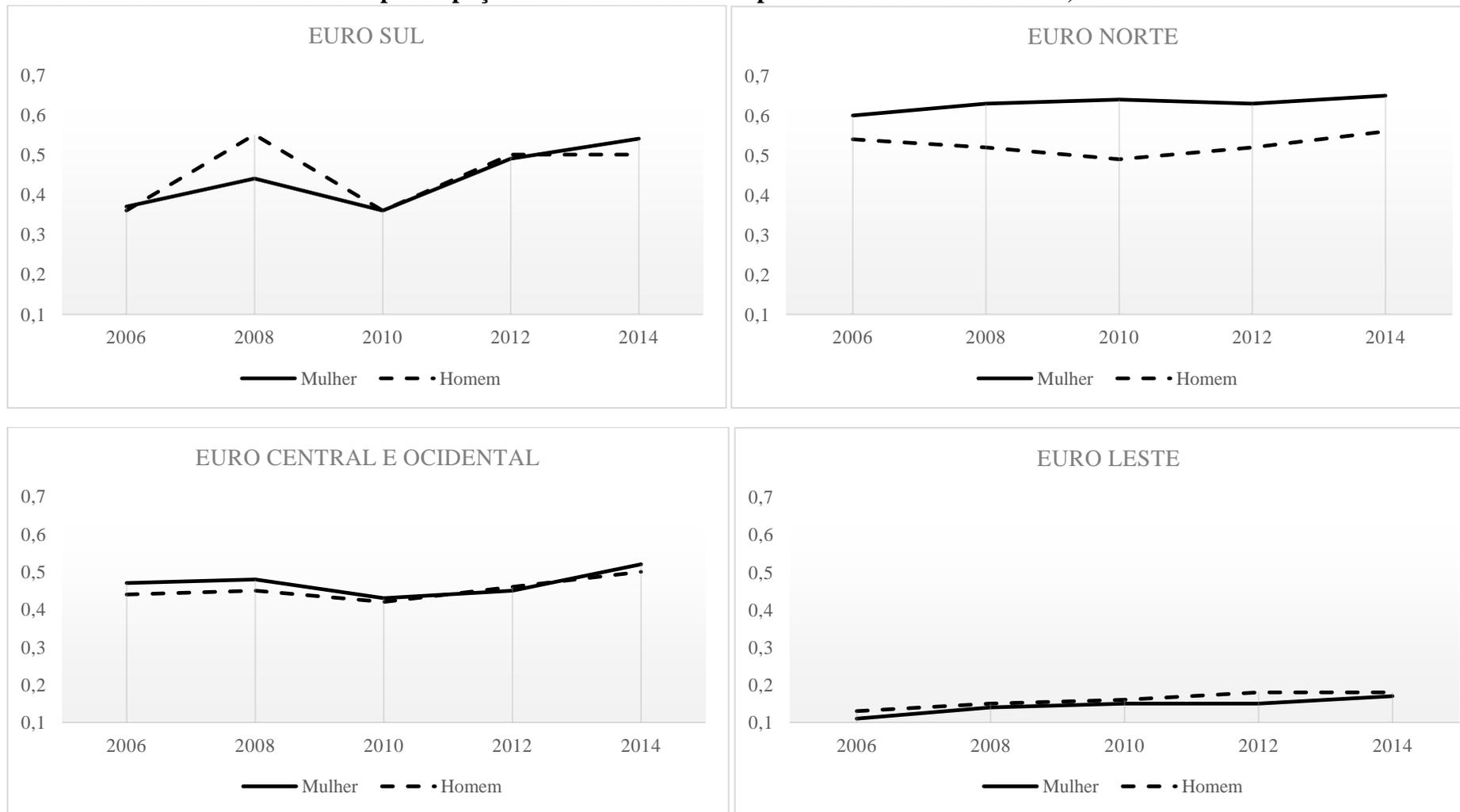
| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|------|-------------------|------|--------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|
| Polónia | -0,844*** | ,111 | -0,165 | ,115 | 0,033 | ,157 | -0,386** | ,136 | -0,230 | ,152 |
| Bulgária | -1,231*** | ,136 | -0,264* | ,122 | -0,330* | ,157 | -0,897*** | ,138 | | |
| Hungria | -0,758*** | ,115 | 0,561*** | ,103 | 0,392** | ,135 | 0,117 | ,123 | 0,135 | ,135 |
| Eslovénia | | | -0,160 | ,117 | -0,562** | ,170 | -1,472*** | ,153 | -1,346*** | ,181 |
| Constante | -0,608*** | ,144 | -1,525*** | ,128 | -1,503*** | ,151 | -0,808*** | ,145 | -0,994*** | ,167 |
| X ² | (7)=289,363*** | | (8)=300,112*** | | (8)=169,006*** | | (8)=305,177*** | | (7)=222,813*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,052; N=0,100 | | CS=0,037; N=0,066 | | CS=0,0239; N=0,068 | | CS=0,070; N=0,119 | | CS=0,075; N=0,123 | |
| N | 5374 | | 7958 | | 4231 | | 4199 | | 2872 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: ESS, 2006-2014.

Legenda: F – feminino; C – casado; S – superior; E.P – Erro-padrão.

Gráfico nº 6.6 - Probabilidades da participação não convencional nos países menos e mais afetados, 2006-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base nos resultados estatísticos.

6.1.4 Evolução das desigualdades de género na participação comunitária

Por vários motivos, a vida tende a ser mais fácil quando se vive numa comunidade repleta de capital social⁵⁰. As redes de contacto adquiridas no envolvimento cívico fomentam normas robustas de reciprocidade generalizada e encorajam a emergência da confiança social. A densa rede de interação do indivíduo, normalmente, eleva-lhe o ego, ou seja, ele desenvolve o «eu» no «nós», aumentando o seu «gosto» pelo benefício coletivo (Putnam, 1995)⁵¹. O ativismo cívico nas organizações de voluntariado e nas associações comunitárias representa uma dimensão distinta da participação política. As mulheres podem ser mais ativas neste canal alternativo do que nos modos tradicionais de expressão política (Inglehart e Norris, 2003: 111).

Como se pode observar no quadro nº 6.10, de acordo com os *testes de qui-quadrado*, salvo algumas exceções, verifica-se a persistência de desigualdades de género significativas nas atividades comunitárias entre mulheres e homens na Europa do sul, sendo os homens mais participativos do que as mulheres.

Quadro nº 6.10 - Modalidade da participação comunitária (ajudar a resolver problemas comunitários), 1985-2014 (%)

| | Mulheres | Homens |
|-----------------|-------------|----------------|
| PORTUGAL | | |
| 1985 | 17,4 | 23,0* |
| 2002 | 57,0 | 66,0* |
| 2004 | 58,8 | 66,6* |
| 2006 | 60,0 | 67,7* |
| 2008 | 47,0 | 60,1*** |
| 2010 | 57,5 | 67,1** |
| 2012 | 56,4 | 70,0*** |

⁵⁰ “For a variety of reasons, life is easier in a community blessed with a substantial stock of social capital” (Putnam, 1995).

⁵¹ “... Dense networks of interaction probably broaden the participants' sense of self, developing the "I" into the "we," or (in the language of rational-choice theorists) enhancing the participants' "taste" for collective benefits” (Putnam, 1995).

| | | |
|-----------------------------------|-------------|-----------------|
| 2014 | 37,5 | 28,2 |
| ESPAÑA | | |
| 1985 | 28,5 | 35,0** |
| 2002 | 57,5 | 62,0* |
| 2004 | 62,5 | 65,2 |
| 2006 | 60,8 | 66,8**** |
| 2008 | 60,2 | 63,9* |
| 2010 | 62,6 | 66,1* |
| 2012 | 55,0 | 58,8* |
| 2014 | 41,1 | 25,6* |
| GRÉCIA | | |
| 1985 | 45,9 | 64,2**** |
| 2002 | 54,0 | 69,2**** |
| 2004 | 56,0 | 70,1**** |
| 2008 | 68,6 | 74,8* |
| 2010 | 59,5 | 64,9 |
| ITÁLIA | | |
| 1985 | 36,0 | 37,1 |
| 2002 | 48,3 | 49,8 |
| 2012 | 50,0 | 55,0** |
| PAÍSES NÓRDICOS | | |
| 2006 | 71,5 | 68,7* |
| 2008 | 71,0 | 67,0**** |
| 2010 | 69,5 | 65,7** |
| 2012 | 70,6 | 67,5** |
| 2014 | 23,4 | 18,8** |
| EUROPA CENTRAL E OCIDENTAL | | |
| 2006 | 65,7 | 65,8 |
| 2008 | 64,9 | 65,1 |
| 2010 | 64,9 | 63,7 |
| 2012 | 63,3 | 63,7 |
| 2014 | 24,1 | 21,9 |
| EUROPA DO LESTE | | |
| 2006 | 57,4 | 61,8** |

| | | |
|------|-------------|----------------|
| 2008 | 57,7 | 64,9*** |
| 2010 | 58,8 | 63,0*** |
| 2012 | 55,9 | 62,2*** |
| 2014 | 39,2 | 32,6** |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; ESS, 2002-2014.

Legenda: M – mulher; H – homem.

Ao contrário do que se observou nos dados descritivos, o modelo de análise multivariada (quadro nº 6.11) revela que o género é um fator pouco diferenciador da realização de atividades comunitárias ao longo dos tempos nos países da periferia europeia.

Como se pode constatar, gráfico nº 6.7, não há diferenças na probabilidade de mulheres e homens participarem em atividades políticas comunitárias nos países da Europa do sul⁵² ao longo das últimas décadas. Nos três primeiros casos, em que as diferenças são significativas (quadro 6.11), estas são ligeiras (gráfico nº 6.7). Esses resultados contradizem algumas investigações realizadas *a priori* que assinalam a persistência significativa das desigualdades de género (Scholzman et al, 1995: 273-4; Inglehart e Norris, 2003:118; Norris et al, 2004: 22; entre outros). Enquanto um estudo realizado no Reino Unido concluiu que as mulheres participavam mais nestas atividades do que os homens (Lowndes, 2000), os resultados da presente pesquisa infirmam a hipótese H.A4 de estudo, que antecipava encontrar diferenças significativas de género na participação comunitária ao longo dos tempos.

De acordo com Inglehart e Norris, o século transato testemunhou uma transformação em relação às organizações voluntárias e associações comunitárias, tendo a globalização fortalecido as redes internacionais de mulheres que trabalham com associações locais e regionais de base. Consequentemente, verificou-se, em muitos países, um aumento significativo de movimentos de mulheres e ambiente político feminino em organizações comunitárias, ONG, grupos de ativistas dos direitos das mulheres, movimentos feministas, etc. Estas experiências tê-las-ão tornado mais ativas nestes canais alternativos do que nas formas políticas tradicionais (Inglehart e Norris, 2003: 111-2 e 150).

⁵² Infelizmente, os dados não permitem fazer uma análise mais detalhada devido à falta de vários casos, sobretudo, em Itália e na Grécia.

No que tange à crise económica, apesar de os dados demonstrarem a desigualdade de género referida, não revelam qualquer aumento dessa desigualdade nos países da Europa do sul e nos demais países em estudo durante o respetivo período da crise económica (quadro nº 6.10).

No geral, não se verificam diferenças significativas na probabilidade de mulheres e homens participarem em atividades políticas comunitárias tanto nos países mais afetados do sul como nos países menos afetados, à exceção do grupo de países da Europa do leste no qual se verificou um aumento gradual e significativo das diferenças de género (ver gráfico nº 6.8). Os resultados obtidos refutam a hipótese H.B4 deste estudo, segundo a qual seria expetável que as desigualdades aumentassem na Europa do sul por altura da crise.

Quadro nº 6.11 - Desigualdades de género na participação comunitária, (regressão logística binária), 1985-2014

| | 1985 | | 2002 | | 2004 | | 2006 | | 2008 | |
|-----------------------|---------------------|------|---------------------|------|-------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|
| | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | -0,352*** | ,061 | -0,069** | ,069 | -0,231** | ,081 | -0,111 | ,099 | -0,169* | ,069 |
| Est. civil (c) | 0,220** | ,070 | -0,006 | ,073 | -0,182* | ,087 | 0,193 | ,108 | 0,058 | ,074 |
| Educação (s) | 0,425*** | ,070 | 0,291*** | ,083 | 0,355*** | ,087 | 0,450*** | ,106 | 0,439*** | ,075 |
| Idade | -0,025** | ,002 | -0,011*** | ,002 | -0,008** | ,003 | -0,016*** | ,004 | -0,010*** | ,002 |
| Portugal | -0,729*** | ,101 | 0,630*** | ,114 | -0,154 | ,100 | 0,159 | ,102 | -0,454*** | ,090 |
| Espanha | -0,169* | ,081 | 0,608*** | ,099 | -0,264** | ,096 | | | -0,297*** | ,080 |
| Grécia | 0,772*** | ,082 | 0,731*** | ,089 | | | | | | |
| Constante | 0,336* | ,136 | 0,548*** | ,122 | 1,452*** | ,139 | 1,136*** | ,161 | 1,377*** | ,122 |
| X ² | (7)=690,617*** | | (7)=132,184*** | | (6)=46,331*** | | (5)=36,774*** | | (6)=87,777*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,120 N=0,164 | | CS=0,034 N=0,047 | | CS=0,015 0,021 | | CS=0,019 N=0,026 | | CS=0,021 N=0,030 | |
| N | 5397 | | 3819 | | 3078 | | 1932 | | 4071 | |
| | 2010 | | 2012 | | 2014 | | | | | |
| Género (F) | 0,010 | ,105 | -0,105 | ,110 | 0,123 | ,238 | | | | |
| Est. civil (c) | -0,574* | ,239 | -0,347* | ,146 | -0,083 | ,283 | | | | |

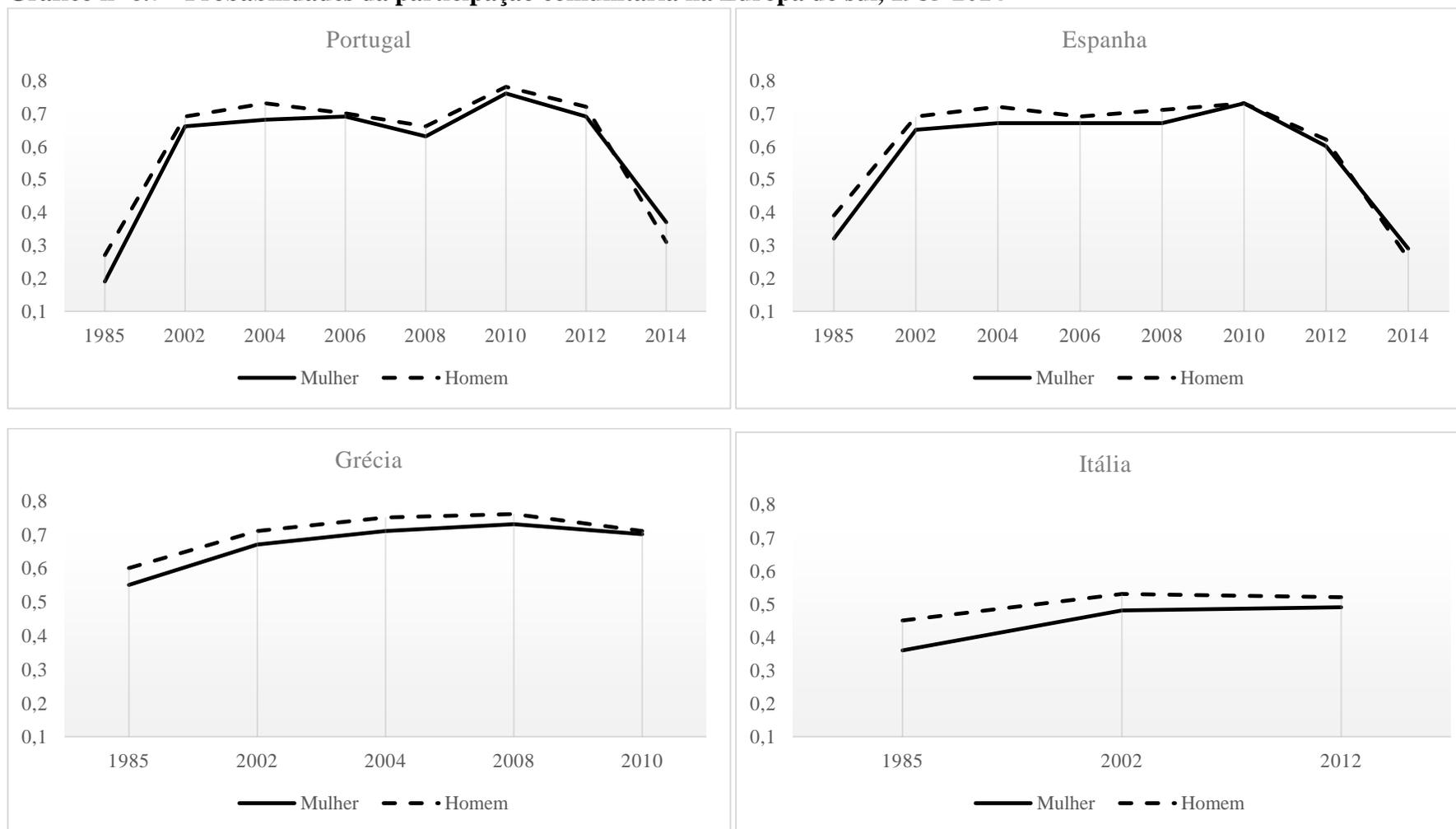
| | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|
| Educação (s) | 0,349** | ,111 | ,033** | ,121 | -0,538* | ,263 |
| Idade | -0,027*** | ,003 | -0,013** | ,004 | 0,011 | ,007 |
| Portugal | 0,439** | ,142 | 0,862*** | ,145 | 0,279 | ,236 |
| Espanha | 0,048 | ,118 | 0,369** | ,139 | | |
| Grécia | | | | | | |
| Constante | 1,688*** | ,154 | ,0512** | ,181 | -1,360*** | ,320 |
| X ² | (6)=84,856*** | | (6)=67,517*** | | (5)=9,498 | |
| Pseudo R ² | CS=0,043 N=0,062 | | CS=0,044 N=0,059 | | CS=0,022 N=0,032 | |
| N | 1910 | | 1510 | | 377 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: Four Nations Study, 1985; ESS, 2002-2014.

Legenda: F – Feminino; C – Casado; CS – Con & Snell; N – Nagelkerke.

Gráfico nº 6.7 - Probabilidades da participação comunitária na Europa do sul, 1985-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base em resultados estatísticos.

Quadro nº 6.12 - Desigualdades de género na participação comunitária nos países menos afetados (regressão logística binária), 2006-2014

| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
|--------------------------|-------------------|------|--------------------|------|--------------------|------|------------------|------|--------------------|------|
| Euro norte | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | 0,162** | ,058 | 0,234*** | ,057 | 0,007 | ,102 | 0,101 | ,080 | 0,198 | ,159 |
| Est. civil (c) | -0,036 | ,061 | 0,078 | ,060 | 0,026 | ,236 | 0,156 | ,101 | 0,038 | ,181 |
| Educação (s) | 0,534** | ,062 | 0,424*** | ,060 | 0,224* | ,104 | 0,516*** | ,083 | -0,421* | ,168 |
| Idade | -0,007*** | ,002 | -0,009*** | ,002 | -0,013*** | ,003 | -0,011*** | ,002 | 0,013** | ,004 |
| Noruega | 0,583*** | ,083 | 0,629*** | ,080 | 0,505 | ,121 | 0,800*** | ,112 | -0,395 | ,212 |
| Dinamarca | 0,266** | ,083 | 0,552*** | ,078 | 0,205 | ,123 | 0,435*** | ,111 | -0,535* | ,220 |
| Suécia | 0,248** | ,079 | 0,474*** | ,076 | | | 0,524*** | ,103 | -0,863*** | ,215 |
| Constante | 0,727*** | ,102 | 0,593*** | ,096 | 1,207*** | ,149 | 0,597*** | ,122 | -1,509*** | ,242 |
| X ² | (7)=161,712*** | | (7)=178,889*** | | (6)=43,696*** | | (7)=117,071*** | | (7)=37,388*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,026; N=0,038 | | CS=0,028; N=0,0240 | | CS=0,0121; N=0,031 | | CS=0,036; N=0,52 | | CS= 0,035; N=0,055 | |
| N | 6097 | | 6244 | | 2045 | | 3162 | | 1040 | |
| Euro central e ocidental | | | | | | | | | | |
| Género (F) | 0,030 | ,042 | 0,032 | ,042 | 0,015 | ,061 | -0,041 | ,060 | 0,122 | ,110 |
| Est. civil | 0,128** | ,043 | 0,059 | ,043 | -0,011 | ,119 | -0,178** | ,068 | 0,098 | ,120 |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|
| (c) | | | | | | | | | | |
| Educação (s) | 0,326*** | ,045 | 0,274*** | ,044 | 0,358*** | ,065 | 0,3469*** | ,061 | -0,309** | ,116 |
| Idade | -0,009** | ,001 | -0,007*** | ,001 | -0,012*** | ,002 | -0,007*** | ,002 | 0,013*** | ,003 |
| R. Unido | -0,118 | ,074 | 0,002 | ,073 | -0,141 | ,110 | -0,133 | ,111 | -0,066 | ,191 |
| Bélgica | -0,371*** | 0,75 | -0,070 | ,073 | -0,132 | ,117 | -0,287* | ,112 | 0,247 | ,195 |
| Holanda | 0,228** | ,076 | 0,324*** | ,075 | 0,145 | ,116 | 0,025 | ,112 | -0,277 | ,202 |
| Alemanha | -0,053 | ,066 | 0,067 | ,066 | -0,065 | ,104 | -0,132 | ,103 | -0,201 | ,182 |
| França | 0,950*** | ,085 | 1,034*** | ,082 | 0,859*** | ,127 | ,552*** | ,117 | -0,619* | ,254 |
| Constante | 0,838*** | ,087 | 0,620*** | ,085 | 0,956*** | ,115 | 0,819*** | ,111 | -1,601*** | 211 |
| X ² | (9)=412,676*** | | (9)=342,406*** | | (9)=180,651*** | | (9)=138,006*** | | (9)=45,344*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,038; N=0,053 | | CS=0,032; N=0,044 | | CS=0,036; N=0,049 | | CS=0,027; N=0,037 | | CS=0,024; N=0,036 | |
| N | 10599 | | 10495 | | 4960 | | 5085 | | 1882 | |
| Euro leste | | | | | | | | | | |
| Género (F) | -0,208** | ,059 | -0,326*** | ,048 | -0,176** | ,068 | -0,273*** | ,067 | 0,292* | ,130 |
| Est. civil (c) | -0,071 | ,060 | 0,066 | ,049 | -0,252 | ,170 | -0,373*** | ,075 | 0,215* | ,136 |
| Educação (s) | 0,435*** | ,073 | 0,408*** | ,062 | 0,404*** | ,082 | 0,291*** | ,077 | -0,252 | ,149 |
| Idade | -0,015*** | ,002 | -0,020*** | ,001 | -0,023*** | ,002 | -0,021*** | ,002 | 0,021*** | ,003 |
| Polónia | -0,091 | ,060 | -0,061 | ,081 | 0,064 | ,121 | 0,164 | ,111 | -0,035 | ,205 |

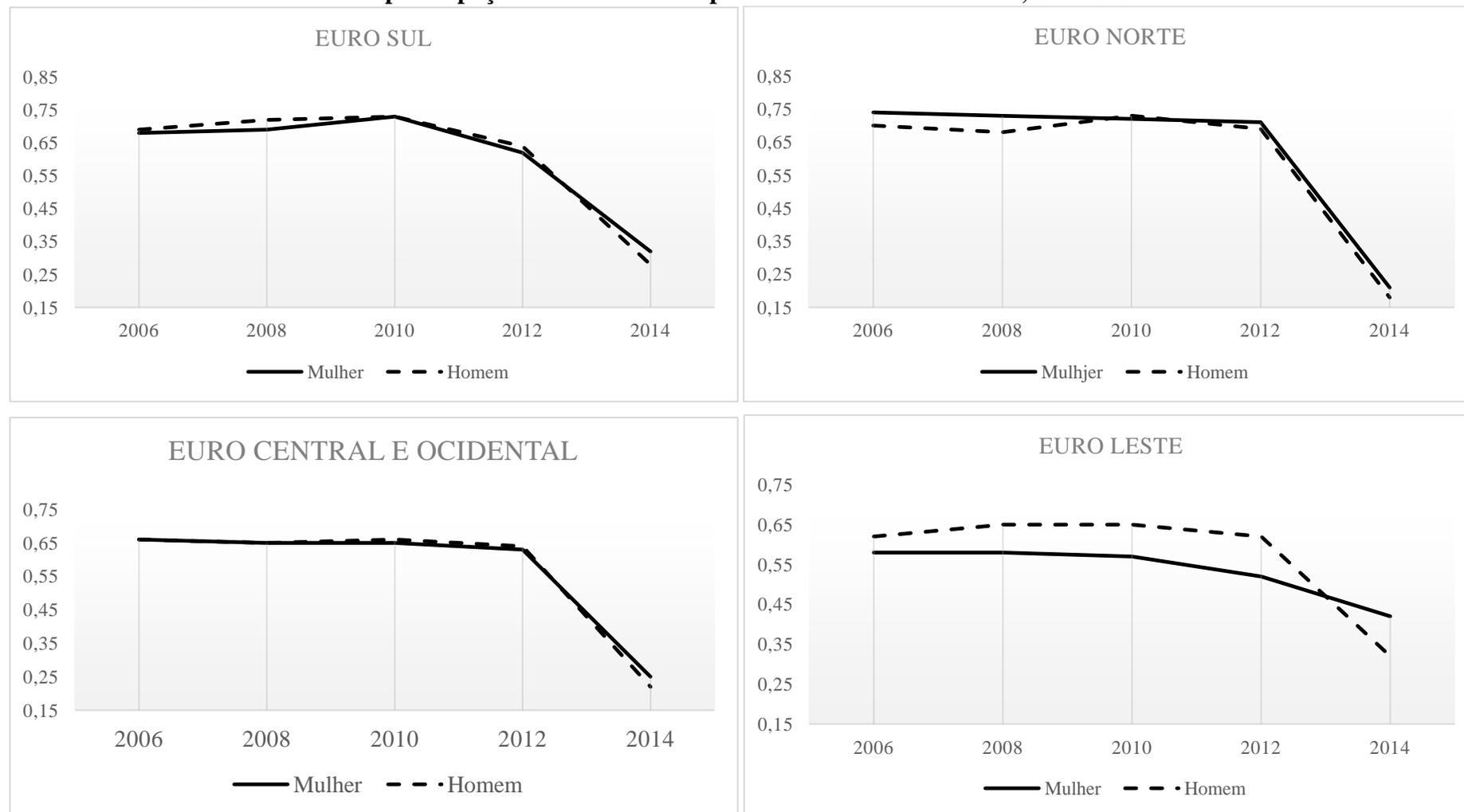
| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-------------------|------|--------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|
| Bulgária | 0,602*** | ,088 | 0,858*** | ,081 | 0,684*** | ,114 | 0,751*** | ,104 | | |
| Hungria | -0,415*** | ,080 | 0,021 | ,077 | -0,080 | ,106 | 0,451*** | ,107 | 0,390* | ,186 |
| Eslovénia | | | -0,320*** | ,082 | -0,410*** | ,116 | 0,109 | ,101 | 0,483** | ,183 |
| Constante | 1,203 | ,107 | 1,354*** | ,096 | 1,430*** | ,116 | 1,128*** | ,116 | -1,878*** | ,229 |
| X ² | (7)=282,402*** | | (8)=534,733*** | | (8)=322,566*** | | (8)=303,729*** | | (7)=89,469*** | |
| Pseudo R ² | CS=0,052; N=0,052 | | CS=-0,066; N=0,090 | | CS=0,074; N=0,100 | | CS=0,070; N=0,094 | | CS=0,072; N=0,097 | |
| N | 5292 | | 7810 | | 4187 | | 4166 | | 1202 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: ESS, 2006-2014.

Legenda: F – feminino; C – casado; S – superior; E.P – Erro-padrão.

Gráfico nº 6.8 - Probabilidades da participação comunitária nos países menos e mais afetados, 2006-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base em resultados estatísticos.

6.1.5 Conclusão

Conclui-se que, no geral, com exceção da participação comunitária, houve uma tendência para o aumento da participação política tanto de mulheres como de homens ao longo das três últimas décadas em análise e durante o período da crise económica, conforme observado também por Viegas et al. (2015) e Muñoz et al. (2014).

Relativamente à análise diacrónica, foi possível verificar a ausência de desigualdades de género significativas na participação política nos quatro países da Europa do sul, com a exceção da participação convencional, onde as desigualdades ainda persistem significativamente.

As atividades convencionais, *per si*, são muito exigentes a nível pessoal. Organizar ou participar em festas partidárias, participar na assembleia partidária local, doar dinheiro, fazer campanhas porta a porta, treinar e selecionar candidatos, participar nas convenções nacionais, filiar-se num partido, etc. são alguns exemplos a ter em conta nestas atividades (ver Inglehart e Norris, 2003:106). Esse é um preço que as mulheres não estão dispostas a pagar. Como se sabe, a “política real” tem sido (quase) exclusivamente dominada por homens. Juntando-se ao “coro” da política real, nos *media*, normalmente, só há homens a analisar a(s) situação(ões) política(s) vigente(s). E, muito do que se comunica através destas atividades políticas, parecem complexas para as mulheres (ver Verba et al, 1995: 511).

Nota-se que, antes da década de 2000, as mulheres eram significativamente menos ativas nas demais atividades políticas – voto, protestos e trabalho comunitário – e, com o passar do tempo, a par das mudanças globais do mundo ocidental, à medida em que as sociedades contemporâneas do sul da Europa foram se modernizando, as desigualdades declinaram na sua totalidade.

No que toca ao efeito da crise económica, não se observou um possível impacto da crise económica entre os géneros, principalmente, nos países mais afetados da Europa do sul, ou seja, os resultados obtidos não sugerem que a crise económica tenha influenciado a diferença na participação política entre mulheres e homens, tanto em países menos afetados como em países mais afetados. Apesar de se verificarem desigualdades de género na participação convencional, durante o período da *Grande Recessão*, evita-se associar essa tendência a um provável efeito da crise económica uma vez que há registo dessas desigualdades nos momentos pré e pós crise económica.

Convém salientar que é nos países nórdicos onde se observa uma pequena tendência para o aumento das desigualdades, durante a crise económica (2008-2012), nas atividades de protesto. No entanto, são as mulheres que se revelaram mais propensas a participar nestas atividades. Reparou-se também, que no grupo de países do leste e ao longo da crise económica, há um ligeiro aumento da participação dos homens para ajudar a resolver problemas comunitários.

A crise económica, apesar de ter mais consequências nas mulheres, como foi salientado, de qualquer das formas, direta ou indiretamente, teve um grande impacto no seio das famílias e da comunidade em geral – deixando-as vulneráveis. Essa situação só veio instigar os cidadãos independentemente da idade ou do sexo, motivando as pessoas a participar nas atividades políticas, em geral.

As variáveis de controlo mostraram que a educação é a variável que mais efeito teve nas formas de participação política, conforme tem sido assumido pela literatura, os indivíduos mais escolarizados tendem a revelar-se mais participativos nas atividades políticas. A idade foi a segunda variável de controlo mais importante. Adultos e jovens revelaram-se mais ativos numa atividade do que noutras, isto é, os indivíduos de segmentação etária jovem tendem a ser mais participativos do que os mais velhos nas atividades não convencionais e nas atividades comunitárias ao longo dos tempos e da crise económica, enquanto os mais velhos tendem a participar mais nas atividades eleitorais e convencionais.

Em suma, os dados indicam que a geração mais nova só participa em atividades políticas que têm maior motivação para si, contrariando a tese que afirma que os jovens, cada vez mais, não participam na política ao nível mundial (Norris, 2002; Marsh et al, 2007).

6.2 Evolução das desigualdades de género nas atitudes políticas

6.2.1 Desigualdade de género no envolvimento político

O envolvimento com a política é um dos mais diretos e importante fatores na predição da participação política. Por exemplo, trabalhar numa campanha política, normalmente, requer certos pré-requisitos, tais como, estar interessado na política, informar-se sobre um partido ou candidato político, participar em reuniões e contactar a organização da campanha (Norris et al, 2004: 41; Kittilson, 2016). A literatura tende a mostrar que nesse tipo de atitudes políticas, pelo menos, as mulheres apresentam-se menos bem posicionadas do que os homens, mostrando-se menos propensas a envolver-se na política do que estes.

Conforme é possível observar, no geral, os dados descritivos do quadro nº 6.13 mostram uma grande tendência para a persistência das desigualdades de género ao longo dos tempos nos quatro países da Europa do sul, sendo as mulheres as que menos se envolvem na política.

Recorrendo agora à análise multivariada, verifica-se que, quadro nº 6.14, apesar da inclusão das variáveis de controlo (estado civil, educação e idade), o género mantém-se como fator explicativo do envolvimento político, ao longo dos tempos, nos países da Europa do sul (quadro nº 6.14).

No gráfico nº 6.9, nota-se que as desigualdades de género persistem ao longo dos tempos na Europa do sul, tendo-se retraído significativamente nos últimos anos em Portugal e Espanha, embora tenham voltado a crescer no último ano, e mantendo-se na Grécia e em Itália. Resultados de pesquisas diacrónicas anteriores, de estudos internacionais e locais, também tinham encontrado persistência significativa das desigualdades de género (Atkeson e Rapoport, 2003; Baum e Espírito-Santo, 2007; Preece, 2016). Estes resultados confirmam a hipótese H.A5 que previa a persistência de desigualdades de género no envolvimento político na Europa do sul ao longo dos tempos.

Alguns autores têm assinalado que à medida em que uma sociedade se vai modernizando, as desigualdades de género no envolvimento político tendem a retrair-se (Verba et al, 1997; van Deth, 2000: 262-5). Olhando para os resultados da

presente pesquisa, estes, de certa forma, refutam a premissa de que as desigualdades declinariam com os avanços da modernidade.

Quadro nº 6.13 - Evolução das modalidades do envolvimento político (%), 2002-2014

| | Ver notícias/programas sobre política na TV | | Interesse pela política | | Índice das modalidades do envolvimento político (média) | | DP | |
|----------|---|----------------|-------------------------|---------------|---|----------------|------|------|
| | M | H | M | H | M | H | M | H |
| PORTUGAL | | | | | | | | |
| 2002 | 3,5 | 4,0* | 6,5 | 10,5** | 2,15 | 2,54*** | 1,22 | 1,25 |
| 2004 | 23,3 | 29,1 | 5,2 | 9,1*** | 2,65 | 3,10*** | 1,39 | 1,45 |
| 2006 | 31,3 | 35,3 | 3,8 | 7,8** | 2,75 | 3,13*** | 1,39 | 1,36 |
| 2008 | 26,9 | 32,8 | 3,2 | 7,7*** | 1,68 | 3,21*** | 1,36 | 1,39 |
| 2010 | 23,7 | 29,8 | 4,0 | 8,0*** | 2,63 | 3,35*** | 1,36 | 1,41 |
| 2012 | 35,3 | 41,0 | 3,4 | 9,1** | 2,86 | 3,22*** | 1,38 | 1,41 |
| 2014 | 33,0 | 37,7 | 6,0 | 7,7*** | 2,90 | 3,40*** | 1,58 | 1,58 |
| ESPANHA | | | | | | | | |
| 2002 | 3,3 | 3,7** | 2,9 | 4,7*** | 1,90 | 2,30*** | 1,30 | 1,29 |
| 2004 | 14,6 | 21,7*** | 4,6 | 9,1*** | 2,54 | 2,99*** | 1,28 | 1,37 |
| 2006 | 17,2 | 23,8*** | 3,8 | 8,3*** | 2,48 | 2,93*** | 1,31 | 1,34 |
| 2008 | 14,4 | 20,7*** | 4,3 | 6,8*** | 2,46 | 2,84*** | 1,31 | 1,32 |

| | | | | | | | | |
|-----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|------|------|
| 2010 | 22,2 | 26,2*** | 5,9 | 10,6*** | 2,45 | 2,93*** | 1,40 | 1,44 |
| 2012 | 27,4 | 28,6 | 12,0 | 13,4*** | 2,89 | 3,12*** | 1,52 | 1,47 |
| 2014 | 28,2 | 32,3*** | 8,1 | 14,7*** | 2,97 | 3,40*** | 1,43 | 1,45 |
| GRÉCIA | | | | | | | | |
| 2002 | 4,3 | 6,2* | 6,7 | 13,2*** | 1,68 | 2,18 | 1,37 | 1,48 |
| 2004 | 16,7 | 30,3*** | 6,5 | 13,3*** | 2,51 | 3,17*** | 1,46 | 1,61 |
| 2008 | 10,2 | 18,5*** | 4,7 | 10,7*** | 2,13 | 2,77*** | 1,48 | 1,64 |
| 2010 | 20,6 | 30,4** | 5,3 | 9,8*** | 2,38 | 2,93*** | 1,54 | 1,62 |
| 2014 | 18,9 | 33,4*** | 8,7 | 13,6*** | 2,16 | 2,61*** | 1,33 | 1,36 |
| ITÁLIA | | | | | | | | |
| 2002 | 2,8 | 3,0 | 5,3 | 12,2*** | 1,79 | 2,21*** | 1,25 | 1,29 |
| 2004 | 95,4 | 95,6 | 4,5 | 11,4*** | 2,62 | 3,15*** | 1,13 | 1,08 |
| 2008 | 31,6 | 40,7* | 8,3 | 24,5*** | 3,38 | 4,07*** | 1,45 | 1,41 |
| 2012 | 30,8 | 29,3 | 9,6 | 21,8*** | 3,31 | 3,57*** | 1,44 | 1,44 |
| 2014 | 15,0 | 22,6** | 3,6 | 7,0*** | 1,90 | 2,33*** | 1,26 | 1,33 |
| PAÍSES NÓRDICOS | | | | | | | | |
| 2006 | 20,3 | 24,5*** | 7,1 | 14,0*** | 3,51 | 5,71*** | 1,25 | 1,26 |
| 2008 | 28,4 | 28,2 | 9,2 | 15,6*** | 3,47 | 3,67** | 1,29 | 1,28 |
| 2010 | 29,1 | 30,3 | 9,3 | 16,0*** | 3,44 | 3,71*** | 1,30 | 1,30 |
| 2012 | 23,9 | 27,6*** | 7,2 | 13,6*** | 2,99 | 3,33*** | 1,45 | 1,48 |

| | | | | | | | | |
|--------------------------|------|---------|------|---------|------|---------|------|------|
| 2014 | 21,7 | 24,4*** | 7,4 | 14,2*** | 2,91 | 3,27*** | 1,47 | 1,49 |
| EURO CENTRAL E OCIDENTAL | | | | | | | | |
| 2006 | 18,4 | 22,3*** | 8,2 | 17,0*** | 3,06 | 3,51*** | 1,43 | 1,41 |
| 2008 | 19,2 | 22,1*** | 8,7 | 18,0*** | 3,21 | 3,63*** | 1,38 | 1,37 |
| 2010 | 18,6 | 22,9*** | 9,9 | 18,9*** | 3,10 | 3,52*** | 1,43 | 1,45 |
| 2012 | 21,4 | 25,1*** | 10,1 | 19,9*** | 3,16 | 3,54*** | 1,43 | 1,44 |
| 2014 | 22,1 | 23,8*** | 9,2 | 19,0*** | 3,11 | 3,48*** | 1,43 | 1,44 |
| EURO LESTE | | | | | | | | |
| 2006 | 18,2 | 23,8*** | 5,8 | 10,3*** | 2,90 | 3,31*** | | |
| 2008 | 17,2 | 21,1*** | 5,6 | 8,2*** | 2,77 | 3,21*** | 1,42 | 1,43 |
| 2010 | 16,2 | 22,1*** | 4,7 | 8,3*** | 2,76 | 3,14 | | |
| 2012 | 21,5 | 24,5*** | 4,7 | 7,9*** | 2,80 | 3,09 | 1,45 | 1,48 |
| 2014 | 15,2 | 16,4 | 2,9 | 5,5*** | 2,36 | 2,65*** | 1,43 | 1,48 |

*** $P < 0,001$; ** $P < 0,01$; * $P < 0,05$

Fontes: ESS, 2002-2014; EES, 2008 e 2014; WVS, 2004.

Nota: WVS (2004), referente à Itália (na verdade, são dados de 2005). EES (2008) dados correspondentes à Itália. EES (2014), Grécia e Itália. Na realidade referem-se aos dados de 2009 na EES. Sobre o consumo de informação política, no WVS aplica-se uma única questão sobre a frequência que o indivíduo vê e ouve notícias na TV e rádio.

Legenda: M – Mulher; H – Homem; DP – Desvio-padrão.

Relativamente ao impacto da crise económica, não se observam sinais claros do impacto da crise económica no que diz respeito ao envolvimento político entre mulheres e homens nos países mais afetados pelas políticas de austeridade. Apesar de, os dados não apresentarem resultados claros, o *teste t* para duas amostras independentes apresenta diferenças significativas de género durante o período 2008-2012 (quadro nº 6.13).

Como é possível verificar no gráfico nº 6.10, nota-se que, apesar das diferenças significativas entre mulheres e homens, as desigualdades de género foram-se atenuando ao longo do período da crise económica, sobretudo, nos países mais afetados da Europa do sul, onde o declínio das desigualdades começa a ser notório a partir do ano de 2010, enquanto nos grupos de países menos afetados pela crise económica mantém-se, exceto a Europa do leste que a par do sul, as desigualdades só são observadas claramente em 2012. Tendo os homens se envolvido significativamente mais do que as suas homólogas femininas em todos grupos de países. Sendo assim, os resultados refutam a hipótese H.B5 que previa um aumento significativo das desigualdades de género nos países da Europa do sul.

Os resultados obtidos na presente pesquisa diferem dos alcançados em estudos anteriores, que observaram um aumento das desigualdades de género entre mulheres e homens no envolvimento na política em tempos de crise (Siemińska, 1985). Nessa altura, as mulheres representavam o grupo de indivíduos com menor nível de instrução académica, menor força de trabalho, etc. e, de acordo com esses fatores, tende a ser normal que se verifique um aumento das diferenças de género no envolvimento político.

Em suma, notou-se que entre 2008 a 2012 houve uma tendência para o envolvimento político de mulheres e de homens decrescer, tanto em países do sul da Europa como nos países menos afetados pela crise.

Quadro nº 6.14 - Desigualdades de género no envolvimento político na Europa do sul (regressão linear, coeficientes não estandardizados), 2002-2014

| | 2002 | | 2004 | | 2006 | | 2008 | | 2010 | |
|------------------------------------|------------------|------|------------------|------|-----------------|------|------------------|------|-----------------|------|
| | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | -0,451*** | ,081 | -0,629*** | ,072 | -0,404** | ,132 | -0,763*** | ,088 | -0,402* | ,166 |
| Est. civil (c) | -0,024 | ,087 | 0,189* | ,079 | 0,256 | ,144 | 0,493*** | ,089 | 0,041 | ,046 |
| Educação (s) | 0,366*** | ,090 | 0,879*** | ,075 | 0,464** | ,136 | 0,673*** | ,091 | 0,957*** | ,170 |
| Idade | 0,038*** | ,003 | 0,031*** | ,003 | 0,039*** | ,005 | 8,418E-5 | ,000 | 0,049*** | ,006 |
| Portugal | 0,867*** | ,121 | 3,419*** | ,101 | 0,619*** | ,134 | 1,427*** | ,131 | 1,068*** | ,207 |
| Espanha | -0,010 | ,113 | 3,270*** | ,103 | | | 0,911*** | ,116 | 0,298 | ,195 |
| Grécia | -0,113 | ,110 | 2,418*** | ,101 | | | 0,168 | ,125 | | |
| Constante | 1,537*** | ,140 | 1,135*** | ,141 | 3,925*** | ,222 | 4,537*** | ,125 | 2,704*** | ,258 |
| R ² _{Ajustado} | ,144*** | | ,421*** | | ,108*** | | ,103*** | | ,152*** | |
| F | (7,1888) 46,377 | | (7,2463) 257,853 | | (5,1011) 25,566 | | (7,2704) 235,563 | | (6,703) 22,257 | |
| N | 1895 | | 2470 | | 1016 | | 2711 | | 709 | |
| | 2012 | | 2014 | | | | | | | |
| Género (F) | -0,255** | ,075 | -0,650*** | ,058 | | | | | | |

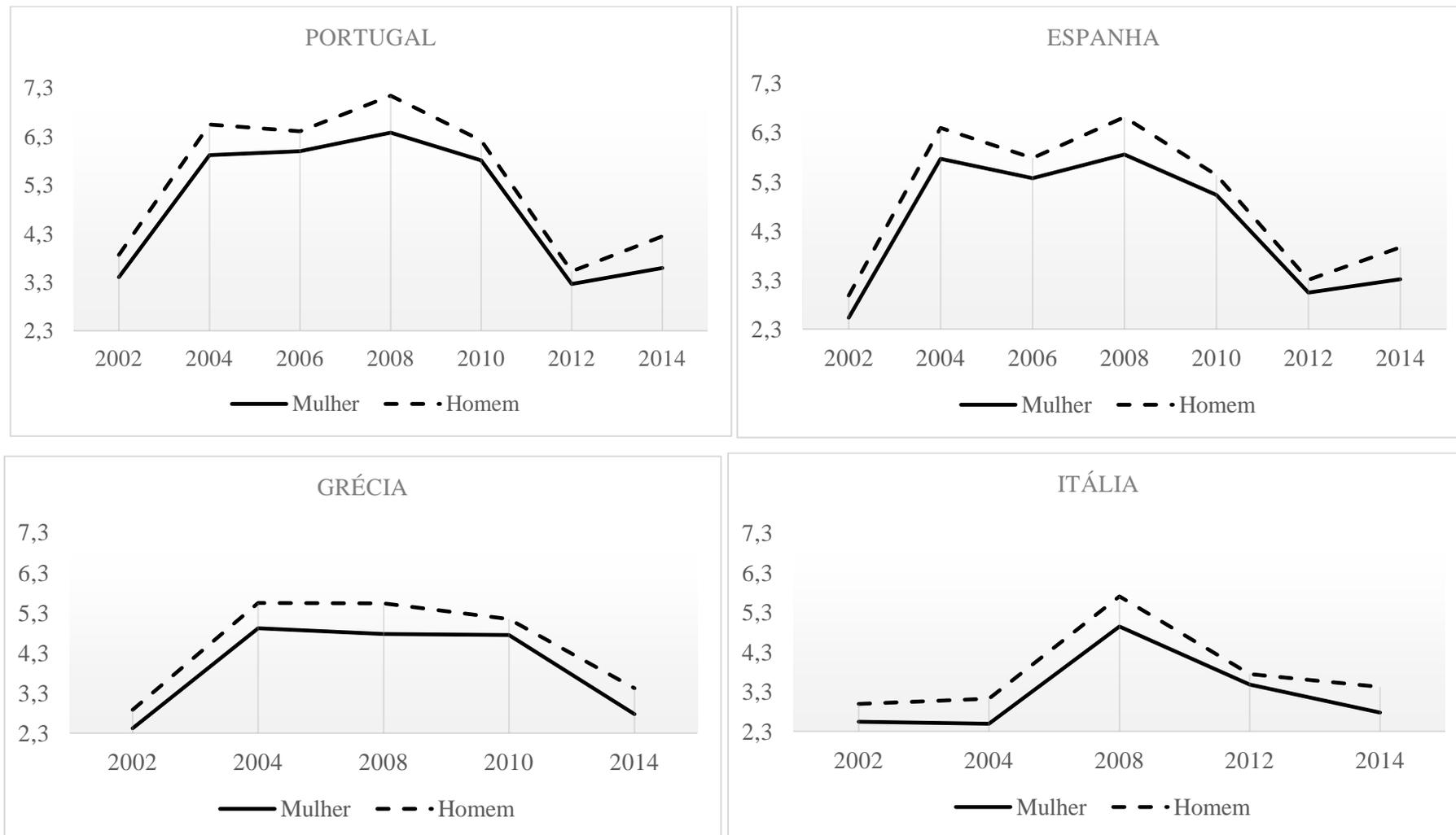
| | | | | |
|------------------------------------|------------------|------|------------------|-------|
| Est. civil (c) | -0,045 | ,101 | 0,248*** | ,067 |
| Educação (s) | 0,752*** | ,082 | 0,841*** | ,061 |
| Idade | 0,019*** | ,003 | 0,020*** | ,002 |
| Portugal | -0,220* | ,098 | 0,819*** | ,103 |
| Espanha | -0,440*** | ,098 | 0,545*** | ,090 |
| Grécia | | | 0,005 | 0,001 |
| Constante | 2,471 | ,126 | 1,736*** | ,114 |
| R ² _{Ajustado} | ,104*** | | 0,125*** | |
| F | (6,1465) 29,437 | | (7, 3028) 63,041 | |
| N | 1471 | | 3035 | |

*** $P < 0,001$; ** $P < 0,01$; * $P < 0,05$.

Fontes: ESS, 2002-2014; EES, 2008 e 2014.

Legenda: F – feminino; C – Casado; S – superior; E.P – erro-padrão.

Gráfico nº 6.9 Previsão do envolvimento político nos países da Europa do sul, 2002-2014.



Fonte: elaborado pelo autor com base em resultados estatísticos.

Quadro nº 6.15 - Desigualdades de género no envolvimento político em países menos afetados (regressão linear, coeficientes não estandardizados), 2006-2014

| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
|--------------------------|------------------|------|------------------|------|------------------|------|-------------------|------|--------------------|------|
| | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | -0,370*** | ,054 | -0,400*** | ,054 | -0,485*** | ,108 | -0,2765*** | ,045 | -0,173*** | ,046 |
| Est. civil (c) | -0,005 | ,057 | -0,064 | ,057 | 0,125 | ,254 | 0,039 | ,056 | 0,041 | ,055 |
| Educação (s) | 0,422*** | ,055 | 0,498*** | ,056 | 0,804*** | ,109 | 0,371*** | ,046 | 0,313*** | ,046 |
| Idade | 0,053*** | ,002 | 0,052*** | ,001 | 0,051*** | ,003 | 0,029*** | ,001 | 0,029*** | ,001 |
| Noruega | 0,412*** | ,074 | 0,364*** | ,074 | 0,130 | ,136 | 0,200** | ,062 | -0,079 | ,063 |
| Dinamarca | 0,621*** | ,080 | 0,793*** | ,078 | | | 0,533*** | ,064 | 0,370*** | ,066 |
| Suécia | 0,128 | ,076 | -0,136 | ,076 | -0,378** | ,125 | -0,194** | ,060 | ,099 | ,061 |
| Constante | 3,673*** | ,100 | 3,777*** | ,099 | 4,096*** | ,158 | 1,951*** | ,071 | 1,969*** | ,074 |
| R ² Ajustado | ,214*** | | ,227*** | | ,233*** | | ,218*** | | ,194*** | |
| F | (7,4609) 180,854 | | (7,4537) 191,905 | | (6,1293) 66,674 | | (7,2997) 119,574 | | (7, 28999) 161,486 | |
| N | 4617 | | 4544 | | 1299 | | 3004 | | 2906 | |
| Euro central e ocidental | | | | | | | | | | |
| Género (F) | -0,624*** | ,050 | -0,531*** | ,049 | -0,546** | ,149 | -0,383*** | ,039 | -0,322*** | ,039 |
| Est. civil (c) | 0,117* | ,052 | 0,102* | ,049 | 0,192 | ,157 | -0,015 | ,041 | -0,051 | ,045 |
| Educação (s) | 0,744*** | ,053 | 0,677* | ,051 | 0,754*** | ,085 | 0,494*** | ,045 | 0,358*** | ,039 |

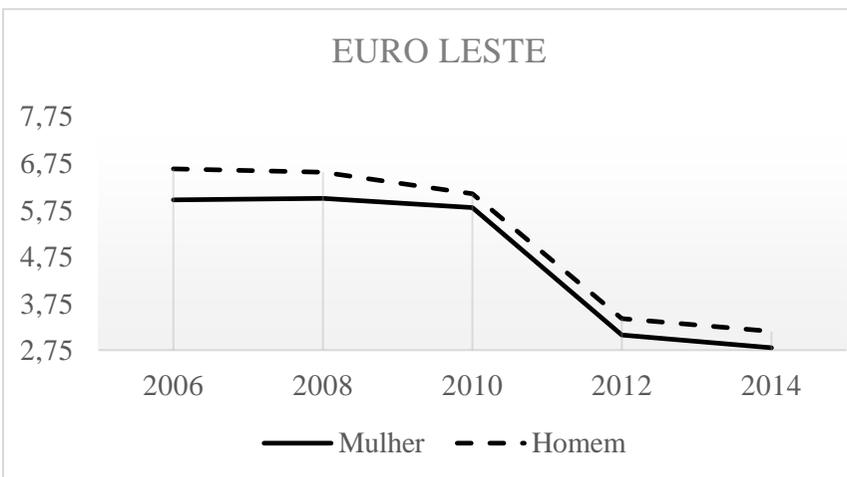
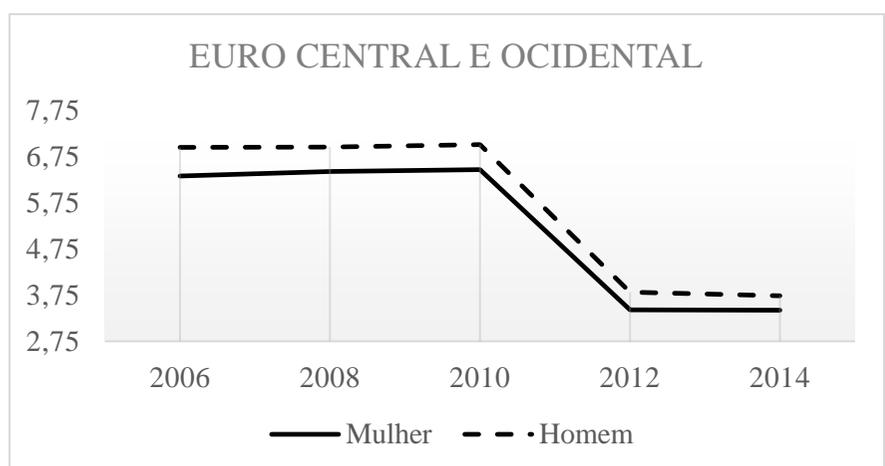
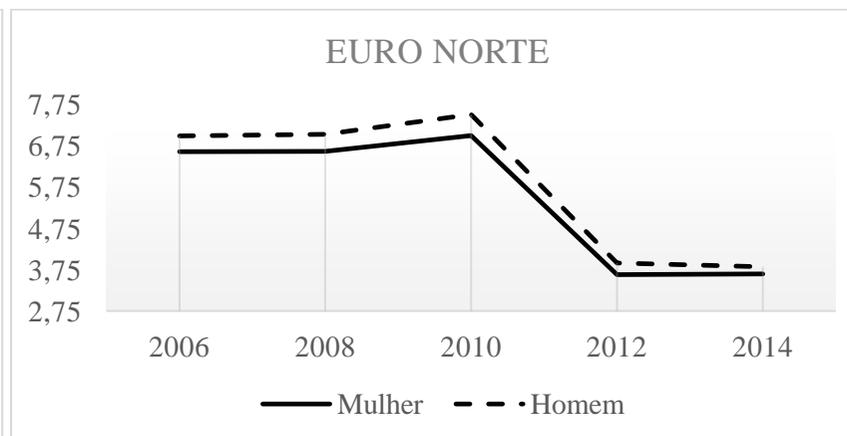
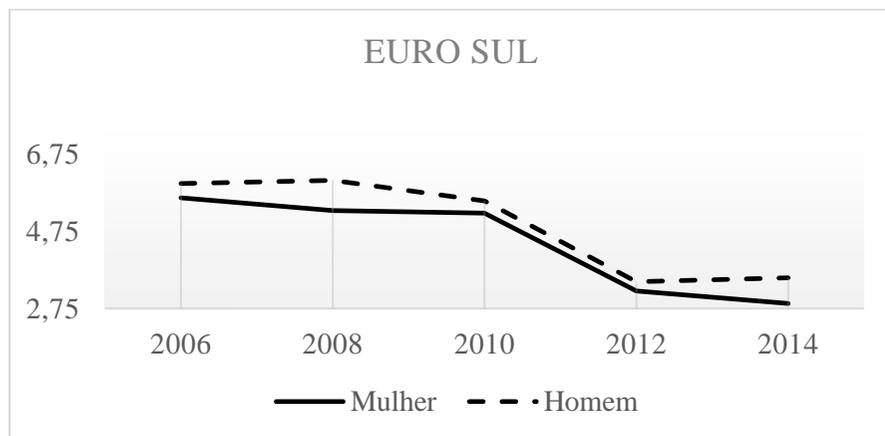
| | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------|------|------------------|------|------------------|------|------------------|------|------------------|------|
| Idade | 0,037*** | ,002 | 0,040*** | ,002 | 0,037*** | ,002 | 0,025** | ,001 | 0,028*** | ,001 |
| R. Unido | 0,356*** | ,090 | 0,421*** | ,087 | -0,056 | ,146 | -0,075 | ,074 | 0,071 | ,073 |
| Bélgica | 0,512*** | ,094 | 0,427*** | ,092 | 0,368* | ,160 | -0,143 | ,075 | -0,122 | ,076 |
| Holanda | 0,652*** | ,089 | 0,704*** | ,084 | 0,716*** | ,148 | ,0462*** | ,074 | 0,373*** | ,073 |
| Alemanha | 0,411*** | ,075 | 0,329*** | ,074 | 0,314* | ,132 | 0,337*** | ,069 | 0,214*** | ,069 |
| França | 0,341*** | ,094 | 0,533*** | ,091 | 0,394* | ,160 | 0,310*** | ,075 | 0,143 | ,075 |
| Constante | 3,862*** | ,104 | 3,800*** | ,099 | 3,921*** | ,048 | 1,933*** | ,074 | 1,899*** | ,073 |
| R ² _{Ajustado} | ,135*** | | ,155*** | | ,151*** | | ,169*** | | ,168*** | |
| F | (9,6583) 115,025 | | (9,6321) 384,390 | | (9, 2511) 50931 | | (9,4815) 207,902 | | (9,4828) 228,059 | |
| N | 6592 | | 6330 | | 2520 | | 4824 | | 4837 | |
| Euro leste | | | | | | | | | | |
| Género (F) | -0,667*** | ,078 | -0,562*** | ,064 | -0,396*** | ,094 | -0,346*** | ,043 | -0,338*** | ,053 |
| Est. civil (c) | 0,083 | ,081 | 0,195*** | ,066 | 0,084 | ,261 | 0,210*** | ,049 | 0,165** | ,063 |
| Educação (s) | 0,628*** | ,089 | 0,617*** | ,075 | 0,664*** | ,106 | 0,364*** | ,050 | 0,420*** | ,062 |
| Idade | 0,043*** | ,002 | 0,044*** | ,002 | 0,046*** | ,002 | 0,025*** | ,001 | 0,028*** | ,001 |
| Polónia | 0,806*** | ,102 | 0,185 | ,102 | 0,682*** | ,158 | 0,429 | ,073 | 0,097 | ,083 |
| Bulgária | 0,913*** | ,128 | 0,460*** | ,111 | 1,005*** | ,164 | 0,429*** | ,066 | | |
| Hungria | 0,141 | ,101 | -0,655*** | ,094 | -0,098 | ,133 | -0,344*** | ,069 | -0,416*** | ,076 |
| Eslovénia | | | -0,487*** | ,102 | 0,056 | ,150 | -0,585*** | ,065 | -0,540*** | ,078 |
| Constante | 3,384*** | ,139 | 3,641*** | ,121 | 2,902*** | ,152 | 1,821*** | ,075 | 1,515*** | ,088 |

| | | | | | | | | | | |
|-------------------------|-----------------|--|------------------|--|-----------------|--|------------------|--|-----------------|--|
| R ² Ajustado | ,152*** | | ,178*** | | ,198*** | | ,196*** | | ,179*** | |
| F | (7,2961) 77,091 | | (8,4142) 113,705 | | (8,1841) 58,010 | | (8,4064) 125,278 | | (7,2693) 85,099 | |
| N | 2968 | | 4150 | | 1849 | | 4072 | | 27012700 | |

Fonte: ESS, 2006-2014.

Legenda: F – feminino; C – Casado; S – superior; E.P – erro-padrão.

Gráfico nº 6.10 - Previsão do envolvimento político nos países menos e mais afetados, 2006-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base em resultados estatísticos.

6.2.2 Desigualdades de género na confiança em instituições políticas

Segundo os resultados do quadro descritivo nº 6.16, não se verificam diferenças significativas entre mulheres e homens quanto à confiança em instituições políticas nos países da Europa do sul, salvo raras exceções. É, principalmente, na década de 1990 que há vestígios de diferenças de género significativas, tendo desaparecido a partir da década de 2000.

De acordo com o quadro nº 6.17, que apresenta a análise multivariada, globalmente, o género não se revela uma variável preditiva da confiança nas instituições políticas ao longo dos tempos na Europa do sul.

Também o gráfico 6.11 corrobora a hipótese A.6, que previa a ausência de diferenças significativas entre mulheres e homens quanto à confiança nas instituições políticas. Os mesmos resultados já tinham sido observados anteriormente por outros investigadores (Baum e Espírito-Santo, 2004: 285-6). Contrastando os resultados da presente pesquisa, destaca-se Hooghe e Wilkenfeld que, no seu estudo comparado em 8 países europeus, Portugal incluído, observaram desigualdades de género entre mulheres e homens (Hooghe e Wilkenfeld, 2008: 161). Tendo as mulheres revelado menor índice de confiança do que os homens, usando dados do IEA Civic Education Study (1999-2000) e ESS (2002).

No que diz respeito à crise económica, não se observa mudança de tendência entre os géneros nos países da Europa do sul e no grupo de países mais afetados pela crise económica entre 2008-2012. De acordo com o gráfico nº 6.12, ao contrário do previsto, segundo a hipótese B.6 que é, por conseguinte, infirmada, durante o período de crise económica não se verificou qualquer alteração no padrão de ausência das desigualdades de género observado antes na confiança votada às instituições políticas.

No geral, nota-se um declínio da confiança nas instituições políticas em ambos os sexos, como assinalado em algumas pesquisas (Armigeon e Ceka, 2013: 16; Belchior, 2015).

Quadro nº 6.16 - Evolução das modalidades da confiança política, 1990-2014, (média)

| Grau de confiança | Confiança no parlamento nacional | | Confiança nos tribunais | | Confiança na polícia | | Confiança nos partidos políticos | | Confiança na UE | | Índice das modalidades da confiança política (média) | | DP | |
|-------------------|----------------------------------|--------------|-------------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------------------|-----|-----------------|---------------|--|---------------|------|------|
| | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H |
| PORTUGAL | | | | | | | | | | | | | | |
| 1990 | 4,8 | 4,3 | 7,4 | 6,8 | 6,8 | 6,6 | - | - | 10,6 | 10,5 | 5,53 | 5,42 | 2,30 | 2,28 |
| 1999 | 5,4 | 4,9* | 6,2 | 3,3 | 15,5 | 13,3 | - | - | 6,2 | 8,5** | 6,19 | 5,78** | 2,23 | 2,16 |
| 2002 | 5,7 | 9,6** | 6,9 | 9,5 | 16,4 | 14,5 | - | - | 16,6 | 25,2** | 5,05 | 5,16 | 2,70 | 2,92 |
| 2004 | 17,2 | 21,2 | 22,0 | 24,5 | 24,5 | 28,3 | 3,1 | 4,8 | 22,4 | 24,0 | 7,35 | 7,66 | 3,54 | 3,63 |
| 2006 | 19,5 | 26,6 | 14,4 | 15,6 | 28,7 | 33,0 | 7,5 | 9,0 | 18,4 | 22,0 | 7,55 | 7,62 | 3,63 | 3,86 |
| 2008 | 10,8 | 12,0 | 14,7 | 14,4 | 18,6 | 18,0 | 5,8 | 7,6 | 17,0 | 18,5 | 6,82 | 6,85 | 3,68 | 3,61 |
| 2010 | 4,8 | 7,8 | 9,4 | 8,5 | 28,8 | 31,2 | 4,2 | 4,9 | 19,8 | 21,3 | 6,20 | 6,22 | 3,64 | 3,81 |
| 2012 | 4,4 | 4,6 | 9,7 | 11,0 | 35,6 | 38,2 | 2,8 | 3,5 | 13,8 | 16,9 | 5,83 | 5,81 | 3,60 | 3,65 |
| 2014 | 4,2 | 7,2 | 5,1 | 6,8 | 16,4 | 17,3 | 3,9 | 4,9 | 10,7 | 14,5 | 4,13 | 4,69 | 3,27 | 3,51 |
| ESPANHA | | | | | | | | | | | | | | |
| 1990 | 4,8 | 7,3* | 10,0 | 7,4*** | 11,6 | 8,6** | - | - | 8,2 | 10,9 | 5,99 | 5,78* | 2,30 | 2,38 |
| 1999 | 9,2 | 9,6 | 11,7 | 8,5** | 10,6 | 9,6*** | - | - | 8,5 | 7,5 | 6,06 | 5,99** | 2,43 | 2,50 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|--------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|---------------|-------------|----------------|-------------|---------------|------|------|
| 2002 | 10,4 | 14,0* | 9,2 | 9,2 | 19,6 | 22,0** | - | - | 21,5 | 20,6 | 5,62 | 5,59 | 2,92 | 3,15 |
| 2004 | 40,3 | 45,0* | 34,9 | 39,7*** | 45,6 | 44,1 | 19,2 | 20,7 | 43,3 | 42,8 | 9,99 | 10,05 | 3,78 | 3,79 |
| 2006 | 40,4 | 43,7* | 29,2 | 29,6*** | 48,0 | 46,8*** | 15,9 | 16,9** | 13,3 | 27,0*** | 9,54 | 9,22* | 3,63 | 3,87 |
| 2008 | 24,9 | 25,6 | 20,0 | 18,6 | 27,6 | 28,5 | 14,2 | 15,3 | 23,0 | 22,4 | 8,44 | 8,39 | 3,74 | 3,74 |
| 2010 | 15,0 | 16,4*** | 21,0 | 19,7*** | 51,9 | 50,9** | 10,0 | 9,8* | 31,1 | 34,3* | 8,46 | 8,07** | 3,72 | 3,81 |
| 2012 | 10,4 | 12,8* | 12,9 | 18,2*** | 44,3 | 46,9** | 6,7 | 7,0 | 23,9 | 27,0 | 6,72 | 6,78 | 3,76 | 3,88 |
| 2014 | 6,7 | 8,7 | 9,1 | 12,2** | 24,7 | 24,9 | 3,0 | 3,6 | 15,3 | 14,2 | 5,27 | 5,21 | 3,61 | 3,86 |
| GRÉCIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 1999 | 3,3 | 2,0 | 6,3 | 5,5 | 2,8 | 2,9 | - | - | 2,5 | 3,3 | 4,35 | 4,24 | 2,45 | 2,37 |
| 2002 | 16,2 | 19,4 | 39,9 | 41,9 | 42,9 | 42,6 | - | - | 39,6 | 43,2 | 7,01 | 7,19 | 3,27 | 3,37 |
| 2004 | 35,5 | 38,1 | 50,3 | 47,6 | 51,5 | 46,5 | 18,7 | 19,5 | 49,8 | 46,9 | 9,99 | 9,71 | 3,94 | 3,99 |
| 2008 | 13,2 | 14,3 | 32,9 | 27,6 | 19,7 | 17,5 | 7,6 | 8,9 | 21,5 | 21,6 | 6,95 | 6,74 | 4,17 | 4,22 |
| 2010 | 3,8 | 6,4 | 21,2 | 18,9 | 30,8 | 27,7 | 3,2 | 2,3 | 11,8 | 9,6 | 4,97 | 4,95 | 3,74 | 3,96 |
| ITÁLIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 1990 | 3,9 | 5,5** | 5,0 | 5,8** | 13,0 | 13,6*** | - | - | 16,7 | 21,7* | 6,01 | 5,81* | 2,22 | 2,35 |
| 1999 | 4,3 | 5,6 | 6,4 | 5,6** | 13,7 | 14,8 | - | - | 13,0 | 18,5** | 5,94 | 5,96 | 2,10 | 2,27 |
| 2002 | 8,3 | 11,6** | 18,9 | 22,8*** | 38,1 | 35,7 | - | - | 32,4 | 35,0** | 6,96 | 6,98 | 2,88 | 2,79 |
| 2004 | 1,2 | 2,2 | 8,0 | 6,0*** | 14,5 | 14,7 | 0,2 | 1,6* | 9,9 | 8,6 | 7,15 | 7,22 | 2,38 | 2,54 |
| 2008 | 4,6 | 5,8* | 6,9 | 6,3* | 20,8 | 18,8 | 0,6 | 1,3 | 12,1 | 13,8 | 6,17 | 5,93* | 2,15 | 2,24 |
| 2012 | 9,4 | 11,1* | 24,3 | 32,4*** | 50,1 | 51,9 | 6,4 | 5,8*** | 36,3 | 35,5 | 7,27 | 7,78* | 4,05 | 4,08 |

| PAÍSES NÓRDICOS | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|--------------|----------------|------|------|
| 2006 | 31,6 | 37,1*** | 32,3 | 35,0*** | 45,7 | 45,5*** | 19,6 | 21,6*** | 21,4 | 22,6*** | 8,85 | 8,86 | 4,09 | 4,21 |
| 2008 | 41,7 | 48,3*** | 60,0 | 64,9*** | 56,7 | 54,3*** | 39,2 | 41,6* | 24,9 | 23,3*** | 11,00 | 10,90 | 3,21 | 3,38 |
| 2010 | 39,6 | 45,2*** | 64,2 | 68,2** | 78,7 | 76,8** | 38,1 | 38,5** | 42,5 | 37,3*** | 11,57 | 11,40* | 3,08 | 3,27 |
| 2012 | 18,4 | 21,2*** | 30,0 | 33,2*** | 46,2 | 45,7*** | 17,7 | 18,8*** | 32,4 | 32,3*** | 8,17 | 8,12 | 4,39 | 4,45 |
| 2014 | 10,9 | 14,3*** | 21,6 | 25,6*** | 23,9 | 24,0** | 11,0 | 12,5*** | 18,9 | 18,3*** | 6,42 | 6,62*** | 4,04 | 4,14 |
| EURO CENTRAL E OCIDENTAL | | | | | | | | | | | | | | |
| 2006 | 33,3 | 40,2*** | 34,3 | 38,5*** | 53,3 | 52,1*** | 22,7 | 25,0*** | 16,6 | 16,2*** | 9,32 | 9,28 | 3,69 | 3,85 |
| 2008 | 20,9 | 29,3*** | 36,2 | 42,0*** | 34,0 | 35,1*** | 22,3 | 23,9** | 18,6 | 18,8*** | 8,99 | 8,97 | 3,59 | 3,84 |
| 2010 | 19,5 | 25,8*** | 35,3 | 40,7*** | 55,4 | 56,3*** | 22,7 | 24,0 | 31,1 | 28,6*** | 9,27 | 9,24 | 3,85 | 4,01 |
| 2012 | 24,3 | 29,0*** | 38,6 | 45,4*** | 59,9 | 59,8*** | 25,2 | 26,0** | 33,4 | 31,5*** | 9,72 | 9,66 | 3,76 | 3,90 |
| 2014 | 10,7 | 15,6*** | 21,2 | 28,3*** | 22,0 | 23,1 | 11,7 | 13,6** | 16,4 | 15,7*** | 6,82 | 7,12** | 3,87 | 3,79 |
| EURO LESTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 2006 | 14,1 | 16,4 | 16,5 | 14,4 | 30,2 | 26,4*** | 8,1 | 7,1 | 26,8 | 27,2 | 6,79 | 6,70 | 4,10 | 4,07 |
| 2008 | 7,7 | 9,2* | 13,5 | 14,8** | 14,2 | 14,0** | 7,6 | 8,5 | 20,1 | 22,2 | 5,88 | 5,82 | 4,01 | 4,08 |
| 2010 | 9,9 | 10,8 | 15,3 | 15,1** | 27,0 | 26,2 | 8,9 | 8,8 | 32,2 | 31,6 | 6,64 | 6,52 | 4,14 | 4,18 |
| 2012 | 10,2 | 10,3 | 15,8 | 14,6 | 30,4 | 29,4 | 9,4 | 10,3 | 27,3 | 29,2* | 6,40 | 6,41 | 4,29 | 4,27 |
| 2014 | 5,2 | 5,4*** | 10,6 | 10,2 | 13,2 | 11,7 | 6,4 | 6,8 | 17,8 | 18,3 | 4,74 | 4,81 | 3,67 | 3,64 |

*** $P < 0,001$; ** $P < 0,01$; * $P < 0,05$

Fontes: WVS, 2004; EVS, 1990-2008; ESS, 2002-2014.

Legenda: M – Mulher; H – Homem; DP – Desvio-padrão.

Quadro nº 6.17 - Desigualdades de género na confiança política na Europa do sul (regressão linear múltipla, coeficientes não estandardizados), 1999-2014

| | 1999 | | 2002 | | 2004 | | 2006 | | 2008 | |
|------------------------------------|--------------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|--------------------|------|
| | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | 0,136* | ,068 | -0,128 | ,099 | -0,095 | ,114 | 0,104 | ,176 | 0,078 | ,101 |
| Est. civil (c) | 0,206** | ,074 | 0,394*** | ,106 | 0,146 | ,124 | -0,023 | ,193 | 0,399*** | ,110 |
| Educação (s) | 0,094 | ,081 | 0,268* | ,117 | 0,521*** | ,120 | 0,504** | ,184 | 0,361** | ,104 |
| Idade | 0,012*** | ,002 | 0,013*** | ,003 | 0,015* | ,004 | 0,006 | ,007 | 0,008* | ,004 |
| Portugal | 0,102 | ,097 | -1,661*** | ,166 | 1,072*** | ,180 | -1,498*** | ,181 | 0,756*** | ,139 |
| Espanha | -0,139 | ,094 | -1,286*** | ,146 | 3,150*** | ,171 | | | 1,794*** | ,119 |
| Grécia | -1,543*** | ,094 | 0,013 | ,131 | 2,666*** | ,156 | | | | |
| Constante | 5,158*** | ,141 | 6,212*** | ,180 | 6,177*** | ,230 | 8,837*** | ,293 | 5,916*** | ,178 |
| R ² _{Ajustado} | ,090*** | | ,063*** | | ,111*** | | ,045*** | | ,046*** | |
| F | (7,4688) 67,444 | | (7,3642) 36,324 | | (7,3763) 68,553 | | (5,1782) 17,716 | | (6,5020) 41,488 | |
| N | 4695 | | 3649 | | 3770 | | 1787 | | 5026 | |
| | 2010 | | 2012 | | 2014 | | | | | |
| Género (F) | 0,313 | ,176 | 0,149 | ,202 | -0,085 | ,284 | | | | |
| Est. civil (c) | 0,187 | ,451 | 0,006 | ,274 | -0,246 | ,363 | | | | |

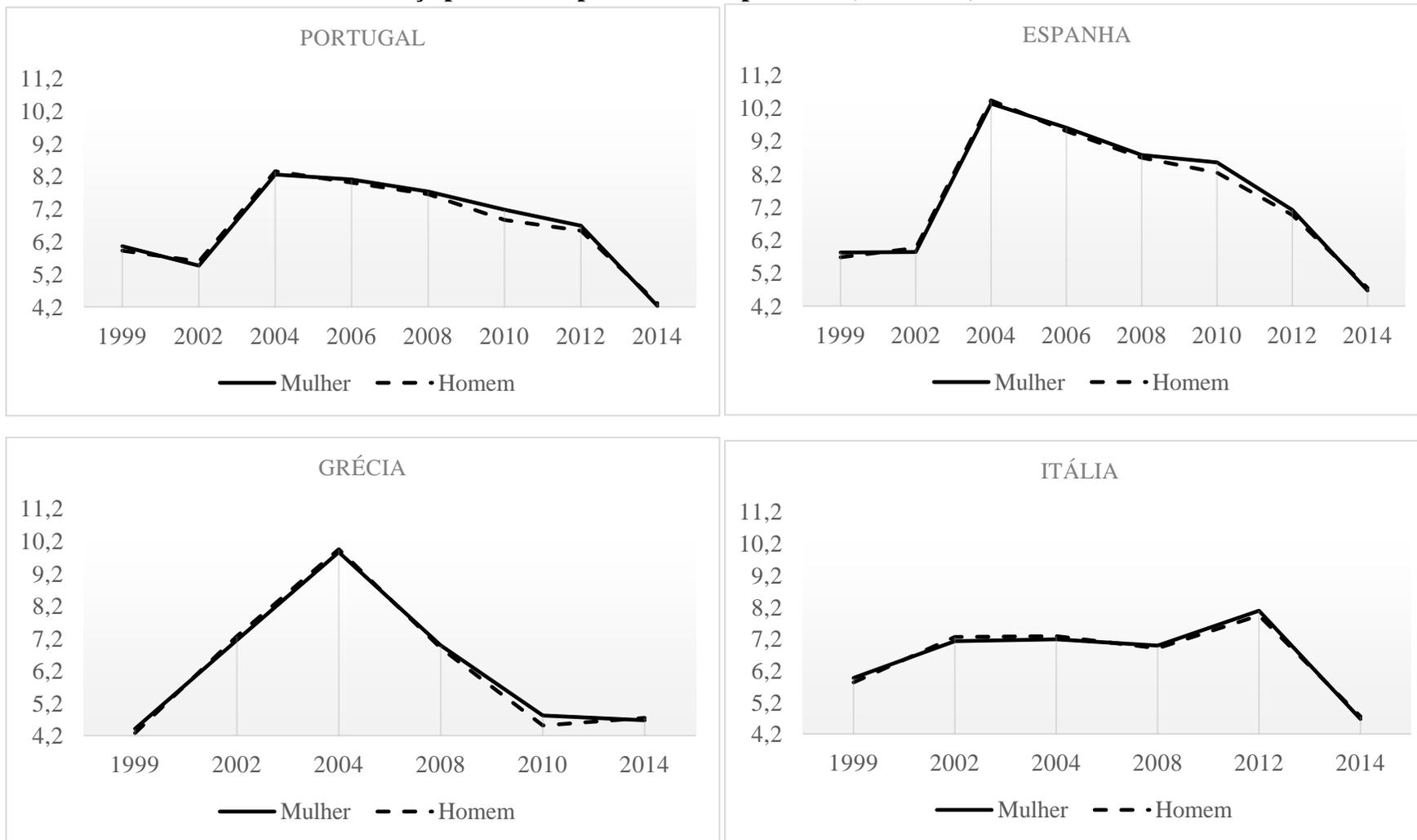
| | | | | | | |
|------------------------------------|--------------------|------|----------------|------|---------------|------|
| Educação (s) | 0,268 | ,182 | 0,820*** | ,218 | -0,396 | ,295 |
| Idade | 0,006 | ,006 | -0,008 | ,007 | -0,006 | ,010 |
| Portugal | 2,348*** | ,229 | -1,399*** | ,267 | -0,441 | ,295 |
| Espanha | 3,726*** | ,200 | -0,964*** | ,264 | | |
| Grécia | | | | | | |
| Constante | 3,895*** | ,259 | 7,346*** | ,347 | 5,570*** | ,402 |
| R ² _{Ajustado} | ,167*** | | ,026*** | | ,002 | |
| F | (6,1825) 62,176 | | (6,1449) 7,327 | | (5,665) 1,273 | |
| N | 1831 | | 1455 | | 670 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fontes: EVS, 1990-2008; EES, 1999-2014; ESS, 2002-2014.

Legenda: F – Feminino; C – Casado; E.P – erro-padrão.

Gráfico nº 6.11 - Previsão da confiança política nos países da Europa do sul (1999-2014)



Fonte: elaborado pelo autor com base em resultados estatísticos.

Quadro nº 6.18 - Desigualdades de género na confiança política em países menos afetados (regressão linear, coeficientes não estandardizados), 2006-2014

| | 2006 | | 2008 | | 2010 | | 2012 | | 2014 | |
|--------------------------|------------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|
| Euro norte | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P | B | E.P |
| Género (F) | -0,116 | ,083 | 0,086 | ,082 | -0,008 | ,150 | 0,141 | ,121 | -0,005 | ,179 |
| Est. civil (c) | 0,268 | ,088 | 0,283*** | ,087 | -0,141 | ,344 | -0,411** | ,153 | -0,303 | ,214 |
| Educação (s) | 1,028*** | ,085 | 1,002*** | ,085 | 0,769*** | ,152 | 0,946*** | ,123 | 1,502*** | ,179 |
| Idade | -0,012*** | ,003 | -0,013*** | ,003 | -0,012** | ,004 | 0,016*** | ,004 | -0,022*** | ,005 |
| Noruega | -0,987*** | ,115 | -0,820*** | ,115 | 0,582** | ,185 | -0,165 | ,166 | 0,622* | ,247 |
| Dinamarca | 0,245* | ,118 | 0,153 | ,113 | | | 0,445* | ,172 | 0,677** | ,248 |
| Suécia | -1,218*** | ,116 | -1,121*** | ,113 | 0,111 | ,179 | -0,840*** | ,158 | -0,438 | ,235 |
| Constante | 11,927*** | ,148 | 11,587*** | ,144 | 11,511*** | ,201 | 12,092*** | ,188 | 9,651*** | ,282 |
| R ² Ajustado | ,135*** | | ,059*** | | ,019*** | | ,044*** | | ,057*** | |
| F | (7, 5427) 61,153 | | (7,5680) 51,785 | | (6, 1731) 6,755 | | (7,2879) 20,115 | | (7,1827) 16,842 | |
| N | 5434 | | 5687 | | 1737 | | 2886 | | 1834 | |
| Euro central e ocidental | | | | | | | | | | |
| Género (F) | 0,156* | ,073 | 0,011 | ,072 | 0,192 | ,113 | 0,081 | ,107 | -0,169 | ,132 |
| Est. civil (c) | 0,316*** | ,075 | 0,195** | ,074 | -0,006 | ,223 | -0,641*** | ,125 | -0,475** | ,152 |

| | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|-------------------|-------|------------------|-------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|-------|
| Educação (s) | 1,125*** | ,076 | 0,934*** | ,074 | 1,083*** | ,116 | 1,133*** | ,109 | 1,126*** | ,135 |
| Idade | -0,011*** | ,002 | -0,015*** | ,002 | -0,015*** | ,003 | -0,012*** | ,003 | -0,016*** | ,004 |
| R. Unido | -2,609*** | ,135 | -2,675*** | ,133 | -2,580*** | ,216 | -2,562*** | ,209 | -2,980*** | ,248 |
| Bélgica | -1,036*** | ,135 | -1,615*** | ,134 | -1,517*** | ,221 | -1,461*** | ,206 | -2,374*** | ,257 |
| Holanda | -0,034 | ,133 | 0,111 | ,133 | 0,033 | ,219 | -0,158 | ,206 | -1,244*** | ,255 |
| Alemanha | -2,136*** | ,121 | -1,780*** | ,120 | -2,026*** | ,202 | -1,515*** | ,192 | -2,035*** | ,232 |
| França | -2,255 | ,133 | -2,190*** | ,131 | -2,629*** | ,219 | -2,679*** | ,204 | -3,578*** | ,250 |
| Constante | 10,771 *** | ,155 | 10,710*** | ,125 | 10,976*** | ,220 | 11,433*** | ,156 | 9,620*** | ,1246 |
| R ² _{Ajustado} | ,095*** | | ,084*** | | ,087*** | | ,095*** | | ,098*** | |
| F | (9,9702) 113,771 | | (9,9746) 100,695 | | (9,4500) 48,844 | | (9,4683) 55,804 | | (4,3189) 39,790 | |
| N | 9711 | | 9755 | | 4509 | | 4692 | | 3198 | |
| Euro leste | | | | | | | | | | |
| Género (F) | 0,053 | ,0213 | 0,087 | 0,092 | 0,186 | ,136 | 0,015 | ,139 | 0,307 | ,166 |
| Est. civil (c) | 0,036 | ,119 | 0,178 | ,095 | 0,058 | ,347 | -0,648*** | ,159 | -0,675** | ,194 |
| Educação (s) | 1,123*** | ,140 | 0,787*** | ,113 | 0,726*** | ,157 | 0,648*** | ,157 | 0,498** | ,189 |
| Idade | 0,008* | ,004 | -0,005 | ,003 | -0,005 | ,004 | 0,004 | ,004 | -0,005 | ,004 |
| Polónia | -1,267*** | ,159 | -1,316*** | ,160 | 1,241*** | ,249 | 0,605** | ,233 | -0,055 | ,261 |
| Bulgária | -2,975*** | ,178 | -3,427*** | ,152 | -0,683** | ,227 | -1,483*** | ,217 | | |

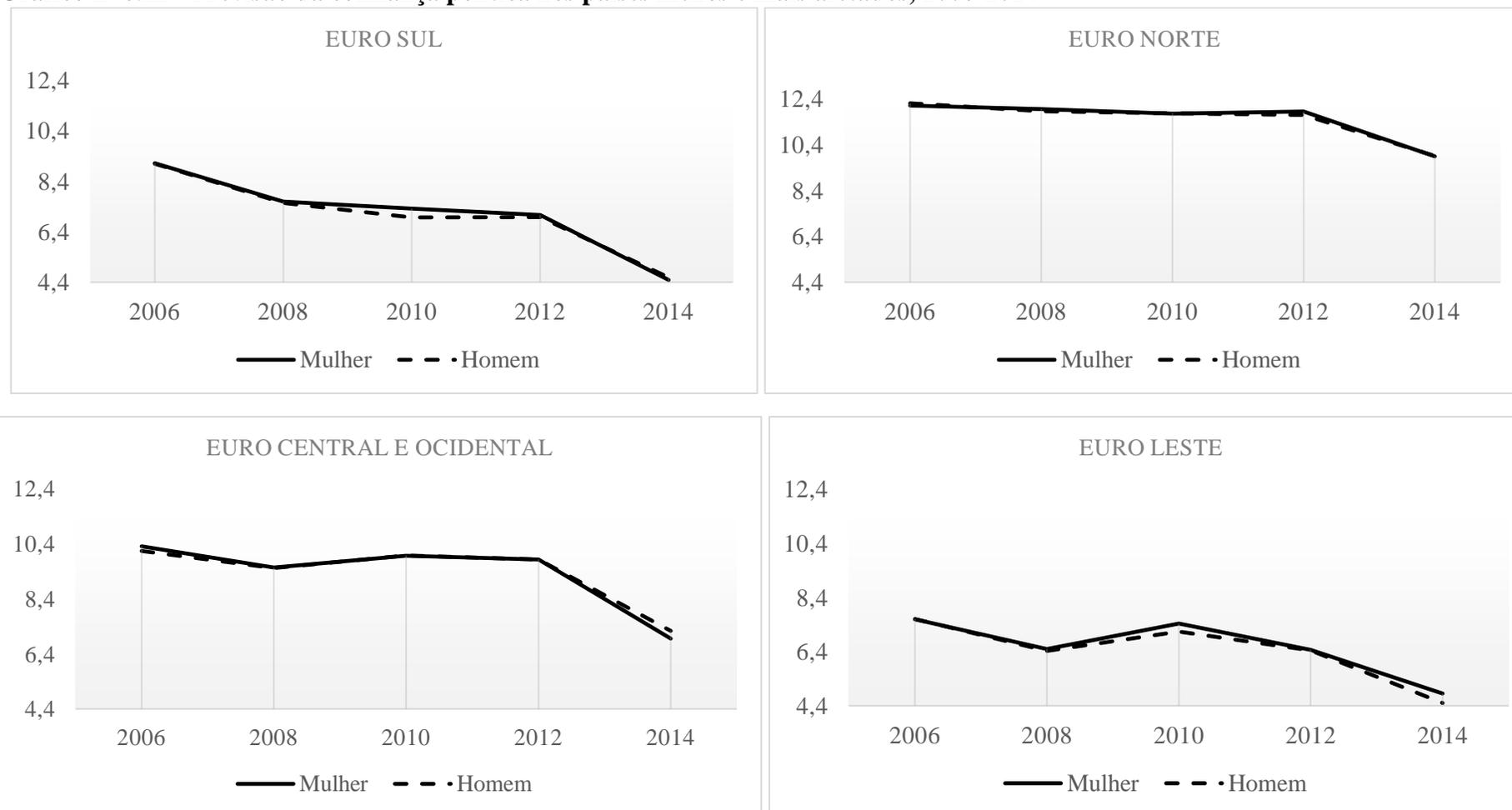
| | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|
| Hungria | 0,404* | ,101 | -1,446*** | ,149 | ,665** | ,216 | 0,788*** | ,217 | 1,181*** | ,241 |
| Eslovénia | | | .2,157*** | ,161 | 1,842*** | ,168 | 1,998*** | ,209 | 1,572*** | ,247 |
| Constante | 7,174*** | ,213 | 7,573*** | ,181 | 5,918*** | ,232 | 3,659*** | ,238 | 3,993*** | ,278 |
| R ² _{Ajustado} | ,079*** | | 0,081*** | | 0,051*** | | 0,078*** | | ,038*** | |
| F | (7,4420) 55,158 | | (8,7045) 78,610 | | (8,3721) 26,060 | | (8,3791) 41,051 | | (7,2020) 12,567 | |
| N | 4427 | | 7053 | | 3729 | | 3799 | | 2027 | |

*** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: ESS, 2006-2014.

Legenda: F – feminino; C – casado; E.P- erro-padrão

Gráfico nº 6.12 - Previsão da confiança política nos países menos e mais afetados, 2006-2014



Fonte: elaborado pelo autor com base em resultados estatísticos.

6.2.3 Conclusão

Várias pesquisas têm mostrado que mulheres e homens revelam modos de atuação diferentes relativamente às atitudes políticas. Mais concretamente, as mulheres tendem a envolver-se significativamente menos na política do que os homens, embora apresentem níveis de confiança política idênticos.

Apesar de os dados revelarem diminuição nos modos de envolvimento político de mulheres e homens, nos últimos anos, as diferenças tendem a ser consistentes e significativas. De acordo com Gidengil et al, pese embora as mulheres tenham alcançado melhores garantias na vida pública, emprego, formação, etc. desde a Segunda Vaga do Feminismo, mulheres e os homens continuam a pensar que a política é demasiada complicada para as mulheres (Gidengil et al, 2008: 536). E, para acabar com as desigualdades de género, será necessário mudar a forma como as mulheres pensam acerca da sua relação com a política (Preece, 2016: 200).

No que diz respeito à crise económica, observou-se uma contração significativa das desigualdades de género no envolvimento político de mulheres e homens nos países da Europa do sul durante o período 2010-2012, enquanto nos outros grupos de países essa tendência só começou a ser observada a partir de 2012.

No que toca à confiança política, não foi observado o surgimento das desigualdades de género em nenhum momento em análise, tanto na Europa do sul como nos países da Europa menos afetados pela crise económica.

No geral, nota-se uma descida do envolvimento político de ambos os sexos ao nível diacrónico e em particular durante a crise, tanto nos países menos afetados como nos mais afetados. Ao mesmo tempo, observa-se um declínio dos níveis de confiança de mulheres e homens nas instituições políticas em todos os grupos de países em análise. Nos países do sul, a confiança política começou a decrescer logo no início da crise económica, enquanto nos menos afetados os níveis de confiança só começaram a baixar em 2012, mantendo-se tudo o resto inalterável.

6.3 Análise da socialização política

6.3.1 A influência dos agentes de socialização nas atitudes e comportamentos políticos durante a infância e adolescência dos estudantes

6.3.1.1 A família

A generalidade dos jovens estudantes universitários entrevistados mencionaram que os parentes participam em atividades políticas como o voto e outras atividades não convencionais como manifestações, greves e assinatura de petições. No entanto, houve mais rapazes a referi-lo do que raparigas. É comum os jovens acompanharem os pais e mães nessas atividades, como afirmam dois jovens estudantes:

Votam. A minha mãe participa em greves e o meu pai, às vezes, também. Tem ido com eles? Sim. Sim, sempre (entrevistado nº 10, aluno de Direito, 20 anos);

Os meus pais são votantes. Fomos a algumas manifestações (entrevistado nº 11, aluno de Direito, 18 anos).

Relativamente às atitudes políticas, os rapazes entrevistados conversam mais sobre política com os seus parentes do que as raparigas, sendo os pais os elementos da família com quem eles mais conversam.

Foram discussões sobre política e filosofia, com o meu pai. O meu pai sempre foi um grande interessado nessas áreas. Sempre estudou muito. Ele lia algumas coisas e mandava algumas “bocas”, e ele chateava-se com o superficial e tínhamos discussões sobre isso. Profundas (entrevistado nº 11, aluno de Direito, 18 anos);

Da mesma forma, são sobretudo os rapazes entrevistados que afirmam que tinham por hábito assistir a programas de TV com os pais e as mães e, nos seus quadros de preferências enquanto telespetadores, viam programas de TV incluindo telejornal, conforme se nota nas citações abaixo:

Variávamos. Cada dia escolhíamos um programa diferente. Às vezes, telenovelas ou, às vezes, noticiários (entrevistado nº 12, aluno de Estudos Portugueses, 19 anos);

Na altura era desenhos animados, a viajar. Músicas. De vez em quando, telejornal (entrevistado nº 26, aluno de Engenharia Eletrónica e Computadores, 19 anos).

Em contraste, as raparigas entrevistadas declararam ouvir com os seus parentes programas radiofónicos diversos, incluindo notícias e debates. Elas também

mencionaram terem tido acontecimentos políticos mais marcantes durante a infância do que os rapazes:

Às vezes, quando passava uma notícia, discutíamos essa notícia, ou, há uma música... cantávamos se gostávamos da música (entrevistada nº 19, aluna de Ciências Farmacêuticas, 22 anos);

Ouvíamos música. O meu pai também ouvia TSF para estar informado. Ouvíamos música e notícias, pronto era basicamente isso (entrevistada nº 8, aluna de Direito, 22 anos).

Só participava nas campanhas políticas. Usava t-shirt. Começava a andar com aquelas bandeirinhas. Porque as crianças achavam muito engraçado. Não tínhamos noção do que era participação política. Mais as campanhas, porque havia música, dança e nós íamos lá assistir. De resto, não me lembro de nada que me tenha marcado (entrevistada nº 3, aluna de História, 24 anos);

A crise marcou-me um bocado. Houve uma altura que não havia emprego para o meu pai e para a minha mãe. Mas, depois ficou... e passou (entrevistada nº 27, aluna de Engenharia de Materiais, 18 anos).

6.3.1.2 A escola

Aparentemente, a escola proporciona mais capital político às raparigas entrevistadas do que aos rapazes. As jovens estudantes mencionaram a escola como local em que existia (no secundário) e existe (na universidade) interação entre a turma/colegas e professores. Foram as raparigas que também mencionaram participar mais no processo de eleição dos representantes das associações/organizações académicas do que os rapazes:

Sim. Nós tínhamos a disciplina de Educação Cívica que servia, às vezes, para debater questões mais sérias, posso assim dizer... mais adultas, digamos. E, também quando acontecesse alguma coisa no mundo ou no país, entretanto, há [havia] sempre essas conversas na turma. (entrevistada nº 17, aluna de Higiene Oral, 20 anos);

Eu acho que a universidade é aquele nível intelectual mais acima em que, muitas vezes, os professores, se calhar, estão a dar aulas e depois sai-lhes qualquer coisa do tipo, a queixarem-se da lei X ou de qualquer coisa que eles acham que está mal. Pronto, nesse preciso momento eu vejo como é bom as

peessoas terem opiniões e, às vezes, até gera-se alguma discussão de 5 minutos, a discutirem opiniões contrárias. E, vejo que isso acaba por puxar um bocado, assim, a pessoa a querer averiguar porque é que ele acha isso, porque é que ele acha aquilo (entrevistada nº 16, aluna de Estudos Gerais, 20 anos);

Sim. Isso participamos. Temos direito de escolher os nossos delegados. Quem nos representa nos órgãos de questão técnica dos Conselhos Pedagógicos. A faculdade dá-nos oportunidade de participar nisso, sim (entrevistada nº 24, aluna de Engenharia Informática e Computadores, 18 anos).

6.3.1.3 A comunidade

As entrevistas realizadas sugerem que os jovens rapazes têm maior relação com o meio envolvente do que as jovens raparigas. Vários rapazes afirmaram que os seus parentes trabalham em prol da comunidade, participam em assembleias e têm pessoas com papel ativo em organizações (ONG, sindicatos, movimentos sociais, etc.), como se pode constatar nas declarações dos participantes:

Nós tínhamos uma boa relação. O meu pai até foi presidente do condomínio durante muitos anos (entrevistado nº 11, aluno de Direito, 18 anos);

Costumávamos ir a vários jantares dos vizinhos e até em família... algumas reuniões do condomínio e tudo. Tínhamos alguns jantares de trabalho (mais antigamente). Mas hoje em dia não temos assim muita interação (entrevistado nº 14, aluno de Estudos Comparatistas, 18 anos);

Movimentos partidários, muitos. Eu, particularmente, pertenço a um grupo sem interesses partidários. De discussão política e formação. Tenho “montes” de amigos nas juventudes, principalmente, PSD e CDS-PP. Também na juventude bloquista, juventude comunista (entrevistado nº 11, aluno de Direito, 18 anos);

Penso que o meu tio trabalhou num sindicato. Mas, não tenho a certeza em que sindicato é que foi. (entrevistado nº 23, aluno de Engenharia Mecânica, 19 anos).

6.3.1.4 A religião

Apesar de as raparigas entrevistadas mencionarem que as suas famílias são bastante religiosas, são sobretudo os rapazes que afirmam frequentar essas atividades religiosas com os seus familiares. Nota-se, também, que mais os rapazes do que as raparigas continuam a frequentar esses locais atualmente:

Os meus pais são católicos. Também sou católico. Costumamos ir à missa todas as semanas aos sábados (entrevistado nº 18, aluno de Medicina Dentária, 21 anos);

Eu frequentei quando era menor. Deixei de frequentar e, no passado recente, voltei outra vez (entrevistado nº 20, aluno de Ciências Farmacêuticas, 21 anos).

6.4 Influência da socialização nas atitudes e comportamentos políticos dos jovens estudantes

A base de estudo da socialização política é compreender a influência que os agentes de socialização têm na vida política posterior do indivíduo. Isto é, a formação política que as crianças recebem nos primeiros anos de vida tendem a determinar as atitudes e comportamentos políticos de mulheres e homens na vida adulta. O nível de politização que o indivíduo receba dos agentes de socialização terá um contributo (favorável ou não). Quer dizer, quanto maior for o nível de politização que o indivíduo adquirir dos agentes de socialização, maior será a sua entrega em questões políticas na fase adulta (Stoker e Bass, 2011; McDevitt, 2006).

Os resultados da presente pesquisa, observaram que, na maioria dos casos, os jovens estudantes universitários que fizeram alusão a questões políticas relacionadas com um ou vários agentes de socialização tendem a afirmar-se como mais propensos a envolver-se, atualmente, na política. Esta constatação aplica-se sobretudo aos rapazes entrevistados. Os rapazes admitiram votar, discutir sobre política com colegas e familiares e obterem mais informação política do que as raparigas. Essas influências vêm das relações que foram estabelecendo com a família, a comunidade e a religião, principalmente.

Enquanto as raparigas entrevistadas mencionaram discutir mais sobre política com amigos e familiares, do que os rapazes. O facto de as raparigas discutirem política com amigos e familiares deve-se, em grande parte, ao contacto com as questões políticas que são estimuladas na escola.

Estudos representativos anteriores sublinharam que a participação em cursos cívicos está associada a um aumento significativo do nível de discussão política, do nível de conhecimento político e de eficácia política interna dos alunos (Gimpel et al, 2003). Quando comparado aos estudos de género, esses resultados parecem interessantes, visto que os estudos representativos não têm apontado a escola como um elemento que contribua para as diferenças de género que se observam na idade adulta (Gidengil et al, 2016).

6.5 Conclusão e Discussão

A literatura que trata as desigualdades de género na política é vasta. Uma das principais justificações que apresenta para os baixos níveis de participação das mulheres em matérias políticas é que elas se autoexcluem do processo político – se comparadas com homens com idênticos recursos e qualificações. Isto é, por vezes elas optam por ficar de fora devido à baixa motivação (possivelmente, auto-confiança) para participarem plenamente na arena política (Preece, 2016: 212). Uma das possíveis causas para este fenómeno são os diferentes padrões de socialização a que, geralmente, mulheres e homens são sujeitos. A família enquanto o núcleo central de socialização política tende a capacitar raparigas e rapazes de formas diferentes. Os rapazes são mais preparados para a vida lá fora enquanto as mulheres mais viradas para a vida familiar. Por exemplo, as raparigas entrevistadas indicaram os “valores” como o principal campo de influência dos seus parentes enquanto os rapazes mencionaram a “educação”, como se pode conferir nos excertos de entrevistas abaixo:

Ao nível feminino, a minha mãe educou-me como a avó dela a educou a ela, que é a ser muito “comportadinha”. Mas, até aos 12 anos, a minha mãe ensinou-me a cuidar da casa, a cozinhar – essas coisas mais femininas. É sempre determinante porque quando aprendemos algo na infância, no meu caso, a saber me comportar, a lidar com as pessoas ao nível da religião, acaba

por nos moldar e é difícil sair deste molde (entrevistada nº 3, aluna de História, 24 anos);

...da minha mãe, foi precisamente o sentido de dar e não nos agarrarmos tanto às coisas. Em que o sentido de partilha é bem mais importante do que termos bastantes coisas que não nos servirão de nada (entrevistada nº 15, aluna de Línguas, Literatura e Cultura, 20 anos);

Ajudaram-nos sempre a não depender dos outros. A ter relações pessoais e também na parte intelectual. Saber que aprender é bom e saber que o conhecimento é sempre uma coisa que se pode aumentar (entrevistado nº 26, aluno de Engenharia Eletrotécnica e Computadores, 19 anos);

Os meus pais sempre me deram muita liberdade nas minhas decisões. Com essa liberdade, também aprendi a ser um bocado mais autónomo, para ser sincero. A minha mãe também me inculca muitos os estudos. Estudar muito. Que por hábito costumo a fazer e quando não faço costumo sentir um bocado de remorsos, o que é um bocado estranho. Mas é porque ela me influenciou a fazê-lo (entrevistado nº 14, aluno de Estudos Comparatistas, 18 anos).

Conforme tem sido assinalado pelos estudos quantitativos, os agentes de socialização política desempenham um papel fundamental no que toca à orientação política do indivíduo durante o processo de maturação política. No que respeita à família, tem-se assinalado uma forte influência das mães na ligação que os seus filhos estabelecem com a política (Burns et al, 2001; Cicognani et al, 2011; Sani e Quarantana, 2015; entre outros).

Na presente pesquisa, observou-se que os pais dos entrevistados têm tido um papel de destaque na discussão sobre política com os filhos, especialmente os rapazes, ao contrário do que se assinala na literatura, onde as mães são apontadas como as principais interlocutoras (Rapoport, 1985; Burns et al, 2001; Murillo et al, 2004).

Não surpreende que as nossas conclusões apontem para que sejam os estudantes entrevistados que estiveram mais expostos a matérias de cariz político durante a infância ou adolescência (como, por exemplo, na família, escola ou comunidade), sejam os que manifestaram estar, ainda hoje, mais ligados a estas questões. Geralmente, os jovens estudantes mostraram-se mais propícios a envolverem-se nas questões políticas do que as raparigas. Os rapazes mencionaram estar mais predispostos a votar, a discutir política e a obter informação política, ao passo que as raparigas referiram que só acompanham política nos meios de comunicação, ou seja, de forma mais passiva. Curiosamente, as

raparigas e os rapazes entrevistados mostraram ter o mesmo nível de interesse pela política e níveis idênticos de filiação em organizações juvenis.

Uma das questões que nos chamou atenção foi o facto de as raparigas e de os rapazes entrevistados se predisporem pouco a participarem em atividades políticas para além do voto. Conforme observado nos estudos quantitativos, a passagem à vida adulta contribui para o declínio da participação política de raparigas e rapazes (Albacete, 2014: 196). Os jovens tendem a distanciar-se da política em parte devido à dificuldade em encontrar emprego e dado os baixos níveis de confiança que depositam nos governos (Torney-Purta et al, 1999: 13).

Infelizmente, os nossos resultados não representam o universo da população portuguesa nem o universo dos jovens estudantes universitários portugueses, pelo que se recomenda que se realizem estudos representativos em investigações futuras.

Capítulo VII – Conclusões Gerais

7.1 Objetivos da pesquisa

“Vivemos numa era de mudanças sociais e económicas massivas, incluindo as expectativas de oportunidades e o papel das mulheres na sociedade” (Burns et al, 2001: 373). Apesar das impressionantes mudanças sociais e económicas, tem-se verificado uma contínua e persistente desigualdade de género em quase todos os campos das atividades humanas nas sociedades contemporâneas.

A escassez de estudos comparativos sobre as atitudes e comportamentos políticos relacionados com a (des)igualdade de género, nos vários países na Europa do sul, levou-nos a formular três objetivos principais: primeiro, analisar a participação e as atitudes políticas de mulheres e homens nos países da Europa do sul ao longo dos tempos; segundo, verificar se a crise económica originou um possível efeito nas diferenças de género nas atitudes e na participação política, entre o período pré e pós crise económica e comparando os países mais afetados do sul com os grupos de países europeus menos afetados pela crise, tais como, países nórdicos, países europeus do centro e ocidente e do leste. Por último, tentou-se perceber, de um modo exploratório, a forma como as jovens e os jovens estudantes portugueses são politicamente socializados, procurando aferir a relação entre a socialização política e as atitudes políticas e o grau de participação política destes indivíduos na atualidade.

Com recurso à metodologia triangular, a investigação foi desenvolvida com base em dados quantitativos oriundos de bancos de dados internacionais e com base em dados qualitativos recolhidos pelo autor na cidade de Lisboa. Os dados quantitativos permitiram uma análise diacrónica e uma análise ao possível impacto da crise económica nos países da Europa do sul, enquanto o método qualitativo serviu para observar a socialização política de alguns jovens estudantes universitários portugueses e portuguesas.

7.2 Os resultados da pesquisa

Nas últimas décadas, tem-se verificado uma ligeira tendência de evolução no sentido da paridade nas assembleias nacionais (IPU, 2017), enquanto as desigualdades ao nível ministerial e de chefes de Estado (ver Norris, 2007: 730) têm-se mantido mais inalteradas. Alguns autores defendem que a inclusão de mais mulheres ao nível parlamentar, não só é vantajosa em termos de representação política e legitimidade simbólica, mas também encoraja a participação política de mulheres, no geral (Norris et al, 2004: 62), transmitindo às mulheres a mensagem de que a política é inclusiva. Para além disso, havendo mais mulheres em cargos públicos há a crença de que elas irão produzir políticas públicas mais “amigáveis” (Burns et al, 2001: 351-2).

7.2.1 Participação política

Relativamente à participação política, os nossos resultados permitem concluir que não existem desigualdades de género nos quatro países da Europa do sul, com exceção da participação convencional (para além do voto), onde as desigualdades, embora pouco acentuadas, tendem a persistir ao longo das décadas. Também Pippa Norris conclui que as mulheres põem ligeiramente menos em prática atividades políticas convencionais do que os homens (Norris, 2002: 91 e 128), porque as mulheres detêm menos recursos como tempo, dinheiro e competências cívicas que facilitam o acesso a essas atividades (Verba et al, 1995). Para além disso, os baixos níveis de interesse pela política, bem como o reduzido sentimento de eficácia política (Norris, 2002: 128) explicam as desigualdades de género nesse tipo de atividades.

Em resumo, os dados comprovaram a hipótese que considerava haver desigualdades significativas entre mulheres e homens na participação convencional em Portugal, Espanha, Grécia e Itália. Quanto à participação eleitoral, como era previsto, os resultados indicaram a não existência de diferenças de género nos países do sul da Europa.

Na presente pesquisa, observou-se que, antes do início da década de 2000, as mulheres do sul da Europa participavam significativamente menos do que os homens em atividades de protesto, como era esperado. Contudo, com a chegada do novo

milénio, o crescente desenvolvimento social, acompanhado por um elevar do nível de escolaridade de jovens e de mulheres, em especial, e a entrada massiva de mulheres no mundo laboral pago, mulheres e homens das sociedades industriais avançadas, com particular atenção aos cidadãos do mediterrâneo, perceberam que a melhor forma de as suas vozes se fazerem ouvir é participando (em grupos de famílias, amigos e colegas) em protestos antigovernamentais (Aelst e Walgrave, 2001: 481). Por conseguinte, o presente estudo observou o desaparecimento significativo das desigualdades de género a partir da década de 2000, como tem sido verificado noutras pesquisas (Burns et al, 2001; Aelst e Walgrave, 2001; Baum e Espírito-Santo, 2007), confirmando a hipótese de estudo que previa uma diminuição significativa das desigualdades de género neste tipo de participação. Na realidade, os dados vão além da hipótese.

Como é sabido, em tempos marcados por crises sociais e económicas, as(os) cidadãs(os) tendem a desafeiçoar-se do sistema político, a criticar o desempenho do governo e, conseqüentemente, os níveis de abstenção eleitoral tendem a elevar-se (Magalhães, 2014). Paralelamente, os protestos aumentam enquanto os níveis da participação política convencional diminuem (ver Norris, 1999: 261 e 263). Pessoas que avaliam negativamente o “estado da economia atual” (Kern et al, 2015; Viegas et al., 2015) são as que maior propensão revelam para participar em atividades políticas não convencionais (Freire et al, 2015).

Ao contrário dos resultados obtidos por Häusermann et al. (2013) e Kern et al. (2015), que observaram um efeito da crise económica na diferença entre mulheres e homens na participação política durante o período de recessão económica, na presente pesquisa, não se observa qualquer impacto da crise económica nas desigualdades de género tanto nos países menos quanto nos mais afetados pela crise económica. Esta afirmação aplica-se aos quatro tipos de participação política considerados, nomeadamente participação eleitoral, convencional e não convencional e comunitária.

Esses resultados confirmam as hipóteses que previam a ausência de desigualdades de género na participação eleitoral e participação não convencional nos países periféricos do sul durante o período de 2008 a 2012. Em contrapartida, os resultados rejeitam as hipóteses que previam aumento de participação nas atividades convencionais e comunitárias nos países fortemente afetados pela crise económica.

No geral, notou-se uma tendência para o aumento da participação política de ambos os sexos durante o período de crise económica, conforme observado também por Viegas et al. (2015) e Muñoz et al. (2014).

7.2.2 Atitudes políticas

Com o aumento dos níveis de segurança económica e física, as(os) cidadãs(os) das sociedades industriais avançadas vergaram-se aos valores pós-materialistas, enfatizando mais a qualidade de vida, as questões ambientais, o estatuto da mulher e de minorias étnicas, entre outras. Esta evolução levou também a um maior envolvimento político (interesse e discussão política) das pessoas nessas sociedades, bem como a uma paralela quebra de confiança nas instituições religiosas e políticas, o abandono da militância partidária, etc (Inglehart, 1997; Inglehart e Catterberg, 2002). Embora seja assinalada uma diminuição nas diferenças de género no envolvimento político (van Deth, 2000), as mulheres continuam a revelar um menor envolvimento político se comparadas com os homens (Verba et al, 1997; Preece, 2016). Muitos autores acreditam que as diferenças de género nas atitudes políticas tendem a resistir devido à exposição desigual de mulheres e homens a matérias políticas desde tenra idade (Conway et al, 1997; Morales, 1999), de forma menos vantajosa para as mulheres.

Considerando agora os resultados da presente pesquisa, observou-se que as mulheres e os homens detêm ainda atitudes políticas marcadamente distintas. Isto é, as mulheres tendem a envolver-se significativamente menos na política do que os homens, embora confiem nas instituições políticas ao longo dos tempos de forma igual aos homens. Como relatado por muitos, as desigualdades de género nas atitudes políticas persistem consistente e continuamente no envolvimento político (Verba et al, 1997; Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012; Preece, 2016). E, a tendência dos níveis do envolvimento político de mulheres e homens não é clara. Alguns autores americanos têm indiciado o aumento das diferenças de género ao nível diacrónico (Atkeson et al, 2003: 507). Enquanto os autores europeus têm realçado o declínio de envolvimento político entre mulheres e homens ao longo dos tempos (van Deth, 2000). É nessa última direção que os nossos estudos apontam.

Dadas as expetativas teóricas, os resultados confirmam a hipótese do estudo que esperava verificar diferenças de género no envolvimento político nos países da Europa do sul ao longo dos tempos. Também confirmam a hipótese que previa não notar diferenças de género nos níveis de confiança política.

Relativamente à crise económica, observou-se uma contração significativa nas desigualdades de género no envolvimento político de mulheres e homens nos países menos e mais afetados pelas políticas de austeridade durante o período 2008-2012. Isto é, as desigualdades diminuíram nesta fase de austeridade económica, quando era expectável que aumentassem.

No que diz respeito à confiança política, apenas se observou um ligeiro declínio na confiança política de mulheres e homens dos países mais afetados pela crise económica, rejeitando a nossa hipótese que esperava detetar desigualdades de género nos países do sul da Europa.

7.2.3 Socialização política

Como sublinhado anteriormente, os agentes de socialização política desempenham um papel fundamental no processo de aquisição e maturação política do indivíduo ao longo da vida. Esses agentes tendem a transmitir os ensinamentos políticos de modos variados, isto é, raparigas e rapazes tendem a ser educados de maneiras diferentes.

Estudos sobre socialização política têm mencionado que as jovens raparigas se mostram mais propensas a votar, a envolver-se em movimentos sociais e estão mais dispostas a doar dinheiro para causas sociais quando se tornarem adultas. Em contraste, os jovens rapazes afirmaram estar mais disponíveis para participar em atividades de protesto, na maioria ilegais (Torney-Purta et al, 2001: 185-6). Quando se analisam as atitudes dos jovens, não se constata diferenças de género na discussão política em casa ou com amigos (Scholzman, 2012: 196; Mayer e Schmidt, 2004; Verba et al, 2003).

Como tem sido observado geralmente por outros estudos (ver, por exemplo, Cicognani et al, 2011), também no estudo exploratório desenvolvido no âmbito da presente pesquisa se observou que os estudantes entrevistados que estiveram em contacto permanente com assuntos políticos durante a fase pré-adulta na família, na escola e na comunidade e que frequentavam uma religião com os seus parentes são também os que estão atualmente mais ligados à política. Para além disso, são os rapazes que aludem mais à prática de atividades políticas - votar, discutir política e obter informação política – e que se sentem mais envolvidos em assuntos políticos na atualidade. Por outro lado, as raparigas parecem envolver-se na política de forma mais passiva, limitando-se em grande parte a acompanhar a política através dos *media*.

7.2.4 Notas finais

Para concluir, a nossa pesquisa mostrou que a educação é a variável de controlo que mais explica as atitudes e comportamentos políticos de mulheres e homens na Europa do sul. Segundo alguns autores, a influência da educação na propensão de mulheres e homens para participar e envolver-se na política pode colocar em perigo o regime democrático na medida em que os níveis de participação decrescem, em primeiro lugar. Em segundo, mais níveis de educação despertam o “espírito” crítico dos indivíduos e, conseqüentemente, aumentam o seu envolvimento político. Cidadãos mais educados têm mais probabilidades de criar uma sociedade mais igualitária. Porque a educação produz elevados níveis de recursos políticos e sociais (Nie et al, 1996).

Seria interessante analisar as desigualdades de género nas atitudes e na participação política em zonas rurais, visto que os estudos tendem a menosprezar estas localidades. Também seria interessante estudar a ambição política de mulheres e homens para serem eleitas/nomeadas para cargos públicos (Lawless e Fox, 2004 e 2012). Por último, recomenda-se a inclusão, nos estudos de opinião pública, de questões sobre género ligadas às atitudes e à participação política nas redes sociais.

Bibliografia

- Accornero, Guya e Pedro Ramos Pinto (2015) «“Mild Mannered”? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013», *West European Politics*, 38 (3), pp. 491-515.
- Aelst, Peter van e Stefaan Walgrave (2001), “Who is that (wo)man in the street? From the normalization of the protest to normalization of the protester”, *European Journal of Political Research*, 39, pp. 461-86.
- Albacete, Gema Garcia (2014), *Young People’s Political Participation in Western Europe: Continuity or Generational Change?*, New York, Palgrave MacMilan.
- Almond, Gabriel et al. (2002), *Comparative Politics Today: A World View*, New York, Pearson Longman.
- Almond, Gabriel e Sidney Verba ([1963] 1989), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Califórnia, Sage Publications.
- Almond, Gabriel e Sidney Verba (eds.) (1980), *The Civic Culture reviseted*, Boston, Little Brown & Company.
- Almond, Gabriel e Bingham Powell ([1966] 1978), *Comparative Politics – System, Process and Policy*, Boston, Little brown & Company.
- Almond, Gabriel (1968), “Political Culture: Comparative Political System”, em Macridis, Roy C. e Bernard E. Brown (ed.), *Comparative Politics: Notes and Readings*, Illinois, The Dorsey Press, pp. 55-66.
- Almond, Gabriel e James Coleman (ed.) (1960), *The Politics of the Developing Areas*, Princeton, Princeton University Press.
- Allport, Gordon (1959), *Handbook of Social Psychology*, Reading, Addison-wesley Publishing Company, Inc.
- Armingeon, Klaus (2007), “Political Participation and Associational Involvement”, em Deth, Jan W. van et al. (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 358-83.
- Armingeon, Klaus e Besir Ceka (2013), “The loss of trust in the European Union during the great recession since 2007: The role of heuristics from the national political system”, *European Union Politics*, pp. 1-26.
- Andersen, Kristi (1975), “Working Women and Political Participation, 1952- 1972”, *American Journal of political Science*, 19 (3), pp. 439-53.
- Atkeson, Lonna Rae e Ronald B. Rapoport (2003) “Examining Gender Differences in Political Attitude Expression, 1952-2000”, *Public Opinion Quarterly*, 67, pp. 595-521.
- Babbie, Earl (1996), *Manual para la Práctica de la Investigacion Social*, Bilbao, Editorial Desclée de Brouwer.
- Ball, Alan (1977), *Modern Politics and Government*, Londres, The MacMillan Press Ltd.
- Ballington, Julie (2004), *The Implementation of Quotas: African Experience*, Estocolmo, IDEA.
- Bardin, Lawrence (2013), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Barnes, Samuel H. et al. (1979), *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills e Londres, Sage Publications.

- Bartels, Larry (2012), "Elections in Hard Times", *Public Policy Research*, 19 (1), pp. 44-50.
- Bauer, Gretchen (2008), "Fifty/Fifty by 2020", *International Feminist Journal of Politics*, 10(3), pp. 348-68.
- Baum, Michael e Ana Espírito-Santo (2012), "Portugal's quota-parity law: an analysis of adoption", *Western European Politics*, 35 (2), pp. 319-42.
- Baum, Michael e Ana Espírito-Santo (2007), "Desigualdades de género na participação Política em Portugal: uma perspetiva longitudinal", em Freire, André et al. (eds.), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses: Eleições e Cultura Política*, Lisboa, ICS Press, pp. 111-156.
- Baum, Michael e Ana Espírito-Santo (2004), "Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres", em Freire, André et al. (org.), *Portugal a Votos: As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS Press, pp. 261-298.
- Baumgarten, Brita (2013), "Geração à Rasca and Beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011", *Current Sociology*, 61 (4), pp. 457 – 473.
- Beck, Nathaniel e Jonathan N. Katz (1995), "What to do (and not to do) with Time-Series Cross-Section Data", *The American Political Science Review*, 89 (3), pp. 634-47.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Beck, Paul A. e M. Kent Jennings (1991), "Family traditions, political periods, and development of partisans orientations", *The Journal of Politics*, 53 (3), pp. 742-63.
- Beck, Paul A. e M. Kent Jennings (1982), "Pathways to participation", *The American Political Science Review*, 76 (1), pp. 94-108.
- Belchior, Ana M. et al. (2016), "Policy Congruence in a Comparative Authoritarian Regime: learning from the Angolan Case", *Journal of Asian and African Studies*, pp. 1-16.
- Belchior, Ana M. (2015), *Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, FFMS.
- Belchior, Ana M. (2010), *Democracia e Representação Partidária: A elite parlamentar e os cidadãos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Belucci, Paolo (2014), "The Political Consequences of Blame Attribution for the Economic Crisis in the 2013 Italian National Election", *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24 (29), pp. 243-63.
- Belucci, Paolo et al. (2012), "Economic crisis and elections: The European periphery", *Electoral Studies*, 31, pp. 469-71.
- Berg-Schlosser, Dirk (2012), *Mixed Methods in Comparative Politics: Principles and Applications*, Grã-Bretanha, Palgrave – MacMillan.
- Birch, Anthony H. ([2007] 1993), *The Concepts and Theories of Modern Democracy*, Londres Routledge.
- Blyth, Mark (2013), *Austeridade: A História de uma Ideia Perigosa*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Bock, Gisela e Anne Cova (orgs.) (2003), *Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th centuries*, Oeiras, Celta.
- Bolzendahl, Catherine e Clem Brooks (2007), "Women's Political Representation and the Welfare States Spending in 12 Capitalist Democracies", *Social Forces*, 4 (85).
- Bourdieu, Pierre ([1998] 2013), *A Dominação Masculina*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Bourque, Susan e Jean Grossholtz (1974), "Politics na unnatural practice: political science looks at female participation", *Politics and Society*, 4, pp. 225-66.

- Borba, Julian (2012), “Participação política: uma revisão dos modelos de classificação”, *Revista Sociedade e Estado*, 27 (2), pp. 263-88.
- Bosco, Anna e Susannah Verney (2012), “Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe, 2010-11”, *South European Society and Politics*, 17 (2), pp. 129-154.
- Brady, Henry E. (1999), “Political Participation.” Em Robinson, John P. et al. (eds), *Measures of Political Attitudes*, San Diego, Academic Press, pp. 737-801.
- Braun, Daniela e Markus Tausendpfund (2014), “The Impact of Euro Crisis on Citizens’ Support for the European Union”, *Journal of European Integration*, 36 (3), pp. 231-45.
- Brenner, Philip (2011), “Exceptional Behavior or Exceptional Identity: Overreporting of Church Attendance in the U.S.”, *Public Opinion Quarterly* 75, pp. 19–41.
- Bryman, Alan (2012), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press.
- Bryman, Alan D. Cramer (2003), *Análise de Dados em Ciências Sociais: Introdução às Técnicas utilizando o SPSS para o Windows*, Oeiras Cetla Editora.
- Bull, Anna (1997), “Class, gender and voting in Italy”, *West European Politics*, 20 (2), pp. 73-92.
- Burns, Nancy (2002), “Gender: public opinion and political action”, em Katznelson, Ira e Helen V. Milner (eds.), *Political Science: The State of the Discipline*, Washington, American Political Science Association, pp. 462-487.
- Burns, Nancy et al. (2001), *The Private Roots of Public Action: Gender, Equality, and Political Participation*, Cambridge, Harvard University Press.
- Burri, Susanne et al. (2012), *European Network of Legal Experts in the Field of Gender Equality, s.l.*, Comissão Europeia/União Europeia.
- Campbell, Angus et al. (1960), *The American Voter*, Chicago, The University of Chicago.
- Campbell, Rosie e Sarah Childs (2008), “Women’s political participation and voting”, em Childs, Sarah, *Women and British Party Politics*, New York, Routledge.
- Campbell, Rosie e Kristi Winters (2008), “Understandings men’s and women’s political interest: evidence from a study of gendered political attitudes”, *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 18 (1), pp. 53-74.
- Campbell, Rosie (2012), “What do we really know about women voters? Gender, elections and public opinion”, *The Political Quarterly*, 83 (4).
- Campbell, Rosie (2006), “Is there such a thing as a political women’s interest in Britain?”, em Chappell, Louise e Lisa Hill (ed.), *The Political of Women’s Interest: New Comparative Perspectives*, EUA e Canada, Routledge. 39-65.
- Campbell Rosie (2004), “Gender, Ideology and Issue Preference: Is there such thing as a political women’s interest in Britain?”, *Political Studies Association*, 6, pp. 20-44.
- Caprioli, Mary e Mark A. Boyer (2001), “Gender, Violence, and International Crisis”, *Journal of Conflict Resolution*, 45 (4), pp. 503-18.
- Caul, Miki (2001), “Political Parties and the Adoption of Candidate Gender Quotas: A Cross-National Analysis”, *The Journal of Politics*, 63 (4), pp. 1214-29.
- Caul, Miki (1999), “Women’s Representation in Parliament: The Role of Political Parties”, *Party Politics*, 5 (1), pp. 79-98.

- Cicognani, Elvira et al. (2011), "Gender differences in youths' political engagement and participation. The role of parents and of adolescents' social and civic participation", *Journal of Adolescence*, xxx, 1-16.
- Chodorow, Nancy (1978), *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, Berkeley, University of California Press.
- Chrysochoou, Xenia et al. (2013), "Facing the Economic Crisis in Greece: The Effects of Grievances, Real and Perceived Vulnerability, and Emotions Toward the Crisis on reactions to Austerity Measures", *Journal of Social Science Education*, 12 (1).
- Coffé, Hilde e Catherine Bolzendahl (2011), "Gender gaps in political participation across Sub-Saharan African Nations", *Social Indicators Research*, 102, pp. 245-264.
- Coffé, Hilde e Catherine Bolzendahl (2010), "Same Game, Different Rules? Gender Differences in Political Participation", *Sex Roles*, 62, pp. 318-33.
- Coleman, James S. (1990), *Foundations of Social Capital*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Conover, Pamela J. (1988), "Feminists and Gender Gap", *Journal of Politics*, 50 (4).
- Conway, M. Margaret (2000), *Political Participation in the United States*, Washington, CQ Press.
- Conway, M. Margaret et al. (1997), *Women and Political Participation: Cultural Change in the Political Arena*, Washington, CQ Press.
- Cooper, Joel et al. (2016), *The Science of Attitudes*, New York and London, Routledge.
- Corbetta, Piergiorgio e Nicoletta Cavazza (2008), "From the parish to the polling booth: Evolution and interpretation of the political gender gap in Italy, 1968-2006", *Electoral Studies*, 27, 272-284.
- Costantini, Edmond (1990), "Political Women and Political Ambition: Closing the Gender Gap", *American Journal of Political Science*, 34 (3), 741-770.
- Cova, Anne (2010), "International Feminism in Historical Comparative Perspective: France, Italy and Portugal, 1880s-1930s", *Women's History Review*, 19 (4), pp. 595-612.
- Creswell, John W. (2014), *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*, London, Sage Pub.
- Creswell, John W. e Vicki P. Clark (2011), *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. Thousand Oaks, Sage Pub.
- Cross, William e Lisa Young (2008), "Factors influencing the decision of the young politically engaged to join a political party", *Party Politics*, 14 (3), 345-69.
- Cunningham, Mick (2001), "The influence of parental attitudes and behaviors on children's attitudes toward gender household labor early adulthood" *Journal of Marriage and Family*, 63, pp. 111-22.
- Dahl, Robert et al. (eds) (2003), *The Democracy SourceBook*, Londres, Massachusetts Institute of Technology.
- Dahl, Robert ([1956] 2006), *A Preface to Democratic Theory: Expanded Edition*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Dahlerup, Drude e Lenita Freidenvall (2005), "Quotas as a «Fast Track» to Equal Political Representation for Women: Why Scandinavianis no Longer the Model", *International Feminist Journal of Politics*, 7(1), pp. 25-48.

- Dalton, Russel e Christian Welzel (ed.) (2014), *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Dalton, Russell et al. (2010), "The individual-institutional nexus of protest". *Brithish Journal of Political Science*, 40 (1), pp.51-73.
- Dalton, Russell J. E Hans-Dieter Klingemann (2007), "Citizens and Political Behavior", em Dalton, Russell J. E Hans-Dieter Klingemann (ed.), *The Oxford Dandbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp.3-26.
- Dalton, Russell e Martin Wattenberg (ed.) (2000), *Parties without partisans: political chnge in advanced industrial democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- Dalton, Russell et al (2009), "The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour", *British Journal of Political Science*, 40(1), pp. 51–73.
- Dalton, Russell (2006), "Social Modernization and the End of ideology Debate: Patterns of Ideological Polarization", *Japanese Journal of Political Science*, 7 (1).
- Dalton, Russell (2000), "Citizen Attitudes and Political Behavior", *Comparative Political Studies*, 33 (6/7), pp. 912-40.
- Dalton, Russell (1988), *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in advanced Industrial Democracies*, New Jersey, Chatam House Publisher.
- Dalton, Russell (1982), "The Pathway of Parental Socialization", *American Politics Quarterly*, 10 (2), pp. 139-57.
- Della Porta, Donatella (ed.) (2014), *Methodological Practices in Social Movement Research*, Oxford, Oxford University Press.
- Delli Carpini, Michael e Scott Keeter (1992), "Gender and Political Knowledge", em Rinehart, Sue T. e Jyl Josephson (eds.), *Gender and American Politics*, Armonk, M. E. Sharpe, pp. 21-52.
- Delli Carpini, Michael e Scott Keeter (1992), "The Gender Gap in Political Knowledge", *The Public Perspective*, 3 (5), pp. 23-26.
- Delwit, Pascal (2013), "The End of Voters in Europe? Electoral Turnout in Euroep Since WWII", *Open Journal of Political Science*, 3 (1), pp. 44-52.
- Dennis, Jack (1968), "Major problems of political socialization research", *Midwest Political Science Association*, 12 (1), pp. 85-114.
- Denters, Bas et al. (2007), "Political confidence in representative democracies: socio-cultural vs. Political explanations" em van Deth, Jan W. et al. (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 66-87.
- DeVellis, Robert (2003), *Scale Development: Theory and Applications*, London, Sage Pub.
- Djupe, Paul et al. (2007), "Present but Not Accounted For? Gender Diferences in Civic Resource Acquisition", *American Journal of Political Science*, 51 (4), pp. 906-20.
- Diamandouros, P. Nikiforos e Richard Gunther (eds.) (2001), *Parties, Politics and Democracy in the New Southern Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press.
- Dolan, Kathleen (2011), "Do women and men know differences things? Measuring gender differences in political knowledge", *The Journal of Politics*, pp. 97-107.
- Duchen, Claire (1994), *Women´s Rights and Women´s lives in France 1944-1968*, Nova Iorque e Londres, Routledge.

- Duverger, Maurice (1955), *The political Role of Women*, Paris, UNESCO.
- Easton, David. e Jack Dennis (1973), “The child’s image of government”, em Dennis, Jack (ed.), *Socialization to politics: A reader*, New York: Wiley, pp. 59–81.
- Eckstein, Katharina et al. (2012), “Attitudes toward political engagement and willingness to participate in politics: Trajectories throughout adolescence”, *Journal of Adolescence*, 35, 485-95.
- Einolf, Christopher (2011), “Gender Differences in the Correlates of Volunteering and Charitable Giving”, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(6), pp. 1092-1112.
- Espírito-Santo, Ana (2011), *The Symbolic Value of Descriptive Representation: The Case of Female Representation*, Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais e Política, Florença, Universidade do Instituto Europeu.
- Estanque, Elísio (2011), *A Classe Média: Ascensão e Declínio*, FFMS.
- Evers, Jeanino (2011), From the past into the future. How technological Developments Change Our Ways of data Collection, Transcription and Analysis, *Forum: qualitative social research*, 12 (1).
- Fernandes, Tiago (2015), “Rethinking pathways to democracy: civil society in Portugal and Spain, 1960s–2000s”, *Democratization*, 22 (6), pp. 1074-1104.
- Ferreira, Virgínia e Rosa Monteiro (2013), *Trabalho, Igualdade e Diálogo Social – Estratégias e desafios de um percurso*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego.
- Ferreira, Virgínia (2013), “Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal”, em Karamessini, Maria e Jill Rubery (ed.), *Women and Austerity: The economic Crisis and the Future for Gender Equality*, London, Routledge, pp. 207-28.
- Ferreira, Virgínia (2000), “Sexualizando Portugal”, em Pinto, António Costa (ed.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur.
- Field, Andy (2009), *Discovering Statistics using SPSS*, Los Angeles, Sage.
- Flanagan, Constance (2003), “developmental roots of Political Engagement”, *PS: Political Science and Politics*, 36 (2), pp. 257-61.
- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- Fonseca, Pedro et al. (2007), “Acordo inter-juízes: o caso do coeficiente kappa”, *Laboratório de Psicologia*, 5 (1), pp. 81-90.
- Font, Joan et al. (ed.) (2014), *Participatory Democracy in Southern Europe: Causes, Characteristics and Consequences*, Londres e Nova Iorque, Rowman & Little Field.
- Fox, Richard L. e Jennifer L. Lawless (2011), “Gendered Perceptions and Political Candidacies: A Central Barrier to Women’s Equality in Electoral Politics”, *American Journal of Political Science*, 55 (1), pp. 50-73.
- Fox, Richard L. e Jennifer L. Lawless (2010), “If Only They’d Ask: Gender, Recruitment, and Political Ambition”, *The Journal of Politics*, 72 (2), pp. 310-326.
- Fox, Richard L. e Jennifer L. Lawless (2005), “To Run or not Run for Office: Explaining Nascent Political Ambition”, *American Journal of Political Science*, 49 (3), pp. 642-659.
- Frangoudaki, Anna e Caglar Keyder (ed.) (2007), *Ways to Modernity in Greece and Turkey: Encounters with Europe, 1850-1950*, Londres, I. B. Tauris & Co Ltd., pp. 150-75.
- Franklin, Mark et al. (1992), *electoral change: responses to evolving democracies since 1945*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Frazer, Elizabeth e Kenneth MacDonald (2003), “Sex Differences in Political Knowledge in Britain”, *Political Studies*, 51, pp. 67-83.
- Freire, André e Kats Kivistik (2015), “Authoritarian legacies and mass left-right regime support in new democracies: The Baltic States and Southern Europe Compared”, *Comparative European Politics*, pp. 1-22. Disponível em: doi:10.1057/cep.2015.25.
- Freire André et al. (org.) (2015), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisboa, Edição Assembleia da República.
- Freire et al. (ed.) (2015b), *Political Representation in Times of Bailout: Evidence from Greece and Portugal*, Londres, Routledge.
- Freire, André et al. (2014), “Political Representation in Bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal Compared”, *South European Society and Politics*, 19 (4), pp. 413-433.
- Freire, André et al. (eds.) (2007), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses: Eleições e Cultura Política*, Lisboa, ICS.
- Freire, André et al. (2005), *Comportamentos e Atitudes Políticas 1973-2002 – Inquéritos e Base de Dados*, Lisboa, ICS.
- Freire, André e José Santana-Pereira (2012), “Economic Voting in Portugal, 2002-2009”, *Electoral Studies*, 31, pp. 506-12.
- Freire, André e Pedro Magalhães (2002), *Abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa, ICS.
- Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia Comparada: Portugal, Grécia e Espanha na Perspetiva Comparada*, Lisboa, ICS.
- Freire, André e Michael Baum (2000), “Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos de aborto e da regionalização”, *Análise Social*, XXXVI(158-9), pp. 9-41.
- Gabriel, Oscar W. e Jan van Deth (1995), “Political Interest”, em van Deth, Jan e Elinor Scarbrough (ed.), *The Impact of Values*, Oxford, Oxford University Press, pp. 390-411.
- Gago, Elvira G. e Marcelo S. Kirzner (2013), “Women, gender equality and the economic crisis in Spain”, em Karamessini, Maria e Jill Rubery (ed.), *Women and Austerity: The economic Crisis and the Future for Gender Equality*, London, Routledge, pp. 228-47.
- Galai, Carol e André Blais (2014), “A call of duty in hard times: Duty to vote and the Spanish Economic Crises”, *Research and Politics*, 20 (4), pp. 1-8.
- Gallego, Aina (2007), “Inequality in Political Participation: Contemporary Patterns in European Countries”, *Center for the Study of Democracy*.
- Gauthier, Benoît e Jean Turgeon (2003), “Os Dados Secundários”, em Gauthier, Benoît (Org.), *Investigação Social. Da Prática a Colheita de Dados*, Loures, Lusociência, pp. 417-446.
- Gerring, John (2017), “Qualitative Methods”, *Annual Review of Political Science*, 20, pp. 15-36.
- Ghiglione, Rodolph e Benjamin Matalon (2005), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.
- Giger, Nathalie (2009), “Towards a modern gender gap in Europe? A comparative behavior of voting in 12 countries”, *The Social Science Journal*, 46, pp. 474-492.
- Gidengil, Elisabeth et al. (2016), “Political Socialization and Voting: The Parent-Child Link in Turnout”, *Political Research Quarterly*, 69 (2), 373-83.

- Gidengil, Elisabeth et al. (2010), “Her Mother’s Daughther? The Influence of Childhood Socialization on Women’s Political Engagement”, *Journal of Women, Politics and Policy*, 31 (4), pp. 334-55.
- Gidengil, Elisabeth et al. (2008), “The Gender Gap in Self-Perceived Understandig of Politics in Canada and The US”, *Politics & Gender*, 4, 535-61.
- Gimpel, James et al. (2003), *Cultivating Democracy: Civic environments and Political Socialization in America*, Washington, Brookings Institution Press.
- Glass, Jennifer et al. (1986), “Attitude Similarity in Three-Generation Families: Socialization, Status, inheritance, or Reciprocal Influence?” *American Sociological Review*, 51 (5), pp. 685-98.
- González, Maria José et al. (eds.) (2000), *Gender Inequalities in Southern Europe: Woman, Work and Welfare in the 1990s*, Londres, Franck Cass Publihers.
- Gorjão, Vanda (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina no Estado Novo*, Lisboa, ICS.
- Gough, Ian e Geof Wood (eds.) (2008), *Insecurity and Welfare regimes in Asia, Africa and Latim America: Social Policy in Development Contexts*, Cambridge., Cambridge University Press.
- Gray, Mark M. et al. (2006), “Women and Globalization: A Study of 180 Countries, 1975-2000”, *International Organization*, 60, pp. 293-333.
- Greenlee, Jill S. et al. (2014), “Making it Personal: Assessing the Impact of In-Classe Exercises on Closing the Gender Gap in Political Ambition”, *Journal of Political Science Education*, 10, pp.48-61.
- Greenstein, Fred I. (1970), “A Note on the Ambiguity of ‘Political Socialization’: Definitions, Criticisms, and Strategies of Inquiry”, *The Journal of Politics* 32 (4), pp. 969–78.
- Greenstein, Fred I. (1965), *Children and politics*, New Heaven & London, Yale University Press.
- Grusec, Joan e Paul Hastings (2015), *Handbook of Socialization: Theory and Research*, New York, The Guilford Press.
- Gunther, Richard et al. (ed.) (2006), *Democracy and the State in the new Southern Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- Gunther, Richard et al. (ed.) (1995), *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press.
- Gurin, Patricia (1985), “Women’s Gender Consciousness”, *Public opinion Quarterly*, 49, pp. 143-63.
- Hair, Joseph et al. (2009). *Multivariate Data Analysis*, Upper Saddle River, Pearson.
- Hardy, Melissa e Alan Bryman (ed.) (2004), *Handbook of Data Analysis*, Londres, Sage Publications Ltd, pp. Cap. 15 e 17.
- Häusermann, Silja et al. (2013), “The hidden side of turnout”, paper submitted for presentation at the 2013 EUDO Dissemination Conference *Elections in Europe in Times of Crisis at the European University Institute in Florence* on November 28 and 29, 2013.
- Healy, Andrew e Neil Malhotra (2013), “Childhood Socialization and Political Attitudes: Evidence from a Natural Experiment”, *The Journal of Politics*, 75 (4), pp. 1023-37.

- Held, David (2006), *Models of Democracy*, Cambridge, Polity Press.
- Hess, Robert D. e Judith V. Torney (1967), *The Development of Political Attitudes in Children*, Chicago, Aldine Publishing Company.
- Hettne, Björn (2005), “Beyond the ‘new’ regionalism”, *New Political Economy*, 4 (10), pp. 543-571.
- Hooghe, Marc (2012), “Taking to the Street: Economic Crises and Youth Protest in Europe”, *Harvard International Review*.
- Hooghe, Marc e Ellen Claes (2009), “Civic Education in Europe” em Youniss, James e Peter Levine (ed.), *Engaging Young People to Civic Life*, Nashville, Vanderbilt University Press.
- Hooghe, Marc e Britt Wilkenfeld (2008), “The stability of political attitudes and behaviors across adolescence and early Adulthood: A Comparison of Survey Data on Adolescents and Young Adults in Eight countries”, *Journal of Youth Adolescence*, 37, pp. 155-67.
- Hooghe, Marc e Dietlind Stolle (2004), “Good girls go to the polling booth, bad boys go everywhere: gender differences in anticipated political participation among American fourteen-years-olds”, *Women & Politics*, 26 (3/4).
- Humphries, Stan (2001), “Who’s Afraid of the Big, Bad Firm: The Impact of Economic Scale on Political Participation”, *American Journal of Political Science*, 45 (3), pp. 678-700.
- Hyman, Herbert (1959), *Political Socialization: A Study in the Psychology of Political Behavior*, Nova Iorque e Londres, The Free Press.
- IDEA (2014), *Electoral gender quotas – a major electoral reform*, Estocolmo, IDEA.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*, Princeton, Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture shift in advanced industrial society*, Princeton, Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1979), “Political Action: The impact of values, cognitive level, and social background”, em Barnes, Samuel H. et al, *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills e Londres, Sage Publications, pp. 343-80.
- Inglehart, Ronald e Christian Welzel (2005), *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Inglehart, Ronald e Pippa Norris (2003), *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Inglehart, Ronald e Gabriela Catterberg (2002), “Trends in political action: the development trend the post-honeymoon decline”, *International Journal of Comparative Sociology*, 43 (3-5), pp. 300-316.
- Inglehart, Ronald e Pippa Norris (2000), “The Developmental Theory of the Gender Gap: Women’s and Men’s Behavior in Global Perspective”, *International Political Review*, 4 (21), pp. 441-463.
- Inglehart, Margaret L. (1981), “Political Interest in Western European Women: An Historical and Empirical Comparative Analysis”, *Comparative Political Studies*, 14 (3), pp. 299-326.
- Jennings, M. Kent et al. (1990), *Continuities in Political Action: A longitudinal study of political orientations in three Western democracies*, Berlim e Nova Iorque, Walter de Gruyter.

- Jiménez, Antonia M. Ruiz (2009), “Women and decision-making participation within rightist parties in Portugal and Spain”, *Análise Social*, XLIV (191), pp. 235-63.
- Kaase, Max (2007), “Perspective on Political Participation”, em Dalton, Russell J. e Hans-Dieter Klingemann (ed.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 783-96.
- Kaase, Max e Kenneth Newton (1995), *Beliefs in Government*, Oxford, Oxford University Press.
- Kaase, Max (1990), “Mass participation”, em Jennings, M. Kent et al. (1990), *Continuities in Political Action: A longitudinal study of political orientations in three Western democracies*, Berlim e Nova Iorque, Walter de Gruyter, pp. 23-64.
- Kaase, Max e Alan Marsh (1979), “Political Action: A Theoretical Perspective”, em Barnes, Samuel H. et al. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills e Londres, Sage Publications, pp. 27-56.
- Kaase, Max e Alan Marsh (1979b), “Political Action Repertory: Changes over Time and a New Typology”, em Barnes, Samuel H. et al. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills e Londres, Sage Publications, pp. 137-66.
- Kanavagh, Dennis (1980), “Political culture in Great Britain: The decline of the civic culture”, em Almond, Gabriel e Sidney Verba (eds.) (1980), *The Civic Culture revisited*, Boston, Little Brown & Company, pp. 124-76.
- Kantola, Johanna e Emanuela Lombardo (eds.) (2017), *Economic Crisis in Europe: Politics, Institutions and Intersectionality*, London, Routledge.
- Karamessini, Maria (2013), “structural crisis and adjustment in Greece: social regression and Challenge to gender equality”, em Karamessini, Maria e Jill Rubery (ed.), *Women and Austerity: The economic Crisis and the Future for Gender Equality*, London, Routledge, pp. 165-87.
- Karamessini, Maria e Jill Rubery (ed.) (2013), *Women and Austerity: The economic Crisis and the Future for Gender Equality*, London, Routledge.
- Karp, Jeffrey e Susan Banducci (2008), “When politics is not just a man’s game: women’s representation and political engagement” *Electoral Studies*, 27, pp. 105-15.
- Kenworthy, Lane e Melissa Malami (1999), “Gender inequality in political representation: a worldwide comparative analysis”, *Social Forces*, 78 (1), pp. 235-269.
- Kern, Anna et al. (2015), “Economic Crisis and Levels of Political Participation in Europe (2002-2010): The Role of Resources and Grievances”, *West European Politics*, 38 (3), pp. 465-90.
- Kiecolt, K. Jill e Laura E. Nathan (1985), *Secondary Analysis of Survey Data*, Londres, Sage.
- King, Gary, Robert O. Keohane e Sidney Verba (1994), *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, Princeton, Princeton University Press.
- Kittel, Bernhard (1999), “Sense and sensitivity in pooled analysis of political data”, *European Journal of Political Research*, 35, pp.225-53.
- Kittilson, Miki Caul (2016), “Gender and Political Behaviour”, *Oxford Research Encyclopedia of Politics*.
- Kittilson, Miki Caul e Leslie A. Schwindt-Bayer (2012), *The Gendered effects of Electoral Institutions: Political Engagement and Participation*, United Kingdom, Oxford UP.

- Kittilson, Miki Caul (2008), “Representing Women: The Adoption of family Lace in Comparative Perspective”, *The Journal of Politics*, 70 (2), pp. 323-334.
- Kollman, Ken (1998), *Outside Lobbying: Public Opinion and Interest Group Strategies*, Princeton, Princeton University Press.
- Knack, Stephen e Martha Kropf (1998), “For Shame! The Effect of Community Cooperative Context on the Probability of Voting”, *Political Psychology*, 10 (3), pp. 585-99.
- Knack, Stephen (1992), Civic Norms, Social Sanctions, and Voter Turnout”, *Rationality and Society*, 4 (2), pp. 133-56.
- Kroknes, Veronica Fagerland et al. (2015), “Economic Performance and Political Trust: The impact of the financial crisis on European citizens”, *European Societies*, 17 (5), pp. 700-23.
- Krugman, Paul (2012), *Acabem com esta crise*, Lisboa, Editorial Presença.
- Lancelot, Alain (1974), *As Atitudes políticas*, Amadora, Livraria Bertrand.
- Landman, Todd (2008), *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Laureano, Raúl (2013), *Testes de Hipóteses com o SPSS: O meu Manual de Consulta Rápida*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Lawless, Jennifer L. E Richard L. Fox (2012), *Men Rule: The Continued Under-Representation of Women in U. S. Politics*, Washington, Women and Politics Institute.
- Lawless, Jennifer L. (2004), “Politics of Presence: Women in the House and Symbolic Representation”, *Political Research Quarterly*, 57 (1), pp. 81-99.
- Lewis-Beck, Michael e Richard Nadeau (2012), “Pigs or not? Economic voting in Southern Europe”, *Electoral Studies*, 31, pp. 472-77
- Lijphart, Arendt (1997), “Unequal Participation: democracy’s Unresolved Dilemma”, *The American Political Science Review*, 91 (1), 1-14.
- Lijphart, Arendt (1971), “Politics and the Comparative Method”, *The American Political Science Review*, 3 (65), pp.682-693.
- Lim, Jie-Hyun e Karen Petrone (ed.) (2010), *Gender Politics and Mass Dictatorship: Global perspectives*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan.
- Linchbach, Mark I. e Alan S. Zuckerman (ed.) (1997), *Comparative Politics: Rationality, culture, and structure*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 42-80.
- Lipset, Seymour (1960), *Political Man: The Social Basis of Politics*, New York, Doubleday.
- Lobo, Marina C. e Michael Lewis-Beck (2012), “The integration hypothesis: How the European Union shapes economic voting”, *Electoral Studies*, 31 (3), pp. 522-528.
- Long, J. Scott e Jeremy Freese (2014), *Regression Models for Categorical Dependente Variables using Stata*, Texas, Stata Press Pub.
- Lovenduski, Joni e Pippa Norris (ed.) (1993), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications Ltd.
- Lowndes, Vivien (2000), “Women and Social Capital: A Comment on Hall's 'Social Capital in Britain’”, *British Journal of Political Science*, 30 (3), pp. 533-537.
- Magalhães, Pedro C. (2014), “Introduction – Financial Crisis, Austerity, and Electoral Politics”, *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24 (2), pp. 125-133.
- Magalhães, Pedro (2008), “Redes sociais e participação eleitoral em Portugal”, *Análise Social*, 21-3 (3), pp. 473-504.

- Magalhães, Pedro (2004), “Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político”, em Freire et al. (orgs.), *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 333-61.
- Marien, Sofie et al. (2010), “Inequalities in non-institutionalised Forms of Political Participation: A Multi-Level Analysis”, *Political Studies*, 58, pp. 187-213.
- Marôco, João (2014), *Análise Estatística com o SPSS statistics*, Portugal, Report number.
- Marsh, Alan e Max Kaase (1979a), “Measuring Political Action”, em Barnes, Samuel H. et al. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills e Londres, Sage Publications, pp. 57-96.
- Marsh, Alan e Max Kaase (1979b), “Background of political action”, em Barnes, Samuel H. et al. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills e Londres, Sage Publications, pp. 97-136.
- Martín, Irene e Ignacio Urquizu-Sancho (2012), “The 2011 General election in Spain: The Collapse of the Socialist Party”, *South European society and Politics*, 17 (2), pp. 347-63.
- Martín, Irene e Jan W. van Deth (2007), “Political Involvement”, em Deth, Jan W. van et al. (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 303-333.
- Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação Política e Democracia: O Caso Português (1976-2000)*, Lisboa, ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa.
- Matland, Richard E. e Kathleen A. Montgomery (eds.) (2003), *Women’s Access to Political Power in Post-Communist Europe*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Matland Richard E. (1998), “Women’s representation in national legislature: developed and developing countries”, *Legislative Studies Quarterly*, 1 (23), pp. 107- 129.
- Maxwell, Kenneth (1995), *The Making of Portuguese Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mayer, Jeremy D. e Heather M. Schmidt (2004), “Gendered political socialization in four contexts: political interest and values among junior high school students in China, Japan, Mexico, and the United States”, *The Social Science Journal*, 41, pp. 393-407.
- Mazey, Sonia (1995), “The development of EU equality policies: bureaucratic expansion on behalf of women?”, *Public Administration*, 73, pp.591-609.
- McDevitt, Michael (2004), “The Partisan Child: Developmental Provocations as a Model of Political Socialization”, *International Journal of Public Opinion Research*, 18 (1)
- McDevitt, Michael e Steven Chaffee (2002), “From top-down to trickle-up influence: Revisiting assumptions about the family political socialization”, *Political Communication*, 19 (3), pp. 281-301.
- McFarland, Daniel e Reuben Thomas (2006), “Bowling Young: How Youth Voluntary Associations Influence Adult Political Participation”, *Sociological Review*, 71, (3), pp. 401-25.
- Mendelberg, Tali et al. (2014), “Gender Inequality in Deliberation: Unpacking the Black Box of Interaction”, *Perspectives on Politics*, 12 (1), pp. 18-44.
- Merritt, Sharyne (1982), “Sex Roles and Political Ambition”, *Sex Roles*, 8 (9).
- Milbrath, Lester (1960), “Predispositions toward Political Contention”, *The Western Political Quarterly*, 13 (1), pp. 5-18.

- Milbrath, Lester W. e M. L. Goel ([1965] 1977), *Political Participation*, Lanham, University Press of America.
- Morales, Laura (1999), “Political participation: exploring the gender gap”, *South Europe Society & Politics*, 4 (2), pp. 223 -247.
- Mosley, Layna (2013) (ed.), *Interview Research in Political Science*, Ithaca, Cornell University Press.
- Muñoz, Jordi et al. (2014), ‘Empowering Cuts? Austerity Policies and Political Involvement in Spain’, em Kumlin, Staffan e Isabelle Stadelmann-Steffen (eds.), *How Welfare States Shape the Democratic Public*. Cheltenham, Edward Elgar, pp. 19–40.
- Múrias, Cláudia (2015), “Experiências de conciliação: Analisando as relações de gênero durante a atual crise econômica”, *ex aequo*, (32), pp. 101-15.
- Newton, Kenneth e Jan W. van Deth (2010), *Foundations of Comparative Politics: Democracies of the Modern World*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Newton, Kenneth (2007), “Social and Political Trust”, em Dalton, Russell J. e Hans-Dieter Klingemann (ed.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 342-61.
- Newton, Kenneth (1999), “Social and Political Trust in Established Democracies”, em Norris, Pippa (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press, pp. 169-87.
- Newton, Kenneth e Pippa Norris (2000), “Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance?” em Pharr, Susan e Robert Putman (eds.) *Disaffected Democracies*, Princeton, Princeton University Press, pp. 52-73.
- Nie, Norman H. et al. (1996), *Educational and Democratic Citizenship in America*, Chicago, The University of Chicago.
- Norris, Pippa et al. (2006), “Does protest signify disaffections? Demonstrators in postindustrial democracy?”, em Torcal, Mariano e José M. Monteiro (orgs.), *Political disaffection in contemporary democracies*, London, Routledge, pp. 279-307.
- Norris, Pippa et al. (2005), “Who demonstrate? Antistate rebels, conventional participants, or everyone?”, 37 (2), pp. 189-205.
- Norris, Pippa et al. (2004), *Gender and Political Participation*, Londres, The Electoral Commission.
- Norris, Pippa et al. (1999), *On Message: Communicating the Campaign*, London, Sage Pub.
- Norris, Pippa e Ronald Inglehart (2009), *Cosmopolitan Communications: Cultural Diversity in a Globalized World*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, Pippa e Ronald Inglehart (2004), *Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, Pippa e Ronald Inglehart (2001), “Woman and Democracy: Obstacles to Equal Representation”, *Journal of Democracy*, 3 (12).
- Norris, Pippa e Joni Lovenduski (1995), *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris Pippa (2011), *Democratic deficit: critical citizens revisited*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Norris Pippa (2007a), “New feminist challenges to the study of political engagement”, em Dalton, Russell J. E Hans-Dieter Klingemann (ed.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 724-43.
- Norris Pippa (2007b), “Political Activism: New Challenges, New Opportunities”, em Boix, Carles e Susan C. Stokes (ed.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 628-49.
- Norris, Pippa (2006), “The Impact of Electoral Reform on Women’s Representation”, *Acta Política*, 41, pp. 197-213.
- Norris, Pippa (2004), “Young people and political activism: From the politics of loyalties to the politics of choice?” Paper presented at the conference Civic Engagement in the 21st Century: Toward a Scholarly and Practical Agenda, University of Southern California, Los Angeles, CA.
- Norris, Pippa (2003), “The gender gap: old challenges, new approaches” em Carroll, Susan (ed.), *Women and American Politics*, New York, Oxford University Press, pp.146-70.
- Norris, Pippa (2002), *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, Pippa (2000), *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, Pippa (2000a), “Breaking the Barriers: Positive Discrimination Policies for Women”, em Klausen, Jyette e Charles S. Maier (eds.), *Has Liberalism Failed Women? Parity, Quotas and political Representation*, Nova Iorque, St Martin’s Press.
- Norris, Pippa (2000b), “The Impact of Television on civic malaise” em Pharr, Susan J. e Robert D. Putman (ed.), *Disaffected democracies: What’s troubling the Trilateral Countries?*, Princeton, Princeton University Press, 231-51.
- Norris, Pippa (ed.) (1999), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press, pp. 257-72.
- Núncio, Maria J. S. (2008), *Mulheres em Dupla Jornada: Conciliação entre trabalho e a Família*, Lisboa, ISCSP.
- Nye Jr, Joseph (2002), *O Paradoxo do Poder Americano: Por que é que a única superpotência mundial não pode atuar isoladamente*, Portugal, Gradiva.
- O’Connor, Julia (1996), “From Women in the Welfare State to Gendering Welfare State Regimes”, *Current Sociology*, 44 (2).
- OCDE (2004), *Babies and Bosses (vol. 3)*, Paris, OCDE.
- Offen, Karen (2000), *European Feminism: 1700-1950*, Stanford e Califórnia, Stanford University Press.
- Orloff, Ann Shola (1996), “Gender in the Welfare State”, *Annual Review of Sociology*, 22, pp. 51-78.
- Palmer, Barbara e Dennis Simon (2003), “Political Ambition and Women in the U. S. House of Representatives, 1916-2000”, *Political Research Quarterly*, 56 (2), 127-38.
- Parry, Geraint et al. (1992), *Political Participation and Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Pasquino, Gianfranco (2010), *Curso de Ciência Política*, Cascais, Princípia Editora.

- Pattie, Charles et al. (2004), *Citizenship in Britain: Values, Participation and Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Pateman, Carole (1994), “Feminism and Democracy”, em Turner, Bryan e Peter Hamilton (ed.), *Citizenship Vol. II – Critical Concepts*, Londres, Routledge, pp. 372-85.
- Pateman, Carole (1980), “The civic culture: A philosophic critique”, em Almond, Gabriel e Sidney Verba (eds.) (1980), *The Civic Culture reviseted*, Boston, Little Brown & Company, pp. 57-102.
- Pateman, Carole (1970), *Participation and Democratic Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Paxton, Pamela e Sheri Kunovich (2003), “Women’s Political Representation: The Importance of Ideology”, *Social Forces*, 82 (1), pp. 87-114.
- Pearson-Merkowitz, Shanna e James G. Gimpel (2009), “Religion and Political Socialization”, em Guth, James L. et al. (ed.), *The Oxford Habdbook of Religion and American Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Pennings, Paul et al. (2006), *Doing Research in Political Science: An Introduction to Comparative Methods and Statistics*, Londres, Sage Publications Ltd.
- Perloff, Richard M. (2014), *The Dynamics of Political Communication: Media and Politics in a Digital Age*, New York, Routledge.
- Pinto, António Costa (org.) (2013), *A Sombra das Ditaduras: A Europa do sul em Comparação*, Lisboa, ICS.
- Pinto, antónio Costa (org.) (2012), *Governar em Ditadura: Elites e Decisão Política nas ditaduras da era do Fascismo*, Lisboa, ICS.
- Pharr, Susan J. e Robert D. Putman (ed.) (2000), *Disaffeted democracies: What’s troubling the Trilateral Countries?*, Princeton, Princeton University Press.
- Porta, Donatella della (2003), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Pratkanis, Anthony R. et al. ([1989] 2014), *Attitude Structure and Function*, New York and London, Psychology Press.
- Procter, Michael (1995), “Analysing others Researcher’ Data”, em Gilbert, Nigel (ed.), *Researching Social Life*, Londres, Sage Publications Ltd, pp. 255-269.
- Procter, Mike (2008), “Measuring Attitudes”, em Gilbert, Nigel (ed.), *Researching Social Life*, Londres, Sage Publications Ltd, terceira edição, pp. 206-225.
- Punch, Keith F. (1999), *Introduction to Social Research*, London, Sage Pub.
- Putman, Robert D. e Kristin a. Goss (2002), “Introdution”, em Putman, Robert D. (ed.), *Democracies in Flux*, Oxford, Oxford University Press, pp. 3-19.
- Putman, Robert (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- Putman, Robert (1995), “Bowling Alone: America's Declining Social Capital”, *Journal of Democracy*, 6 (1), 65-78.
- Putman, Robert (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

- Ragin, Charles C. (2004), “Turning Tables: How Case-Oriented Research Challenged Variable-Oriented Research”, em em Brady, Henry e David Collier (ed.), *Rethinking Social Inquiry: Diverse tools, shared standards*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., pp. cap. 8
- Ragin, Charles C. (1989), *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*, Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press.
- Randall, Vicky (1987), *Women and Politics: an international perspective*, Londres, MacMilan Education.
- Rapoport, Ronald B. (1985), “Like Mother, Like Daughter: Intergenerational Transmission of DK Response Rates” *Public Opinion Quarterly*, 49, pp. 198-208.
- Rapoport, Ronald B. (1982), “Sex Differences in Attitude Expression: A General Explanation”, *Public Opinion Quarterly*, 46, pp. 86-96.
- Rapoport, Ronald B. (1981), “The Sex Gap in Political Persuading: Where the «Structuring principles» Works”, *American Journal of Political Science*, 25 (1).
- Reidy, Catherine et al. (2015), “The political socialization of youth in a post-conflict community”, *International Journal of Intercultural Relations*, 45, pp. 11-23.
- Reis, Elizabeth (2012), *Estatística Descritiva*, Lisboa Edições Sílabo.
- Robinson, John P. et al. (eds) (1999), *Measures of Political Attitudes*, San Diego, Academic Press, pp. 737-801.
- Rodrigues, Leonor et al. (2015), *Homens, papéis masculinos e igualdade de género*, Lisboa, ICS.
- Rosenberg, Milton e Carl Hovland (1960), “Cognitive, affective and Behavioral Components of Attitudes”, em Rosenberg, Millton et al. (ed.), *attitude and organization Change*, Westport, Greenwood Press.
- Rosenstone, Steven J. (1982), “Economic Adversity and Voter Turnout” *American Journal of Political Studies*, 42, pp. 855-81.
- Rosenthal, Cindy Simon et al. (2001), “Preparing for Elite Political Participation: Simulations and the Political Socialisation of Adolescents.” *Social Science Quarterly*, 82 (3), pp. 633-46.
- Roza, Vivian et al. (org.) (2011), *Gender and Political Parties: Far from Parity*, s. l., IDEA e IDB.
- Rule, Wilma (1981), “Why Women don’t Run: The Critical Contextual Factors in Women’s Legislatives Recruitment”, *Western Political Quarterly*, (33), pp. 60-77.
- Rule, Wilma, (1987), “Electoral Systems, Contextual Factors and Women Opportunity for Election to Parliament in Twenty-Three Democracies”, *Western Political Quarterly*, (40), pp. 477-98.
- Ruquoy, Danielle (2011), “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador”, em Albarello, Luc et al, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Sabucedo, Jose-Manuel e Constantino Arce (1991), “Types of political participation: a multidimensional analysis”, *European Journal of Political Research*, 20 (1), pp. 93-102.
- Sainsbury, Diane (ed.) (1999), *Gender and Welfare State Regimes*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Sani, Giacomo (1980), “The Political Culture of Italy: Continuity and Change”, em Almod, Gabriel e Sidney Verba (eds.), *the Civic Culture Revisited*, Boston, Little, Brown and Company, pp. 273-324.

- Sani, Giullia M. Dotti e Mario Quaranta (2015), “Chips off the old blocks? The political participation of parents and children in Italy”, *Social Science Research*, 50, pp.264-76.
- Santos, Maria Helena e Lígia Amâncio (2012), “Gênero e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (68), pp. 79-101.
- Santos, Maria Helena e Lígia Amâncio (2010), “A (in) justiça relativa da ação positiva – a influência do gênero na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo”, *Revista de Análise Psicológica*, 1(XXVIII), pp. 43-57.
- Sapiro, Virginia (2004), “Not yourparent’s political socialization: Introduction for a New generation”, *Annual Review of Political Science*, 7, pp. 1-23.
- Sawer, Marian (2011), “Women and Elections”, em LeDuc, Lawrence et al. (eds.), *Comparing Democracies 3: Elections and Voting in 21st Century*, Londres, SAGE Publications Ltd, pp. 202-221.
- Sears, David e Sheri Levy (2003), “Childhood and Adult Political Development”, em Sears, David et al. (ed.), *Oxford Handbook of Political Psychology*, Oxfor, Oxford University Press, pp. 60-109.
- Schmid, Chistine (2012), “The value “social responsibility” as a motivation factor for adolescents’ readiness to participate in different types of political actions, and its socialization in parent and peer contexts”, *Journal of Adolescence*, 35, pp. 533-47.
- Schmitt, Hermann e Eftichia Teperoglou (2015), “The 2014 European Parliaments Elections in Southern Europe: Second-Order or Critical Elections?”, *South European Society and Politics*, 20 (3), pp. 287-309.
- Scholzman, K. Lehman et al. (2012), *The unheavenly chorus: Unequal political voice and the broken promise of American democracy*, Princeton, Princeton University Press.
- Schlozman, Kay Lehman et al. (1999), “Civic Participation and the Equality Problem”, em Skocpol, Theda e Morris P. Fiorina (eds), *Civic Engagement in American Democracy*, Washington, Brookings Institution Press, pp. 427-59.
- Schlozman, Kay Lehman et al. (1995), “Gender and Citizen Participation: Is There a different Voice?”, *American Journal of Political Science*, 39 (2), pp. 267-93.
- Schlozman, Kay Lehman et al. (1994), “Gender and Pathways to Participation: The Roles of Resources”, *The Journal of Politics*, 56 (4), pp. 963-90.
- Scholzman, Kay Lehman e Sidney Verba (1979), *Injury to Insult: Employment, Class and Political Response*, Cambridge, Harvard University Press.
- Scholzman, Kay Lehman (2002), “Citizen Participation in America: What do we know? Why do we care?”, em Katznelson, Ira e Helen V. Milner (ed.), *Political Science: The State of the Discipline*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, pp. 433-61.
- Schumpeter, Joseph A. ([1943] 1992), *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, Routledge.
- Shapiro, Robert Y. e Lawrence R. Jacobs (ed.) (2013), *The Oxford Handbook of American Public opinion and the Media*, Oxford, Oxford University Press, cap. 14 e cap. 29.
- Sherkat, Darren e T. Jean Blocker (1994), “Identifying the Influence of Class, Gender, and Socialization on Protest Participation”, *Social Forces*, 72 (83), pp. 821-42.

- Sherrod, Lonnie et al, (ed.) (2010), *Handbook of Research on Civic Engagement in Youth*, New Jersey, John Wiley & Sons, Inc.
- Siemińska, Renata (1985), “Women’s Political Participation and the 1980 Crises in Poland”, *International Political Science Review*, 6 (3), pp. 332-46.
- Simon, Julia (2012), *Political Protest during Economic Crises: Protest against the Crisis or the Crisis of Protest? s.l.*, Osteuropa-Institut der Freien Universität Berlin.
- Skocpol, Theda (1992), *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*, Cambridge, Harvard University Press.
- Smith, Christian, e Melinda L. Denton. 2005. *Soul Searching: The Religious and Spiritual Lives of American Teenagers*, Oxford, Oxford University Press.
- Stimson, James (1985), “Regression in Space and time: A Statistical essay”, *American Journal of Political Science*, 29 (4), pp. 914-47.
- Stocker, Laura e Jackie Bass (2011), Political socialization: Ongoing questions and new directions”, em Shapiro, Robert Y. e Lawrence R. Jacobs (ed.) *The Oxford Handbook of American Public Opinion and the Media*, Oxford, Oxford University Press, cap. 28.
- Stocker, Laura e Jennings, M. Kent (2005), “Political Similarity and Influence between Husbands and Wives”, em Zuckerman, Allan (2005) (ed.), *The Social Logic of Politics: Personal Networks as Context for Political Behavior*, Philadelphia, Temple University Press, pp. 51-74.
- Stocker, Laura e Jennings, M. Kent (1995), “Life-Cycle Transitions and Political Participation: The Case of Marriage”, *The American Political Science Review*, 84 (2), pp. 421-33.
- Stolle, Dietlind (2007), “Social Capital”, em Dalton, Russell J. E Hans-Dieter Klingemann (ed.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp.655-74.
- Suni, Elisabetta P. (2012), “Gender parity and quotas in Italy: A convoluted reform process”, *West European Politics*, 35 (2), pp. 380-94.
- Tabachnick, Barbara e Linda S. Fidell (2013). *Using Multivariate Statistics*, Boston, Pearson.
- Tarrow, Sidney (2004), “Bridging the Quantitative-Qualitative Divide”, em Brady, Henry e David Collier (ed.), *Rethinking Social Inquiry: Diverse tools, shared standards*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., pp. cap. 10.
- Teorell, Jan et al. (2007a), “Political participation: Mapping the terrain”, em Deth, Jan W. van et al. (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 334-57.
- Teorell, Jan et al. (2007b), “Participation and political equality: An assessment of large-scale democracy”, em Deth, Jan W. van et al. (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 384-414.
- Teorell, Jan (2006), “Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda”, *European Journal of Political Research*, (45), pp.787-810.
- Teorell, Jan (2003), “Linking Social Capital to Political Participation: Voluntary Associations and Networks of Recruitment”, *Scandinavian Political Studies*, 26 (1).
- Terman, Lewis M. e Leona e. Tyler (1954), “Psychological Sex Differences”, em Carmichael, Leonard (ed.), *Manual of Child Psychology*, Nova Iorque e Londres, John Wiley, pp. 1064-1114.

- Thomas, William I. e Florian Znaniecki (1918), *The Polish Peasant in Europe and America*, Boston, Richard G. Badger.
- Tocqueville, Alexis ([1835] 2008), *Da Democracia na América, s.l.*, Relógio D'Água.
- Togebly, Lise (1994), "Political Implications of Increasing Numbers of Women in the Labor Force", *Comparative Political Studies*, 27 (2), pp. 211-40.
- Torcal Mariano (2014), "The incumbent electoral defeat in the 2011 Spanish National Elections: The Effect of Economic crisis in an ideological polarized party system", *Journal of Elections, Public opinion and Parties*, 24 (2), pp. 203-21.
- Torcal, Mariano e José Ramon Montero (ed.) (2006), *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social capital, institutions, and politics*, EUA e Canada, Routledge.
- Topf, Richard (1995a), "Electoral Participation", em Klingeman, Hans -Dieter e Dieter Fuchs (ed.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 25-51.
- Topf, Richard (1995b), "Beyond Electoral Participation", em Klingeman, Hans -Dieter e Dieter Fuchs (ed.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 52-91.
- Torney-Purta, Judith et al. (ed.) (2001), *Citizenship and education in Twenty-eight Countries: Civic Knowledge and Engagement at Age Fourteen*, Amsterdam, IEA.
- Torney-Purta, Judith et al. (ed.) (1999), *Civic education across countries: Twenty-four national case studies from the IEA Civic Education Project*, Amsterdam, IEA.
- Tremblay, Manon (ed.) (2008), *Women and Legislative Representation*, Nova Iorque, Palgrave MacMilan.
- Tremblay, Manon (2007), "Democracy, Representation and Women: A Comparative analysis", *Democratization*, 4 (14), pp. 533-553.
- Tsatsanis, Emmanouil et al. (2014), "The Impact of Economic Crisis on The Ideological Space in Portugal and Greece: A Comparison of Elites and Voters", *South European Society and Politics*, 19 (4), pp. 519-540.
- Vala, Jorge (2005), "A Análise de Conteúdo", em Silva, A. A. e Pinto, J. M. (eds.). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- van Deth, Jan W. (2001), "Studying political participation: towards a theory of everything?" Paper presented at the *ECPR Joint Sessions of Workshops*, Grenoble, 6 a 11 de Abril de 2001.
- van Deth, Jan W, (2000), "Political Interest and Apathy: The Decline of a Gender Gap", *Acta Política*, 35.
- van Deth, Jan W. (1990), "Interest in politics", em Jennings, M. Kent (ed.), *Continuities in Political Action: A longitudinal study of political orientations in three western democracies*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 275-312.
- van Deth, Jan W. (1986), "A note on measuring political participation". *Quality and Quantity*, 120, pp. 261-272.
- Vassalo, Francesca e Pauline Ding (2016), "Explaining Protest in the Aftermath of the Great Recession in Europe", *The Open Journal of Sociopolitical Studies*, 9(1), pp. 101-26.
- Vassalo, Francesca (2016), "The Impact of the Economic Recession on Protest Participation in Europe", Paper Presented at *3rd International ESS Conference*, 13-15th July 2016, Lausanne, Switzerland.

- Vassalo, Francesca (2006), "Political Participation and Gender Gap in European Union Member States", *Journal of Contemporary European Studies*, 14 (3), pp. 411-27.
- Verashchagina, Alina e Marina Capparuci (2013), "Living through the crisis in Italy: the labour market experiences of men and women", Karamessini, Maria e Jill Rubery (ed.), *Women and Austerity: The economic Crisis and the Future for Gender Equality*, London, Routledge, pp. 248-69.
- Verba et al. (2003), "Unequal at the starting line: Creating participatory inequalities across generations and among groups", *The American Sociologist*, 34 (1-2), pp. 45-69.
- Verba et al. (1997), "Knowing and Caring about Politics: Gender and Political Engagement", *The Journal of Politics*, 59 (4), pp. 1051-72.
- Verba, Sidney et al. (1995), *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, Harvard University Press.
- Verba, Sidney et al. (1978), *Participation and Political Equality: A seven-nation comparison*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Verba, Sidney e Norman H. Nie (1972), *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Verge, Tània (2013), "Regulating Gender Equality in Political Office in Southern Europe: The Cases of Greece, Portugal and Spain", *Representation*, 49 (4), pp. 439-452.
- Verney, Susannah e Anna Bosco (2013), "Living Parallel Lives: Italy and Greece in an Age of Austerity", *South European Society and Politics*, 18 (4), pp. 397-426.
- Viegas, José M. L. et al. (2015), "Cidadãos menos participativos ou cidadãos com outro estilo de participação política?", em Freire André et al. (org.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisboa, Edição Assembleia da República, pp. 195-215.
- Viegas, José M. L. et al. (2010), "Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise comparativa europeia", *Portuguese Journal of Political Science and International Affairs*, (5), pp. 17-44.
- Viegas, José M. L. e Sérgio Faria (2007), "Participação política: o caso português numa perspectiva comparativa europeia", em Viegas, José M. L. et al. (orgs.), *Portugal no Contexto Europeu, vol. I: Instituições e Política*, Lisboa, CELTA Editora, pp. 59-74.
- Viegas, José M. L. e Sérgio Faria (2004), "A abstenção nas eleições legislativas de 2002", em Freire et al. (org.), *Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 221-59.
- Viegas, José M. L. e Sérgio Faria (2001), *As Mulheres na Política*, Oeiras - Portugal, CELTA.
- Voicu, Malina et al. (ed) (2016), *Values, Economic Crisis and Democracy*, Londres, Routledge.
- Wasburn, Philo C. e TawnyaJ. A. Covert (2017), *Making Citizens: Political socialization research and Beyond*, Suíça, Palgrave MacMilan.
- Weiner, Myron (1971), "Political Participation: Crises of The Political Process", em Binder, Leonard et al. (ed.), *Crises and Sequences in Political Development*, Princeton, Princeton University Press, pp. 159-204.
- Welch, Susan (1977), "Women as Political Animals? A Test of Some Explanations for Male-Female Political Participation Differences", *American Journal of Political Science*, 21 (4).

- Welzel, Christian e Russell Dalton (2014), "From Allegiant to Assertive Citizens", em Dalton, Russel e Christian Welzel (ed.), *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, Nova Iorque, Cambridge University Press, pp. 283-306.
- Wilcox, Clyde et al. (2008), "Religious Preferences and Social Science: A Second Look", *The Journal of Politics*, 70 (3), pp.874-79.
- Wilcox, Clyde (1997), "Racial and Gender Consciousness among African-American Women: Sources and Consequences." *Women & Politics* 17, (1), pp. 73-94.
- Wolbrecht, Christina e David E. Campbell (2007), "Leading by Example: Female Members of Parliament as Political Role Models." *American Journal of Political Science*, 51 (4), pp. 921-39.
- Wolfinger, Raymond e Steven Rosenstone (1980), *Who Votes?*, New Haven, Yales University Press.
- Yanus, Alixandra e Karen O'Connor (2015), "Exploring elites' first political memories: a case study of presidential electors", *The Social Science Journal*, 52, pp.123-30.
- Youniss, James e Peter Levine (ed.) (2009), *Engaging Young People to Civic Life*, Nashville, Vanderbilt University Press.
- Zaller, John R. (1992), *The Nature and Origins of Mass Opinion*, Los Angeles, University of California.
- Zmerli, Sonja et al. (2007), "Trust in people, confidence in political institutions, and satisfaction with democracy", em van Deth, Jan W. et al. (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp.35-65.
- Zuckerman, Allan (2005) (ed.), *The social Logic of Politics: Personal networks as context for political behavior*, Philadelphia, Temple University Press.
- Zuckerman, Allan et al. (2005), "Do Couples Support the same political Parties? Sometimes", em Zuckerman, Allan (2005) (ed.), *The social Logic of Politics: Personal networks as context for political behavior*, Philadelphia, Temple University Press, pp. 75-94.

Fontes

Barreto, António (2015), “Vencidos e Vencedores”, *Diário de Notícias*. Disponível em:
<http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/antonio-barreto/interior/vencidos-e-vencedores-4953911.html>. Acedido a 4 de outubro de 2016.

European Elections Studies, 1999-2014

European Social Survey, 2002-2012

European Values Study, 1981-2008

Eurostat (<http://ec.europa.eu/eurostat>)

Four Nations Study, 1985

Pordata (www.pordata.pt)

World Values Survey, 2004

Anexos

Anexo A – Análise qualitativa (entrevistas)

Anexo A.1 - Guião de entrevistas

- 1. Numa primeira fase, vou fazer-lhe uma série de questões que se relacionam com a sua infância. Na segunda fase, vou procurar saber o seu atual interesse pela política.**
 - a) Mais ou menos entre os seus 6 e os 15 anos com quem e onde é que viveu?
 - b) Durante a infância, em sua casa costumava-se ver televisão em família? Se sim, quais eram os programas favoritos dos seus parentes? Quais eram os seus?
 - c) E rádio, tinham por hábito ouvir rádio em conjunto? Pode falar-me um pouco sobre isso (se a pessoa não disser espontaneamente perguntar: que tipo de programas, etc)?
 - d) Na sua família, havia o hábito de se ler/contar histórias às crianças? Quem é que lia/contava e que tipo de histórias eram essas? Mais tarde, quando começou a ler, os seus pais incentivaram-no a ler? Que tipo de livros? Durante a sua infância, lembra-se de ver os seus pais a lerem jornais?
 - e) A religião desempenha um papel fundamental no seio de algumas famílias. Pode descrever, por favor, a relação da sua família com a religião? (Se os pais tinham uma religião, se iam frequentemente à igreja, etc.).
 - f) Descreva, por favor, a relação que existia entre a sua família e a comunidade que vos rodeava (trabalhavam em prol da comunidade, havia inter-ajuda entre os vizinhos, participavam nas assembleias...).
 - g) De uma forma ou de outra, os nossos pais influenciam-nos sempre. Qual acha que foram os principais campos em que os seus pais o/a influenciaram? De que forma é que eles foram determinantes para aquilo que o/a define hoje como pessoa?
 - h) Das conversas que teve com os seus pais ao longo da sua infância, quais foram as que mais o/a marcaram? Ou quais foram as que ficaram mais na memória? Costumava conversar sobre política com os seus pais? Se falava sobre política,

por favor, diga-me um pouco mais sobre essas conversas que mantinha com os seus pais.

- i) Como é que descreveria a relação da sua família com a política? (Caso o respondente não diga espontaneamente, perguntar se eram militantes de algum partido político, se votavam regularmente, se levavam a cabo outro tipo de participação política além do voto. Perceber bem o que era levado a cabo pela mãe e o que era levado a cabo pelo pai. Perguntar também, se não referido diretamente, se o respondente costumava participar em algumas dessas ações da sua família.)
- j) Tem alguém na família que tenha um papel político ativo? Fale-me um pouco da sua relação com essa pessoa [Qual é a sua relação com ele (próximo/distante)? Tem-no incentivado a fazer política? De que modo?].
- k) Tem alguém próximo que tenha um papel ativo em organizações, como ONG, sindicatos, movimentos sociais, etc.? Fale-me um pouco da sua relação com essa pessoa [Qual é a sua relação com ele (próximo/distante)? Tem-no incentivado a fazer política? De que modo?].
- l) A escola secundária era um local onde se falava sobre política? Pode explicar a interação que existia entre si, a turma/colegas e os professores sobre este assunto? (E, como eram encaradas as suas ou vossas opiniões?)
- m) Para além da sua família e da escola, houve alguém/ou algum evento (que ainda não tenha mencionado durante a entrevista) que tenha sido importante para a sua relação com a política?

2. Agora, se não se importar, vamos passar à fase adulta, mais ou menos a partir dos seus 18 anos.

- a) Diga-me, por favor, brevemente onde e com quem tem vivido desde os 18 anos (mais ou menos)?
- b) Como descreve a sua relação com a política hoje em dia? (Costuma discutir política com amigos e colegas? Costuma acompanhar notícias sobre política nos *media*? Costuma votar? Pratica outras atividades políticas que não o voto? A política é interessante para si? Sente-se informado sobre política?)
- c) É membro de alguma organização juvenil? Na faculdade? Fora dela? (Caso sim, qual? O que significa, para si, ser membro dessa organização?)

- d) Descreva a influência da universidade na sua relação com a política? (as salas de aulas são locais propícios para tocar nessas questões, os professores despertam atenção sobre esses assuntos; participam no processo de eleição dos representantes das associações/organizações acadêmicas?).

3. Variáveis sociodemográficas

- a) Sexo
- b) Idade
- c) Ocupação
- d) Curso que frequenta
- e) Zona de residência (urbana/rural)
- f) Nível de escolaridade do pai
- g) Nível de escolaridade da mãe
- h) Profissão do pai
- i) Profissão da mãe

Anexo A.2 - Caracterização das(os) Entrevistadas(os)

| Entrevistado n ^o | Sexo | Idade | Curso | Esc. pai | Esc. mãe | Prof. pai | Prof. mãe | Residência | Data | Lugar |
|-----------------------------|--------|-------|--|-------------|-------------|-------------------|-------------------|------------|----------|-------|
| 1 | Homem | 23 | Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Reformado | Reformada | Lisboa | 24.10.17 | ISCTE |
| 2 | Mulher | 21 | Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação | Ens. Básico | Ens. Básico | Mecânico | Empregada limpeza | Alentejo | 24.10.17 | ISCTE |
| 3 | Mulher | 24 | História | Ens. Básico | Ens. Básico | Carpinteiro | Empregada limpeza | Almada | 24.10.17 | ISCTE |
| 4 | Mulher | 19 | Psicologia | Ens. Básico | Ens. Sup. | Empregado Armazém | Life Coach | Leiria | 25.10.17 | ISCTE |
| 5 | Homem | 19 | Eng. Eletrónica e Telecomunicações | Ens. Básico | Ens. Básico | Empregado balcão | Empregada balcão | Amadora | 25.10.17 | ISCTE |
| 6 | Mulher | 22 | Direito | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Prof. e Eng. | Empresária | Lisboa | 25.10.17 | FDUL |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|----|--------------------------------|-------------|-------------|-----------------------|-------------------------|------------------|----------|-------|
| 7 | Mulher | 21 | Direito | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Diretor bancário | Professora | Azeitão | 25.10.17 | FDUL |
| 8 | Mulher | 22 | Direito | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Gestor | Jurista | Lisboa | 25.10.17 | FDUL |
| 9 | Homem | 19 | Direito | Ens. Básico | Ens. Básico | Func. Público | Func. Pública | Caldas da Rainha | 25.10.17 | FDUL |
| 10 | Homem | 20 | Direito | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Advogado | Enfermeira | Massamá | 25.10.17 | FDUL |
| 11 | Homem | 18 | Direito | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Arquiteto, professor | Educadora de infância | Lisboa | 25.10.17 | FDUL |
| 12 | Homem | 19 | Estudos Portugueses | Ens. Básico | Ens. Básico | Comercial | Secretária | Lisboa | 25.10.17 | FLUL |
| 13 | Homem | | Ling. Lit. Cul. | Ens. Básico | Ens. Básico | Desempregado | Empregada de escritório | Odivelas | 25.10.17 | FLUL |
| 14 | Homem | 18 | Estudos Comparatistas | Ens. Básico | Ens. Básico | Constr. Civil | Auxiliar de Educação | Odivelas | 25.10.17 | FLUL |
| 15 | Mulher | 20 | Línguas e Literatura e Cultura | Ens. Básico | Ens. Sup. | Técnico de eletrónica | Médica | Barreiro | 25.10.17 | FLUL |
| 16 | Mulher | 20 | Estudos Gerais | Ens. Básico | Ens. Sup | Desempregado | Educadora de Infância | Lisboa | 25.10.17 | FLUL |
| 17 | Mulher | 20 | Higiene oral | Ens. | Ens. | Polícia | Polícia | Sintra | 25.10.17 | FMDUL |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|----|--------------------------------------|----------------|------------------|----------------------------------|---------------------------|------------|----------|-------|
| | | | | Básico | Básico | | | | | |
| 18 | Homem | 21 | Medicina Dentária | Ens. Básico | Ens. Sup. | Motorista | Professora | Damaia | 25.10.17 | FMDUL |
| 19 | Mulher | 22 | Ciências Farmacêuticas | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Empregado por conta própria | Funcionária Pública | Lisboa | 25.10.17 | FCFUL |
| 20 | Homem | 21 | Ciências Farmacêuticas | Ens. Básico | Ensino Básico | Funcionário Público | Funcionária Pública | Cacém | 25.10.17 | FCFUL |
| 21 | Mulher | 17 | Enfermagem | Ens. Básico | Ens. Básico | Operário fabril | Desempregada | Carregado | 25.10.17 | ESFL |
| 22 | Homem | 19 | Enfermagem | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Eng.º eletrotécnico | Gestora | Lisboa | 25.10.17 | ESFL |
| 23 | Homem | 19 | Engº Mecânica | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Dir. Produção – Engª Mecânica | Doméstica | Lisboa | 26.10.17 | ITLUL |
| 24 | Mulher | 18 | Engª Informática e Computadores | Ens. Básico | Ens. Básico | Marmorista | Secretária | Lisboa | 26.10.17 | ITLUL |
| 25 | Homem | 19 | Engª Biomédica | Ens. Básico | Ens. Básico | Desempregado | Func. Pública | Carcavelos | 26.10.17 | ITLUL |
| 26 | Homem | 19 | Engª eletrotécnica e computadores | Ens. Sup. | Ens. Sup. | Engº eletrotécnico | Professora | Sintra | 26.10.17 | ITLUL |
| 27 | Mulher | 18 | Engª de Materiais | Ens. Básico | Ens. Sup. | Const. civil, Serralharia | Técnica Administrativa | Sintra | 26.10.17 | ITLUL |

Anexo B – Análise e descrição de variáveis quantitativas

Anexo B.1 - Codificação e guião das entrevistas das variáveis

Anexo B.1.1 - Guião de Entrevista e Codificação das variáveis da participação política

| Dimensão | | |
|--|---|--------------------|
| Participação eleitoral | Perguntas | Codificação |
| Votar em eleições | Votou nas últimas eleições? | 0 – Não 1 – Sim |
| Participação convencional | | |
| Contactar um político ou um funcionário do Governo | Contactou um político ou um funcionário do Governo? | 0 – Não 1 – Sim |
| Pertencer a uma associação ou organização política | Pertence/ a uma associação ou organização política? | 0 – Não 1 – Sim |
| Trabalhar numa associação ou organização política | Trabalha numa associação ou organização política? | 0 – Não 1 – Sim |
| Trabalhar noutra associação | Trabalha noutra associação ou organização? | 0 – Não 1 – Sim |
| Participação não convencional | | |
| Assinar uma petição ou um abaixo assinado | Assinar uma petição ou um abaixo assinado? | 0 – Não 1 – Sim |
| Distribuir cartazes e folhetos | Distribuiu cartazes e folhetos? | 0 – Não 1 – Sim |
| Boicotar certos produtos | Boicotou certos produtos? | 0 – Não 1 – Sim |
| Participar numa greve legal | Participou em alguma greve legal? | 0 – Não 1 – Sim |
| Comunitário | | |
| Resolver problemas comunitários | Ajuda a resolver problemas comunitários? | 0 – Não 1 – Sim |

Anexo B.1.2 - Guião de Entrevista e Codificação das variáveis das atitudes face à política

| Dimensão | Perguntas | Codificação |
|---|---|---|
| Envolvimento político | | |
| Ver notícias/programas sobre política na TV | Vê notícias/programas sobre política na TV? | 1 – Nunca 2 – Raramente 3 – Algumas vezes 4 – Frequentemente |
| Interesse pela política | Qual é o seu grau de interesse pela política? | 1 – Nenhum 2 – Pouco 3 – Algum 4 – Muito |
| Confiança nas instituições políticas | | Grau de confiança |
| Nos tribunais | Qual o seu grau de confiança na seguinte instituição política | 1 – Nenhuma 2 – Pouca 3 – Alguma 4 – Muita |
| Na polícia | Qual o seu grau de confiança na seguinte instituição política | 1 – Nenhuma 2 – Pouca 3 – Alguma 4 – Muita |
| No parlamento | Qual o seu grau de confiança na seguinte instituição política | 1 – Nenhuma 2 – Pouca 3 – Alguma 4 – Muita |
| Nos partidos | Qual o seu grau de confiança na seguinte instituição política | 1 – Nenhuma 2 – Pouca 3 – Alguma 4 – Muita |
| Na União Europeia | Qual o seu grau de confiança na seguinte instituição política | 1 – Nenhuma 2 – Pouca 3 – Alguma 4 – Muita |

Notas: tendo em conta as premissas do World Values Survey, a “confiança nas instituições políticas”, normalmente, mede-se com base numa escala que vai de 1 a 4, onde os indivíduos são questionados da seguinte forma: “Das seguintes instituições, indique qual é o grau de confiança que cada uma delas lhe apresenta?” (Newton e Norris, 2000: 54; Belchior 2015: 17).

Anexo B.2 - Índices da participação política e das atitudes políticas

Anexo B.2.1 - Índice da participação política: codificação

| Tipo de PP | Soma de variáveis | (re)codificação |
|---|--|------------------------|
| Participação política convencional | Contactar um político + Trabalhar numa organização política + Trabalhar noutra organização | 0 – Não 1 – Sim |
| Participação política não convencional | Distribuir cartazes ou folhetos + boicotar certos produtos + assinar petição ou abaixo assinado + participar em greve legal. | 0 – Não 1 – Sim |

Anexo B.2.2 - Índice das atitudes políticas: codificação

| Tipo de PP | Soma de variáveis | (re)codificação |
|------------------------------|--|---------------------------|
| Envolvimento político | Contactar um político + Trabalhar em uma organização política + Trabalhar em outra organização | 0 – Nenhum 6 – Muito |
| Confiança política | Nos tribunais + nos partidos políticos + na polícia + no parlamento + na UE | 0 – Nenhuma 15 – Muita |

Anexo B.2.3 - Variáveis independentes: codificação

| Variáveis independentes | (re)codificação |
|---|--|
| Género (VI principal) – Variável recodificada | 0 – Homem 1 – Mulher |
| Idade | Anos dos inquiridos |
| Estado civil | 0 – Solteiro 1 – Casado |
| Educação | 0 – Ensino básico 1 – Ensino superior |

Anexo B.3 - Dimensões e modalidades da participação política e atitudes políticas, por base de dados

| | Ano/Fonte: de... até... | Ano/Fonte: de... até... |
|--|--|---|
| Participação política | | |
| Participação eleitoral | | |
| Votou nas últimas eleições | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012* |
| Participação convencional | | |
| Teve reunião com um político | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | CSES Module 2, 2001-2006** |
| Contactar um político ou um funcionário do Governo | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; CSES Module 2, 2001-2006 |
| Contribuir com recursos económicos ou tempo para um partido ou candidato durante as eleições | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012 |
| Tentou convencer alguém | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | CSES Module 2, 2001-2006; European Values Survey (EVS), 1981-2008; EB, 1986-2014 (Gesis ZACATI) |
| Discute política com os outros | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970- | European Election Study (EES), 2004, 2009; EB, |

| | | |
|---|--|---|
| | 2002 | 1986-2014 (Gesis ZACATI) |
| Ajuda a resolver problemas comunitários | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012 |
| Pertence a/Trabalha numa associação ou organização política | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; CSES Module 2, 2001-2006; European Values Survey (EVS), 2008 |
| Pertence a/Trabalha noutra associação ou organização | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; CSES Module 2, 2001-2006; European Values Survey (EVS), 2008 |
| Participação não convencional | | |
| Assinar uma petição ou um abaixo assinado | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Values Survey (EVS), 1981-2008*** |
| Escrever uma carta para um jornal | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | |
| Participar em ações ou movimentos de opinião em defesa dos direitos humanos | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Participar num protesto, marcha ou manifestação | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; CSES Module 2, 2001-2006; European Values Survey (EVS), 2008 |

| | | |
|---|--|---|
| Boicotar alguns produtos | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012 |
| Colocar cartazes e distribuir folhetos | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012 |
| Atitudes face à política | | |
| Envolvimento político | | |
| Vê notícias/programas sobre política na TV | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Election Study (EES), 2004, 2009; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Lê notícia sobre política nos jornais | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Election Study (EES), 2004, 2009; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Ouve notícias/programas sobre política na rádio | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Election Study (EES), 2004, 2009; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Grau de interesse pelo que os políticos pensam | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012 |
| Grau de interesse pela política | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Election Study (EES), 2004, 2009; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Frequência com que discute política | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970- | European Social Survey (ESS), 2002-2012; |

| | | |
|---|--|---|
| | 2002 | European Values Survey (EVS), 1981-2008; EB, 1986-2014 (Gesis ZACATI) |
| Confiança nas instituições políticas | | |
| Grau de confiança: | | |
| Nos tribunais | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Na polícia | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| No parlamento | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Election Study (EES), 2004; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Nas forças armadas | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| No Presidente da República | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Nos partidos | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| No governo | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970-2002 | European Social Survey (ESS), 2002-2012; European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
| Na União Europeia | Mannheim Eurobarometer Trend File, 1970- | European Social Survey (ESS), 2002-2012; |

| | | |
|--|------|---|
| | 2002 | European Values Survey (EVS), 1981-2008 |
|--|------|---|

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * Faltam dados da Grécia nesta fonte.

** Faltam dados da Grécia. Portugal (2002 e 2005), Espanha (2004) e Itália (2006).

*** Itália (1981, 1990, 1999 e 2009), Espanha (1981, 1990, 1999 e 2008), Portugal 1990, 1999 e 2008), Grécia (1999 e 2009).